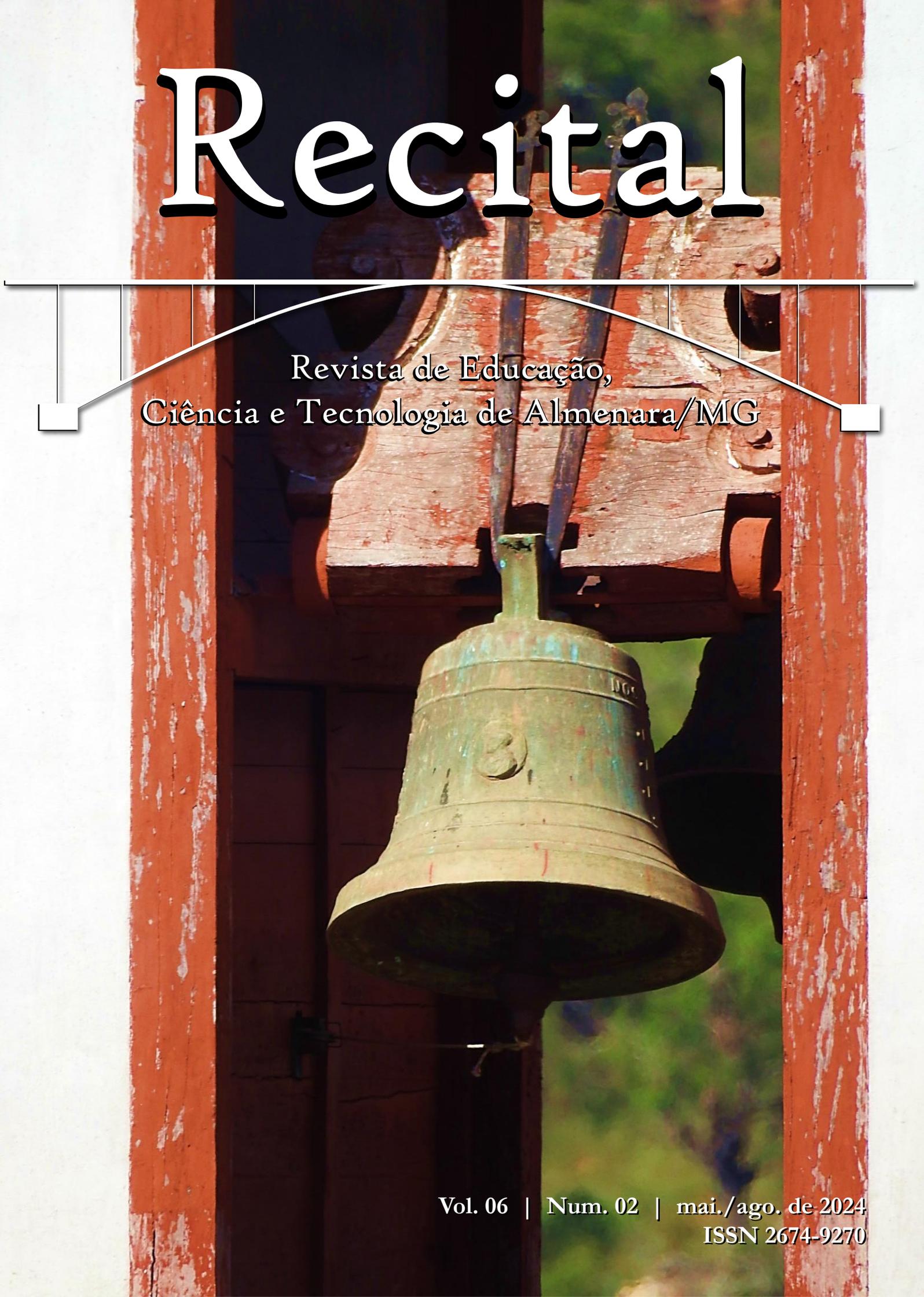


Recital



Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG

Vol. 06 | Num. 02 | mai./ago. de 2024
ISSN 2674-9270

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Reitora: Joaquina Aparecida Nobre da Silva

IFNMG – Campus Almenara

Diretor Geral: Joaquim Neto de Sousa Santos

Diretora de Ensino: Roberta Pereira Matos

Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Coordenador: Ednilton Moreira Gama

Coordenadoria do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFNMG (PROFEPT)

Coordenador: Antônio Carlos Soares Martins

Imagem da Capa

Alfredo Costa – Foto “Paixão e fé em Diamantina”

Diagramação

Alex Lara Martins e Lissandra Ruas Lima.

ISSN: 2674-9270

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2>

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

[Dr. Jandresson Dias Pires](#)

Editora Adjunta

[Dra. Mariana Mapelli de Paiva](#)

Editores Colaboradores

[Dr. Alex Lara Martins](#)

[Dr. Alfredo Costa](#)

[Dra. Valdete Maria Gonçalves de Almeida](#)

Conselho Editorial – Membros internos

[Dr. Ednilton Moreira Gama](#)

[Dra. Glauciane da Conceição dos Santos](#)

[Dr. Jandresson Dias Pires](#)

[Dr. José Maria Gomes Neves](#)

[Me. Leonardo Augusto Lopes Rodrigues](#)

[Me. Keila de Oliveira Diniz](#)

[Dr. Luiz Célio Souza Rocha](#)

[Dr. Paulo Eduardo Ferreira dos Santos](#)

[Dra. Roberta Pereira Matos](#)

Conselho Editorial – Membros externos

[Dr. Anderson Rodrigo de Queiroz](#)

[Dr. Anderson Santos Souza](#)

[Dr. Bruno Oliveira Moreira](#)

[Dra. Cristiane Faiad de Moura](#)

[Dra. Danila Souza Oliveira Coqueiro](#)

[Dr. Francisco Antonio Coelho Junior](#)

[Dr. Guilherme Araújo Cardoso](#)

[Dra. Janaína Santos Nascimento](#)

[Dr. Leonardo Luiz Silveira da Silva](#)

[Dr. Paulo Rotella Júnior](#)

[Dr. Perecles Brito Batista](#)

[Dr. Raildo da Silva Coqueiro](#)

[Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos](#)

[Dr. Rogério Mendes Murta](#)

Revisores de texto (português/inglês)

[Me. Cláudia Adriana Souza Santos](#)

[Me. Mariana Souza Santos](#)

[Dra. Josinéia Chaves Moreira](#)

[Me. Mayara Archieris Amorim Rodrigues](#)

[Me. Érica Sudário Bodevan](#)

[Me. Lislíe Carolina Diana](#)

[Dra. Ludmila Ameno Ribeiro Martins Santiago](#)

Suporte Técnico

[Me. Alan Teixeira de Oliveira](#)

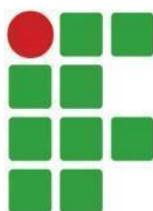
[Leonan Teixeira de Oliveira](#)

Bibliotecária

[Lissandra Ruas Lima](#)

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Norte de Minas Gerais

Campus
Almenara

v. 06 | n. 02 | maio./ago. 2024



Esta obra está licenciada sobre uma [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária do IFNMG-campus Almenara

R297 Recital: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG / Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. Almenara: IFNMG, 2024.

v. 2, n. 2, maio./ago. 2024

Quadrimestral

Modo de acesso: <<http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital>>

ISSN: 2674-9270

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2>

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. II. *Campus Almenara* – MG.

CDD: 370

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara
Rodovia BR 367 Almenara/Jequitinhonha, km 111,
Zona Rural, Almenara-MG - CEP: 39900-000
Telefone: (38) 3218-7385 – www.ifnmg.edu.br/almenara
Email: comunicacao.almenara@ifnmg.edu.br

SUMÁRIO

EDITORIAL

Os Institutos Federais contra a dualidade estrutural na Educação Profissional e Tecnológica <i>Alex Lara Martins</i>	8
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

EDIÇÃO ESPECIAL: PROFEPT

Educação e trabalho na EPT: algumas reflexões <i>Renilson Soares dos Santos</i> <i>Ricardo dos Santos Silva</i>	11
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Orçamento participativo e Ensino Médio Integrado: uma proposta para o IFNMG Campus Montes Claros-MG <i>Marcus Vinícius Guedes da Mota</i>	28
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Juventude e emigração internacional: um estudo sobre a percepção dos estudantes do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais <i>Sérgio Lana Moraes</i> <i>Tiago Sandes Costa</i> <i>Geraldo Lopes Júnior</i> <i>Rosilene dos Anjos Sant'ana</i> <i>Leonildes Lima Colaço Area Leão</i>	48
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

O ensino integrado e a formação integral do sujeito: uma análise sob as teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si <i>Michele Fuzatto de Oliveira Terra</i> <i>Anderson Brettas</i>	69
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Desafios e possibilidades na inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de educação: uma revisão integrativa <i>Lislayane Oliveira Silva</i> <i>Bárbara Carvalho Ferreira</i> <i>Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares</i>	82
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Explorando horizontes: percepções dos concluintes sobre o mundo do trabalho, a instituição e seus objetivos futuros <i>Bernardo Almeida Rocha</i> <i>Raiani Sousa Lopes</i> <i>Luiz Célio Souza Rocha</i>	97
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Reis de zabumba em Curral de Varas-BA: notas etnográficas de uma manifestação cultural <i>Aloísio José dos Santos</i> <i>Alex Lara Martins</i>	118
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

IF Obscuro: ironia e humor como estratégias discursivas para expressar o mal-estar estudantil

Lillian Gonçalves de Melo

Alex Lara Martins

Edson Antunes Quaresma Júnior

Fabiana Pereira da Silva

Karina Félix Botelho

Valdice Corrêa Ramos Andrade.....141

ARTIGOS

Ações educativas e produção de material didático sobre Parasitologia em uma escola pública do município de Salinas-MG

Maria Paula Machado Silva

Jaciely Soares da Silva

Filipe Vieira Santos de Abreu.....159

Revisão sistemática de literatura sobre gamificação na interdisciplinaridade como possibilidade pedagógica

Shirlei Santos Cardoso

Paula Teixeira Nakamoto.....175

Tempos pandêmicos sob o olhar de docentes e gestores: dificuldades e desafios vivenciados

Augusta Boa Sorte Oliveira Klébis

Yoshie Ussami Ferrari Leite

Simone Conceição Pereira Deák

Maurício César Aitolde

Tamara Lima

Joane Vilela Pinto

Leny Rodrigues Martins Teixeira.....193



Editorial

Os Institutos Federais contra a dualidade estrutural na Educação Profissional e Tecnológica

Em apenas quinze anos, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica investiu impetuosamente contra a dualidade estrutural que marcou os projetos educacionais no Brasil, que diferenciavam tipos e qualidades de ensino conforme a classe social dos indivíduos. O espaço escolar dos Cefets, até bem pouco tempo, guardava-se, majoritariamente, para jovens brancos urbanos da alta classe média. O processo de “descefetização” da Rede envolveu, sobretudo, uma luta pelo território escolar. O raio X da Rede capta a presença massiva de jovens negros periféricos e pobres. A interiorização das instituições e as políticas de ação afirmativa foram os fatores relevantes para o sucesso desse projeto. No entanto, aquela dualidade estrutural é forte o bastante para se manter de pé e sustentar, em seus ombros, valores e práticas que perpetuam antigos privilégios. Notória foi a ação ajuizada pelo Conselho Federal de Medicina, em outubro de 2024, contra a reserva de vagas para o Exame Nacional de Residência. O Conselho argumentou que as desigualdades educacionais são mitigadas no acesso ao curso superior, portanto a ação afirmativa fomentaria, entre integrantes da classe médica, a percepção de “privilégios injustificáveis”. O corolário não explícito desse argumento implica a interditação do acesso aos capitais culturais, sociais e econômicos ao negro e ao pobre, desclassificados do “privilégio justificado” por dispositivos de racialidade.

Uma andorinha não faz o verão e a revolução educacional anunciada com a criação da Rede ainda não se concretizou, apesar dos avanços e da promessa de ampliação do sistema. Hoje os cursos técnicos integrados dos Institutos Federais atendem a menos de 2% dos secundaristas brasileiros. Se o ímpeto ainda é insuficiente para a revolução, pelo menos o sistema de educação federal tem se consolidado como uma via possível e desejada. A dualidade estrutural se modifica materialmente porque há oferta de ensino de qualidade para pessoas de baixa renda, mas a elas a disputa por uma vaga é imposta pelo antigo modelo universitário dos vestibulares classificatórios. A dualidade estrutural se reproduz substancialmente porque há mecanismos ideológicos de desigualdade educacional baseados na meritocracia e na capitalização do humano.

As contradições destroem mas também criam. Os artigos dessa edição são efeitos criativos da materialidade da educação profissionalizante brasileira. Em sua maioria, trata-se de resultados de pesquisas do ProfEPT, o mestrado profissional em rede nacional. Esse programa de pós-graduação tem se destacado pela produção, desenvolvimento e disseminação do conhecimento, dentro de uma interface entre Trabalho-Educação.

Abre a edição o artigo do professor Ricardo dos Santos Silva e do egresso do ProfEPT, Renilson Soares dos Santos, intitulado “Educação e Trabalho na EPT: algumas reflexões”, em que se evidenciam os impactos da pandemia e de ações governamentais sobre a educação profissional



de nível médio. Partindo de uma avaliação crítica das condições materiais das instituições que ofertam serviços sociais públicos, que assumiram a forma mercantilista neoliberal, os autores realizaram entrevistas com estudantes do ensino técnico buscando evidenciar os mecanismos de acentuação das desigualdades econômicas e educacionais.

Marcus Vinícius Guedes da Mota apresenta um dos resultados de sua pesquisa de mestrado no ProfEPT com o artigo “Orçamento participativo e Ensino Médio Integrado: uma proposta para o IFNMG Campus Montes Claros-MG”, no qual defende um modelo democrático de gestão orçamentária para o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais a partir da experiência exitosa do campus Montes Claros. Uma concepção humanista, como é a da Rede Federal, efetiva-se com a democratização tanto dos processos de aprendizagem quanto dos instrumentos e da organização da gestão escolar, em que a participação coletiva e colegiada pode incentivar a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Sérgio Lana Morais e outros pesquisadores investigam a percepção de estudantes de duas unidades da Rede Federal sobre a imigração internacional em “Juventude e emigração internacional: um estudo sobre a percepção dos estudantes do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais”. Os motivadores para a emigração, de acordo com a percepção dos estudantes, relacionam-se mais à busca por capital cultural do que à inserção no mercado de trabalho em país estrangeiro.

Em “O ensino integrado e a formação integral do sujeito: uma análise sob as teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si”, Michele Fuzatto de Oliveira Terra e Anderson Brettas analisam o modo como as instituições escolares tradicionais, submetidas à lógica capitalista, utilizam dispositivos disciplinares de alienação e sujeição dos indivíduos aos ditames do sistema. Ao contrário, a superação da dualidade educacional proposta nas bases teóricas (utópicas?) do ensino integrado da Rede Federal implica um processo de formação emancipatório e democrático, em que os sujeitos em formação são produtores de si mesmos e cuidam de si como prática de libertação.

A educação inclusiva é o tema do artigo “Desafios e possibilidades na inclusão dos estudantes surdos nos Institutos Federais de educação: uma revisão integrativa”, escrito por Lislayane Oliveira Silva, Bárbara Carvalho Ferreira e Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares. Trata-se de uma importante revisão de literatura acerca sobre os estudos de acessibilidade comunicacional e inclusão educacional de pessoas surdas na Rede Federal.

Em seguida, publica-se o artigo de Bernardo Almeida Rocha, Raiani Sousa Lopes e Luiz Célio Souza Rocha sobre a percepção de egressos dos cursos superiores do IFNMG, campus Almenara, sobre as suas perspectivas de trabalho considerando a sua formação na instituição. No artigo “Explorando horizontes: percepções dos concluintes sobre o mundo do trabalho, a instituição e seus objetivos futuros” a dualidade educacional se mostra nas características



individuais dos próprios sujeitos da pesquisa, “estudantes-trabalhadores” que buscam melhores condições de trabalho nos centros urbanos.

Aloísio José dos Santos e eu publicamos “Reis de zabumba em Curral de Varas-BA: notas etnográficas de uma manifestação cultural”, em que analisamos a importância das práticas da cultura popular, especialmente o Reisado, para a formação dos indivíduos. A dualidade educacional, nesse caso, é resultante da distribuição de bens simbólicos e da imposição de gostos e valores de classes dominantes, por meio da indústria cultural e dos dispositivos tecnológicos que governam os comportamentos. Os elementos materiais e simbólicos, a música, os versos, a dança e os movimentos do Reisado são avaliados, por meio de recursos etnográficos, como produtos de resistência de uma comunidade à fragmentação da vida e dos vínculos aos saberes populares.

Para finalizar a seção com os artigos da edição especial do ProfEPT, Lillian Gonçalves de Melo e outros autores publicamos um artigo original sobre os impactos das novas formas de sociabilidade mediadas pela tecnologia sobre a saúde mental de estudantes dos Institutos Federais. Por meio de uma análise de enunciados recorrentes na página de uma rede social, os autores avaliam o modo como a ironia e o humor mascaram e desmascaram os indícios de sofrimento e de mal-estar estudantil.

Na seção de artigos livres, Maria Paula Machado Silva, Jaciely Soares da Silva e Filipe Vieira Santos de Abreu assinam “Ações educativas e produção de material didático sobre Parasitologia em uma escola pública do município de Salinas-MG”, em que se relata uma prática de ensino de parasitologia com o uso de coleção biológica, como recurso motivador para o aprendizado de estudantes do ensino fundamental de uma escola de Salinas-MG.

Shirlei Santos Cardoso e Paula Teixeira Nakamoto realizam a revisão de literatura sobre gamificação no artigo “Revisão sistemática de literatura sobre gamificação na interdisciplinaridade como possibilidade pedagógica”. Os resultados indicam que o uso de jogos como ferramenta pedagógica fomenta o conhecimento interdisciplinar, motiva os estudantes e melhora os processos de ensino e aprendizagem.

Augusta Boa Sorte de Oliveira Klébis e demais autores assinam o artigo “Tempos pandêmicos sob o olhar de docentes e gestores: dificuldades e desafios vivenciados”, cujos resultados indicam os impactos da reconfiguração escolar provocada pela pandemia de covid-19 na saúde mental de docentes e gestores que atuam na educação básica de Presidente Prudente-SP.

A organização dessa edição especial ficou sob a responsabilidade da comissão de produção acadêmica e intelectual do ProfEPT (IFNMG), composta pelos professores Admilson Eustaquio Prates, Alex Lara Martins, e pelos discentes e egressos, Ana Patrícia Bezerra dos Santos, Farley Carlos Araújo, Julipe de Cássia Dias de Oliveira e Maria Aparecida Antunes Moreira.



Um recital é um conjunto de peças poéticas, poesias declamadas, concerto musical de vozes e instrumentos, em regime escolar, de aprendizado por estímulo, tentativa e sucesso. Esse é também o espírito desta revista: estimular a produção acadêmica e científica, sem jamais perder a ternura.

Alex Lara Martins

Editor da Revista Recital

Pirapora-MG, dezembro de 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EPT: ALGUMAS REFLEXÕES

EDUCATION AND WORK AT EPT: SOME REFLECTIONS

Renilson Soares dos SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

jimy0180@yahoo.com.br

Ricardo dos Santos SILVA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Salinas

ricardo.silva@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.356>

Resumo

Este artigo apresenta reflexões acerca da relação Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Trabalho, problematizando aspectos que ganharam mais relevo com a pandemia da Covid-19. Para isso, realizou-se um estudo de caso, com roda de conversa e entrevistas, sendo os dados coletados submetidos à análise de conteúdo de Bardin (2011), cujo percurso metodológico englobou as etapas: preparação das informações, com transcrições de áudios; transformação do conteúdo das falas em unidades de análises; compatibilização dessas unidades em categorias; descrição e interpretação das informações, à luz do referencial teórico. Os resultados evidenciaram que o contexto pandêmico e a forma como o Estado brasileiro conduziu essa situação agravaram as condições socioeconômicas da população, comprometendo também a qualidade da educação especialmente das famílias mais pobres. Verificou-se, ainda, que os estudantes de cursos técnicos “optaram” por uma formação compatível com os interesses do mercado de trabalho, de maneira a mitigar os efeitos negativos na renda da família. O estudo aponta, ainda, desafios à implantação de uma EPT, cujos princípios político-filosóficos e didáticos estejam alicerçados na práxis, com o trabalho ontológico como princípio educativo e conhecimento científico, tecnológico e cultural integrados a uma produção livre da divisão social e técnica do trabalho.

Palavras-chave: Educação Profissional Tecnológica. Trabalho Ontológico. Estudo de Caso.



Abstract

This article presents reflections on the relationship between Professional and Technological Education (EPT) and Work, problematizing aspects that have gained more relevance with the COVID-19 pandemic. For this, a case study was carried out, with conversation circles and interviews, and the collected data were submitted to Bardin's content analysis (2011), whose methodological path encompassed the following steps: preparation of information, with audio transcriptions; transformation of the content of the speeches into units of analysis; compatibilization of these units into categories; description and interpretation of information, in the light of the theoretical framework. The results of the research showed that the pandemic context and the way the Brazilian State conducted this situation, aggravated the socioeconomic conditions of the population, also compromising the quality of education, especially of the poorest families. It was also found that students of technical courses "opted" for training compatible with the interests of the labor market, in order to mitigate the negative effects on family income. The study also points out challenges to the implementation of an EFA whose political-philosophical and didactic principles are based on praxis, with ontological work as an educational principle and scientific, technological and cultural knowledge integrated with a production free from the social and technical division of labor.

Keywords: Professional Education Technological. Ontological Work. Case Study

INTRODUÇÃO

A doença denominada Coronavírus, que alarmou o mundo no final do ano 2019 e que foi nomeada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Covid-19, é resultado de uma mutação de vírus, cujo primeiro registro de ocorrência que se tem notícia data do ano de 1960. Dessa maneira, os primeiros casos do novo Coronavírus, batizado por Covid-19, foram identificados em Wuhan, na China, e espalhou-se rapidamente pelo mundo, chegando ao Brasil no início de 2020, já vitimando 664.189, conforme dados de 07/05/2022 do Consórcio de Veículos de Imprensa do País. Os sintomas da doença podem se confundir com os da gripe, sendo que, na fase mais aguda, pode haver prejuízo da função pulmonar, comprometendo a respiração e exigindo internação hospitalar, com uso de respiradores artificiais em leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) por um tempo médio de 14 dias (CAVALCANTE, *et al.*, 2020).

Em razão da falta de um remédio ou vacina para a doença, à época, e pela facilidade de transmissão do vírus causador da patologia, por meio de contato como o aperto de mão, gotículas de saliva, espirros, tosses, secreções, etc., além das medidas de higiene, a forma mais eficaz de prevenção foi o isolamento social. Tentou-se, com isso, reduzir o nível de contágio, de modo a não sobrecarregar o sistema de saúde cujos recursos são limitados (CAVALCANTE, *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, ao passo que a população atendia às medidas de isolamento social, no Brasil se faziam sentir mais intensamente os reflexos nefastos do que Antunes (2020) denomina sistema de metabolismo antissocial do capitalismo, que, dentre outras incongruências, criou um enorme contingente de desempregados e trabalhadores informais. Segundo esse autor, considerando dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de pouco mais de 100 milhões de pessoas em condições de trabalhar no Brasil, tem-se 12 milhões de desempregados e 5 milhões desempregados desalentados, que são aqueles que não procuraram



mais por trabalho. Adicionalmente, tem-se 40 milhões de trabalhadores informais: motoristas de aplicativos como Uber etc.

Os desafios da educação brasileira, que já eram consideráveis, ampliaram-se com o advento da pandemia do novo Coronavírus e com a forma como o Estado brasileiro tratou essa questão. As desigualdades socioeconômicas exacerbaram-se nesse período, refletindo também na educação das famílias mais pobres, que não reuniram condições financeiras suficientes para o acesso aos recursos tecnológicos adequados, capazes de atenuar os efeitos do isolamento social sobre o processo de ensino-aprendizagem, já que, com o isolamento social, as aulas presenciais foram substituídas pelo ensino remoto, mediado por tecnologias. Soma-se a isso a deficiência da infraestrutura de moradia de diversas famílias, dificultando o acompanhamento das aulas por meio de plataformas de videoconferência.

No caso específico da educação profissional e tecnológica, há também especificidades que dificultaram manutenção da qualidade do ensino-aprendizagem que se tinha na modalidade presencial, como é o caso da impossibilidade de uso de laboratórios fisicamente localizados nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, este estudo visa a propiciar algumas reflexões sobre a relação educação e trabalho na EPT, abordando também os desafios dessa modalidade educacional no período em que se verifica o arrefecimento da pandemia, mas que se convencionou denominar pós-pandemia. Assim, fazem-se as seguintes indagações: Em que medida as desigualdades socioeconômicas foram agravadas no período pandêmico da Covid-19, refletindo-se no processo de ensino e aprendizagem, inclusive da EPT? A crise epidemiológica da Covid-19 contribuiu para o surgimento de arroubos de projetos de mercantilização da educação?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A EPT E O TRABALHO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA PERSPECTIVA MATERIAL E HISTÓRICA

A precarização do trabalho aparece como elemento primordial do desenvolvimento capitalista, fazendo surgir uma condição perversa de vulnerabilidade social do trabalhador, mediante a desconstrução de relações trabalhistas formais. Sobre a origem dessa precarização das relações de trabalho, ao discorrer sobre a origem do desemprego estrutural, Antunes (2009) diz não se tratar de evento isolado, mas inserido no contexto da crise estrutural do próprio capital, a partir dos anos 70, em que a economia real – a indústria - não dava mais conta de gerar lucros nos montantes correspondentes às expectativas dos donos dos meios de produção, havendo a migração do capital excedente para reinvestimento no mercado financeiro. Ao mesmo tempo, promoveu-se diversos ajustes também chamados de privatizações, flexibilizações ou precarizações das relações de trabalho etc., culminando em reduções de salário, desemprego e subemprego. Sobre isso, tem-se que

[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu



significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa. Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p. 33).

É importante assinalar, que antes do aparecimento da pandemia do Coronavírus, os dois últimos governos liberais, mais acentuadamente o presidente Jair Bolsonaro, já promoviam severos ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora, inclusive aqueles insculpidos na Constituição Federal de 1988, como bem nos lembra Antunes (2020). Assim, as ações governamentais se fizeram sentir em diversas áreas como a trabalhista, a previdenciária, a saúde e a educação, com eliminação de importantes conquistas e intensificação das disparidades de renda e pobreza. Em outras palavras, as agruras vividas pela sociedade brasileira precisam ser examinadas, segundo Ramos (2020), considerando esse modelo de sociedade, que levou grande parcela da população ao desemprego ou trabalho precário, visto que as pessoas não contaram com a renda oriunda do trabalho nem com auxílio governamental suficientes para suprir as necessidades básicas das suas famílias.

Ramos (2020) chama a atenção para um ponto que, sobretudo, merece reflexão no sentido de não ser simplista nas análises acerca dos reflexos da Covid-19. Segundo essa autora, a pandemia visibiliza para a humanidade um conjunto de relações de ordem econômica, política, sanitária e da forma como se interage com o meio ambiente. Em resumo, a pandemia também é manifestação de várias questões que permeiam a vida do ser humano na terra, na sua historicidade e que podem ajudar a compreender o que significa estar em isolamento social ou não, em razão das condições socioeconômicas em que se está inserido e da ausência de políticas públicas de suporte financeiro ao ser humano.

No campo da educação, conforme aponta Saviani (2020), são vários os ataques sofridos. Houve, já no ano de 2016, a Emenda Constitucional nº 95 que limitou os gastos públicos por 20 anos. Soma-se a isso a reforma do ensino médio, em 2017, que, na visão de diversos especialistas da área, tende a reduzir a qualidade da educação, uma vez que, como as propagandas governamentais tanto alardeiam, prevê, dentre outras coisas, a possibilidade de atuação, como professor, de pessoas sem formação específica, mas que detenham notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrarem disciplinas relacionadas à experiência profissional. Além disso, há os chamados itinerários formativos que – a pretexto de possibilitar ao jovem optar por uma formação técnica profissionalizante, recebendo ao término dessa fase educacional um certificado de conclusão do ensino médio regular e um diploma do curso técnico profissionalizante - reduz a qualidade da educação.

Em outras palavras e de forma resumida, o novo ensino médio sinaliza para a possível privatização da educação, porque o aparato legal que o instituiu introduziu a possibilidade de



redução do número de horas-aula da formação básica, que será complementada pelos chamados itinerários formativos a serem “escolhidos” pelos alunos e que podem ser ofertados inclusive por instituições privadas, como é o caso do itinerário de formação técnica e profissional. Essa redução da formação básica tende a acentuar o abismo entre a qualidade do ensino de escola privada e de pública, dificultando o ingresso de estudantes filhos de trabalhadores nas universidades, restando-lhes a formação técnica aligeirada compatível com os interesses do mercado de trabalho (RAMOS, 2020).

Percebe-se que, na esteira de tentar emplacar esses tipos de projetos neoliberais de mercantilização da educação, as universidades federais e os institutos federais têm sido alvos de reduções orçamentárias drásticas, tentativa de desarticulação de áreas do conhecimento como o das ciências humanas, cortes de bolsas de mestrado e doutorado entre outras; tentativa de reforçar uma ideologia de direita com medidas repressivas a docentes e discentes; afronta a renomados estudiosos da educação como Paulo Freire, chegando ao ponto de substituir livros didáticos considerados incongruentes com a ideologia que permeia a nova visão governamental de educação.

Com a população confinada em suas residências e parte importante dela sem renda para suprir suas necessidades básicas, houve forte pressão social sobre o Estado, culminando no rompimento da resistência inicial do governo de não liberar auxílio financeiro como forma de forçar o retorno das pessoas ao trabalho, sendo aprovado auxílio emergencial de R\$600,00 para os trabalhadores informais (mais de 40 milhões de pessoas), microempreendedores e autônomos desempregados, por um período. Importante assinalar que, conforme observa Antunes (2020), o valor desse auxílio está longe de cobrir as necessidades mínimas das famílias.

Outro fator que precisa ser ressaltado é que a estratégia governamental a respeito da pandemia foi sempre no sentido de negar a letalidade da doença, incentivando a população a não respeitar o isolamento social, retornando ao trabalho, o que inclusive causou diversos embates do Presidente com Governadores e Prefeitos. Ademais, verificou-se também a negação da ciência, incluindo a insistência do governo no uso do medicamento conhecido por cloroquina, cuja eficácia não foi comprovada cientificamente e que provoca efeitos colaterais significativos. Esse medicamento inclusive foi responsável pela troca de dois ministros da saúde que, por serem médicos, aparentemente não se sentiram confortáveis em validar o uso generalizado de uma substância sem efeitos benéficos comprovados.

Sobre a negação da validade dos métodos e critérios científicos, Saviani (2020), embasado em Marx, observa que, se a verdade ou a essência dos fenômenos se fizesse conhecer pelo que aparenta, não se precisaria de ciência, bastando o senso comum. Isso leva a uma conclusão de que é no mínimo temerária a posição do Presidente Jair Bolsonaro, sem formação na área médica, indicar um medicamento, até para casos leves da Covid-19, numa posição oposta ao que entende a comunidade médico científica internacional. Nessa perspectiva, Ramos (2020) faz um contraponto ao demonstrar sua preocupação tanto com a negação da ciência quanto com a seletividade no sentido de eleger áreas que seriam mais científicas que outras, desprezando a importância das ciências sociais, por exemplo. Para essa autora, há de se ter um compromisso ético-político com o conhecimento.

Antunes (2020) observa que o comportamento do presidente Bolsonaro, de conchamar o povo a trabalhar durante o auge da pandemia, está de acordo com a lógica destrutiva do sistema capitalista, expansionista, na direção de sempre almejar mais lucro e que para isso não prescinde do trabalho. Para ilustrar essa dependência do labor, o autor oferece uma reflexão no sentido de



que o atual estágio tecnológico mundial exigiria das pessoas poucas horas de trabalho por dia para satisfação de todas as necessidades. Todavia, a tecnologia, na lógica do que ele denomina sistema de metabolismo antissocial, não é voltada para ganhos humanos e sim para produzir acumulação.

Sobre o cenário da educação, em tempos de pandemia, em que afloraram os meios virtuais de ensino, Antunes (2020) assevera que é preciso vigilância e luta para evitar que se implantem os projetos neoliberais que visam à mercantilização da educação, em conformidade com a lógica de mercado. Para esse autor, a educação precisa ser pública e predominantemente presencial, possibilitando um debate aberto e dialógico entre professor e aluno, o que não é possível plenamente em aulas apenas virtuais.

No contexto de privatização das instituições educacionais, Ramos (2020) alerta para outras estratégias mercantilistas, como, por exemplo, a aquisição de plataformas virtuais de ensino que acabam por drenar os recursos destinados à educação presencial. Quanto à educação profissional, Ramos (2020) comenta que, baseada nas suas experiências de estudante e também de docente em instituição de ensino profissionalizante, entende que as mediações virtuais – EaD – não suportariam adequadamente o aprendizado das técnicas, procedimentos, processos tecnológicos e seus embasamentos científicos, experimentados em ambiente de laboratório. Além disso, comenta que as desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil se refletem nas possibilidades desiguais de acesso aos recursos tecnológicos, bem como do uso das tecnologias de maneira autônoma. Há também a questão de moradias precárias e sem espaços adequados para os estudos, além de relações familiares desestruturadas, que em muitos casos inviabilizam o estudo em casa.

Saviani (2020) também enfatiza o papel da educação presencial, colocando que ela se funda na relação interpessoal em que certos requisitos, que os alunos não tenham, para compreender algum conteúdo, são sanados pelo professor. Ao contrário, segundo esse autor, no Ensino a Distância, as dúvidas dos discentes tendem a não ser esclarecidas adequadamente, já que esse suporte é oferecido por meio de monitores que não possuem a qualificação de um professor, pois na lógica capitalista se avalia desnecessário ter um monitor com conhecimento e nível salarial de um docente convencional, sendo priorizados investimentos nas tecnologias de reprodução de videoaulas. Assim, o Ensino a Distância não pode ser uma imposição para “salvar” o ano letivo, sem considerar a necessária preparação de alunos, professores e familiares para essa realidade educacional a qual se espera que seja alternativa e não a principal.

Antunes (2020) ainda menciona que cabe às instituições públicas, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), zelar pelo conhecimento científico, propiciando reflexões críticas que possibilitem entender todos os enredos presentes nesse cenário de pandemia, rumo à construção de uma sociedade qualitativamente melhor. No mesmo sentido, Ramos (2020), comentando a respeito da reforma do ensino médio e outras políticas de desconstrução da educação brasileira, aborda que os IFs podem exercer um importante contraponto a essa tendência educacional tecnicista e conformada com as exigências do mercado capitalista de trabalho, uma vez que atua em todos os níveis e modalidades de ensino, possui capilaridade e parcialmente já oferece uma educação inspirada na politecnia¹, capaz de formar pessoas críticas e aptas a influenciar os destinos da sociedade. Para isso, porém, os

¹ Formação educacional que supõe a integração de vários conhecimentos, a partir de um conceito de especialização que engloba o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna (SAVIANI, 2006).



desafios são enormes, uma vez que não mais que 2,7 % dos estudantes cursam ensino médio nos Institutos Federais.

Ao que parece, a lógica neoliberal, acentuadora das mazelas sociais como a precarização das relações trabalhistas, associada às políticas neoliberais do atual governo e sua visão negacionista em relação à ciência, agravou os efeitos da pandemia da COVID-19 na vida dos trabalhadores brasileiros, levando o Brasil a ocupar o 2º lugar no ranking de número de infectados, atrás apenas dos Estados Unidos que coincidentemente possui um Governo cuja visão se assemelha bastante com a do presidente brasileiro da época, nos aspectos negacionistas e minimizadores da pandemia.

Em outros termos, não se pode deixar de localizar esse contexto de dismantelamento de direitos sociais, na perspectiva da acumulação por espoliação de Harvey (2012). A reflexão desse autor permite compreender, sob o prisma do neoliberalismo, como esse movimento do capital, em busca de novas formas de acumulação, encontrou receptividade em países como o Brasil que precisavam financiar suas dívidas e por isso mercantilizaram seus ativos a preços relativamente módicos, a partir de receituários como o Consenso de Washington², culminando numa onda privatista de áreas sociais estratégicas, como a saúde e a educação que assistiam sobretudo a população mais pobre.

Houve, também, o desmonte de direitos sociais nas áreas previdenciárias, trabalhistas etc., empurrando considerável contingente populacional para o trabalho precário. Dito de outra forma, o Estado brasileiro, sob o governo de Jair Bolsonaro, continuou a desempenhar o seu papel de facilitador da espoliação, restringindo-se a distribuir “migalhas”, a exemplo do auxílio emergencial destinado aos trabalhadores informais e de baixa renda, que de início teria o valor de duzentos reais, mas que, após embates com o Legislativo, foi elevado para seiscentos reais. Isso sinaliza que a preocupação preponderante daquele governo foi o de continuar a fazer girar a engrenagem da economia.

A nosso ver, o cenário pós-pandemia exigirá luta pelo resgate dos direitos sociais, considerando a possibilidade de ampliação do histórico fosso existente entre a educação ministrada às pessoas mais abastadas e aquela destinada à classe trabalhadora. Sob um novo governo, de orientação mais progressista, há de se confrontar e revogar a Emenda Constitucional nº 95 para que sejam possíveis maciços investimentos em todas as áreas, incluindo a educacional, o que pode culminar na ampliação de vagas nos Institutos Federais, que são capazes de fomentar uma formação para além das necessidades mercadológicas, no sentido de viabilizar a transformação da sociedade para o enfrentamento dos desafios que se apresentam.

Para Ciavatta (2020), a educação profissional e tecnológica (EPT) não pode ser dissociada das questões políticas que permeiam a sociedade. Assim, a educação não pode se esgotar no seio das escolas e os professores precisam ser capazes de trabalhar criticamente a partir do conhecimento acumulado pela sociedade, para que os alunos consigam entender o funcionamento social e compreender o seu papel de transformação das condições materiais da sua existência.

² Refere-se ao conjunto de medidas de cunho neoliberal (reformas fiscal e tributária, abertura comercial, liberalização do comércio exterior, privatizações etc.), concebidas por economistas de instituições financeiras como FMI, Tesouro norte americano e Banco Mundial, em 1989, para serem aplicadas por países em desenvolvimento (nota do autor).



Sobre os desafios de uma EPT na perspectiva emancipadora, é importante considerar que a educação no modo de produção capitalista serve ao propósito de reprodução dos valores da classe hegemônica, por meio da ideologia. A hegemonia encontra-se imbricada nas relações antagônicas das classes sociais do capitalismo: classe dominante e o proletariado ou classe trabalhadora. De acordo com Gramsci (1999), o processo hegemônico ou de preponderância da classe dirigente sobre a classe trabalhadora se materializa através da ideologia que leva ao consenso e à legitimidade das ideias, de modo tão sutil e disfarçado que chega a quase não aparentar dominação de uma classe sobre a outra.

Dessa maneira, desconstruir a hegemonia da atual classe dominante passa pela ruptura da legitimidade construída por seus mecanismos ideológicos, fazendo emergir novos consensos compatíveis com a visão da classe trabalhadora, o que poderia resultar numa outra hegemonia, que seria a da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1999). Entretanto, como surge essa força chamada ideologia, que dá suporte ao controle de uma classe sobre a outra?

Sobre a ideologia, Marx (1993) esclarece que coexistem, na sociedade capitalista, duas instâncias: a infraestrutura e a superestrutura. Na infraestrutura ou base econômica, as relações de produção se processam através da força de trabalho e dos meios de produção controlados pelos patrões. Por outro lado, a superestrutura alicerça-se sobre a infraestrutura, no sentido de preservar funcionamento das relações econômicas que interessam a classe social que controla o processo econômico e político. Nessa perspectiva, é na superestrutura que aparece a ideologia enquanto estratégia dessa classe dominante para legitimar suas visões ou ideias, de modo que elas sejam tidas como verdades inquestionáveis, por parte da classe trabalhadora.

Por conseguinte, localiza-se na superestrutura a ideologia e o poder político legal do Estado que se faz por meio da polícia, da legislação, da máquina administrativa e da educação, sobretudo a educação escolar. Importante mencionar, na perspectiva de Marx (1993), que o processo de formação das ideias não pode ser examinado dissociadamente das condições históricas e sociais em que elas surgem.

Sobre as sutilezas do processo ideológico, Mészáros (1996) faz uma observação importante, ao mencionar que não há na sociedade algo que seja totalmente isento de ideologia, não escapando nem o conteúdo de um dicionário em que as palavras possuem significados que são compatíveis com as visões ou pontos de vista que a classe hegemônica pretende cristalizar na sociedade. Assim é que o significado das palavras “conservador” e “liberal”, por exemplo, carregam a ideia de positividade tendo como sinônimo a expressão moderado. Por outro lado, a palavra “revolucionário” recebe qualificadores negativos como extremista, enfurecido etc., ou seja,

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (e reconstituir-se constantemente) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada como a articulação de conjunto de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos (MÉSZÁROS, 1996, p. 22).



Outro aspecto a considerar é que uma EPT que pretenda ser emancipatória precisa inspirar-se numa educação que tenha o trabalho como princípio educativo. No entanto, não se refere ao trabalho alienado, típico do modo capitalista de produção, e sim ao labor no seu sentido ontológico.

Sobre o trabalho estranhado ou alienado, Marx (2013) ensina que, no modo de produção capitalista, o sentido original do trabalho foi desvirtuado pela separação que ocorre entre o homem produtor e suas ferramentas de produção e do próprio produto de seu trabalho. Nesse descolamento entre homem, meio de produção e produto do trabalho, a classe trabalhadora não mais se reconhece nem consegue compreender as diversas relações sociais que levam à produção de uma mercadoria, percebendo o fruto do seu trabalho como algo dissociado dele.

Por isso é que o trabalho precisa ser emancipado para só então se tornar princípio educacional. Em outros termos, é necessário que o conceito de trabalho retorne aos seus fundamentos verdadeiros, em que o homem atua sobre a natureza de maneira a modificá-la de acordo com as suas necessidades de sobrevivência. Assim, nesse processo transformacional, ao alterar a natureza externa, também o Ser o faz em relação à própria natureza humana. “Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2006, p.154). Nessa práxis³, compreendida na relação com o ambiente natural, o homem consegue refletir sobre os feitos, construindo um mundo de produtos e valores, específico da espécie humana (MARX, 2011).

2 METODOLOGIA

No percurso metodológico desta pesquisa, a partir de uma abordagem qualitativa, realizou-se um estudo de caso, tendo como objeto os alunos do 3º módulo do curso técnico de nível médio de eletrotécnica do Campus Montes Claros⁴, do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

Sobre os instrumentos de coleta de dados, realizou-se uma roda de conversa e entrevistas semiestruturadas, com a participação de sete informantes, por meio de plataforma de web conferência - *Google Meet* - em decorrência das medidas de isolamento social impostas pela COVID-19. A adoção do recurso virtual para coleta de dados trouxe algumas dificuldades

³ Ramos (2020) e Frigotto (2010), em leituras imanentes de Marx, nos esclarecem que a práxis é a unidade da teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica.

⁴ Montes Claros é uma cidade situada no norte do Estado de Minas Gerais, do Brasil, com população de 413.487 habitantes (dados de 2020). Possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região norte do Estado de Minas Gerais. A principal fonte econômica é o comércio e o serviço, seguido da indústria e por último da agropecuária. O parque industrial da cidade é destaque, contando com um distrito industrial com área de 5,2 milhões de m², um dos mais importantes complexos industriais do Estado, com indústrias de renome nacional e internacional, como: Coteminas, Lafarge, Novo Nordisk, Nestlé, Petrobrás e Alpargatas. Essa cidade ainda é referência em saúde, com mais de 200 estabelecimentos, incluindo hospitais públicos e privados. É polo educacional, com várias universidades e faculdades, que recebem estudantes de toda microrregião, incluindo o sul da Bahia. Possui boa infraestrutura de transporte, contando com Aeroporto. Mais informações: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/pesquisa/38/46996>



como: agendamento e reagendamentos de entrevistas, descompassos entre a transmissão e recepção de áudios nos diálogos conduzidos pelo *google meet*, desabilitação acidental dos recursos de vídeo por parte de alguns alunos, trazendo prejuízo à captação de aspectos da comunicação não verbal.

O período de coleta de dados foi de 24/8/2021 a 11/09/2021, sendo que a roda de conversa durou 29 minutos e o tempo médio de cada entrevista foi de 15 minutos.

Os dados coletados foram transcritos e submetidos à análise de conteúdo de Bardin (2011), com alguns ajustes metodológicos propostos por Moraes (1999) para o contexto educacional. Para Moraes (1999), a análise de conteúdo permite a compreensão do sentido simbólico de mensagens não explicitadas por informantes. Para esse autor, ainda que a análise de conteúdo tenha origem no positivismo, ela se presta de maneira muito adequada, com alguns ajustes, às pesquisas de cunho qualitativo.

Nessa perspectiva, o processo analítico de conteúdo constituiu-se das etapas de preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades de análise, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação (MORAES, 1999). Assim, os arquivos de áudios oriundos de entrevistas e roda de conversa foram transcritos pelo pesquisador, com o apoio de ferramentas de transcrição de áudio do *Google Docs*. Em seguida, implementou-se uma análise preliminar desse material, explicitando os trechos mais aderentes ao objetivo e às questões de pesquisa. Houve, ainda, uma exploração aprofundada do conteúdo, realçando em cores distintas os que se repetiam, com atenção especial à possibilidade de aparecimento de nova categoria de análise em decorrência dessa dinâmica de organização das informações obtidas.

Posteriormente, cada coleção de informações idênticas foi associada ao objetivo da pesquisa, recebendo realce em cor distinta, representando categorias de análise, como a explorada neste artigo, constante do quadro 1.

Quadro 1 – Categoria de Análise.

Objetivo	Categoria de análise
Analisar as concepções e percepções dos alunos do curso técnico em eletrotécnica do IFNMG, Campus Montes Claros, acerca do processo educativo e o mundo do trabalho.	Concepções e percepções sobre a relação EPT e mundo do trabalho.

Fonte: Autoria própria, 2022

No passo seguinte, procedeu-se à organização final e ao tratamento dos dados, por meio do agrupamento dos recortes de informações, que se constituíram em unidades de análises associadas às categorias de análise (MORAES, 1999). Por fim, promoveu-se a análise e a interpretação das categorias, articulando o referencial teórico ao conteúdo de algumas falas dos informantes, emergindo as discussões a seguir.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme quadro 2, os alunos entrevistados estão na faixa etária entre 19 e 36 anos, sendo que seis cursam o nível técnico de nível médio na modalidade Subsequente⁵ e exercem atividades remuneradas. Um dos sujeitos da pesquisa estuda na modalidade Concomitante⁶. Não há no *Campus* Montes Claros, a modalidade Integrado⁷ para o curso técnico de nível médio em eletrotécnica.

Quadro 2 – Perfil dos alunos entrevistados.

Sujeito da Pesquisa	Sexo	Idade	Ocupação	Modalidade
E1	Masculino	36	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E2	Masculino	35	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E3	Masculino	21	Eletricista (Autônomo)	Subsequente
E4	Masculino	31	Operador de produção (Celetista)	Subsequente
E5	Masculino	19	Estagiário de TI	Subsequente
E6	Feminino	19	Estudante	Concomitante
E7	Masculino	19	Eletricista de Refrigeração (Celetista)	Subsequente

Fonte: Autoria própria, 2022

Apresenta-se, no quadro 3 abaixo, as principais falas associadas à categoria de análise em referência. Algumas dessas unidades de análise serão discutidas neste tópico.

⁵ Subsequente é a modalidade educacional em que o aluno faz o curso técnico após a conclusão do ensino médio.

⁶ Concomitante é a modalidade de curso técnico em que se estudam as disciplinas de formação técnica enquanto se faz o ensino médio em outra instituição.

⁷ Integrado é a modalidade em que se cursa o ensino médio junto com a formação técnica. Mais informações vide: <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/1607-integrado-concomitante-ou-subsequente-conheca-as-diferencas#:~:text=O%20concomitante%20%C3%A9%20chamado%20assim,forma%20SUBSEQUENTE%20ao%20ensino%20m%C3%A9dio.>



Quadro 3 – Unidades de análise

Categoria: Concepções e percepções sobre a relação entre EPT e mundo do trabalho	Nº
Principais falas/unidades de análise	
<p>[...] é uma boa pergunta. Eu acho que foi o mercado de trabalho mesmo. Eu achei o curso interessante. Assim e mais tipo o mercado de trabalho é aberto né? (E6).</p> <p>[...] O mercado de trabalho tem emprego só que não tem pessoas qualificadas. A palavra é essa: qualificação para se adequar em meio a tecnologia que a gente está vivendo? (E1).</p> <p>Assim cara... geralmente... igual mesmo... a gente ... tá estudando mais pela EaD. [...] tipo... tem as aulas (síncronas) [00:10:22] com a gente tipo assim... a gente.... não é toda hora que a gente pode né? ... tá na aula.... não é toda hora que a gente está disponível para ouvir os professores porque a gente tem trabalho né? tem outras coisas para fazer (E7).</p> <p>Na verdade no momento eu estou afastado pelo INSS. [...] eu sofri um acidente eu estava complementando renda, trabalhando de moto. [...] tô no processo de reabilitação do INSS.... eu também trabalho como eletricitista autônomo (E1).</p> <p>(...) a tecnologia, vamos colocar na eletricidade propriamente dita. Na área de elétrica hoje a gente vê a automação industrial, a gente vê a automação residencial e esse trem tem beneficiado muito. O ser humano hoje em dia tá querendo comodidade (E1)</p> <p>(...) a acomodação do ser humano é uma parte negativa. (...) igual tem muita vaga na área só que não tem a qualificação. (...) então esse é um ponto negativo, que às vezes a pessoa fala ah, não tem emprego não tem mais, mas se a pessoa qualificar ela consegue um emprego bom num lugar bacana né? (E1).</p> <p>A eficiência de produção dela (a tecnologia), é uma eficiência muito grande, em todos os sentidos. Você olha pelo lado da segurança, você olha pelo lado da qualidade, você olha pelo lado do volume de produção, não se compara. (...) ela consegue fazer o trabalho por um grande número de mão de obra. Muitas pessoas que poderiam tá ali fazendo aquele trabalho que ela faz, não vai fazer mais, quem vai fazer é a máquina. (...) as pessoas vão perder o posto de trabalho que a tecnologia... quem não for atualizar (...), vai perder (E4).</p> <p>(...) a inteligência artificial tá acima do ser humano. (...) o programa de computador tá bem acima do ser humano. Eu vejo assim né, se for olhar bem hoje o ser humano comparado com a tecnologia tá ficando obsoleto já. Ele tá ficando ultrapassado de acordo com a tecnologia (E4).</p> <p>(...) hoje não tem trabalho sem tecnologia sabe? (...)então eu acho que o mundo ele não viveria, não existiria né? sem tecnologia (E7).</p>	17

Fonte: Autoria própria, 2022



Verifica-se que os alunos do curso técnico de nível médio em eletrotécnica, pesquisados, se preocuparam prioritariamente com uma formação compatível com as carências do mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades financeiras das famílias. Questionada sobre a motivação para ingresso no curso técnico, a informante abaixo disse:

[...] é uma boa pergunta. Eu acho que foi o mercado de trabalho mesmo. Eu achei o curso interessante. Assim e mais tipo o mercado de trabalho é aberto né? (E6).

A percepção da discente evidencia que a educação escolar, como parte da superestrutura capitalista, componente das relações sociais e de produção, se presta à reprodução dos valores da classe que é hegemônica em um determinado momento histórico da sociedade (RAMOS, 2020). Nesse sentido, não se pode perder de vista que a formação educacional não é objeto de livre escolha, estando sob influência da classe dominante, que, conforme Gramsci (1999), tem ascendência sobre a classe trabalhadora, conseguindo viabilizar estratégias de legitimação de suas ideias. Em outros termos, pode-se dizer que as propostas pedagógicas partem de relações sociais e de produção vigentes, em que há uma classe trabalhadora, que só dispõe de sua força de trabalho para alienar e a classe detentora dos meios de produção, com poderes para influenciar o projeto pedagógico, numa sociedade em que o trabalho e, por conseguinte, o conhecimento não são acessíveis igualmente pelas pessoas.

No mesmo contexto, outro informante diz:

[...] O mercado de trabalho tem emprego só que não tem pessoas qualificadas. A palavra é essa: qualificação para se adequar em meio a tecnologia que a gente está vivendo? (E1).

Essa fala mostra como a ideologia da classe hegemônica foi eficaz em incutir nos trabalhadores, de maneira sutil, a ideia de que a culpa pelo desemprego não é da estrutura do sistema capitalista e sim do próprio trabalhador:

Isso evidencia claramente que

(...) a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável nas sociedades de classe (MÉSZÁROS, 1996, p. 22).

Outra questão relevante observada é que ainda que a instituição educacional ofereça cursos na modalidade denominada Ensino Médio Integrado, nenhum dos alunos informantes optaram por fazê-los, escolhendo o técnico em eletrotécnica – subsequente ou concomitante. Houve relatos sobre as dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo:



Assim cara... geralmente... igual mesmo... a gente ... tá estudando mais pela EaD. [...] tipo... tem as aulas (síncronas) [00:10:22] com a gente tipo assim... a gente.... não é toda hora que a gente pode né? ... tá na aula.... não é toda hora que a gente está disponível para ouvir os professores porque a gente tem trabalho né? tem outras coisas para fazer (E7).

Na verdade no momento eu estou afastado pelo INSS. [...] eu sofri um acidente eu estava complementando renda, trabalhando de moto. [...] tô no processo de reabilitação do INSS....eu também trabalho como eletricista autônomo (E1).

O relato sobre o trabalho de moto, como forma de complementação de renda, enquadra no que Antunes (2020) denomina sistema de metabolismo antissocial do capitalismo, em que vários trabalhadores são obrigados a buscar o trabalho informal, fato exacerbado no período da pandemia da Covid-19, com elevação dos níveis de desemprego e redução da renda. Nesse sentido, as pessoas buscaram curso de qualificação que lhes permitiam ter um novo emprego estável e, ao ingressarem na modalidade subsequente, esses alunos se deparam de fato com uma educação que visa à formação aligeirada para o mercado de trabalho. Sobre isso, Ramos (2020) alerta que o decreto nº 5.154/2004, embora tenha facultado a articulação entre o ensino médio e o profissional, não impediu o funcionamento desarticulado representado pelas modalidades concomitante e subsequente, que atendem aos interesses capitalistas no sentido de formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Em muitas escolas que ofertam a educação profissionalizante a disponibilidade da modalidade ensino médio integrado é pequena e ainda carece de melhor estruturação pedagógica Ramos (2020).

Ramos (2020) reforça que tomar a dimensão econômica como algo especificamente vinculado à empregabilidade da classe trabalhadora ou de acumulação capitalista se mostra uma visão míope, devendo ser buscado prioritariamente o entendimento da dimensão histórica de como a sociedade possibilita a existência do capitalismo. Assim, a educação profissional e tecnológica precisaria estar alicerçada na práxis, em que o trabalho se configura como princípio educativo, em que a relação entre teoria e prática é de unidade e não de dualidade.

Nesse contexto, Ramos (2020) ainda pontua que o conhecimento é a mediação que possibilita compreender a realidade, incluindo o mercado de trabalho, a divisão de classes e as contradições do mundo. Desse modo, se se almeja construir conhecimento por meio da educação profissional e tecnológica, tendo o trabalho como princípio educativo, certamente se estará diante de dois desafios frutos do tensionamento entre interesses antagônicos: formar pessoas para suprirem as necessidades do mercado de trabalho ou para que sejam capazes de apreender a realidade como uma práxis histórica de produção da existência humana, numa perspectiva crítica.

Kuenzer (2020), na perspectiva marxiana, alerta que uma educação que se funda no trabalho como princípio educativo é bastante distinta daquela que se lastreia no trabalho estranhado característico do modo de produção capitalista, em que há separação entre as dimensões operacional e intelectual. Assim, na esteira do sentido ontológico do trabalho, o desafio que se coloca para a educação profissional no pós-pandemia é alicerçá-la na práxis, em que o pensar e o fazer se relacionem simultaneamente na realização de uma atividade e, dessa forma, é preciso entender, na perspectiva educacional, como se articularam o conhecimento operacional e o intelectual, a teoria e a prática, em cada momento histórico do capitalismo e de acordo com o projeto hegemônico.

Como na sociedade capitalista, em virtude da ascendência da classe dominante, o propósito é a reprodução da estrutura de classe, tem-se o trabalho social e tecnicamente dividido, sendo



regulada também a maneira como o conhecimento deve ser disponibilizado à classe trabalhadora, em cada momento histórico, limitando-se o mínimo necessário ao desenvolvimento do trabalho, sem provocar distúrbios ao modo societal vigente. (KUENZER, 2020). No entanto, conforme ensina essa autora, é preciso aproveitar as contradições do modo capitalista de produção, como, por exemplo, em períodos em que o poder político é ocupado por governos progressistas, no sentido de organizar uma educação crítica, tendo o trabalho como princípio educativo. Essa educação almejada se daria a partir de uma escola em que o conhecimento científico, tecnológico e cultural esteja integrado a uma produção que não esteja sob a influência da divisão social e técnica do trabalho.

De maneira simplificada, a formação educacional profissional e tecnológica necessária no pós-pandemia é aquela que integra produção, cultura e ciência, democratizando todas as formas de conhecimento a todos, sem exceção e sem diferenças qualitativas em razão da classe social de pertença (CIAVATTA, 2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

A pesquisa permite afirmar que a pandemia do novo Coronavírus e a forma de enfrentamento desse episódio pelo Brasil, até 2022, afetaram a educação brasileira, uma vez que a acentuação das desigualdades socioeconômicas dificultaram que pessoas mais pobres pudessem acessar tecnologias capazes de mitigar os prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem decorrentes da paralisação do ensino presencial.

No caso da educação profissional e tecnológica, além dos efeitos mencionados, também houve comprometimento do processo ensino e aprendizagem decorrente falta dos laboratórios tão necessários à articulação entre teoria e prática. Como disse Ramos (2020), baseada nas suas experiências discente e docente em entidade de ensino profissionalizante, as mediações virtuais – EaD – são insuficientes ao aprendizado das técnicas, procedimentos, processos tecnológicos e seus embasamentos científicos. Verificou-se ainda que os alunos do curso técnico, objeto da pesquisa, “optaram” por uma formação compatível com os interesses do mercado de trabalho, de maneira a atenuar os efeitos negativos na renda da família.

O Estado brasileiro, ao negar a ciência e minimizar o efeito da pandemia, retardou a aquisição de vacinas e o auxílio financeiro às pessoas carentes, no período de isolamento social. Com isso, diversas dimensões da vida humana foram afetadas.

Sob a administração de um governo liberal, classificável como de extrema direita, a pandemia serviu ainda de pretexto para a intensificação de medidas visando à privatização da educação. Nesse sentido, instituições educacionais federais foram alvos de reduções orçamentárias, no contexto da Emenda Constitucional nº 95, que limitou gastos públicos por 20 anos.

Ademais, iniciou-se em 2022, por exemplo, os efeitos do novo ensino médio que pode ter como consequência a mercantilização da educação, porque se tornará possível a redução do número de horas-aula da formação básica, bem como oferta dos chamados itinerários formativos a serem “escolhidos” pelos alunos por instituições privadas, como é o caso do itinerário de formação técnica e profissional. Com o encurtamento da formação básica, o ingresso em meio universitário será quase uma exclusividade dos alunos de escolas privadas, restando aos filhos



da classe trabalhadora a formação técnica aligeirada adequada aos interesses do mercado de trabalho (RAMOS, 2020).

De maneira geral, com o arrefecimento da pandemia, será necessário intensificação das lutas sociais no sentido do resgate de direitos suprimidos, já que há a possibilidade de ampliação do histórico fosso existente entre a educação da elite e da classe trabalhadora. Nessa perspectiva e considerando que há um novo governo federal com visão progressista, é urgente que se busque a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 – teto de gastos – construindo outro tipo de parâmetro de controle fiscal, mais flexível, que permita realizar os investimentos necessários em todas as áreas, incluindo a educacional. Outra questão a se enfrentar e modificar é o novo ensino médio, de modo a evitar que cresça o abismo da desigualdade educacional entre pobres e ricos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **A crise, os sentidos do mundo do trabalho e a educação pública**. *Canal RETEP no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VL0UaY4PRp4&feature=youtu.be>. Acesso em 02 mai. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- CAVALCANTE, João Roberto et al. **COVID-19 no Brasil**: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 29, n.4, e2020376, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000400306&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 out. 2020. Epub 10-Ago-2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000400010>.
- CIAVATTA, Maria. ***Aprendizagem operacional X preparo intelectual?** Os desafios da EPT no Brasil. *Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gyJM-LrDjCg&feature=youtu.be>
Acesso em 28 mai. 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- KUENZER, Acácia. ***O trabalho como princípio educativo**. *Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OoRPX-IBmIY>. Acesso em 08 jun. 2020.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.



MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MÉSZÁROS, István. **Poder da ideologia**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação. Porto Alegre, v.22, n.37, p. 07-32. 1999. Disponível em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em 07 dez 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado frente ao contexto de pandemia**.

Canal do MEP-SINASEFE no You.Tube, 2020. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=WV15n_5VDd8&feature=youtu.be. Acesso em 26 Mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica na educação do campo**. * Canal do Farol-UFSM no You.Tube, 2020. Disponível em: <https://farol.ufsm.br/transmissao/live-a-pedagogia-historico-critica-na-educacao-do-campo>. Acesso em 15 mai. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 29, Caxambu, MG, 2006.

Recebido em: 29 de janeiro 2023

Aceito em: 20 de outubro 2023

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA PROPOSTA PARA O IFNMG CAMPUS MONTES CLAROS-MG

*PARTICIPATORY BUDGET AND INTEGRATED HIGH SCHOOL: A PROPOSAL FOR
THE IFNMG CAMPUS MONTES CLAROS-MG*

Marcus Vinícius Guedes da MOTA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Montes Claros

marcus.mota@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.465>

Resumo

Institucionalizado ao final de 1989, na cidade de Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) configurou-se como um modelo de política pública baseado na participação popular. Passadas décadas, houve expansão do OP para alguns municípios e instituições no país. A execução orçamentária do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais (IFNMG) tende a seguir essa política, baseando-se nos princípios dessa modalidade de orçamento. A pesquisa teve como objetivo analisar como a aplicação dessa ferramenta pode contribuir para o desenvolvimento do Ensino Médio Integrado (EMI) no IFNMG, Campus Montes Claros, no viés do humanismo, denominado de Orçamento Participativo da Escola (OPE). Em termos metodológicos, recorreu-se aos instrumentos de coleta de informações: pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O número de entrevistados no IFNMG Campus Montes Claros foi composto por 10 (dez) discentes e 8 (oito) técnicos administrativos. As entrevistas ocorreram entre abril e maio de 2021. Articulado às políticas de gestão, foi desenvolvido um Guia com “passo a passo” para aplicação do OPE e ciclo de palestras que pretendem abranger a relação entre o OP e o EMI como ferramenta pedagógica de ensino omnilateral, a ser aplicado no campus em tela e replicado na rede IFNMG. O resultado geral da pesquisa evidencia que é possível trabalhar o OPE no IFNMG Campus Montes Claros e, ainda, replicá-lo em outros *campi* da rede IFNMG, nos moldes apresentados.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Ensino Médio Integrado. Humanismo. Orçamento Participativo da Escola. IFNMG.



Abstract

Institutionalized in late 1989 in the city of Porto Alegre, the Orçamento Participativo (Participatory Budgeting - PB) has been established as a model of public policy based on popular participation. Over the decades, PB has expanded to some cities and institutions across the country. The budget execution of the Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Federal Institute of North of Minas Gerais (IFNMG) tends to follow this policy, relying on the principles of this budgetary approach. The research aimed to analyze how the implementation of this tool can contribute to the development of Integrated High School (EMI) at IFNMG, Montes Claros Campus, from a humanistic perspective, called School Participatory Budgeting (SPB). Methodologically, we used the following data collection instruments: bibliographic research and semi-structured interviews. The number of interviewees at IFNMG Campus Montes Claros consisted of 10 (ten) students and 8 (eight) administrative technicians. The interviews took place between April and May 2021. In conjunction with management policies, a pilot was developed with a "step-by-step guide for implementing SPB" and a series of lectures intended to address the relationship between PB and IHSE as a pedagogical tool for comprehensive education, to be applied at the campus in question and replicated within the IFNMG network. The overall research results indicate that it is possible to implement SPB at IFNMG Campus Montes Claros and replicate it at other campuses within the IFNMG network as outlined.

Keywords: Participatory Budgeting, Integrated High School, Humanism, Participatory Budget of the School, IFNMG.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a integração do Orçamento Participativo (OP) na educação como uma ferramenta de ensino. Busca estudar como essa abordagem pode ser aplicada no Ensino Médio Integrado (EMI) sob uma perspectiva humanista, incentivando a participação ativa dos alunos no diálogo com os professores, conforme ensinado por Paulo Freire. Trata-se da versão em artigo científico da dissertação “Orçamento participativo e ensino médio integrado: uma proposta para o IFNMG campus Montes Claros-MG”, apresentado para fins de encerramento do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mestrado profissional, em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFNMG Campus Montes Claros.

A partir das primeiras indagações sobre o estudo, o objetivo estabelecido foi o de estimular os alunos a compreenderem o mundo ao seu redor, seu papel na sociedade e os processos que a moldam. A escola deve prepará-los para serem cidadãos críticos e aptos a participarem plenamente na sociedade, especialmente no que diz respeito à interpretação crítica das informações disponíveis nos meios de comunicação.

A pesquisa se insere no contexto da gestão pública e da educação, explorando a possibilidade de aplicar o OP no processo educacional do EMI de forma livre ou, pelo menos, como política pública. Isso envolve a compreensão dos conceitos de democracia, participação e viabilidade da implementação dessa forma de gestão democrática no IFNMG Campus Montes Claros.

Assim, o objeto de estudo é o Orçamento Participativo no IFNMG Campus Montes Claros, com o objetivo de aplicar essa abordagem no processo educacional, envolvendo alunos do EMI e servidores efetivos. Isso é feito com base em uma perspectiva humanista, inspirada em Paulo



Freire, autores marxistas e Antonio Gramsci, assim como em outros autores que exploraram essas ideias. Destaca-se também a importância de partir das experiências concretas dos alunos, valorizando o conhecimento prévio/coletivo e promovendo o desenvolvimento cultural de todos, como nos inspira Gramsci *apud* Nosella (2016). Isso implica evitar ideias preconcebidas e promover o potencial crítico e criativo dos alunos.

Entende-se também que é crucial avaliar regularmente a eficácia da abordagem educacional omnilateral com uma perspectiva humanista adotada pelos Institutos Federais de Educação (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010). Isso é particularmente relevante para o IFNMG Campus Montes Claros, considerando a possível aplicação do OP como uma ferramenta pedagógica para os alunos do EMI, tendo em vista um dos anseios dos servidores, evidenciados na greve de 2014 e 2015 (Sinasefe, 2014), pensado aqui para ser aplicado em conjunto com os alunos do EMI, foco das pesquisas desenvolvidas no mestrado PROFEPT.

A discussão sobre o OP como uma ferramenta educacional pode ser vista como uma forma de politizar os alunos, permitindo que eles compreendam como os recursos são geridos em um contexto público. Isso ocorre dentro do ambiente acadêmico, preparando-os para um envolvimento mais amplo em outras esferas públicas, no futuro.

Diante disso, a pesquisa aborda a questão da falta de participação da comunidade escolar no processo orçamentário, que é conduzido pela gestão sem consulta à comunidade. A esperança é que o OP possa ser implementado no IFNMG Campus Montes Claros como uma ferramenta pedagógica que garanta a participação dos servidores e alunos do EMI na alocação de recursos públicos.

Assim sendo, o problema abordado aqui envolve a criação de um guia educacional em formato digital (PDF) para aplicação do Orçamento Participativo da Escola (OPE) no IFNMG Campus Montes Claros. O objetivo é promover a participação dos servidores e alunos na tomada de decisões sobre o orçamento do *campus*. A proposta é baseada em estudos bibliográficos, análise das prestações de contas e entrevistas com participantes.

O guia detalha os passos para a implementação do OPE, incluindo mobilização, ciclo de palestras e deliberação sobre o uso dos recursos. O produto visa a formar cidadãos críticos, alinhando-se com preceitos de Paulo Freire, Gramsci e Marx. É direcionado ao Ensino Médio Integrado do *campus*, com foco na educação desinteressada.

A eficácia do guia depende de sua integração institucional, da participação contínua da comunidade escolar e da avaliação periódica. O OPE é um processo em constante evolução, adaptando-se a cada contexto. A validação ocorreu com a entrega do guia¹ à gestão e sua efetiva aplicação na escola, promovendo a educação formal e a participação dos envolvidos no processo de tomada de decisões sobre o orçamento escolar.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho aborda princípios da educação socialista, inspirada nas ideias da escola politécnica de Marx, na omnilateralidade de Gramsci e no humanismo de Freire (2018a). Contudo, não busca uma revolução radical, pois o IFNMG, embora tenha sido influenciado pela escola

¹ O guia encontra-se publicado no site oficial do IFNMG: <https://ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profept>. Com o título: Orçamento Participativo da Escola – OPE – Guia Passo a Passo.



politécnica de Marx, aceita o desenvolvimento local e regional dentro das estruturas capitalistas, preparando alunos para a sociedade, mas com ênfase na utilidade para as empresas.

A base epistemológica deste estudo inclui a importância do trabalho, conforme Gramsci, que enfatiza a necessidade de preparar as pessoas para o trabalho industrial (Manacorda, 2007). Isso vai além do trabalho alienado e busca promover uma compreensão mais profunda dos processos de produção. Nessa perspectiva, compreende-se que a práxis transformadora e revolucionária valoriza o ser humano, principalmente no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI). A escola do trabalho busca libertar as pessoas do trabalho alienante e ensiná-las a pensar criticamente. A educação omnilateral e politécnica visa a proporcionar às gerações futuras uma vida mais significativa, além do mero trabalho.

Freire (2018a) destaca a importância de uma educação humanista para superar a opressão da classe trabalhadora. A práxis, baseada no diálogo e no aprendizado mútuo entre professores e alunos, é fundamental para a libertação da educação bancária e a promoção da humanização.

Em resumo, as bases epistemológicas deste estudo, fundamentadas no materialismo histórico e na luta de classes, refletem uma visão socialista da educação, conforme evidenciado pelos autores mencionados nas referências bibliográficas.

1.1 ESTUDOS ANTERIORES

Acerca de estudos anteriores, durante a pesquisa nos periódicos da CAPES, foi encontrada a dissertação de mestrado intitulada “Desafios da Construção de uma Gestão Democrática Participativa: o caso do IFNMG Campus Montes Claros”, de autoria de Josilene de Fátima Cardoso de Sá. Essa pesquisa se concentrou exclusivamente no IFNMG Campus Montes Claros.

Observou-se que há poucos estudos sobre o tema da democracia no IFNMG no repositório da CAPES. Por alguma razão, pesquisadores não se interessam em explorar esse assunto.

Posteriormente, na pesquisa das bases de dados do IFNMG, foi identificado o artigo intitulado “Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: Mecanismos de Participação na Construção do Projeto Pedagógico do Curso”, disponível no repositório da Revista Multifaces, que é a publicação institucional do IFNMG. No entanto, essa pesquisa é bastante restrita, pois está centrada nos documentos do curso Técnico em Informática, do Campus Diamantina.

A partir desse artigo, foi possível constatar que o IFNMG realizou consultas à sociedade e obteve ampla participação na criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática. Apesar disso, é importante ressaltar que o escopo desse artigo é limitado, uma vez que abrange apenas o Campus Diamantina e concentra-se em um único curso.

O presente trabalho está estruturado em tópicos, abordando inicialmente as bases epistemológicas e o materialismo histórico da Educação Socialista, no tópico 1. Em seguida, no tópico 2, Estado e Democracia, será discutido sucintamente o estado atual do mundo, com enfoque no estado liberal (ou neoliberal) e suas críticas. Posteriormente, serão explorados os conceitos de Administração Pública, tópico 3, e, em seguida, no tópico 4, o conceito de Orçamento e Orçamento Participativo, de forma mais genérica.



1.2 HUMANISMO - A EDUCAÇÃO SOCIALISTA

É necessário compreender o humanismo na educação socialista com base na escola unitária de Gramsci, Paulo Freire e na politécnica em Marx, para compreender a educação crítica e participativa da filosofia comunista. Esta pesquisa reconhece o trabalho como princípio educativo e social, conforme afirmado por Pistrak (2008). A educação proposta valoriza o ser humano no contexto do trabalho, não como uma mercadoria, mas como um pensador. De acordo com Manacorda (2007, p. 61), "os homens começaram a distinguir-se dos animais quando começaram a produzir seus meios de subsistência". Dessa forma, o trabalho é o meio que conecta o ser humano à natureza, modificando-a conforme pensa, para sanar suas necessidades de sobrevivência (Marx, 2013).

No entanto, o trabalho foi reduzido a um meio de acumulação de riqueza para a burguesia, como destacado por Marx e Engels (2018). Isso criou uma divisão entre as classes sociais, a burguesia e o proletariado. Os primeiros detêm os meios de produção e criam riquezas, e o segundo vende sua força de trabalho e cria os produtos necessários à espécie humana. A educação também contribui para a alienação do trabalho, como apontado por Mészáros (2005), já que é uma ferramenta de manutenção do *status quo*, manutenção da exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe uma educação que valoriza o trabalho como princípio educativo, visando a libertar o aluno das restrições impostas. A base epistemológica inclui a escola politécnica de Marx, que integra educação para o trabalho, pensamento crítico e desenvolvimento físico. Isso se alinha com a escola unitária de Gramsci, que promove a formação de cidadãos críticos e preparados para o trabalho, permitindo que os alunos escolham suas vocações de forma consciente.

A educação aqui defendida busca a omnilateralidade, ou seja, o desenvolvimento integral das capacidades humanas. Ela se distancia da educação liberal, que atende apenas às necessidades do mercado de trabalho. A escola unitária de Gramsci, segundo Manacorda (2019), é libertadora e democrática, enfatizando a cooperação e a formação integral do ser humano.

Paulo Freire complementa essa abordagem com sua ênfase na dialogicidade, curiosidade, participação e aprendizado mútuo entre professores e alunos (Freire, 2018a). Ele acredita que aprender criticamente é possível e essencial, enfatizando a importância da *práxis*, ação reflexiva que transforma o mundo (Freire, 2018a). Portanto, esta pesquisa busca uma educação que valoriza o trabalho como princípio educativo, promove a omnilateralidade, é libertadora e democrática, e enfatiza a importância da *práxis* e do aprendizado crítico, conforme os autores supracitados.

Em Freire (2018a), o ideal humanista da educação se alinha com pensadores anteriores, mas em um contexto mais complexo. Ele aborda a importância da empatia, do amor no processo de ensino e da raiva contra a opressão (Freire, 2018a). Ele também critica o sectarismo e defende uma postura pós-moderna progressista em oposição à conservadora e neoliberal (Freire, 2018a).

Freire (2018a) descreve o educador humanista como alguém que se envolve em um diálogo empático e imersivo com os educandos, não apenas ensinando, mas também aprendendo com eles. Ser dialógico, para o humanismo, significa vivenciar o diálogo, evitando invadir, manipular ou usar slogans. O diálogo é um encontro amoroso em que os seres humanos, mediados pelo mundo, transformam e humanizam a realidade em conjunto (Freire, 1983). Para



se fazer educação, é necessário sentimento envolvido, o amor, o desejo de ensinar, aprender num processo humanamente dialógico.

No contexto do humanismo, o educador não pode ser opressor, mesmo indiretamente, aplicando a educação bancária. A pedagogia humanista não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores, pois eles buscam manter o *status quo*, impedindo a libertação dos oprimidos (Freire, 2018a). O opressor deseja manter as massas oprimidas e impotentes diante da realidade opressora, enquanto a educação humanista visa à libertação crítica (Freire, 2018a).

A educação humanista, segundo Freire, utiliza a problematização como ferramenta de ensino, promovendo a empatia e imergindo no mundo do oprimido. A empatia é fundamental para a codificação e descodificação da realidade do aluno, criando um processo de aprendizado mútuo (Freire, 2018a). Essa abordagem se baseia no diálogo entre educador e educando, em que ambos trocam conhecimento e evoluem juntos.

A pedagogia humanista deve ser popular, valorizando os conhecimentos do aluno e sua participação efetiva no processo de aprendizado. É importante ouvir os anseios dos alunos na criação de políticas pedagógicas, como o Orçamento Participativo na Educação (OPE) (Freire, 2019). Caso ele deseje essa participação, essa libertação deve ser criada em diálogo, caso ele não deseje, é apenas necessário manter o diálogo e/ou aceitar a realidade.

O humanismo, em contraposição à educação bancária, promove a dialética e a problematização na criação do conhecimento, em vez de apenas transferir conhecimento como se o aluno fosse uma caixa vazia a se colocar papéis escritos (Freire, 2018b). O aluno é visto como um sujeito histórico que constrói seu conhecimento na interação com o mundo e com os outros (Freire, 2018b), não apenas um receptáculo, ele existe num sentido maior que a própria educação. O professor desempenha um papel político na formação de cidadãos críticos da sociedade (Freire, 2018b), sendo essa a função da educação omnilateral/libertadora. O indivíduo existe no mundo assim como o trabalho e, dessa forma, é preparado para o mundo do trabalho e não para um dito mercado de trabalho, com o ser humano transformado ele mesmo em mercadoria.

Sabe-se que a educação bancária é alienante e prepara o aluno apenas para o mercado de trabalho, não para a sociedade como um cidadão completo (Freire, 2019). A educação neoliberal prioriza o lucro em detrimento do desenvolvimento humano (Souza, 2014), é a educação que atende ao mercado e a seus atores dominantes. Essa educação tende a criar um ensino unilateral, voltado apenas para atender ao mercado de trabalho, sem considerar o pleno desenvolvimento do indivíduo (Souza, 2014). É uma educação baseada no capitalismo neoliberal, não valoriza a formação crítica dos alunos, mas apenas sua capacidade de se adaptar ao mercado (Freire, 2019). O sistema capitalista tende a promover uma educação que visa à reprodução da classe assalariada e não ao desenvolvimento crítico dos trabalhadores (Freire, 2019).

Em contrapartida, a educação omnilateral, defendida por Marx, Freire e Gramsci, visa ao desenvolvimento completo do ser humano, não apenas à preparação para o mercado de trabalho (Freire, 2019), valorizando sua vida e conhecimentos pregressos, para criar um cidadão participativo/social. Os filósofos entendem que a escola deve ser um espaço vivo e pulsante que promova o aprendizado amplo do aluno (Freire, 2019). A pedagogia marxista é uma teoria de pedagogia social voltada para o desenvolvimento dos fenômenos sociais do ponto de vista marxista (Pistrak, 2008). Assim, a democratização da escola pública e a formação permanente dos educadores são essenciais para promover uma educação mais humanista (Freire, 2013).



O homem novo e a mulher nova desejados pela sociedade só podem ser criados por meio do trabalho produtivo para o bem-estar coletivo. A educação não deve ser seletiva e deve superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. A escola não deve se distinguir essencialmente da fábrica ou do campo agrícola. A educação deve ser dialógica entre aluno e professor, com o trabalho como princípio educativo, não alienante (Freire, 2019).

Dessa forma, a educação deve ser libertadora e centrada no desenvolvimento das habilidades humanas do aluno. Deve ser interessante, utilizando recursos físicos e digitais, tecnologias e inovações. O ambiente escolar deve ser acolhedor e agradável, promovendo o bem-estar social (Freire, 2018b). O bom professor deve envolver o aluno no movimento do seu pensamento, desafiando-o, tornando a aula estimulante (Freire, 2018b). A educação humanística em Freire, Marx e Gramsci é libertadora e revolucionária, mediada pelo diálogo entre educador e educandos (Freire, 2018a).

Assim, o viés humanista é também estudado pela pedagogia e serve como uma ferramenta pedagógica de olhar crítico. Pode ser aplicado em um *campus* onde o EMI é a base principal da educação. Uma ferramenta é um instrumento para atingir os objetivos da instituição em um produto educacional. A aprendizagem omnilateral só é efetiva com a democracia no ensino e a participação de toda a comunidade. O professor deve ser democrático em seu ensino, ensinando vivências, evitando se colocar em um pedestal como superior ao aluno, conforme Freire (2018b).

Entende-se que a educação omnilateral e humanista não se limita à formação para o trabalho e deve ser baseada na democracia participativa. A educação socialista não deve ser uma ditadura e deve romper com a lógica do capital na educação (Mészáros, 2005). Nessa perspectiva, o aluno deve ajudar a gerir a escola, sendo o orçamento participativo apenas um nome para uma finalidade que desencadeará algo maior, relativo à gestão participativa.

O desafio é universalizar o trabalho e a educação, inserindo o aprendiz em todos os processos e fazendo-o questionar sua relevância. O educador socialista tem o papel de promover uma transformação social ampla e indissociável da educação (Mészáros, 2005). Assim, este estudo busca promover a conscientização da importância da educação e da democracia plenamente participativas nos Institutos Federais.

1.3 ESTADO E DEMOCRACIA

Conforme Marilena Chauí (2019), a democracia remonta à Grécia Antiga, surgindo nos séculos V e IV a.C. nas tragédias gregas, com a participação do coro composto por cidadãos comuns. A deusa Atena ensinou aos homens a criar leis para o povo, marcando o nascimento da política na Grécia, enquanto Roma desenvolveu uma república oligárquica.

Nesse mesmo período, Aristóteles observou que a sociedade se dividia em classes, ricos e pobres, e defendeu políticas públicas para reduzir desigualdades sociais. Assim, a justiça distributiva surgiu, permitindo que o povo decidisse sobre a alocação de recursos públicos de forma democrática (Chauí, 2019).

De acordo com as análises de David Harvey (2011), para os dias atuais, a democracia segue padrões do sistema neoliberal, sendo que o neoliberalismo é essencialmente uma teoria política e econômica que preconiza a maximização do bem-estar humano através da promoção das liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de um arcabouço institucional



caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio desimpedido. Ele argumenta que, para os defensores dessa abordagem, o Estado desempenha um papel fundamental na criação e manutenção das estruturas institucionais necessárias para facilitar tais práticas, incluindo a garantia da qualidade do dinheiro e o estabelecimento de mecanismos legais e militares para proteger os direitos de propriedade e garantir o funcionamento eficiente dos mercados. Além disso, Harvey observa que as ideias neoliberais exercem uma influência considerável em uma variedade de setores, desde a educação até os conselhos de administração das corporações, e são predominantes em instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Em suma, ele sugere que o neoliberalismo se tornou hegemônico como uma forma de discurso, moldando as percepções e comportamentos de muitas pessoas em relação ao mundo, refletindo, assim, os interesses dos detentores de propriedade privada, das empresas e do capital financeiro. Nesse sentido, a conotação desse sistema deve ser repressora dos interesses sociais, já que são antagônicos aos do mercado.

No contexto atual, o neoliberalismo representa uma ameaça à democracia, pois coloca os valores políticos à venda, permite a influência do dinheiro nas eleições e enfraquece os direitos dos trabalhadores e serviços públicos em prol do lucro privado (Santos, 2021). O neoliberalismo também limita as liberdades civis e políticas ao reprimir opiniões discordantes, ameaçando a democracia em seu núcleo (Santos, 2021). No processo de democracia indireta, “a democracia representativa promove um distanciamento entre os eleitos e a base da sociedade. Para o autor, a delegação é um fenômeno decorrente desse processo (...)” (Goulart, 1998, *apud* Mendes, p. 64, 2009). Nesse sentido, no contexto do sistema eleitoral competitivo, característico do modelo neoliberal, os candidatos dedicam esforços para obter votos. Apesar disso, após alcançarem a eleição, os eleitos frequentemente se distanciam das necessidades reais da população ao moldarem suas políticas de acordo com suas próprias ideologias. Esse afastamento da realidade das demandas populares evidencia uma desconexão entre os representantes políticos e o bem-estar dos cidadãos. Portanto, é crucial analisar criticamente o neoliberalismo e defender uma visão democrática que promova a igualdade, a justiça social e a participação ativa do povo nas decisões políticas.

Conforme Mendes (2009), a democracia direta, em que as decisões são tomadas pelo povo sem intermediários, é destacada como uma alternativa à democracia neoliberal, que muitas vezes privilegia os interesses da elite. A participação popular ativa é vista como essencial para alcançar a igualdade e a emancipação humana, preocupando-se com as necessidades sociais.

Sobre o Estado, ressalta-se que ele não existe sem o território (geográfico), a cultura, o governo e o povo, este bem caracterizado permanentemente. Nesse quesito, o povo abre mão de sua liberdade natural para viver em sociedade, conforme a teoria do contrato social de Rousseau (2002), assim, dentro do processo democrático, e o que é deliberado pela maioria é aceito como consenso por todos. O Estado, num primeiro momento, tem como finalidade única o bem-estar social do povo que o compõe, sob a égide do poder de intervenção nesses âmbitos, por meio de leis e atos administrativos (May, 2007), para garantir que as políticas públicas sejam atendidas dentro do processo democrático, conforme a conotação do direito liberal, vigente no Brasil nos dias atuais. Dessa forma, as liberdades e interações humanas, no direito liberal, dependem do estado e das regras gerais emanadas por ele.

Em Marx e Engels (2018), observa-se uma perspectiva crítica acerca do Estado, visto como órgão vinculado aos interesses da burguesia, garantidor da propriedade privada e que divide os povos em classes. O Estado não trabalha para atender às populações do local, mas trabalha para



atender a grupos capitalistas, excluindo o povo das decisões de qual seria o modelo ideal de Estado, que atenda a todos (Gruppi, 2001), ou seja,

O Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas (Gruppi, 2001, p.32).

Aqui, observa-se o capitalista, detentor das ferramentas de trabalho e possuidor dos meios de produção e da grande propriedade burguesa. Este usa de todas as ferramentas hegemônicas para manter o controle sobre o Estado, hegemonia de visão liberal. Do outro lado, o trabalhador, ou operário, com potencial de luta pelos direitos socialistas que garantirão o mínimo para a sua sobrevivência, sendo que estes “Na medida em que os homens não dispõem dos meios de produção que garantirão sua subsistência, são obrigados a vender a única coisa que lhes pertence: sua força de trabalho” (Mendes, 2009, p. 37). Gramsci, nos “Cadernos do Cárcere”, propõe a união dessa classe pelas lutas por direitos, dentre eles, a educação, numa visão humanística ou omnilateral (Gramsci *apud* Manacorda, 2019).

O Estado, então, deveria gerir a sociedade em todas as suas necessidades para manutenção desta. A sociedade é o povo, mantém-se e transforma no trabalho, num ato conjunto, social. Mas o Estado está nas mãos do capitalismo, do liberalismo, negando ao povo direitos básicos e com qualidade, dentre eles, a educação, sendo que, “Em geral, a formação escolar tradicionalmente não se tem voltado para o questionamento da realidade, mas para sua aceitação como realidade dada e acabada” (Mendes, 2009, p. 40).

Para Marx e Engels (2018), era necessário superar esse Estado. Ambos vislumbravam outra forma de sociedade, que deveria ser construída pela classe trabalhadora, em que não haveria a necessidade de um Estado, nos moldes burgueses, para assegurar a ordem social, pois não haveria a divisão de classes, seria uma sociedade regulada, ou seja, uma sociedade sem estado.

Dessa forma, Marx e Engels (2018) salientam que o Estado existe em conjunto com a sociedade, mesmo que não integrando totalmente os extratos que se formam na concepção liberal, já que “A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que são diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado” (Marx; Engels, 2018, p.46). No entanto, conforme Sader (2014), o Estado é uma ferramenta de dominação da classe que detém maior poder, a classe burguesa. É para isso que ele serve, para resguardar interesses e hegemonia da esfera que se coloca acima do povo. Essa classe não consegue dominar totalmente o Estado e, dessa forma, cria meios para que seus interesses sejam mantidos dentro do sistema capitalista/liberal. Atualmente, essa realidade não se dá apenas nos países desenvolvidos, mas nos emergentes, no ideal do sistema neoliberal, popularizado por Margareth Thatcher a partir dos anos 70 (Harvey, 2011).

Uma classificação das formas de Estado no mundo moderno teria de partir necessariamente de uma análise das condições de transição de um modo de produção a outro; o Estado liberal correspondendo a uma autodeterminação completa do capitalismo, que dispensaria intervenções externas ao mecanismo econômico; o Estado nos países subdesenvolvidos, cuja força é correlata à incapacidade de acumulação de capital pela burguesia desses países; o Estado bonapartista, o Estado militarista etc. (Sader, 2014, p.17).

O neoliberalismo prevê a intervenção mínima do Estado na sociedade, deixando os problemas sociais, como a educação, nas mãos da iniciativa privada, e os indivíduos, por conta própria



(Santos, 2021). Essa forma de governo se tornou a principal forma de Estado, com poderes cada vez maiores de dominação, perpetuando os interesses de poucos em detrimento do bem comum.

Assim, percebe-se que o Estado, ao longo da história, assumiu diferentes formas e funções, desde garantir a ordem e a segurança, até promover políticas públicas e defender interesses de classes dominantes. O pensamento político de diversos filósofos, como Hobbes, Locke, Marx e Gramsci, contribui para a compreensão dessas transformações e desafios enfrentados pelo Estado. Contudo, a relação entre Estado e sociedade continua a ser um tema central na teoria política contemporânea, especialmente diante das complexas questões sociais, econômicas e culturais que caracterizam o mundo atual.

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (Freire, 2018a, p. 34).

Entendendo que o neoliberalismo é prejudicial à educação, torna-se evidente que o processo de combate a esse sistema nefasto deve incluir um trabalho de diálogo com a comunidade envolvida. No contexto da pesquisa em questão, é crucial destacar que compreender a alocação dos recursos e as fontes de financiamento da escola é uma forma de lutar pelos direitos educacionais. Além disso, dialogar e exigir de forma veemente, tanto da gestão quanto do governo, é um meio de romper as amarras do Estado subjugado aos interesses do capital.

1.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conforme Costin (2010), a Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, funcionários e procedimentos utilizados pelos três poderes do Estado para cumprir suas funções econômicas e sociais definidas pela sociedade em um determinado momento histórico.

Dentre uma de suas funções, tem-se a oferta de serviços públicos que pode ser realizada diretamente pelo Estado em atividades que somente ele pode desempenhar, devido ao interesse público e à complexidade envolvida. Além disso, a administração pública também pode delegar a prestação desses serviços a terceiros (Kohama, 2012).

A prestação de serviços diretos é reservada ao Estado e está relacionada principalmente ao Poder Executivo. Conforme Kohama (2012), a administração direta ou centralizada tem uma estrutura hierárquica com a presidência no topo, representando a autoridade máxima. Já a prestação de serviços indiretos ou descentralizados pode ser realizada por entidades fora do Estado, inclusive por entidades privadas. Esses serviços geralmente não são essenciais para a manutenção do Estado e podem incluir atividades atípicas. A administração indireta envolve entidades como Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações (Coelho, 2009).

Para financiar o estado, no contexto do neoliberalismo, ele busca obter receitas por meio de preços públicos e tarifas no mercado varejista, direcionados diretamente aos consumidores. Embora algumas dessas atividades possam ser realizadas por entidades privadas, muitas vezes, as necessidades da população não são plenamente atendidas nessa forma de estado (Leite, 2017). Receitas e despesas são apresentadas no orçamento como receitas correntes e de capital; as correntes são necessárias à manutenção da máquina pública, não criando nova aquisição permanente; destarte, receitas e despesas de capital geram aumento ou diminuição do



patrimônio permanente do órgão. As receitas correntes são as arrecadações de impostos ou contribuições, dentre outros designados a serem correntes, conforme Portaria 163/2001 (STN): Tributária, Contribuições Sociais, Patrimonial, Industrial e de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

As receitas de capital são o retorno, geralmente das operações de crédito no mercado, amortização de empréstimos, transferências de capital, alienação de bens e outras receitas de capital (STN, 2016), a Portaria 163/2001 (STN) evidencia que as Receitas de Capital em suas espécies são: Operações de Crédito, Alienação de bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Outras Receitas de Capital.

As receitas públicas, dessa forma, são ingressos que modificam a situação financeira, mesmo que transitória, afetando o orçamento, quando orçamentária; caso não esteja configurado no orçamento, será extra orçamentária.

O esforço em captar recursos reflete no gasto de todas as despesas do estado. As despesas públicas, para ser efetivadas em um órgão, seguem as etapas: planejamento, licitação, empenho, liquidação e pagamento (Kohama, 2012).

Assim, a Administração Pública desempenha um papel fundamental na oferta de serviços públicos decorrentes de políticas públicas, destinados a atender o público-alvo, especialmente aqueles que não têm recursos para pagar por esses serviços. Além disso, a administração pública é crucial para a gestão do Estado por meio do planejamento, refletido no orçamento público.

Infelizmente, a situação das mudanças climáticas impacta na arrecadação de impostos sobre o setor agrícola, tendo em vista que, com menos recursos hídricos, diminui-se a produção e a arrecadação. Ainda tem-se a questão da herança das privatizações de recursos públicos geradores de receitas, como a Vale do Rio Doce:

Apesar da robustez gerada pela privatização, há quem discorde da mudança que fez com que a empresa deixasse a condição de estatal. É o caso do economista Reinaldo Gonçalves, do Grupo de Conjuntura da UFRJ. Para ele, não há motivo de comemoração: - O resultado fundamental é que o Brasil perdeu um instrumento importante de política de desenvolvimento. Se a Vale estivesse na mão do governo, as centenas de milhares de dólares que vão para fora do Brasil seriam usadas no país (Novo; Rodrigues; Ribeiro, 2007, p.32).

A população brasileira, principalmente a educação, tem perdido recursos importantes por conta das privatizações. O estado de Minas Gerais, por exemplo, tem dificuldades em pagar melhores salários aos professores e melhorar o ensino público estadual por falta de recursos públicos, se Minas tivesse a Vale do Rio Doce, como estatal, competitiva como uma empresa privada, poderia ter mais recursos para investir nas necessidades do povo.

1.5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A democracia participativa, através do Orçamento Participativo (OP), é uma importante ferramenta para a democratização das decisões públicas, reunindo cidadãos em assembleias públicas para avaliar a gestão municipal, elaborar propostas e, em muitos casos, deliberar sobre o uso dos recursos públicos (Gugliano, 2007 *apud* Bodart, 2016). Nesse sentido, o OP é visto como um instrumento transformador da cultura participativa (Pontual, 2000 *apud* Bodart, 2016) e como uma forma de superar o autoritarismo histórico que permeou a administração pública no Brasil (Schlickmann, 2015).



O sucesso do OP, muitas vezes, está ligado à disponibilidade de recursos públicos, apoio político e participação da sociedade civil (Bodart, 2016). A cidade de Porto Alegre é um exemplo emblemático desse processo, em que a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos (Mendes, 2009), ou seja, a grande questão para o sucesso de um OP é a mobilização, como foi feito em Porto Alegre, e vontade política para que aconteça efetivamente.

No contexto educacional, o Orçamento Participativo das Escolas (OPE) pode ser uma ferramenta pedagógica valiosa, promovendo a participação dos alunos na melhoria de suas escolas (República de Portugal, 2017). Contudo, na perspectiva da educação humanística, é essencial considerar as epistemologias e o materialismo histórico dialético, a fim de evitar que o processo seja direcionado para um modelo de concorrência liberal, conforme ressaltado por Mota e Silva (2021) em relação ao Orçamento Participativo Escolar (OPE) de Portugal. Este estudo evidenciou a adoção de um sistema competitivo para angariar votos, resultando em um processo pouco dialógico. Não obstante, há aspectos do OPE que podem ser adaptados ao contexto brasileiro, como a alocação de recursos financeiros exclusivos para ser discutidos entre os alunos, permitindo-lhes decidir sobre a destinação desses fundos (Mota; Silva, 2021).

Além disso, o OPE deve ser visto como uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os cidadãos participem ativamente nas decisões que afetam suas vidas (PASE, 2007 *apud* BODART, 2016). A educação humanista e omnilateral também pode se beneficiar do OPE, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes (Freire, 2020).

Em resumo, o Orçamento Participativo é uma importante ferramenta de democracia participativa que pode ser aplicada em diferentes contextos, incluindo o educacional, para promover a participação, o empoderamento e a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade, caso haja mobilização social e vontade da gestão.

2 METODOLOGIA²

A pesquisa bibliográfica implementada neste estudo proporcionou uma compreensão mais profunda do tema e serviu como base para a análise das informações coletadas. Assim, fizeram-se estudos com orçamentos de 2016 até 2019, do IFNMG Campus Montes Claros, para a aplicação do Produto Educacional. Após essa etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com alunos e servidores das unidades de ensino envolvidas, abrangendo diferentes segmentos do Ensino Médio Integrado (EMI) e o universo de servidores da escola. Essa seleção foi realizada considerando a disponibilidade dos entrevistados e a relevância social, sem seguir critérios estatísticos (Thiollent, 1982).

Devido às restrições impostas pelo *lockdown* em razão da pandemia de covid-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente, principalmente por meio do *Google Meet*, com exceção de dois servidores que optaram pelo WhatsApp, fornecendo apenas áudio. O processo de seleção dos entrevistados envolveu o contato e o convite por meios digitais, mas não havia garantia de participação.

Inicialmente, a entrevista semiestruturada foi escolhida devido à riqueza na coleta de dados, permitindo observar detalhes faciais e movimentos dos entrevistados (Manzini, 2004). No entanto, a pandemia obrigou a realização virtual das entrevistas, com o *Google Meet* sendo o

² Número do protocolo do sistema CEP/CONEP/CAAE: 18895619.0.0000.5146.



principal meio de comunicação. Mesmo com entrevistados que optaram por não abrir a câmera, os dados coletados foram considerados suficientes para a pesquisa.

O roteiro de entrevistas foi elaborado com perguntas bem formuladas, permitindo intervenções flexíveis e espontâneas durante as entrevistas (Manzini, 2004). O número de entrevistados incluiu 10 alunos e 8 técnicos administrativos do IFNMG Campus Montes Claros, selecionados democraticamente com a participação do Grêmio Estudantil e Coordenação de Pesquisa. Inicialmente, seria convidado o sindicato local para levantar os participantes, contudo, pela baixa atuação dessa entidade no campus, logo foi descartada essa ação.

As entrevistas exploraram as perspectivas da comunidade de alunos e servidores em relação à implementação do Orçamento Participativo da Escola (OPE) e revelaram um interesse positivo na aplicação do OPE, bem como no aprendizado associado ao processo. A aplicação do produto educacional ocorreu por meio de um formulário no *Google Forms*.

3 RESULTADOS

3.1 Coleta de dados

Para a recolha dos dados, através das entrevistas semiestruturadas, foram feitos contatos diretos com os servidores. A dissertação e o produto apontavam o contato com o sindicato, entretanto, após a participação em algumas assembleias, detectou-se que não havia, de fato, o viés democrático num sentido omnilateral, libertador e crítico, conforme os pressupostos dos autores aqui estudados. Dessa forma, optou-se em retirar o sindicato dos trabalhos da pesquisa, o SINASEFE-Pirapora.

Após comunicação direta com os servidores participantes, a partir de contatos telefônicos, *WhatsApp*, tendo em vista que não houve respostas por e-mail, foi feita tentativa de contato com os alunos; e uma representante do grêmio estudantil se dispôs a ajudar. Com o levantamento de poucos alunos, foi necessária intervenção do coordenador de pesquisa para incentivar mais alunos e fechar os participantes possíveis.

As perguntas das entrevistas foram:

- 1 - Você já estudou, em algum momento, sobre o tema Democracia? Caso já tenha estudado como foi? O que você entende por esse assunto?
- 2 - Você participa ou já participou de algum tipo de associação ou grupo com finalidade coletiva na sociedade (grupo religioso, grêmio estudantil, sindicato, associação, grupo de bairro, grupo de coral, grupo de musical, grupo teatral, centro acadêmico)?
 - 2.1 - Qual grupo foi? Como foi sua participação?
- 3 - Na sua opinião, quem deve tomar as decisões do Campus, acha importante alunos e servidores participarem dos processos de decisões da escola ou não participarem?
 - 3.1 - O que você entende ou pode falar sobre essa participação ou não participação?
- 4 - Você sabia que o IFNMG faz pagamentos de despesas do campus, que ele tem orçamento próprio?
 - 4.1 - (Se sim) sabe como funciona o processo?



5 - Você já ouviu falar sobre Orçamento Participativo (OP)?

5.1 - Se sim, poderia explicar o que você entende pelo assunto? Se não: você pelo menos imagina o que seja?

6 - Acredita que exista a viabilidade de se discutir o Orçamento Participativo do campus?

7 - Você teria interesse em participar do processo do OP? Ou não tem interesse? Ou talvez tenha interesse?

(Se o participante responder que quer participar) 8 - Se o OP fosse aplicado agora, qual a sua opinião acerca das despesas do campus? Você acha que poderiam ser feitas mudanças? O que você falaria?

9 - Você poderia aprender algo com OP da Escola ou não poderia? (Quais são suas expectativas de aprendizado sobre o tema?)

10 - Qual a importância do Orçamento Participativo, num geral, para a instituição e para os alunos? Ou você acredita que, no geral, ele não é importante?

3.2 Entrevista com os alunos

Na pesquisa, dez alunos (A1 até A10), com idades entre 16 a 19 anos, participaram da coleta de dados. Eles representaram diferentes cursos do IFNMG Campus Montes Claros, incluindo Química, Edificações e Informática.

As respostas fornecidas pelos alunos foram categorizadas de acordo com temas como democracia, participação social, tomada de decisão, conhecimento sobre o orçamento do *campus*, conhecimento sobre o OP, viabilidade da implementação do OP e importância da participação dos alunos.

Foi possível observar que os alunos demonstraram conhecimento básico sobre democracia, adquirido principalmente em disciplinas de filosofia e sociologia. A maioria deles já participou de atividades sociais, como em igrejas ou organizações estudantis.

Quanto à tomada de decisões no *campus*, dois alunos acreditam que a gestão deve ter a palavra final, enquanto os outros oito defendem a consulta e deliberação conjunta com os alunos, e um aluno sugere a inclusão dos terceirizados.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o orçamento do *campus*, a maioria dos alunos admitiu não ter informações a respeito, destacando a necessidade de mais esclarecimentos. E quando arguidos sobre o conhecimento do OP de modo geral, os alunos reconhecem a sugestividade do nome, mas a maioria não sabe do que se trata, embora alguns tenham tentado definir o conceito.

Quando questionados sobre uma possível participação efetiva em evento do OP, que se deu posteriormente por meio de vídeos do *Youtube*³, como evento teste de aplicação do produto educacional e validação por meio de formulário no *Google Forms*, os alunos demonstraram disposição, desde que recebessem informações adequadas sobre o processo. Para tanto, foi-lhes

³ <https://www.youtube.com/watch?v=XEv7BGTqhKo&t=190s> e <https://www.youtube.com/watch?v=cPoMNOQI9JE&t=64s>.



dada a oportunidade de compartilharem suas expectativas de temas que gostariam de discutir no OP, incluindo questões relacionadas à alimentação e cursos extras.

Ao longo da comunicação, o termo “voz” foi mencionado repetidamente pelos alunos, sugerindo um anseio por serem ouvidos e terem suas preocupações atendidas, embora alguns percebam que nem sempre são levados a sério.

Em relação ao OP como processo educativo, a maioria dos alunos viu o OP como uma oportunidade de aprendizado, com sete deles enfatizando seu potencial para melhorar o currículo e aprender sobre educação financeira. No entanto, três alunos tiveram uma visão mais crítica, enfatizando a importância de questionar o governo e participar ativamente no processo democrático.

Todos concordam que o OP é importante para a instituição, que deve ser implementado no *campus*, pois permite prestar contas sobre como os recursos são utilizados no *campus*. Entretanto, alguns expressaram reservas sobre sua eficácia.

3.3 Entrevista com os servidores

No segundo bloco de entrevistas, agora com servidores do IFNMG Campus Montes Claros, o pesquisador optou por não envolver o sindicato local, SINASEFE, e, em vez disso, contatou os servidores por e-mail e posteriormente via *WhatsApp*. No total, oito servidores participaram, incluindo três mulheres e cinco homens, sendo dois docentes e os demais técnicos administrativos em educação.

Quanto às opiniões sobre democracia, a maioria dos servidores destacou a importância da participação do cidadão para que a democracia seja efetiva. Alguns expressaram preocupações com a democracia representativa, mencionando casos em que os representantes não ouvem as bases. No *campus*, também houve discussões sobre a representatividade efetiva, evidenciando que a democracia é falha, em nível de Brasil e no *campus*.

Em relação à categoria de participação social, a maioria dos servidores havia participado de atividades religiosas na sociedade, enquanto alguns se envolveram em atividades civis ou voluntárias. Alguns também estavam envolvidos em atividades culturais e ambientais.

No que diz respeito às tomadas de decisões do *campus* e ao orçamento, houve uma variedade de opiniões. Alguns servidores enfatizaram a importância da participação, enquanto outros foram mais cautelosos e destacaram que nem todas as decisões devem passar pelos alunos ou pela sociedade. Quanto ao orçamento do *campus*, alguns servidores tinham um bom conhecimento, enquanto outros desconheciam os detalhes.

Já no que diz respeito ao conhecimento sobre o orçamento participativo, apenas dois servidores tinham algum conhecimento prévio, mas nenhum deles havia trabalhado diretamente com o OP. No entanto, eles mencionaram exemplos de sua aplicação em outros contextos.

Sobre a viabilidade da implementação do OP no IFNMG Campus Montes Claros, as opiniões foram diversas. Alguns acreditavam que a mobilização era essencial para o sucesso do OP, enquanto outros expressavam preocupações devido à falta de recursos e cortes no orçamento, contudo, a maioria concordou que, quando as condições permitissem, o OP poderia ser uma ferramenta valiosa.



Quanto à participação efetiva no OP, alguns servidores expressaram a necessidade de capacitação prévia, enquanto outros estavam dispostos a participar com base em seu conhecimento atual. Além disso, houve um consenso de que a participação da comunidade nas decisões do campus era importante.

No contexto do OP como um processo educativo para os servidores, houve um interesse geral em aprender mais sobre orçamento e democracia. Alguns também mencionaram a importância de desenvolver cidadãos mais críticos e politicamente engajados.

Finalmente, todos concordaram que o OP seria de grande importância para a instituição, contribuindo para uma educação mais ampla e crítica. A maioria viu o OP como uma oportunidade de aprendizado e uma forma de melhorar a participação e a transparência no campus. Todos concordaram com sua importância potencial para a instituição. Eles destacaram a necessidade de começar a discussão e gradualmente implementar o OP, mesmo que fosse em pequena escala, com a esperança de que ele crescesse ao longo do tempo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, a maioria dos alunos e servidores do IFNMG Campus Montes Claros expressou um desejo de que o Orçamento Participativo da Escola (OPE) seja implementado na instituição. Todos os alunos entrevistados acreditam que podem aprender com o OPE, indicando que sua aplicação seria benéfica não apenas como um processo de deliberação, mas também como uma oportunidade de aprendizado significativo. Além disso, seis alunos enfatizaram a importância de dar voz a todos os participantes, tornando o processo verdadeiramente dialógico.

Entre os servidores, a maioria também expressou interesse em aprender com o OPE, embora um deles tenha sido reticente devido à confiança na equipe que elabora o orçamento. Três servidores enfatizaram a importância de dar voz a todos os envolvidos no processo, destacando o potencial do OPE como um meio de ampliar a participação democrática.

Apesar das preocupações sobre a viabilidade de implementar o OPE no momento, devido a restrições orçamentárias, a pesquisa indicou que preparar o terreno para sua futura aplicação seria uma estratégia sensata. Portanto, o estudo sugere que, quando as condições permitirem, o OPE pode ser implementado no IFNMG Campus Montes Claros e replicado em outros *campi* da rede IFNMG.

Com a análise das prestações de contas dos anos de 2016 a 2019, fez-se necessário aplicar o produto em vídeos que simularam o OPE, postados no *YouTube*. Para validar o produto educacional proposto, que incluiu um guia e vídeos explicativos, uma avaliação foi conduzida com os participantes, após assistirem os vídeos. A aplicação prática do guia e dos vídeos foi considerada viável, mesmo em um contexto de ensino remoto devido à pandemia. O material educacional foi disponibilizado aos participantes, e uma avaliação foi conduzida por meio de um formulário do *Google Forms*, que incluiu questões fechadas e uma questão aberta. Os vídeos forneceram exemplos práticos de como o OPE poderia ser aplicado.

Em resumo, a pesquisa sugere que o OPE pode ser uma ferramenta valiosa para promover a participação democrática e o aprendizado significativo no IFNMG Campus Montes Claros, desde que seja implementado em um momento adequado, quando as condições orçamentárias o permitirem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho finalizado foi concebido com o objetivo de ser altamente acessível, fácil de ler e entender, em consonância com os princípios da educação popular freireana e autores marxistas/gramscianos. Tanto a dissertação quanto o produto educacional alcançaram esse objetivo, sendo de fácil compreensão.

Outro princípio epistemológico essencial que guiou este estudo foi a práxis humana e libertadora, que destaca a importância da aplicação prática no mundo real. O Ensino Médio Integrado (EMI) segue essa abordagem, valorizando o trabalho como parte integrante da educação, buscando a vida e a valorização humana, além de promover a participação democrática.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas on-line, considerando os conhecimentos prévios dos participantes, incluindo suas experiências anteriores ao curso. Apesar de alguns desafios técnicos, como qualidade de imagem e som, ficou evidente o entusiasmo dos participantes em contribuir para a criação de uma ferramenta pedagógica que promove a democracia participativa.

No que diz respeito ao Produto Educacional (Orçamento Participativo da Escola – OPE. Passo a Passo), o guia abordou conceitos básicos sobre o IFNMG, OP, OPE, administração pública e contabilidade pública. A segunda parte do guia apresentou prestações de contas anteriores e tópicos que podem ser discutidos em um OPE. Recomenda-se que se utilize a prestação de contas do ano anterior (quando as aulas eram presenciais) e que o OPE seja realizado de forma presencial, ou híbrida, por uma equipe designada em portaria.

Para aumentar a adesão dos participantes, especialmente por e-mail, sugere-se a realização de pesquisas para avaliar se a educação oferecida no *campus* é verdadeiramente politécnica/omnilateral, envolvendo não apenas os docentes, mas também os técnicos administrativos. Faz-se necessário testar, de fato, em pesquisa, se a democracia do IFNMG é realmente efetiva e, caso haja, evidenciar onde estão as falhas e os meios para se avançar. Essas pesquisas podem ajudar a entender as razões por trás da baixa adesão dos servidores, quando convidados por e-mail. Além disso, é importante avaliar se os alunos do EMI compreendem os objetivos do IFNMG historicamente e epistemologicamente.

Uma vez comprovada a eficácia do produto, é fundamental que o OPE seja realizado anualmente⁴, replicado em outros *campi* e avaliado periodicamente, para que seus benefícios possam ser aproveitados por toda a comunidade envolvida no processo educacional do IFNMG e não fique restrito às páginas deste estudo.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. **Atuação dos Partidos Políticos e dos Movimentos Sociais na Construção e Manutenção de um Espaço Institucionalizado de Participação Social.**

⁴ Houve uma oficina de treinamento de como aplicar o OPE, no evento: X SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E II SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO IFNMG, link da apresentação: https://www.youtube.com/watch?v=9J_1-AnK3gA&t=4029s



São Paulo, 2016. Tese (Programa De Pós-Graduação em Sociologia Da Universidade De São Paulo) - Universidade De São Paulo Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

CHAUI, Marilena. Breve História da Democracia. **Youtube - TV Boitempo**, 2019.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ&list=PLF0xmjIzrkxCwaQiqsYivJ9O5Vox2nYu&index=10>>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O Público e o Privado na Gestão Pública.** Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma Experiência em Processo.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. ISBN 978-85-7753-18-9.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018a. ISBN 978-85-7753-164-6

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b. ISBN 978-85-7753-163-9.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. 144 p. ISBN 978-85-7753-434-0.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel.** Tradução de Dario Canali. 16.ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, Ana Paula da Mota. **A Alfabetização Midiática e Informacional em Tempos de Fake News e o Legado de Paulo Freire.** São Paulo, p. 12-18, 2019. Disponível em:

https://www.paulofreire.org/download/eadfreiriana/E-book_Paulo_Freire_tempos_fake_news-2019.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci.** 3. ed. rev. Campinas-SP: Editora Alínea, 2019. ISBN 978-85-7516-863-9.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna.** Campinas: Editora Alínea, 2007. ISBN 978-85-7516-212-5.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semiestruturada: Análise de Objetivos e Roteiros. Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004. A pesquisa Qualitativa em Debate.** Bauru: USC, 2004. CD-ROM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.



- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política - Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Lafonte, 2018.
- MAY, Otávia de Oliveira. Estado desde sua Origem até seu Fim. **Portal de Periódicos da Univali**. Itajaí, 2007. Disponível em: <https://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/7568/4327>. Acesso em: 18 set. 2019.
- MENDES, Valdelaine. **Democracia Participativa e Educação: A Sociedade e os Rumos da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 978-85-249-1482-9.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. ISBN 85-7559-068-5.
- MOTA, Marcus Vinícius Guedes da; SILVA, Ricardo dos Santos. Educação Humanística e Orçamento Participativo em Unidades de Ensino de Mirandela e Bragança. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 4, p. 1-12, 31 mar. 2021. DOI <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13811>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13811>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- NOVO, Aguinaldo; RODRIGUES, Lino; RIBEIRO, Erica. Privatizada há dez anos, Vale valorizou 3.000%. **Senado Federal, Retirado de: O Globo, 05/05/2007, Economia, p. 32**, Brasília, p. 32, 5 maio 2007. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/406402>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 224 p. ISBN 85-87394-10-x.
- REPÚBLICA DE PORTUGAL. **O que é Orçamento Participativo das Escolas? (FAQs). Orçamento Participativo das Escolas**. República de Portugal, 2017. Disponível em: <https://opescolas.pt/faq-perguntas-e-respostas/#1513001698614-68ce8714-58ae>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SANTOS, Boaventura de. O mito da democracia (neo)liberal com Boaventura Sousa Santos. **YouTube, Canal UJS Brasil**. 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=F7mB_2xsMHQ. Acesso em: 20 fev. 2024.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Concepção e diretrizes. 1. ed. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2024.
- SCHLICKMANN, Raphael. Administração Pública no Brasil: O Patrimonialismo. **Politize!**. Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patrimonialismo-administracao-publica-brasil/#top>. Acesso em: 23 set. 2019



STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2017/26>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SINASEFE. **Ata da Segunda Reunião entre o Reitor do Instituto Federal Do Norte de Minas Gerais – IFNMG e Representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica - SINASEFE**. Montes Claros: 2014. Disponível em
<https://drive.google.com/file/d/1E3fbpW0bDv8dmcto5zRpArHLDJ00Yfa/view?usp=sharing>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOUZA, Joeline Rodrigues. **Gramsci: Educação, Escola e Formação**. Caminhos para a Emancipação Humana. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2014.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.

Recebido em: 6 de setembro 2024

Aceito em: 2 de outubro de 2023

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

JUVENTUDE E EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL: um estudo sobre a percepção dos estudantes do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

YOUTH AND INTERNATIONAL EMIGRATION: a study on the perception of students at the Federal Institute of Maranhão and the Federal Institute of the North of Minas Gerais

Sérgio Lana MORAIS

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Teófilo Otoni
sergio.morais@ifnmg.edu.br

Tiago Sandes COSTA

Instituto Federal do Maranhão - Campus São João dos Patos
tiago.costa@ifma.edu.br

Geraldo LOPES JÚNIOR

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Teófilo Otoni
geraldo.lopes@ifnmg.edu.br

Rosilene dos Anjos SANT'ANA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Teófilo Otoni
rosilene.santana@ifnmg.edu.br

Leonildes Lima Colaço Area LEÃO

Instituto Federal do Maranhão - Campus São João dos Patos
leonildes.leao@ifma.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.502>

Resumo

No que tange às questões migratórias associadas à população juvenil, são escassas as publicações que avaliam a percepção dos jovens quanto ao ato migratório em si, em especial, relacionadas à emigração internacional. O objetivo deste estudo baseia-se em compreender a perspectiva de estudantes de duas regiões distintas, a partir do seu contexto socioeconômico e educacional, avaliando, assim, suas percepções no tocante à emigração internacional. Para o



desenvolvimento da pesquisa, procedeu-se à coleta de dados, por meio da aplicação de um questionário do tipo *survey*, com estudantes do último ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Os resultados demonstram que o grupo de alunos não apresenta uma forte propensão à emigração, pois consideram ser mais importante a continuidade dos estudos no Brasil ante ao fato de emigrar para fins laborais no exterior. Desse modo, para o grupo pesquisado, a maior motivação para uma possível emigração estaria associada à busca por atributos socioculturais específicos como acesso à melhor qualidade de vida e o interesse pela cultura estrangeira.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado. Emigração Internacional. IFNMG Teófilo Otoni. IFMA São João dos Patos.

Abstract

Regarding migratory issues associated with the youth population, there are few publications that evaluate young people's perception of the migratory act itself, especially related to international emigration. The objective of this study is based on understanding the perspective of students from two different regions, based on their socioeconomic and educational context, thus evaluating their perceptions regarding international emigration. To develop the research, data was collected through the application of a survey-type questionnaire, with students in their final year of Integrated Secondary Education at the Federal Institute of Maranhão and the Federal Institute of Norte de Minas Gerais. The results demonstrate that the group of students does not have a strong propensity to emigrate, as they consider it more important to continue their studies in Brazil compared to emigrating for work purposes abroad. Therefore, for the researched group, the greatest motivation for possible emigration would be associated with the search for specific sociocultural attributes such as access to a better quality of life and interest in foreign culture.

Keywords: Integrated Secondary Education. International Migrants. IFNMG Teófilo Otoni. IFMA São João dos Patos.

INTRODUÇÃO

Os movimentos populacionais sempre se fizeram presentes na história da humanidade motivados por distintos fatores. Cronologicamente, pode-se destacar a intensificação da mobilidade migratória no século XIX adquirindo uma consolidação ao longo do século XX que é descrito como “a época da migração” (CASTLES; MILLER, 2009, p. 136). Nas últimas décadas, houve a intensificação das migrações transnacionais e a reconfiguração desses fluxos. De acordo com dados disponíveis no Relatório de Migração Global, organizado pelas Nações Unidas, somente em 2020, no primeiro ano da pandemia de Covid-19, praticamente 281 milhões de pessoas realizaram migrações internacionais, o equivalente a 3,6% da população mundial. Desse quantitativo, 20,6% compunham a faixa etária entre os 15 até os 29 anos, correspondente à população jovem. Em termos absolutos, o percentual representa um contingente populacional de quase 58 milhões de pessoas, contribuindo para que os jovens sejam considerados um dos grupos etários de maior mobilidade espacial (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A MIGRAÇÃO, 2022).

Nesse sentido, uma pesquisa conduzida recentemente pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), que culminou na elaboração do Atlas das Juventudes,



demonstrou que 47% dos jovens brasileiros consideram emigrar do país (BARÃO; RESEGUE; LEAL, 2021). Na prática, refere-se a um capital humano ou a um verdadeiro bônus demográfico superior a 20 milhões de indivíduos que, diante das condições de instabilidade política e econômica que o país vivencia e aliado à falta de perspectivas – ou até mesmo devido à desesperança, pois trata-se de um dos grupos de maior desocupação no país¹ –, veem a emigração como uma possibilidade ou uma necessidade para ascensão social, econômica e material. É prudente considerar que o não aproveitamento de toda essa potencialidade juvenil pode agravar os problemas que dificultam o desenvolvimento socioeconômico do país (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010).

No que tange às questões migratórias associadas à população juvenil, são escassas as publicações que avaliam a percepção dos jovens quanto ao ato migratório em si, em especial, relacionada à emigração internacional. O objetivo do artigo é avaliar a percepção dos jovens estudantes sobre a emigração de caráter internacional no âmbito do IFNMG Teófilo Otoni e IFMA São João dos Patos. A coleta de dados ocorreu com alunos regularmente matriculados no último ano da formação escolar em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Teófilo Otoni (doravante denominado IFNMG Teófilo Otoni) e pelo Instituto Federal do Maranhão Campus São João dos Patos (doravante denominado IFMA São João dos Patos). Portanto, a elaboração da proposta em tela surge como uma contribuição no sentido de avaliar a compreensão dos jovens estudantes sobre o ato de emigrar.

A cidade de Teófilo Otoni, localizada no Nordeste do estado de Minas Gerais (Figura 1) possui uma população absoluta de 137.418 habitantes (IBGE, 2022) e tem o papel de articular a rede de cidades da mesorregião do Vale do Mucuri. Apesar da ampliação do grau de urbanização dos municípios, sobretudo nas últimas duas décadas, ainda se constata no Mucuri condições sociodemográficas semelhantes às encontradas no Centro-Sul do país em meados do século passado, como uma considerável parcela da população adulta sem instrução (31,71%, enquanto a média do estado é de 17,01%); esperança de vida ao nascer menor que o restante do estado (72,9 anos para os municípios da região frente a 74,4 anos) e incipiente participação na composição do Produto Interno Bruto estadual, correspondente a apenas 2,4% no ano de 2017 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020).

Tais resultados contribuem detidamente para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para o Vale do Mucuri, ainda hoje, seja classificado como médio (0,605), enquanto a média estadual é de 0,731 (IDH-M Alto), refletindo, dessa maneira, as precárias condições dos componentes de educação, esperança de vida ao nascer e de renda na realidade vivenciada pela população local. Apesar dos avanços sociais das últimas décadas, dos 15 municípios de Minas Gerais de baixo desenvolvimento humano, cinco continuam sendo da mesorregião do Mucuri, a saber: Catuji (0,540), Ladainha (0,541), Setubinha (0,542), Itaipé (0,552) e Novo Oriente de Minas (0,555) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

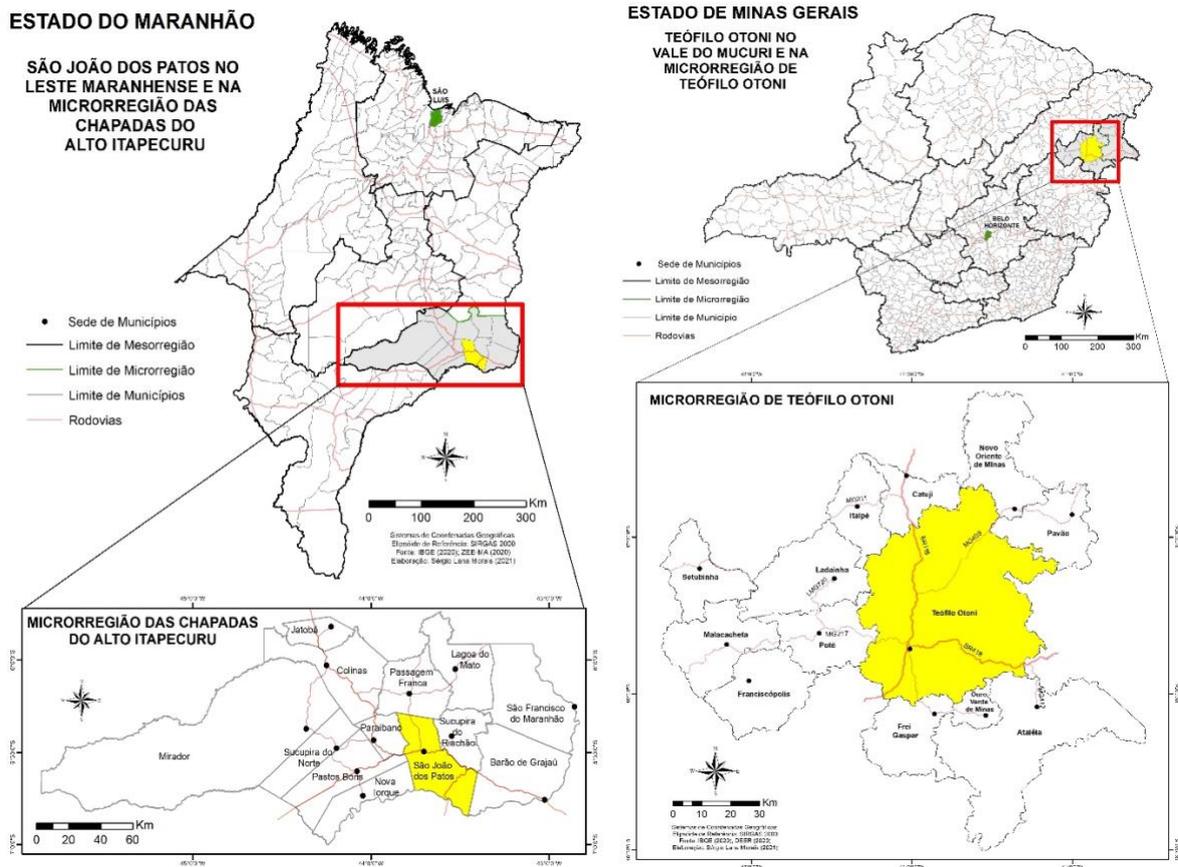
Localizado no Leste maranhense, o município de São João dos Patos (Figura 1) possui uma população absoluta de 25.020 habitantes (IBGE, 2022) e, diferentemente da mesorregião em que o município de Teófilo Otoni está inserido, não apresenta um fluxo de emigração consolidada para o exterior, embora haja fortes evidências de fluxos direcionados a outros

¹ A desocupação verificada entre os jovens brasileiros em 2022 era de 10,9 milhões (ou 22,3% das pessoas com idade entre 15 a 29 anos) (IBGE, 2023).



municípios do Maranhão e a outras Unidades da Federação (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). De acordo com o IBGE (2010), São João dos Patos apresenta uma taxa de 97,8% de alfabetização de crianças entre 6 e 14 anos, ocupando o primeiro lugar nesse índice entre os municípios da sua região. Ainda segundo o IBGE (2010), o município apresenta um IDH-M médio (0,615) bem próximo à média estadual que é 0,687.

Figura 1 - Localização dos municípios de São João dos Patos-MA e de Teófilo Otoni-MG, no contexto das respectivas microrregiões as quais pertencem.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de base de dados do IBGE.

Diante do exposto, procuramos respostas para as seguintes questões: Qual a percepção dos jovens estudantes quanto à emigração internacional? Dado ao contexto político e econômico vivenciado pelos jovens estudantes no Brasil, a emigração internacional passaria a ser encarada como uma possibilidade após o término do Ensino Médio? É possível considerar que há maior propensão à emigração por parte dos estudantes do IFNMG Teófilo Otoni se comparado aos discentes do IFMA São João dos Patos?

Sendo assim, neste manuscrito apresenta-se, inicialmente, uma discussão dos referenciais teóricos e os principais conceitos que fundamentam a pesquisa, bem como evidencia-se o percurso metodológico empregado para efetivar a coleta dos dados por meio de um formulário eletrônico autoaplicado com os discentes das respectivas instituições de ensino. Na sequência, analisa-se os resultados e as discussões acerca da percepção dos participantes quanto à



emigração internacional, ancorada na perspectiva do contexto regional de inserção dos discentes.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Aspectos teóricos da migração

Precipuaente, os estudos migratórios, os obstáculos intervenientes e as repercussões de suas principais teorias são abordagens caras à geografia. Ao considerar as múltiplas dimensões da mobilidade espacial, não há uma teoria que seja capaz de explicar o fenômeno migratório em sua totalidade. Nesse sentido, algumas dessas teorias têm o indivíduo como *locus* explicativo, enquanto outras consideram que as respostas para compreensão do fenômeno podem ser encontradas no contexto socioeconômico no qual residiam aqueles que partiram.

O alemão naturalizado inglês, Ernest George Ravenstein (1852-1913), é considerado um dos pioneiros no trato da questão migratória. A partir dos dados censitários da Inglaterra e do País de Gales catalogados no final do século XIX, o demógrafo elaborou teorias explicativas a partir de certos padrões de mobilidade espacial, que ficaram conhecidas como “leis da migração” (RAVENSTEIN, 1980, p. 26). Alguns desses regramentos, segundo Ravenstein (1980), reportam a influência econômica como sendo o principal fomentador das migrações, em função de atributos definidos tanto no local de partida quanto no seu provável local de acolhida. Além disso, outros se destacam pelo seu caráter seletivo, como a maior propensão migratória das mulheres nos deslocamentos a curtas distâncias ou a concentração desigual de atividades econômicas e de população no território que induzem às diferenças urbano-rurais.

Tempos depois, inspirado nas premissas de Ravenstein, essas generalizações teóricas seriam modeladas pelo demógrafo estadunidense Everett Lee (1917-2007) que em 1966 desenvolveu o modelo “*push-pull*” (atração-repulsão) para mensurar o volume das migrações a partir de determinados contextos. O autor considerava que as leis da migração não poderiam ser inflexíveis, como as existentes nas ciências naturais, justificando diversos fatores motivadores e/ou restritivos que influem no ato migratório “[...] não importando quão curto ou longo, quão fácil ou quão difícil, a verdade é que todo ato migratório implica num lugar de origem, num lugar de destino e numa série de obstáculos intervenientes” (LEE, 1980, p. 99). Considerando os aspectos associados à propensão, Lee (1980) avalia que, no local de origem do migrante, existem fatores repulsivos de ordem social, econômica ou política que podem conduzi-lo, compulsoriamente, à emigração.

Por outro lado, no país almejado, subsistem razões atrativas que justificam o seu deslocamento, ainda que haja uma série de obstáculos intervenientes que possam dificultar a sua chegada ao estrangeiro, como, por exemplo, os custos e os riscos envolvidos com o processo migratório. Ademais, o demógrafo considera, ainda, que fatores pessoais exercem influência, a exemplo das questões familiares (existência de cônjuge, filhos e outras atribuições familiares), bem como a importância das redes sociais e de apoio no destino final que se configuram enquanto mecanismos de mitigação dos riscos inerentes à mudança (LEE, 1980). Por fim, Lee (1980, p. 114) afirma que “[...] a migração é um fenômeno complexo e é praticamente impossível satisfazer-se a condição simplificadora, amiúde necessária, de que todos os demais fatores permanecem sem alteração”.



Similarmente, Singer (1973) também acreditava que a justificativa para a ocorrência das migrações estaria ancorada nas disparidades inter-regionais que condicionam a existência de fatores de atração e de expulsão. Nesse sentido, o demógrafo propôs os fatores de mudança e os fatores de estagnação. O primeiro estaria relacionado à inserção do sistema capitalista em áreas tradicionalmente rurais que resultariam em uma redução da oferta de trabalho no campo e, conseqüentemente, levaria ao desemprego estrutural. Já no segundo, os proprietários rurais não conseguiriam elevar o parâmetro de produção de suas terras que, mantendo-se nos moldes agrícolas tradicionais, não seria capaz de garantir a subsistência econômica da propriedade, culminando na emigração para outras localidades, especialmente em direção às áreas com maior vocação industrial.

A falta de componentes sociais nas abordagens migratórias tradicionais, especialmente no que tange à força de trabalho que não era absorvida pelos setores considerados mais modernizados da economia, levou o economista estadunidense Michael Todaro a formular em 1969 um modelo migratório amparado no comportamento das migrações rurais-urbanas. Na concepção do autor, em função do acelerado ritmo de transferência da força de trabalho das atividades agrícolas para os setores industriais, a decisão de migrar seria tomada observando-se as diferenças salariais existentes no local de origem e de destino do emigrante, que, complementarmente, permitiria inferir o fator de progresso econômico das respectivas espacialidades (BECKER, 1997).

Na perspectiva de Margolis (1994), o enfoque das teorias tradicionais e neoclássicas não são suficientes para explicar a configuração dos fluxos migratórios internacionais que se caracterizam por ser, cada vez mais, multifacetados. Já Fernandes e Castro (2013) consideram que a explicação da migração internacional passa, necessariamente, pela compreensão da microteoria econômica neoclássica que busca ancoragem na perspectiva da distribuição espacial do capital e do trabalho em escala planetária. Assim, o cenário econômico global tende a influenciar a dinâmica migratória em função das crises cíclicas, inclusive nos países desenvolvidos, que contribuem para a inversão dos fluxos migratórios em determinadas ocasiões. Para além desse contexto, é imperativo compreender ainda o porquê de alguns partirem enquanto outros permanecem (não-migrante), pois a noção de migração transcende a mobilidade de pessoas no espaço físico, abrigando também “um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD, 1998, p. 15).

Além disso, por se tratar de um fenômeno dinâmico, outras variáveis como a cultura, as políticas públicas, a sujeição do trabalho ao capital e as condições sociais dos envolvidos atuam decisivamente na mobilidade espacial (BECKER, 1997). No que concerne a esses movimentos, há projeções de elevado crescimento da participação de jovens migrantes (CASTRO; ABRAMOVAY; DE LEON, 2007) que, em razão das instabilidades econômicas e da falta de oportunidades em seu contexto local/regional, podem contribuir para ampliar ainda mais a mobilidade espacial desse grupo etário.

Os estudos sobre migração e juventude no Brasil indicam duas possibilidades de análises preferenciais, sendo uma de caráter da migração internacional e outra da migração rural-urbana, cujas publicações são mais diversas (KUMMER; COLOGNESE, 2013). O século XX foi marcado por novos desdobramentos nos processos migratórios em escala global. Conforme salientado por Patarra e Fernandes (2011), nas últimas duas décadas do século passado, a emigração de brasileiros se intensificou para além dos Estados Unidos, abrindo leques para países Europeus, a exemplo de Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido, o que fez do Brasil um



país de emigrantes. Na literatura, os estudos apontam para o crescente número de jovens que, historicamente, emigraram para os Estados Unidos. Nessa perspectiva, Sales (1999) ressalta que

[...] os dois primeiros períodos da migração (1967-1984), que, nesse caso pode-se dizer, configura a migração dos pioneiros, tinham um componente bem maior de jovens entre 17 e 24 anos. Quatro em cada cinco que emigraram entre 1967 e 1979 eram jovens, assim como eram jovens cinco dentre os seis que migraram entre 1980 e 1984 (SALES, 1999, p. 18).

Outra perspectiva de investigação do deslocamento juvenil de brasileiros ocorre no contexto da migração rural-urbana. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira é composta por 215.832.067 de habitantes, dos quais 51.330.569 são jovens (ou 23,78% em termos relativos). Desse grupo etário, 7.699.585 vivem no campo ou 15% em termos relativos (IBGE, 2022). Com cerca de 1,9 milhões de migrantes campo-cidade, em 2019, 669.871 foram de jovens com idade compreendida entre 15 e 29 anos que se deslocaram para os centros urbanos em busca de uma melhor qualidade de vida, ficando evidente o quanto é conflituosa a decisão de permanecer no campo ante a busca por qualificação e inserção no mercado de trabalho (SILVA; COSTA, 2021). Uma maneira de abreviar esse fluxo pode ser encarada pela oferta de cursos técnicos e superiores que denotem maior conexão com o campo, potencializando o retorno dessa juventude e contribuindo, assim, com o desenvolvimento econômico local (ZANOL, 2013). Pelo visto, a busca pela formação profissional ainda é um dos principais fatores de migração rural-urbana, propiciando uma socialização dos jovens rurais para além dos seus territórios e descortinando novos horizontes no mercado de trabalho que inclui, até mesmo, a emigração internacional (DREBES; OLIVEIRA, 2018).

Embora haja maior diversidade temática de estudos direcionados à população jovem no Brasil, em especial os que se dedicam a uma melhor compreensão da migração rural-urbana, são escassas as publicações que têm o jovem como protagonista no processo de emigração internacional. É a partir dessa constatação que abordaremos os tópicos subsequentes deste manuscrito.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa qualitativa, inicialmente se procedeu uma revisão bibliográfica acerca das principais teorias da migração e sobre a cultura da emigração no Brasil. A pesquisa foi realizada de forma colaborativa entre os docentes das disciplinas de Geografia e Língua Portuguesa e discentes do IFNMG Teófilo Otoni e do IFMA São João dos Patos. A justificativa pela escolha das instituições federais de ensino reside no fato de estarem inseridas em regiões de forte repulsão populacional, onde culturalmente a emigração se faz presente, direcionada a outras regiões dos respectivos estados, do país ou até mesmo para o exterior (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020).

No IFNMG Teófilo Otoni, foram selecionadas três turmas do terceiro ano do Ensino Médio Integrado, dos cursos técnicos em Agropecuária, Informática e Gestão Empreendedora. Por sua vez, no IFMA São João dos Patos, participaram os discentes do último ano da formação escolar, matriculados nos cursos técnicos em Logística, Rede de Computadores e Alimentos, existindo similaridade entre a maioria dos cursos analisados por fazerem parte de um mesmo Eixo



Tecnológico, a saber: Gestão e Negócios (cursos técnicos em Logística e Gestão Empreendedora) e Informação e Comunicação (cursos técnicos em Rede de Computadores e Informática).

Com o intuito de acessar informações que pudessem melhor explicar uma possível intenção migratória dos jovens estudantes, correspondendo ao contexto da emigração internacional a partir dos seus respectivos lugares de vivência, realizou-se o procedimento de coleta de dados por meio da observação direta extensiva através da aplicação de um questionário do tipo *survey*, de caráter interseccional, autoaplicado e método de amostragem não-probabilística com as turmas participantes (Quadro 1). Dessa forma, as vantagens do uso dos questionários eletrônicos para os respondentes se relacionam à atratividade, pois possibilita maior rapidez no preenchimento e facilita a leitura, enquanto, para os pesquisadores, se destacam o baixo custo para implementação e a automatização na tabulação dos dados coletados, que se traduzem em maior confiabilidade e credibilidade para a pesquisa (VASCONCELLOS; GUEDES, 2007). Como elementos limitadores dessa abordagem, Marconi e Lakatos (2003) ressaltam que as dificuldades de compreensão das questões e a subjetividade da percepção dos participantes podem conduzir as respostas a uma uniformidade.

Quadro 1 - Estrutura dos blocos de questões da pesquisa de opinião com os estudantes.

Tópico	Pergunta	Tipo
Identificação	1- Qual é a sua idade? (apenas números)	Aberta
	2- Qual o seu sexo?	Fechada (lista de opções)
	3- A qual <i>campus</i> pertence?	Fechada (lista de opções)
	4- Qual a sua turma/curso?	Fechada (lista de opções)
Análise da propensão à emigração	5- Você tem familiares e/ou amigos(as) vivendo atualmente no exterior? CASO SUA RESPOSTA SEJA "NÃO", PROSSIGA PARA A QUESTÃO 6	Fechada (lista de opções)
	5.1- Se você respondeu SIM na questão 5, INDIQUE o grau de parentesco ou proximidade.	Fechada (lista de opções)
	5.2- Se você respondeu SIM na questão 5, INDIQUE em qual(is) país(es) eles residem (é permitido marcar mais de uma opção).	Fechada (lista de opções)
	5.3- Atualmente, seus amigos(as) e/ou familiares estão em situação regular no país?	Fechada (lista de opções)
	6- Você tem conhecimento sobre os riscos associados à migração internacional ilegal?	Fechada (lista de opções)
	6.1- Se você responder SIM na questão 6, INDIQUE de acordo com sua percepção quais os possíveis riscos/problemas.	Aberta



Percepção da emigração internacional na Região	7- Acredito que São João dos Patos (ou Teófilo Otoni) e os municípios da microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru (ou Vale do Mucuri) têm um forte histórico relacionado à emigração internacional.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	8- Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no Brasil.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	9- Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no exterior.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	10- Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar para o exterior para trabalhar, pois tenho amigo(a) ou familiar que poderia me acolher.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	11- Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar mesmo não tendo amigos(a) ou familiar residente no exterior.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	12- Se você fosse emigrar, qual(is) das razões abaixo influenciariam na sua decisão? (é permitido marcar mais de uma opção).	Fechada (lista de opções)
	13- Após completar 18 anos, caso você considere emigrar para o exterior, qual desses fatores configuraria como o PRINCIPAL elemento dificultador para efetivar a viagem?	Fechada (lista de opções)
Outras informações de interesse	14- Considero que a temática acerca da migração internacional (principais fluxos migratórios, características, possibilidades, etc) foi abordada adequadamente ao longo da minha formação escolar.	Fechada (Likert: 1 a 5)
	15- Você gostaria de compartilhar alguma informação / relato / caso / história sobre a emigração internacional e que não foi contemplada nas perguntas anteriores?	Aberta

Fonte: Autoria própria (2022).

De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde que trata das especificidades éticas em pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, não houve necessidade de submissão e aprovação via Conselho de Ética para a coleta dos dados primários (BRASIL, 2016). O questionário foi formatado utilizando-se ferramentas disponíveis no *Google Forms* e disponibilizado para os discentes das instituições de ensino por meio de grupos de aplicativos de mensagem instantânea. Todos os participantes tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cuja aceitação era pré-requisito para a participação na pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário aplicado permaneceu disponível para os alunos por 45 dias, no período de 15/07/2022 a 30/08/2022 e acumulou um total de 137 respostas, sendo 69 (50,4%) dos estudantes matriculados no IFNMG Teófilo Otoni e 68 (49,6%) vinculadas aos discentes do



IFMA São João dos Patos. A maioria dos entrevistados era do sexo feminino (62,0%) e, desse percentual, em termos absolutos, 48 eram alunas do IFNMG e 37 eram alunas do IFMA. Por sua vez, o total absoluto de estudantes respondentes do sexo masculino foi de 31 para o IFMA e de 21 para o IFNMG. Por fim, a idade média dos participantes era de 17 anos, sendo considerada 16,9 anos no campus Teófilo Otoni e 17,2 anos no campus São João dos Patos.

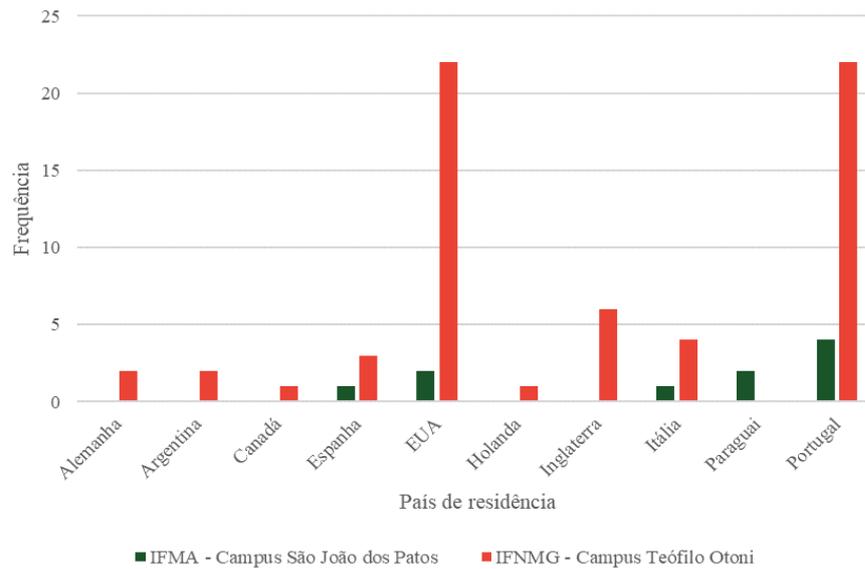
A primeira pergunta versava sobre a existência de redes sociais no estrangeiro. Nesse contexto, 59,5% dos estudantes do IFNMG indicaram que possuem familiares e/ou amigos vivendo no exterior, enquanto a grande maioria dos alunos (85,3%) do IFMA não indicou a existência de contatos próximos que possam introduzi-los fora do seu local de origem. As redes sociais se configuram como um importante elemento articulador no processo de planejamento da migração, contribuindo para a minimização dos impactos decorrentes do processo de deslocamento e inserção no país receptor. Para Walteros (2010, p. 96), as relações interpessoais que se estabelecem entre emigrantes com experiências e seus compatriotas contribuem para diluir as fobias que, geralmente, se assentam sobre àqueles que tentam a vida no estrangeiro, pois eles “[...] transmitem informação, proporcionam ajuda econômica, alojamento, comida, provisionamento, conseguem os primeiros trabalhos e oferecem apoio de distintas maneiras”. Por antípoda, casos de imigrantes recém-chegados, que acabam submetidos à superexploração por seus compatriotas, não são raros na literatura, como exemplificado por De Renó Machado (2005) quanto à inserção de brasileiros no mercado de trabalho do território lusitano.

As perguntas subsequentes se estruturaram para aqueles respondentes que manifestaram a existência de parentes e/ou amigos próximos vivendo no exterior. Os discentes do IFMA São João dos Patos indicaram a presença de primos/primas; tios/tias (4 discentes); (3 discentes); amigos/amigas próximos à família (2 discentes) e pai/mãe (1 discente), totalizando somente 10 contatos no exterior. Já no IFNMG Teófilo Otoni os respondentes indicaram os seguintes parentescos: primos/primas (15 discentes); tios/tias (15 discentes); amigos/amigas próximos à família (12 discentes); avô/avó (1 discente) e pai/mãe (1 discente) que totalizaram 44 contatos no estrangeiro.

Na sequência, os discentes indicaram qual(is) era(m) o(s) país(es) de residência dos seus parentes no exterior (figura 2). No IFMA São João dos Patos, os países mencionados foram: Portugal (4 discentes); Paraguai (2 discentes); Estados Unidos (2 discentes); Itália e Espanha (ambos com 1 discente). Por seu turno, os discentes do IFNMG que indicaram ter parentes no estrangeiro, os países indicados foram: Estados Unidos e Portugal (ambos com a indicação de 22 discentes); Inglaterra (6 discentes); Itália (4 discentes); Espanha (3 discentes); Alemanha e Argentina (2 discentes) e, por fim, Canadá e Holanda (1 discente cada). Ao constituirmos o perfil dos estudantes matriculados no IFMA, notadamente, os resultados, apresentados na figura 2, configuram essa restrição de não migrar, devido, principalmente, à inconsistência das redes sociais. Em muitos casos, são as pessoas vinculadas a esses estudantes que se encontram ilegal nesses países, perfazendo um caminho que praticamente impossibilita a migração internacional por parte de seus parentes e amigos.



Figura 2 - Principais países de residência dos familiares e/ou amigos segundo discentes do IFMA e do IFNMG



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Brasil, foi nos anos 1970 que ocorreu a intensificação da emigração internacional, com a inversão do processo migratório na década seguinte, ou seja, de típico país de destino de imigrantes passou a se configurar como uma das principais fontes de emigrantes no mundo (RIPOLL, 2008). De acordo com Patarra (2005), os fluxos migratórios efetivados no país tiveram sua gênese associada a um processo de reestruturação produtiva em escala planetária e, concomitantemente, refletiam a contrastante realidade socioeconômica vivenciada por aqueles sujeitos que decidiram partir. Essa condição era motivada por problemas sociais endógenos, tais como: “[...] a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão-de-obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, estariam na raiz da nova questão social” (PATARRA, 2005, p. 25).

Estabelecer um quantitativo para a comunidade de brasileiros residentes no exterior é uma tarefa, no mínimo, desafiadora. Os dados oficiais vinculados aos organismos diplomáticos contrastam significativamente com as estimativas de outras fontes secundárias. Na perspectiva do Itamaraty e utilizando como referência o ano de 2022, haviam 4.598.735 brasileiros residentes no exterior. Na curta história emigratória brasileira, nunca houve registro tão expressivo e as dez maiores comunidades brasileiras residiam nos seguintes países: Estados Unidos (1.900.000); Portugal (360.000); Paraguai (254.000); Reino Unido (220.000); Japão (206.990); Espanha (165.000); Alemanha (160.000); Itália (157.000); Canadá (133.170) e a França² (91.500) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2022). É possível que as estimativas oficiais subestimem a quantidade de brasileiros indocumentados residindo no estrangeiro, o que elevaria significativamente a projeção (MARGOLIS, 2013; LIMA; CASTRO, 2017).

Arelado a isso, alguns países acabaram por se constituir como destinos preferenciais dos fluxos migratórios brasileiros, a exemplo dos Estados Unidos e de Portugal. Em se tratando dos

² Incluindo o território ultramarino francês da Guiana, que se localiza em posição de fronteira com o estado do Amapá.



deslocamentos internacionais, os resultados encontrados a partir das respostas dos estudantes do campus Teófilo Otoni e do campus São João dos Patos demonstram essa dinâmica preferencial. Quanto ao fluxo migratório direcionado aos Estados Unidos, a principal fonte repulsora localiza-se na microrregião de Governador Valadares, geograficamente próxima ao município de Teófilo Otoni, o que pode explicar os resultados encontrados. É válido ressaltar que, embora o recorte espacial utilizado nas análises migratórias seja, usualmente, a microrregião de Governador Valadares, o fenômeno abrange também as mesorregiões do Vale do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce, o que corresponde a praticamente todo o Leste/Nordeste de Minas, atuando em municípios de distintos portes demográficos. Essa intrincada rede foi organizada, em sua grande maioria, em mecanismos migratórios ilegais (FAZITO; SOARES, 2015).

Por sua vez, a relação entre Brasil e Portugal, historicamente, ocorre há mais de cinco séculos sendo que os fluxos – imigração ou emigração – têm predominância de um ou de outro movimento conforme a situação social e econômica dos dois países. No entanto, considerando o fluxo Brasil para Portugal é possível identificar, didaticamente, pelo menos quatro momentos, com volumes e atributos heterogêneos. Segundo Peixoto e Egreja (2012), a primeira onda ocorreu entre 1970 a 1990 e esteve associada aos migrantes brasileiros qualificados; a segunda se inicia no final do século XX e foi formada por migrantes brasileiros menos qualificados (ou qualificados para os padrões brasileiros, mas desqualificados em Portugal); a terceira onda foi registrada em meados da primeira década século XXI e era composta de imigrantes com perfis diversificados, em especial imigrantes de condições sociais menos favorecidas no Brasil e que ocuparam subempregos em Portugal e, por fim, a quarta onda foi intensificada após 2014, coincidindo com o franco crescimento econômico e diminuição do desemprego, em um evidente processo de retomada da economia portuguesa. Hodiernamente, é possível que uma quinta onda acabe por se efetivar em decorrência da reabertura das fronteiras, da flexibilização das viagens no pós-pandemia e da manutenção da crise econômica e social vivenciada no Brasil (FERNANDES; PEIXOTO; OLTRAMARI, 2021).

Para além dos números e das estimativas, um aspecto da emigração contemporânea de brasileiros que se difere em relação aos fluxos migratórios mais recuados é o seu caráter cada vez mais definitivo. Em outras palavras, os brasileiros que emigram atualmente, em grande medida, partem levando consigo a família, em um evidente processo de permanência no país de destino. Anteriormente, os fluxos migratórios se relacionavam a uma situação temporária, na qual os que emigraram, quase sempre, sem o acompanhamento dos familiares, residiam no estrangeiro por um determinado período e, uma vez concluído o projeto migratório, regressavam ao Brasil.

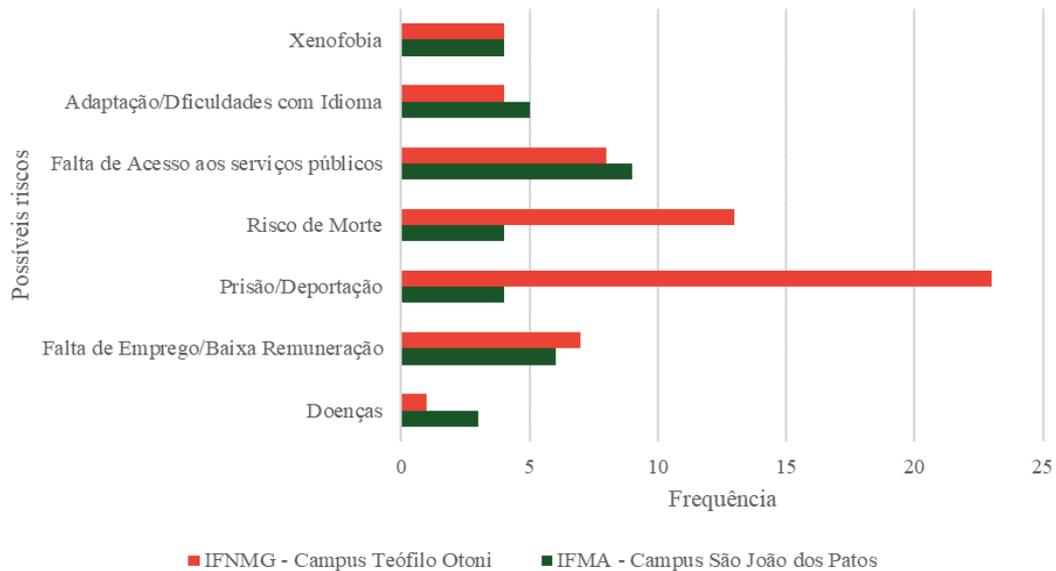
Outra questão requisitada aos discentes foi a indicação se o imigrante estava em situação regular no país. A situação regular ocorre quando o imigrante, independentemente de como ele acessou o país, consegue autorização definitiva para viver de modo documentado no estrangeiro. Nesse aspecto, 5 discentes do campus São João dos Patos indicaram que seus contatos se encontravam sob tal condição e outros 5 discentes não souberam informar. Dos discentes do campus Teófilo Otoni, 28 mencionaram que os familiares ou amigos estavam em condição regular, 3 indicaram que se tratavam de indocumentados, enquanto outros 10 discentes não souberam precisar a situação.

Em seguida, foi avaliada a percepção dos respondentes quanto aos riscos associados à migração internacional de caráter ilegal. Um percentual de 64,8% dos discentes do IFMA informaram desconhecer as principais consequências ao ponto que outros 35,2% saberiam mencioná-las.



Quanto aos alunos do IFNMG, 47,8% não souberam relacionar enquanto outros 52,2% dos participantes indicaram alguma possível consequência para o fenômeno migratório irregular. Após isso, os alunos que indicaram conhecer os possíveis riscos/problemas da migração irregular foram emulados a indicá-los. Por se tratarem de questões discursivas, e por haver uma quantidade relevante de convergências, as respostas foram agrupadas por similaridade (Figura 3).

Figura 3 - Principais riscos associados à migração internacional irregular segundo os estudantes do IFMA e do IFNMG.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Todos os aspectos mencionados nas respostas foram classificados e todas as respostas foram computadas, exceto nos casos em que o entrevistado declarava não ter qualquer contribuição a fazer. Alguns excertos das respostas dos estudantes para esse item podem ser observados na sequência:

Risco de ser deportado e impedido permanentemente de entrar no país, receber constantes ameaças, viver em condições análogas à escravidão, passar por dificuldades financeiras e não conseguir retornar para seu país de origem são alguns deles (Entrevistada 25, aluna do IFNMG Teófilo Otoni);

Com uma migração sem seus devidos cuidados, você acaba colocando sua vida em risco, por estar ilegal, não ter direitos civis (Entrevistado 30, aluno do IFNMG Teófilo Otoni);

A pessoa pode ser deportada e nunca mais poder entrar no país de forma legal, dependendo do trajeto que a pessoa ela correrá risco de morte, por afogamento, insolação e afins, a pessoa correrá o risco de não poder usar o sistema de saúde do país para o qual migrou (Entrevistado 43, aluno do IFNMG Teófilo Otoni);

Pode haver o envolvimento com o tráfico de pessoas, como os casos de desaparecimento e falecimento nas fronteiras, o risco de deportação, dificuldade em conseguir emprego com melhores condições e direitos, devido ao fato de não ser legalizado (Entrevistada 60, aluna do IFNMG Teófilo Otoni);

Condições precárias para se viver, xenofobia que atrapalha o acesso ao emprego (Entrevistado 74, aluno do IFMA São João dos Patos);



Xenofobia, desempregado, moradias ruins, preconceito, e dificuldade em se adequar com essa nova sociedade (Entrevistado 87, aluno do IFMA São João dos Patos);

Riscos associados principalmente a criminalidade nas fronteiras e acidentes em decorrência de veículos e estradas em mal estado. Um exemplo dessa situação é o caso do muro EUA X México, na qual os “coiotes” que são pessoas pagas para conduzir imigrantes ao outro lado da fronteira, roubam e até mesmo matam aqueles que solicitaram seus serviços (Entrevistado 89, aluno do IFMA São João dos Patos).

Como relatado pelos entrevistados, a legalidade e o acesso aos serviços públicos são os principais problemas da imigração internacional ilegal e esses fatores também ensejam uma preocupação incessante por parte dos imigrantes, que formam uma barreira quase impossível de transcender. Parece ser coerente indicar que a relevante quantidade de menções dos alunos do IFNMG Teófilo Otoni acerca de algumas externalidades como a prisão ou a deportação (23 menções) e o risco de morte (13 menções) estejam relacionadas ao contexto da migração ilegal para os Estados Unidos que frequentemente se faz presente no noticiário.

Inúmeras são as situações degradantes às quais os imigrantes são submetidos, seja na jornada até chegar ao estrangeiro ou durante a permanência deles. Nos últimos anos, diversas reportagens veiculadas na imprensa regional destacaram a fatalidade de jovens emigrantes da região que, por meio das travessias existentes via México, almejam acessar clandestinamente os Estados Unidos³. A prisão, o relato de maus tratos por parte do departamento de imigração e a deportação, igualmente, são temáticas próximas à realidade dos estudantes, em especial a partir dos Estados Unidos, que se tornaram, cada vez mais, frequentes. Conforme divulgado pela Polícia Federal, somente no último quinquênio, entre os anos de 2018 e 2023, cerca de 14.000 brasileiros foram deportados dos Estados Unidos. Desse total, a sua grande maioria era natural de Minas Gerais, do sexo masculino e possuía faixa etária entre 20 e 40 anos⁴. Diante do fluxo e da quantidade de brasileiros retidos, o governo dos Estados Unidos realiza, periodicamente, o fretamento de aeronaves para trasladar grupos de deportados até o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, evidenciando que não são raros os casos de insucesso no exterior. Durante o tempo de voo, é prática comum das autoridades norte-americanas manter os deportados algemados (ALESSI; ANDRADE, 2021).

³ **2017:** Mineiro de Teófilo Otoni é encontrado morto na fronteira dos Estados Unidos. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/mineiro-de-teofilo-otoni-e-encontrado-morto-nos-estados-unidos.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

2017: Mineiro de 24 anos morre após atravessar fronteira do México com os EUA. Disponível em: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0052499-mineiro-de-24-anos-morre-apos-atressar-fronteira-do-mexico-com-os-eua>. Acesso em: 20 out. 2023.

2019: Mineiro morre ao tentar atravessar a fronteira entre México e Estados Unidos. Disponível em: <https://aconteceunovale.com.br/portal/?p=152538>. Acesso em: 20 out. 2023.

2021: Mineiro de Itambacuri está desaparecido na fronteira do México com os EUA. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/06/24/interna_gerais.1280245/mineiro-de-itambacuri-esta-desaparecido-na-fronteira-do-mexico-com-os-eua.shtml. Acesso em: 20 out. 2023.

⁴ **2022:** Número de brasileiros deportados dos EUA em 2022 bate recorde. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/19/numero-de-brasileiros-deportados-dos-eua-em-2022-bate-recorde.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

2022: Voo de deportados chega ao Brasil com número inédito de jovens. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2022/01/26/Voo-de-deportados-chega-ao-Brasil-com-n%C3%BAmero-in%C3%A9dito-de-jovens>. Acesso em: 20 out. 2023.

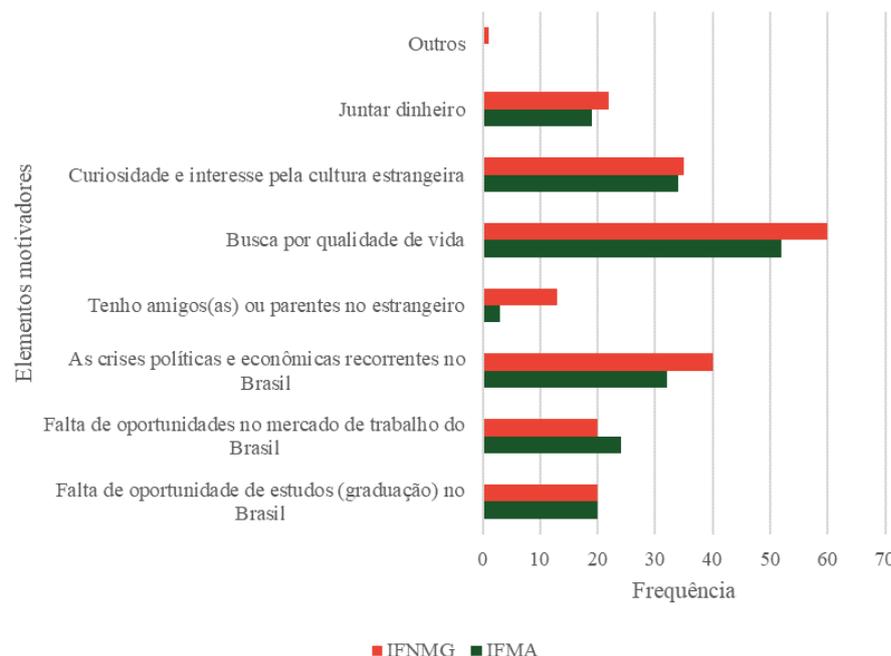
2023: Brasileiros viajam algemados em primeiro voo de deportação dos EUA de 2023. Disponível em: <https://scalabrinianas.org/brasileiros-viajam-algemados-em-primeiro-voo-de-deportacao-dos-eua-de-2023/>. Acesso em: 24 nov. 2023.



O regresso pode desencadear incertezas e amplificar questões psicossociais para os jovens migrantes. Nesse cenário, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), organismo vinculado às Nações Unidas, desenvolve desde 2019 um projeto para auxiliar os migrantes brasileiros retornados provenientes de Portugal, Bélgica e Irlanda a regressarem ao Brasil. Trata-se do projeto Mecanismo Complementar Comum para uma Reintegração Sustentável no Brasil (SURE) que, além do custeio das passagens para o regresso voluntário dos migrantes, conta ainda com uma rede de instituições parceiras em alguns estados brasileiros para viabilizar a reinserção no mercado de trabalho e o acompanhamento dos retornados. A rede é formada por órgãos públicos, privados e Organizações Não Governamentais, tanto no país de acolhida como no Brasil, que oferta aos retornados garantias essenciais para aqueles que não conseguiram concretizar o seu projeto migratório, como diversos serviços assistenciais e de apoio psicossocial (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA A MIGRAÇÃO, 2020).

Quanto à propensão à emigração dos estudantes do IFNMG e do IFMA, cujas respostas dos principais fatores que motivariam a emigração internacional estão representadas na figura 4, a razão mais mencionada, em ambos os *campi*, esteve relacionada à busca por qualidade de vida no exterior (60 menções no IFNMG e 52 menções no IFMA). Na sequência, as crises cíclicas na economia e na política do Brasil seriam para 40 discentes do IFNMG e 32 discentes do IFMA, um fator motivador. O interesse pela cultura estrangeira seria o diferencial para 35 alunos do IFNMG e 34 do IFMA. A falta de oportunidades no ensino superior e no mercado de trabalho seriam elementos a serem considerados para 40 alunos do IFNMG e 44 alunos do IFMA. Finalmente, a questão financeira seria elemento motivador para 22 alunos do IFNMG e 19 alunos do IFMA, e o fato de ter parente no exterior não parece ser um elemento decisivo para emigração, diferentemente do que foi relatado anteriormente pelos pesquisados.

Figura 4: Elementos motivadores que justificariam a migração segundo discentes do IFMA e do IFNMG.



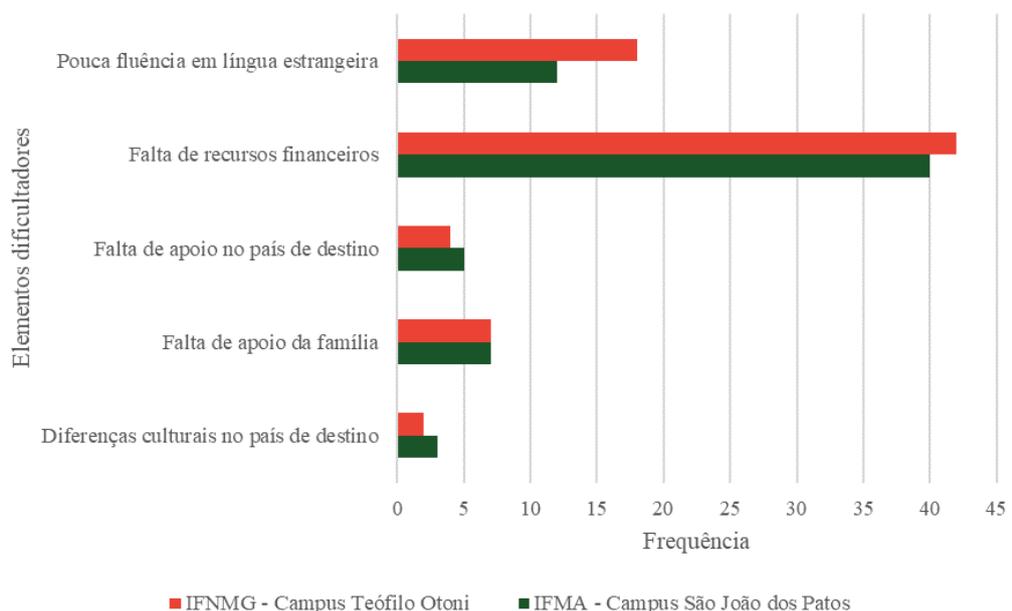
Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Outra possibilidade de análise reside na condição vivenciada pelos jovens no Brasil, especialmente no que diz respeito à falta de oportunidades de pleno emprego ao término da educação secundária, momento em que alguns membros emigram para outras regiões do Brasil ou do exterior, oferecendo um alternativo fluxo de renda para a unidade familiar por meio do envio regular de remessas monetárias sem fins especulativos ou lucrativos (STARK; BLOOM, 1985). Tal situação é muito comum na microrregião de Teófilo Otoni, em especial no município de Poté, conforme apontado por Anício (2011) que identificou evidências do envio de remessas atribuídas aos imigrantes que contribuiriam, inclusive, para a reconfiguração do seu espaço intraurbano.

Em contrapartida, na figura 5 estão representados os principais fatores que dificultariam a decisão de emigrar. A falta de recursos financeiros para custeio da viagem é o principal elemento restritivo para a grande maioria dos discentes dos dois campi (IFNMG 42 discentes e IFMA 40 discentes). A pouca fluência em língua estrangeira foi mencionada por 18 discentes do IFNMG e 12 para o IFMA. Na sequência, a falta de apoio familiar no Brasil (7 discentes em ambos os campi) e no país de destino foi mencionado por 4 no IFNMG e 5 no IFMA. Ademais, as diferenças culturais se configurariam como o último elemento restritivo e é importante destacar que os cinco elementos elencados na figura 5 se autocomplementam. Ao se complementarem, observa-se a junção do apoio familiar, sejam dos que moram no Brasil ou no exterior, para que superem a dificuldade na fluência, nas finanças e na diferença cultural.

Figura 5 - Elementos dificultadores que inviabilizariam a migração segundo discentes do IFMA e do IFNMG.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nos quadros 2 e 3 estão agrupados, respectivamente, os resultados quanto à propensão migratória dos estudantes do IFMA e do IFNMG. Entre os entrevistados do IFMA, evidenciou-se que 77,9% não concordam que há um forte histórico de emigração internacional no município de São João dos Patos e na microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru. Apesar da acentuada tendência de perda demográfica, há uma dinâmica estabelecida na migração para



outros Estados da Federação, corroborando, assim, com a quase inexistência das redes sociais no exterior que possibilitasse a migração desses estudantes para outros países. A identificação e as diferenciações dos espaços também são fatores exponenciais para permanência desses estudantes no lugar onde nasceram, fortalecendo seu sentimento de pertença. Esse pertencimento é reflexo da interação entre indivíduos e agrupamentos sobre o território e da construção biográfica que cada sujeito realiza em relação aos espaços que atravessa (ROSENTHAL; KÖTTIG, 2009).

Quadro 2 - Respostas a questões selecionadas quanto à propensão migratória e abordagem da migração internacional na formação escolar segundo os discentes do IFMA.

AFIRMAÇÃO	Escala de Likert				
	Discordo totalmente		Concordo totalmente		
	1	2	3	4	5
Acredito que São João dos Patos e os municípios da microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru têm um forte histórico relacionado à emigração internacional	13,2	14,7	50,0	19,1	2,9
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no Brasil	5,9	7,4	16,2	22,1	48,5
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no exterior	30,9	11,8	29,4	14,7	13,2
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar para o exterior para trabalhar, pois tenho amigo(a) ou familiar que poderia me acolher	54,4	19,1	19,1	2,9	4,4
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar mesmo não tendo amigos(a) ou familiar residente no exterior	45,6	8,8	25,0	11,8	8,8
Considero que a temática acerca da migração internacional foi abordada adequadamente ao longo da minha formação escolar.	10,3	25,0	35,3	17,6	11,8

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quadro 3 - Respostas a questões selecionadas quanto à propensão migratória e abordagem da migração internacional na formação escolar segundo os discentes do IFNMG.

AFIRMAÇÃO	Escala de Likert				
	Discordo totalmente		Concordo totalmente		
	1	2	3	4	5
Acredito que Teófilo Otoni e os municípios do Vale do Mucuri têm um forte histórico relacionado à emigração internacional	2,9	2,8	29,0	29,0	33,3
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no Brasil	2,9	13,0	26,1	24,6	33,3
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, estou altamente motivado a continuar os meus estudos no exterior	30,4	15,9	30,4	15,9	7,2
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar para o exterior para trabalhar, pois tenho amigo(a) ou familiar que poderia me acolher	52,2	13,0	17,4	13,0	4,3
Ao término do curso técnico integrado ao Ensino Médio, considero emigrar mesmo não tendo amigos(a) ou familiar residente no exterior	33,3	18,8	21,7	14,5	11,6
Considero que a temática acerca da migração internacional foi abordada adequadamente ao longo da minha formação escolar.	21,7	14,5	26,1	26,1	11,6

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por sua vez, 62,3% dos discentes do campus Teófilo Otoni acreditam que os municípios do Vale do Mucuri apresentam um forte histórico relacionado à emigração internacional. Quanto aos fluxos populacionais, o Mucuri se destaca por fortes movimentos migratórios em especial pela direcionada migração rural-urbana, em um primeiro momento, para o município de Teófilo Otoni, e depois para outras regiões do Estado, do país ou para o exterior, sendo, ainda hoje, marcado por forte emigração em decorrência da baixa atratividade regional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020; MORAIS, LOPES JÚNIOR, FERNANDES, 2023). Não somente o Vale do Mucuri, mas também a mesorregião vizinha do Vale do Rio Doce, notadamente a



microrregião de Governador Valadares, estruturaram um complexo sistema emigratório internacional direcionado aos Estados Unidos, ancorado, em grande medida, à indústria da migração ilegal (FAZITO; SOARES, 2015).

Ainda de acordo com os dados coletados, 86,8% dos discentes do IFMA estão altamente motivados a continuar os estudos no Brasil, considerando que 72,1% ponderam não emigrar com essa finalidade. Condição semelhante fora observada quanto aos discentes do IFNMG onde a grande maioria dos pesquisados 76,7% também não estariam totalmente motivados a emigrar para fins de estudos no exterior. Esse panorama, possivelmente, é reflexo da oferta do ensino superior nas próprias instituições e a interiorização das universidades públicas nas primeiras décadas deste século para as respectivas regiões de vivência dos estudantes.

Por fim, realizamos uma avaliação acerca da abordagem da temática migração internacional ao longo da formação escolar. Segundo 70,6% dos discentes do IFMA e 63,8% dos discentes do IFNMG, o tema foi adequadamente abordado. Diante desses dados, observamos que os temas correlatos aos fluxos demográficos devem ser analisados a partir das discussões emergidas das questões econômicas, migratórias e geopolíticas, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, as quais, muitas vezes, ficam evasivas nas ementas dos cursos secundários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em tela buscou respostas quanto à propensão à emigração internacional dos estudantes do IFNMG e do IFMA. Diante da análise dos dados, coletados por meio de questionários, foi possível identificar que há maiores contatos dos discentes do IFNMG Teófilo Otoni com residentes no estrangeiro, se comparado àqueles do IFMA São João dos Patos. Apesar de viverem em uma região de forte repulsão populacional e possuírem redes sociais, como a existência de familiares e/ou amigos próximos residindo no estrangeiro, não é possível considerar que há maior propensão à emigração por parte dos estudantes do IFNMG Teófilo Otoni se comparado aos discentes do IFMA São João dos Patos. Ademais, a grande maioria dos pesquisados, nas duas instituições, consideram ser mais importante a continuidade dos estudos no Brasil, ante ao fato de emigrar para fins laborais no exterior. Desse modo, no grupo em questão, a maior motivação para emigração estaria associada à busca por atributos socioculturais específicos como a busca por atributos que possibilitem uma melhor qualidade de vida ou o interesse pela cultura estrangeira.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G.; ANDRADE, N. Deportação de brasileiros dos EUA dispara e já é mais que o dobro dos últimos três anos somados. **El País**, São Paulo, 27/10/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-27/deportacao-de-brasileiros-dos-eua-dispara-e-ja-e-mais-que-o-dobro-dos-ultimos-tres-anos-somados.html>. Acesso em: 03 out. 2022.

ALVES, J. E. D. VASCONCELOS, D. S.; CARVALHO, A. A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas**



implicações para o mercado de trabalho. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

ANÍCIO, Luciana Martins. **O Imigrante Internacional de Retorno e sua Inserção no Mercado de Trabalho**: Um estudo entre as Microrregiões Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. 148 f.

BARÃO, M.; RESEGUE, M.; LEAL, R (Orgs). **Atlas das Juventudes**. Centro de Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2021.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, Distrito Federal, 7 de abr. 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016. Acesso em: 23 abr. 2023.

CASTLES, S.; MILLER, M. **The age of migration International population movements in the modern world**. 4.ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; DE LEON, Alessandro. **Juventude**: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas públicas. São Paulo: GIFE, 2007.

DE RENÓ MACHADO, Igor José. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento. O caso dos brasileiros em Portugal. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 7, n. 1, 2, p. 187-212, 2005.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-GO. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 375-404, 2018.

FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. The Industry of Illegal Migration: Social Network Analysis of the Brazil-US Migration System. **International Migration**, v. 53, n. 6, p. 183-204, 2015. Disponível em: <https://bityli.com/mYECR>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, p. 99-116, 2013.

FERNANDES, D., PEIXOTO, J.; OLTRAMARI, A.P. A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. **Revista Latinoamericana de Población**, 15(29), p.34-63, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Movimentos Migratórios no Brasil**: Correntes migratórias municipais no período de 2000 a 2010. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://migracao.fjp.mg.gov.br/#inicio>. Acesso em: 13 jan. 2022.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Informativo FJP**: Aspectos Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni. Belo Horizonte, nº 03, 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNICEF). **Talent on the Move**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/talent-move> Acesso em: 14/12/2023

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 21 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052>. Acesso em: 18 dez. 2023.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114.

LIMA, Álvaro Eduardo de Castro; CASTRO, Alanni de Lacerda Barbosa. **Brasileiros nos Estados Unidos**: meio século (re)fazendo a América (1960-2010). Brasília: FUNAG, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARGOLIS, Maxine. **Little Brazil**: imigrantes Brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994.

MARGOLIS, Maxine. **Goodbye, Brazil**: emigrantes brasileiros no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunidades brasileira no exterior**: estimativas referentes ao ano de 2022. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORAIS, S. L.; LOPES JÚNIOR, G.; FERNANDES, D. M. Demographic and socioeconomic characterization of the Immediate Region of Teófilo Otoni, MG between 1991 and 2010. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 21, n. 02, p. 56–84, 2023. Disponível em:



<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/5726>. Acesso em: 18 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Mecanismo complementar comum para uma reintegração sustentável no Brasil (SURE)**. 2020. Disponível em: <https://reintegracaobrasil.com/2020/06/08/projeto-sure-brochura/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório de Migração Global 2022**. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>. Acesso em: 06 set. 2023.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações**, v. III, n. 24, p. 65-96, 2011.

PEIXOTO, João; EGREJA, Catarina. A força dos laços fracos: estratégias de emprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal. **Tempo Social [online]**. v. 24, 2012, p. 263-282.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento humano e econômico**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2013.

RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 151-65, 2008.

ROSENTHAL, G.; KÖTTIG, M. Migration and questions of belonging. Migrants in Germany and Florida. In: **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, v. 10, n. 3, 2009.

SALES, Tereza. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998, 299 p.

SILVA, G. C. C.; COSTA, M. E. L. Representações sociais de jovens em assentamentos rurais da Zona da Mata de Alagoas. **Interfaces Científicas**, v. 9, n. 2, p. 201-214, 2021.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244, 722p.



STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p.173-78, 1985.

VASCONCELLOS, Liliana; GUEDES, Luis Fernando Ascensão. E-surveys: vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica. *In: X SemeAd-Seminário em Administração FEA/USP*, 84., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/420.pdf>. Acesso em 26 jun. 2024.

WALTEROS, J. A. G. La migración internacional: teorías y enfoques, una mirada actual. **Semestre económico**, v. 13, n. 26, p. 81-99, 2010.

ZANOL, S. V. **Juventude rural: projetos juvenis no contexto das novas ruralidades**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2013.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de pesquisa para os dois primeiros autores.

Recebido em: 18 de dezembro 2023

Aceito em: 28 de julho 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

**O ENSINO INTEGRADO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SUJEITO:
uma análise sob as teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si**

***INTEGRATED EDUCATION AND COMPREHENSIVE SUBJECT TRAINING:
an analysis based on Foucauldian theories of power-knowledge and self-care***

Michele Fuzatto de Oliveira TERRA

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

michelefuzatto@gmail.com

Anderson BRETTAS

Instituto Federal do Triângulo Mineiro

andersonbrettas@iftm.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.544>

Resumo

Este artigo analisa, com base nas teorias foucaultianas de poder-saber e cuidado de si, o papel das instituições escolares tradicionais no sistema capitalista, enfatizando sua atuação como dispositivos de formação de indivíduos assujeitados. O objetivo é provocar uma reflexão crítica sobre o ensino integrado e o sistema educacional brasileiro atual, considerando que a escola ainda é um meio central de condução das relações de poder e saber. O artigo explora como o poder-saber, através de práticas discursivas, cria uma sociedade alienada com sujeitos docilizados, enquanto o cuidado de si propõe a formação de sujeitos autônomos na construção de suas subjetividades. Nesse sentido, este artigo se desenvolve em três momentos. No primeiro momento, trata sobre como as instituições escolares tradicionais têm funcionado como um dispositivo para o constructo social de uma sociedade disciplinar. No segundo momento, versa sobre como a consciência de si pode contribuir para que os sujeitos se formem integralmente. Por fim, no terceiro momento, demonstra as contribuições acerca da modalidade de ensino integrado para uma formação autônoma e libertária do sujeito. Dessa forma, considera-se que a formação omnilateral e emancipadora a partir do ensino integrado contribui em certa medida para a desconstrução do paradigma vigente de uma sociedade disciplinar e para a construção de



um paradigma emergente que seja capaz de promover a formação integral de indivíduos, o que favorece a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Michel Foucault. Ensino integrado. Poder disciplinar. Cuidado de si.

Abstract

Based on Foucault's theories of power-knowledge and self-care, this article analyzes the role of traditional school institutions in the capitalist system, emphasizing their role as devices for the formation of subjected individuals. The objective is to provoke a critical reflection on integrated education and the current Brazilian educational system, considering that the school is still a central means of conducting power and knowledge relations. The article explores how power-knowledge, through discursive practices, creates an alienated society with docile subjects, while self-care proposes the formation of autonomous subjects in the construction of their subjectivities. In this sense, this article is developed in three moments. The first moment deals with how traditional school institutions have functioned as a device for the social construction of a disciplinary society. The second moment deals with how self-awareness can contribute to the integral formation of subjects. Finally, the third moment demonstrates the contributions of the integrated education modality to the autonomous and libertarian formation of the subject. Thus, it is considered that omnilateral and emancipatory training based on integrated teaching contributes to a certain extent to the deconstruction of the current paradigm of a disciplinary society and to the construction of an emerging paradigm that is capable of promoting the comprehensive training of individuals to contribute to the formation of a more just and egalitarian society.

Keywords: Michel Foucault. Integrated teaching. Disciplinary power. Take care of yourself.

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre as relações entre o sistema educacional brasileiro, sobretudo a modalidade de ensino integrado, e as teorias do poder-saber e do cuidado de si de Michel Foucault. A escolha pelas teorias de Foucault se deu em face de suas notáveis e vastas contribuições, em especial pela ousada posição filosófica em tratar de questões que demonstram como as relações de poder controlam a construção do conhecimento na sociedade na forma de disciplinarização de corpos, impedindo que os indivíduos possam construir suas subjetividades de maneira autônoma.

O filósofo Paul-Michel Foucault (1926-1984), natural de Poitiers, na França, era integrante de uma família burguesa de tradição católica. Alcançou o reconhecimento no campo intelectual a partir de sua primeira obra publicada em 1966 com o título “As palavras e as coisas”. Nos anos subsequentes, publicou também “A arqueologia do saber” (1969), “A ordem do discurso” (1970), “Vigiar e Punir - a história da violência nas prisões” (1975), “História da Sexualidade (I) – A vontade de saber” (1976), “Microfísica do poder” (1979), “A hermenêutica do sujeito” (1981), “História da Sexualidade (II) – O uso dos Prazeres” e “História da Sexualidade (III) – Cuidado de Si” (1984) (Veiga-Neto, 2004).

Embora não tenha trabalhado efetivamente com o campo da educação, Foucault dedicou trinta e dois anos de sua vida à função de professor de Filosofia e Psicologia (1952-1984). Tantos anos de experiência proporcionaram a Foucault, assim como a outros intelectuais das mais



diversas nacionalidades e especialidades, a percepção de como o ensino em países de sistema capitalista se move e se constrói nos moldes da sociedade burguesa. Esses moldes visam formar sujeitos massificados, alienados, sem perspectiva de crescimento intelectual e com uma visão unilateral. Isto é, esse modelo de construção do conhecimento objetiva formar sujeitos apenas para atuar no mercado de trabalho na forma de mão de obra barata (Gabriel; Pereira, 2018).

A partir desse viés, Foucault problematiza, em sua teoria sobre o poder disciplinar, a relação do poder-saber como uma maneira de docilizar indivíduos frente aos interesses econômicos capitalistas predominantes. Essa docilização se dá em diversos ambientes na forma de imposição, direta e indiretamente, e se caracteriza pela necessidade de se enquadrar dentro de padrões impostos pela sociedade frente ao corpo, aos hábitos e aos valores políticos, éticos, sociais e culturais. A disciplinarização, para se enquadrar nos moldes, interfere na constituição do sujeito, que interioriza tais padrões no processo de construção de suas subjetividades.

Um dos dispositivos de docilização e formação de uma sociedade disciplinar são as instituições escolares que se desenvolvem a partir de políticas públicas que constroem currículos sob a ótica de uma sociedade burguesa e capitalista. Para Foucault, o poder é resultado de uma correlação de ação e força. Assim, o “[...] poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis (como a escola), é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (Foucault, 2014, p. 165).

Nesse sentido, Foucault problematiza, a partir de outra teoria, conhecida como cuidado de si, a necessidade da conquista do sujeito pela sua independência frente a uma sociedade controladora. Ou seja, a construção da subjetividade pelo próprio indivíduo como ser livre e liberto de padrões a serem seguidos.

Com base nestas duas teorias, o poder-saber e o cuidado de si, este artigo se desenvolve em três momentos. No primeiro momento, tratará sobre como a escola tradicional tem funcionado como um dispositivo para o constructo social de uma sociedade disciplinar, segundo o pensamento de Foucault. No segundo momento, versará sobre como a consciência de si pode contribuir para que os sujeitos se formem integralmente. Por fim, no terceiro momento, investigará as contribuições acerca da modalidade de ensino integrado para uma formação autônoma e libertária do sujeito.

Em suma, o artigo objetiva refletir sobre como as relações de poder dentro das instituições escolares moldam os sujeitos para o constructo de uma sociedade disciplinar marcada pela alienação multidimensional, sobretudo da percepção dos próprios indivíduos frente às suas subjetividades enquanto seres práticos produtores de si mesmo e do mundo ao seu redor. Busca-se ainda refletir sobre como a modalidade de ensino integrado, numa perspectiva de formação integral, pode contribuir para a desconstrução desse modelo de sociedade burguesa.

Para a confecção do presente artigo, será utilizada a metodologia revisão bibliográfica narrativa com abordagem qualitativa, realizada com base em artigos e livros relativos aos assuntos em estudo.



INSTITUIÇÕES ESCOLARES TRADICIONAIS: o constructo social de uma sociedade disciplinar

As instituições escolares tradicionais, ao longo da história, têm contribuído para o constructo social de uma sociedade disciplinar. O panorama elaborado por Foucault através das fases arqueológica, genealógica e ética ilustra como o conhecimento e o poder se entrelaçam na formação do sujeito. Na fase arqueológica, é analisado o impacto das práticas discursivas na construção da história e dos indivíduos, distanciando-se das correntes positivistas e iluminando como as "verdades" são, na realidade, impostas e controladoras. Já na fase genealógica, a ênfase se desloca para as relações de poder, destacando-se a ideia de Foucault de que o poder não é um bem a ser possuído, mas uma rede em constante funcionamento e exercício, permeando as instituições e moldando o comportamento.

O cuidado de si e a formação integral do sujeito são conceitos foucaultianos essenciais que desafiam as práticas tradicionais de ensino e abrem possibilidades para a construção de subjetividades mais autônomas e libertadoras. Ao repensar o papel das instituições escolares, observa-se uma oportunidade de reformulação que vai além da simples transmissão de conhecimento. Ao cuidar de si, os indivíduos aprendem a cuidar dos outros, promovendo uma sociedade mais consciente e participativa. Este processo de autodesenvolvimento e liberdade encontra respaldo na ideia de que o educador e o educando estão mutuamente engajados no cuidado e na formação de si e do outro, culminando numa prática educativa que fomenta a autonomia e a responsabilidade social.

O ensino integrado surge como uma alternativa viável e promissora nesse cenário, buscando superar a dualidade educacional histórica entre formação profissional e intelectual. Esta abordagem rompe com a divisão entre trabalho manual e intelectual e fomenta uma formação holística e democrática, na qual a educação é entendida como um processo socializador e emancipatório. O trabalho, neste contexto, não é apenas um meio de sobrevivência, mas um princípio educativo que promove o desenvolvimento solidário e a superação das desigualdades sociais. Assim, o ensino integrado, ao incorporar as dimensões de trabalho, ciência e cultura, contribui para a formação de sujeitos plenos, críticos e atuantes na sociedade.

Segundo Zanlorenzi (2017), é possível tratar das teorias foucaultianas a partir de três fases: a arqueológica (com o domínio do ser-saber), a genealógica (com o domínio do ser-poder) e a fase ética (com o domínio do ser-consigo). Esses três períodos devem ser apreendidos como saberes que se completam entre si, sobretudo no que diz respeito ao sujeito, que é a questão chave dos estudos de Foucault (Ferraz; Pagni, 2019). Em sequência, para compreender o caminho teórico do autor, analisemos as três dimensões de suas teorias.

No período arqueológico, conhecido como a dimensão do ser-saber, Foucault procura, através de uma visão epistemológica, entender como os indivíduos se tornam sujeitos do conhecimento intermediados por aspectos singulares da história e pela busca da verdade. Além disso, releva como a relação entre o poder e as práticas discursivas controla a construção da história e dos indivíduos. Dessa forma, ao distanciar-se das vertentes positivistas da modernidade, Foucault demonstra como as verdades impostas pelo conjunto de práticas discursivas atuam no constructo social de indivíduos assujeitados (Lobo; Maciel Júnior, 2018).



No período genealógico, conhecido como a dimensão do poder-saber, Foucault se concentra nas relações de poder, de saber e do corpo (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 140 apud Ferraz; Pagni, 2019). As interpretações tradicionais da noção de poder na modernidade se davam em dois panoramas gerais: a perspectiva liberal – em que o poder é algo que pode ser adquirido – e a perspectiva marxista – em que o poder se caracteriza como um elemento importante nas relações de produção.

No entanto, para Foucault, tais perspectivas eram insuficientes, uma vez que não buscam uma compreensão do poder em sua origem (Zanlorenzi, 2017). Ao romper com essas concepções conceituais clássicas, Foucault traz uma redefinição de poder:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2014, p. 162-163).

Nesse sentido, para Foucault, o poder atua como um normatizador de conduta, e não como algo que seja possuído pelos sujeitos. Para ele, o poder “toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (Foucault, 1988, p. 88).

A partir desta nova lógica, Foucault determina que as relações de poder permitem retirar dos sujeitos muito mais do que riquezas e, por isso, é uma das maiores invenções da burguesia. Para ele, as relações de poder coexistiram com o processo de criação do capitalismo industrial, sendo essas relações um importante instrumento de criação de uma sociedade disciplinada. Foucault (2002, p. 42-43) diz que “esse poder não soberano, alheio portanto à forma da soberania, é o poder ‘disciplinar’”.

Segundo Ferraz e Pagni (2019), o objetivo de Foucault nunca foi meramente definir o que é poder, mas analisar como esse conceito se comporta nas relações sociais. Assim, no período genealógico, tem-se a descoberta do corpo como objeto de poder. Por isso, sabendo que o sujeito é um ser do saber e que o saber é poder, as genealogias podem ser entendidas como antíteses das ciências convencionais. Elas não buscam um desconhecimento poético ou uma rejeição ao conhecimento; tampouco se opõem ao reconhecimento dos valores de uma experiência ainda não explorada pela ciência. A questão central é outra: elas representam uma rebelião contra os tipos de conhecimento estabelecidos. Essa rebelião não se dirige principalmente aos conteúdos, métodos ou conceitos de uma ciência específica, mas sim aos efeitos de poder centralizados que acompanham a instituição e o funcionamento do discurso científico numa sociedade como a nossa (Foucault, 2002).

Nessa citação, quando Foucault determina que as relações de poder são construídas essencialmente em instituições, abrange também as instituições escolares. Para Foucault (1999, p. 164), “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.

Em outras palavras, a escola, a partir das relações microfísicas de poder, que ocorrem em seu interior e exterior, moldam os sujeitos e disciplinam os seus comportamentos. Foucault (1999, p. 163) determina esse processo como formador de corpos dóceis, sendo que para ele “é dócil



um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Em sua obra “Vigiar e Punir”, Foucault retrata que as relações de poder evoluíram no modelo de capitalismo neoliberal, uma vez que as relações de poder passaram a exercer influências sobre os corpos na forma de disciplinarização de suas subjetividades, e não mais na forma de suplícios, como se dava na época do poder monárquico. Ou seja, corpos maltratados não “geram mão de obra” como corpos saudáveis e docilizados (Ferraz; Pagni, 2019).

O esquadramento rigoroso do tempo, espaço e movimentos são artifícios importantes para os fins de poder disciplinar e docilização dos corpos que se movimentam de instituição em instituição numa sociedade capitalista (Batista; Baccon; Gabriel, 2015). Em suma, as técnicas do poder disciplinar para a construção de uma sociedade docilizada são:

Eis a primeira: aquilo que Foucault chamou de a arte das distribuições; a qual está dividida em quatro momentos que se cruzam e se complementam. [...] Primeiro: o princípio de clausura, ou a cerca: isto é, um lugar fechado em si mesmo. [...] Segundo: quadriculamento: cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um. Terceiro: localizações funcionais: lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. Quarto: fila: a ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; alinhamento das classes, de idade, umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldades crescentes. A segunda técnica e não menos importante, seria o controle da atividade. [...] O que se pretende com tudo isso é: exatidão; aplicação; regularidade (Foucault, 2009 *apud* Batista; Baccon; Gabriel, 2015, p. 9-10).

Ainda de acordo com Batista, Baccon e Gabriel (2015), as técnicas do poder disciplinar citadas não pertencem a uma única instituição, estando presentes, por exemplo, em escolas, em hospitais, em quartéis e em prisões. Ou seja, independente da instituição, é conclusivo dizer que o poder se articula ao saber com o propósito de adestrar sujeitos a partir da atuação nas relações sociais. Neste contexto, Foucault reconhece que o poder não apenas facilita o conhecimento porque é útil ou o serve, mas que ele efetivamente o gera. Existe uma interdependência entre poder e saber; não pode haver exercício de poder sem que simultaneamente se forme um campo de conhecimento correspondente, assim como não existe conhecimento que não implique e não estabeleça relações de poder. Portanto, as dinâmicas de "poder-saber" não devem ser estudadas sob a perspectiva de um sujeito do conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder. Pelo contrário, deve-se entender que o sujeito que conhece, os objetos do conhecimento e as formas de conhecer são, de fato, resultados dessas relações intrínsecas de poder-saber e das suas evoluções históricas.

Segundo Veiga-Neto (2007, p. 114), “a escola foi a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminada e minuciosa a proceder a íntima articulação entre o poder e o saber”. Em uma análise específica de como essas técnicas de disciplinarização estão presentes nas instituições escolares tradicionais, nota-se: os alunos separados em séries, alinhados nas salas de aulas em carteiras que se encontram em espaços específicos e estratégicos, onde as suas ações e atividades podem ser vigiadas e avaliadas. Além disso, tudo a ser realizado dentro da instituição possui horários específicos e bem delimitados. Observa-se também a presença das filas que



estão presentes na disposição das carteiras, no momento de entrar na instituição, na sala de aula, no banheiro, na cantina e no refeitório. Em suma, a ordem se faz presente como forma de disciplinarização (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).

Em síntese, além das técnicas já mencionadas, o sucesso do poder disciplinar está atrelado a três instrumentos específicos: o olhar hierárquico, que no caso da instituição escolar se caracteriza pela disposição arquitetônica do ambiente e das salas, permitindo um controle minucioso de observadores que, além de vigiarem, também são vigiados (diretores, coordenadores, supervisores, professores e inspetores); a sanção normalizadora, que no caso da instituição escolar se caracteriza pelas punições capazes de moldar sujeitos homogeneizados e disciplinados para que se encaixem nos padrões impostos; e o exame que se caracteriza pela junção dos dois primeiros instrumentos, ou seja, funciona como uma forma de qualificar, classificar, exaltar e/ou punir os sujeitos. A partir desses instrumentos, o poder disciplinar atua direta e indiretamente na vida dos indivíduos (Zanlorenzi, 2017; Ferraz; Pagni, 2019).

Ainda sob essa ótica de práticas de disciplinarização, existe também poder disciplinar nas relações discursivas. Segundo Ferraz e Pagni (2019, p. 97),

Existem três sistemas de exclusão que atingem o discurso: a interdição; a separação; e a vontade de verdade (Foucault, 2009, p. 09-17). A interdição é a engrenagem mais usual em nossa sociedade e se refere ao direito privilegiado daquele que fala, ou seja, não é tudo que pode ser dito por todos. Além disso, é nesse mecanismo que se encontram os tabus, como, por exemplo, as questões sobre o sexo, que não podem ser ditas por qualquer um ou em qualquer circunstância (Foucault, 2009, p. 9-10). Na interdição, fica evidenciada a relação entre discurso e poder, pois a separação – ou rejeição – é vista na desqualificação do discurso por algum motivo, por exemplo, o menosprezo com o discurso dos loucos a partir de sua oposição com a racionalidade (Foucault, 2009, p. 10-13). O último sistema é a vontade de verdade, pela qual o discurso torna-se uma ferramenta de exclusão na medida em que visa a busca pelo discurso verdadeiro em detrimento do falso (Foucault, 2009, p. 13-17). Essa busca incessante pela verdade resulta na desqualificação de outros discursos, principalmente nesta época atual do cientificismo. Nas escolas, existe um silenciamento dos alunos, visto que o seu discurso não é científico, logo, não tem valor. Esse disciplinamento na escola, por meio da prática discursiva, advém da noção de que a instituição escolar é detentora do saber.

Tais teorias foucaultianas, embora desenvolvidas entre as décadas de 1960 a 1980, perpassam o tempo e permanecem atuantes, ainda que em crise. A crise do poder disciplinar ocorre em detrimento dos movimentos democráticos de resistência (feminismo, luta de classes, movimentos estudantis e de operários, entre outros) persistentes desde a segunda metade do século XX. Assim, as resistências também se encontram presentes nas relações de poder, atuando como um ponto positivo dessa teia (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).

Em suma, por todos os motivos mencionados, é possível caracterizar as instituições escolares como dispositivos pertencentes a essa malha de relações de poder disciplinares e que se encontra na busca por uma reformulação e ressignificação de suas práticas, princípios e valores. O enfraquecimento das técnicas disciplinares e do processo de docilização de corpos evidencia a falência desse modelo de sociedade autoritário, que vem se tornando cada vez menos operante, haja vista que os movimentos de resistência atuam com uma forte insubmissão frente aos padrões impostos (Batista; Baccon; Gabriel, 2015).



Em face dessa sede de resistência presente nos indivíduos no limiar de uma sociedade pós-moderna, ao professor se atribui a tarefa de trilhar caminhos que promovam a superação desse formato de educação capitalista. Os indivíduos que compõem a sociedade reivindicam viver em liberdade, uma vez que viver uma vida de servidão não se caracteriza como viver de forma integralmente humana. Essa formação integral do sujeito deve ser praticada, haja vista que ela consiste em “um conjunto de exercícios que forjam um ser livre. Esses exercícios passam pelo processo de ensino e aprendizagem e acontecem, certamente, na educação escolar” (Gabriel; Pereira, 2018, p. 35). Por esses e outros motivos o modelo de educação vigente e emergente deve ser, sobretudo, democrático, igualitário, laico, omnilateral e politécnico.

O CUIDADO DE SI E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SUJEITO

Desde o início da modernidade, as relações sociais se constroem frente aos interesses de mercado. O modelo educacional em países capitalistas vive à mercê das relações econômicas e, por isso, o homem não é mais o centro no processo educativo. Nestes termos, os interesses do capital tornam secundários os interesses humanos de dignidade, autonomia e liberdade. Dessa forma, a educação resulta na formação de sujeitos para atuar exclusivamente no mercado de trabalho, e não para atuar como protagonistas de suas vidas (Goergen, 2019).

De outro ângulo, o sujeito que se originou como constructo da modernidade, antes passivo, atua também pelo ideário da liberdade de si. Essa mudança na racionalidade tem caminhado no sentido de modificar as relações sociais, fomentando um novo cenário no qual os homens articulam com vistas à emancipação e à autonomia.

Esse percurso histórico entrelaça uma trama em que “configura-se assim a imagem ambivalente do ser humano: de um lado, imbuído do novo ideal de liberdade e autonomia; de outro, submisso às expectativas do sistema capitalista de produção e consumo” (Goergen, 2019, p. 5). Nesse sentido, os movimentos de resistência citados anteriormente, como formas de superar as técnicas de dominação do poder, terão êxito quando realizados mutuamente e diretamente, ou seja, por meio de movimentos que atuem para mudança de bens comuns. Em Foucault, esses movimentos se caracterizam como relações de poder produtoras e não opressoras, sendo determinadas como práticas de liberdade. Esse pensamento libertário, segundo Foucault, é possível pela teoria do cuidado de si (Pereira, 2013).

O cuidado de si é a última etapa dos pensamentos foucaultianos, sendo responsável por tratar de questões do campo da ética. Esse conceito foi desenvolvido na obra “A Hermenêutica do Sujeito” (1981), em que Foucault retoma a ideia de Sócrates sobre epimeleia heautou (cuidado de si). “Esta era a mensagem central de Sócrates às pessoas: ocupem-se de si mesmas, tenham cuidado de si, desconfiem das supostas verdades comuns, preocupem-se mais com sua formação, seus costumes, suas crenças infundadas” (Goergen, 2019, p. 11). Assim, cuidado de si representa o esforço pessoal do indivíduo em seu próprio desenvolvimento, a construção contínua de si mesmo através de um trabalho diligente que pode ser denominado ascetismo. Diferentemente do conhecimento, que se adiciona ao indivíduo, alcançar a verdade em seu significado mais profundo e engajado não apenas complementa, mas também transforma o próprio sujeito.

Vale destacar que o cuidado de si, na perspectiva foucaultiana, não remete ao cuidado apenas de si próprio, mas também de pensar que ao cuidar de si, também estamos cuidando do nosso



semelhante e de toda uma sociedade ao redor. Segundo Foucault (2006), para que a prática pessoal seja eficaz e realmente alcance seu objetivo, que é o próprio eu, a presença de outra pessoa é essencial. Esse outro desempenha um papel fundamental, garantindo que a abordagem adotada preencha verdadeiramente seu propósito. Portanto, a interação com outrem é crucial para que o processo de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal seja bem-sucedido. Assim, ao tomar consciência de si como um ser prático produtor, os sujeitos tomam consciência de que estão inseridos em um meio social onde podem e devem participar de forma ativa e autônoma.

Ademais, é importante entender que a educação tem diversas funções. Ao mesmo tempo em que lhe compete dissipar conhecimentos para que os sujeitos possam ingressar no mercado de trabalho, concomitantemente, também lhe compete formar sujeitos críticos, autônomos, que tenham consciência de si e que não apenas funcionem como corpos dóceis que recebem informações prontas e as utilizam sem questioná-las.

Segundo Pereira (2013), o professor e o aluno cuidam de si numa troca mútua. A tarefa do educador é, essencialmente, zelar pelos outros; ele é quem assume a responsabilidade pelo desenvolvimento dos estudantes, protegendo e facilitando seu processo de crescimento. No entanto, ao cuidar dos outros, o educador também cuida de si mesmo, pois só é possível oferecer esse cuidado ao próximo se ele próprio estiver bem cuidado. Além disso, na medida em que o educador se dedica aos outros, ele cria oportunidades para que cada indivíduo também participe ativamente do seu próprio processo de autocultivo e autocuidado.

Em suma, as instituições escolares na contemporaneidade atuam não mais como detentoras de saberes prontos e imutáveis, mas sim como dispositivos que possibilitam aos sujeitos formarem-se integralmente, onde possam realizar o cultivo de si e de seu meio social a partir de relações produtivas. A autonomia se dá ao praticar o cuidado de si como prática de libertação.

O ENSINO INTEGRADO: possibilidade de uma educação para autonomia

Muitos profissionais da educação, ao ouvirem falar sobre o ensino integrado ou a formação integral, ligam imediatamente esses termos ao ensino vinculado a uma carga extensa na escola. No entanto, a palavra integral neste escopo não apresenta relação com o quantitativo de horas em sala. Na realidade, essa concepção de integralidade vem na contramão da dualidade na educação, tendo como proposta uma escola unitária e igualitária (Castaman; Rodrigues, 2020).

Segundo Gramsci (2001), a origem da dualidade na educação se baseia em princípios de ordem racional. A divisão se dava pela privação da classe trabalhadora dos conhecimentos intelectuais, sendo uma educação puramente para formação profissional e que reduzia sujeitos à mão de obra. A classe dominante, por sua vez, desfrutava de uma educação de cunho mais propedêutico e intelectual, haja vista que somente essa classe continuaria seus estudos.

Nesse sentido, a formação integral do sujeito tem sido implementada na educação a partir do modelo de ensino integrado, sobretudo no modelo de ensino profissional integrado ao ensino médio, no qual os conhecimentos são integrados num modelo de escola unitária com a finalidade de romper a histórica dualidade existente na educação. Com excelência, destaca Brasil (2007a apud Ramos, 2014) que, na abordagem da educação integrada, que combina o ensino médio com o técnico, o objetivo é fazer com que a educação geral e a profissional sejam indissociáveis em todos os aspectos da preparação para o mercado de trabalho, incluindo tanto



os processos produtivos quanto os educativos, desde a formação inicial até o ensino técnico, tecnológico ou superior. A intenção é tratar o trabalho como um fundamento educacional, visando eliminar a separação entre trabalho manual e intelectual, integrar o aspecto intelectual ao trabalho produtivo e desenvolver trabalhadores que sejam não apenas eficientes na produção, mas também líderes e participantes ativos na sociedade.

De acordo com Frigotto (2009, p. 189 apud Fuini, 2021, p. 12), é necessário destacar que o trabalho como princípio educativo não diz respeito “diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que incidem o gênero humano”.

A integração do currículo não se fundamenta na exclusão dos conhecimentos teóricos necessários e nem os organiza em ordem de importância frente aos interesses burgueses. Para Ramos (2008, p. 3 apud Castaman e Rodrigues, 2020, p. 308),

A integração [...] possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Em suma, o trabalho como princípio educativo possibilita ao ensino integrado, na perspectiva de formação integral, difundir nas instituições escolares o fundamento de que os sujeitos, independente de classe social, são seres práticos produtores de si mesmos e de sua realidade. Assim, dentro da perspectiva de formação omnilateral, desconstrói-se a ideia de domesticação e doutrinação.

A partir do exposto e ao retomar as ideias foucaultianas de poder-saber e do cuidado de si, nota-se que o modelo utópico de uma formação integral e de ensino integrado funciona como uma ferramenta para trilhar os caminhos das práticas de liberdade, ou seja, da desconstrução de corpos docilizados, disciplinarizados e alienados. Essa modalidade, que comporta em si os caminhos da ética, permite o cuidar de si como prática de libertação, haja vista que as lutas pelas conquistas de nossas subjetividades e pela possibilidade de pensar criticamente tornam os sujeitos cidadãos em plenitude (Fuini, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filósofo Michel Foucault, como já destacado anteriormente, apresenta contribuições em diversas áreas do conhecimento, englobando também o campo da educação. As considerações apresentadas neste trabalho foram feitas sob a ótica das teorias foucaultianas devido aos seus ideários mobilizadores em favor da desconstrução de uma educação burguesa e autoritária, marcada pelas relações de poder opressivas, que permeiam desde a modernidade o sistema educacional.



Embora muito criticada, a escola enquanto veículo de transformação social e do conhecimento deve resistir às mazelas do processo histórico, de forma a contribuir para a superação do autoritarismo e do poder disciplinar. Enquanto ferramenta de socialização, a escola deve reconfigurar-se numa perspectiva de propiciar um ambiente benéfico para o desvelar das técnicas de si e de possibilitar a compreensão do trabalho como princípio educativo, e não apenas como atividade meramente econômica, pois ao se conhecer e conhecer o mundo ao redor, o indivíduo torna-se consciente, autônomo, crítico e emancipado.

REFERÊNCIAS

- CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. **O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 6, n. 17, 26 ago. 2020. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/2291>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- BATISTA, F.; BACCON, A. L. P.; GABRIEL, F. A. Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise? **Revista Inter Ação**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 1–16, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/30659>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- FERRAZ, K.; PAGNI, P. A. Educação escolar em perspectivas foucaultianas: um estudo do sujeito e do poder. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 22, n. 38, p. 91–112, 2019. DOI: 10.24934/eef.v22i38.2774. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/2774>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização: Roberto Machado. 28. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Disponível em: <https://farofafilosofica.wordpress.com/2016/11/14/michel-foucault-26-livros-em-pdf-para-download-livros-ensaios-artigos-conferencias-e-cursos/>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/foucault-hermeneutica-do-sujeito.pdf. Acesso em: 07 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 3ª tiragem, 2002. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.



FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 20ª edição, 1999. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha de ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. de 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

FUINI, L. L. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: um estudo através da perspectiva foucaultiana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e9882, mar. 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9882>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GABRIEL, F. A.; PEREIRA, A. L. Foucault e a Educação: entre o poder disciplinar e as técnicas de si (é possível educar para a liberdade?). **Educação em Revista**: Marília, v. 19, n. 2, p. 27-44, Jul.-Dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7110>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

GOERGEN, P. L. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea¹. **Pro-Posições** [online]. 2019, v. 30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DKNPcT3ZVd3T67p9tXHWXwQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2023.

GRAMSCI, A. **Caderno 12**. IN: Cadernos do Cárcere. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9949180-Antonio-gramsci-cadernos-do-carcere.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LOBO, A. S. A.; MACIEL JÚNIOR, A. **Memória, subjetivação, resistência e fora em Foucault**. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, [S. l.], v. 2, n. 16, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4535>. Acesso em: 5 dez. 2023.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/ep/a/c5JHHJqdxTnwWvnGfdkztG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2023.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba, Paraná. IFPR/EAD, Volume V, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PEREIRA, B. F. Foucault e a Educação Libertária: por uma escola transformadora da sociedade. **Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: https://www.theoria.com.br/edicao13/foucault_e_a_educacao_libertaria.pdf. Acesso em: 07 dez. 2023.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/356025279/Foucault-e-a-Educacao-Alfredo-Veiga-Neto-PDF>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ZANLORENZI, M. A. Relações de Poder e Educação Matemática: do poder disciplinar à possibilidade de resistências. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 10, n. 22, 10 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/3199>. Acesso em: 05 dez. 2022.

Recebido em: 29 de abril 2024

Aceito em: 24 de outubro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

*Challenges and opportunities in the inclusion of deaf students in Federal Institutes
of Education: an integrative review*

Lislayane Oliveira SILVA

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - (UFVJM)

lislayane.silva@ifnmg.edu.br

Bárbara Carvalho FERREIRA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - (UFVJM)

barbara.ferreira@ufvjm.edu.br

Raquel Schwenck de Mello Vianna SOARES

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - (UFVJM)

raquel.schwenck@ufvjm.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.565>

Resumo

Este artigo de revisão integrativa busca analisar a literatura a respeito da inclusão dos estudantes surdos no contexto da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais (IFs), por meio da análise da literatura nacional publicada de 2016 a 2023. Foram utilizados como buscadores os bancos de dados da *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), *Capes Periódicos* e *Google Acadêmico*. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, a amostra final foi composta por sete artigos, analisados na íntegra. A análise resultou na identificação de duas categorias principais: acessibilidade comunicacional e a prática profissional do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS). A pesquisa ressalta a importância da acessibilidade comunicacional como um direito fundamental e propõe estratégias inclusivas, como a formação



de docentes para compreensão e uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, discute o papel fundamental e os desafios na atuação profissional do TILS, visando à garantia da acessibilidade comunicacional e à inclusão educacional de indivíduos surdos. O presente estudo espera contribuir para o desenvolvimento de práticas diferenciadas, que visem superar os desafios e as barreiras da inclusão dos estudantes com surdez, assim como assegurar, de forma efetiva, a inclusão desse público na educação profissional ofertada pelos IFs.

Palavras-chave: Inclusão; Surdez; Educação profissional; Revisão Integrativa.

Abstract

This integrative review article aims to analyze the literature regarding the inclusion of deaf students in the context of professional and technological education in the Instituto FEDERAL (IFs) (Federal Institutes IFs), through an examination of national literature published from 2016 to 2023. The databases used for the searches were Scielo (Scientific Electronic Library Online), Capes Periodicals, and Google Scholar. After applying inclusion and exclusion criteria, the final sample consisted of seven articles, which were fully analyzed. The analysis resulted in the identification of two main categories: communicational accessibility and the professional practice of the Sign Language Interpreter (TILS). The research highlights the importance of communicational accessibility as a fundamental right and proposes inclusive strategies, such as the training of teachers for the comprehension and use of Brazilian Sign Language (Libras). Additionally, it discusses the fundamental role and the challenges faced by TILS professionals in ensuring communicational accessibility and educational inclusion for deaf individuals. This study aims to contribute to the development of differentiated practices that seek to overcome the challenges and barriers to the inclusion of deaf students. Furthermore, it seeks to effectively ensure the inclusion of this group in the professional education offered by the IFs.

Keywords: Inclusion; Deafness; Vocational Education; Integrative Review.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, com ênfase no atendimento aos estudantes surdos, configura-se como um dos principais desafios da atualidade. De acordo com Meneses e Galasso (2022), apesar dos avanços nas legislações que amparam esse público, constata-se que existem lacunas entre as práticas pedagógicas implementadas e as demandas educacionais desses indivíduos no contexto inclusivo.

Conforme observado por Carvalho (2007), as concepções equivocadas sobre as pessoas surdas ou com algum tipo de deficiência vêm sendo evidenciadas ao longo dos anos dentro do contexto educacional. Tais fatores têm ocasionado aspectos negativos na formação crítica e cidadã desses indivíduos, em razão do despreparo das instituições de ensino para a promoção da acessibilidade e o estabelecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Freitas e Silva (2021) ainda explicitam que a inclusão de surdos tem se revelado como um desafio ainda mais complexo, especialmente no contexto da educação profissional e tecnológica ofertada nos Institutos Federais (IFs). Os autores esclarecem que essa situação decorre do fato de que tais instituições estão imersas em um ambiente educacional voltado para uma formação diversificada, que integra a educação profissional com a educação básica. Desse modo,



Menezes (2022) justifica que essa dificuldade ocorre em virtude da natureza técnica da formação e dos conhecimentos específicos exigidos em cada área disciplinar.

Embora as leis e políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9.394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) n.º 13.146/2015, assegurem o direito a uma educação inclusiva para os estudantes considerados público da Educação Especial, diversos obstáculos se apresentam na prática, seja na educação básica ou profissional.

Neste sentido, Bordignon (2023) aborda que os desafios enfrentados para inclusão dos surdos nos IFs estão relacionados principalmente à questão da carência de acessibilidade comunicacional¹. Além disso, a ausência de uma qualificação específica para os docentes, TILS e demais profissionais responsáveis pelo ensino e assistência aos estudantes surdos tem causado grande impacto para esse público. Nesse contexto, Silva e Oliveira (2020) recomendam a adoção de uma abordagem mais específica, que leve em consideração as necessidades linguísticas e culturais dos surdos, visando uma inclusão mais efetiva.

No que tange à inclusão dos surdos, Menezes (2022) esclarece que um dos principais agentes responsáveis por garantir a comunicação e acessibilidade desses indivíduos é o TILS. Esse profissional acompanhará o estudante surdo ao longo de seu percurso formativo, desempenhando o papel de mediador e proporcionando a acessibilidade comunicacional entre surdos e ouvintes.

Nesta perspectiva da acessibilidade comunicacional, conforme apontado por Figliuzzi (2016), a carência de TILS qualificados resulta em uma privação significativa para os estudantes surdos, impactando negativamente em seu desenvolvimento intelectual e violando seu direito fundamental à inclusão social. O autor argumenta que essa acessibilidade também pode ser comprometida devido à falta de formação adequada dos TILS e à dificuldade de comunicação dos surdos com os docentes, profissionais da educação e com os colegas ouvintes da turma.

Menezes (2022) ainda observa que a privação de uma comunicação acessível para os estudantes surdos resulta em diversas barreiras no processo de ensino e aprendizagem desses indivíduos. O autor destaca que a dificuldade em compreender os conteúdos, a falta de interação com seus pares em sala de aula, juntamente com a frustração na expressão de suas ideias, são fatores que contribuem para o isolamento social desses indivíduos e podem até mesmo levar à evasão escolar.

Nesse sentido, Meneses e Galasso (2022) reforçam que a acessibilidade comunicacional é um direito fundamental, que assegura aos estudantes surdos o acesso às informações e aos conhecimentos. Do mesmo modo, o Decreto n.º 5.296/2004 e o Decreto n.º 5.626/2005 estabelecem a obrigatoriedade dos IFs em garantir a acessibilidade para os estudantes surdos, incluindo a oferta de serviços de TILS, bem como de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados às necessidades desse público. Esses documentos são de suma importância para nortear o trabalho que deve ser desenvolvido com os estudantes surdos, assim como possibilitar

¹ **Nota de rodapé:** A acessibilidade comunicacional para surdos garante a participação social e educacional por meio de recursos como intérpretes de Libras, materiais acessíveis e tecnologias assistivas, assegurando acesso equitativo à informação e ao aprendizado, respeitando suas necessidades linguísticas e culturais (GAMA et al., 2022).



uma formação de qualidade que garanta a esses indivíduos a igualdade de oportunidades no ambiente escolar (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005). Portanto, proporcionar uma educação de qualidade para esse público requer a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, que reconheçam e valorizem a diversidade linguística e cultural desses indivíduos (FIGLIUZZI, 2016).

Diante desse cenário, o presente estudo objetiva analisar a literatura acerca da inclusão dos estudantes surdos no contexto da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais - IFs, destacando então os aspectos de maior relevância discutidos pelos autores nas publicações de referência.

1 - METODOLOGIA

Esta revisão integrativa trata-se de uma análise acerca da inclusão dos estudantes surdos no contexto da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais (IFs). De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa é uma abordagem que visa pesquisar, selecionar e sintetizar os trabalhos científicos sobre um tema ou questão específica. Esse processo é realizado de forma sistemática e organizada, destacando os principais aspectos discutidos pelos autores e contribuindo para uma melhor compreensão e aprofundamento sobre o assunto pesquisado.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas as fontes dos bancos de dados eletrônicos da Scielo, Google Acadêmico e do Portal Periódicos CAPES. A coleta dos dados foi realizada no mês de agosto de 2023, e o período de referência das publicações selecionadas foi entre os anos de 2016 a 2023. Esse período foi definido tendo como base a promulgação da LBI, nº 13.146, que ocorreu no ano de 2015. Essa lei define as diretrizes gerais sobre a inclusão da pessoa com deficiência, incluindo os estudantes surdos. Além disso, representa um marco significativo para educação dos surdos, uma vez que assegura o direito a uma educação bilíngue, institui medidas para garantir a acessibilidade comunicacional e promove a formação de professores para atender às necessidades educacionais desses estudantes (BRASIL, 2015).

A busca por artigos nas bases de dados mencionada foi orientada pelos seguintes descritores: “inclusão”, “surdo”, “pessoa com surdez”, “deficiente auditivo”, “aluno surdo”, “educação profissional”, “ensino profissionalizante”, “educação profissional e tecnológica” e “Instituto Federal”. Esses descritores foram apresentados de forma combinada, utilizando “aspas” e alternando para o operador booleano AND para separar os termos.

Como critérios de inclusão, determinou-se:

- a) As publicações selecionadas são apenas artigos científicos publicados na íntegra e disponíveis online;
- b) O período de publicação é de janeiro de 2016 a agosto de 2023;
- c) Os artigos devem ser redigidos em língua portuguesa;
- d) Os artigos devem contemplar uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa ou quantitativa com pesquisa de campo.

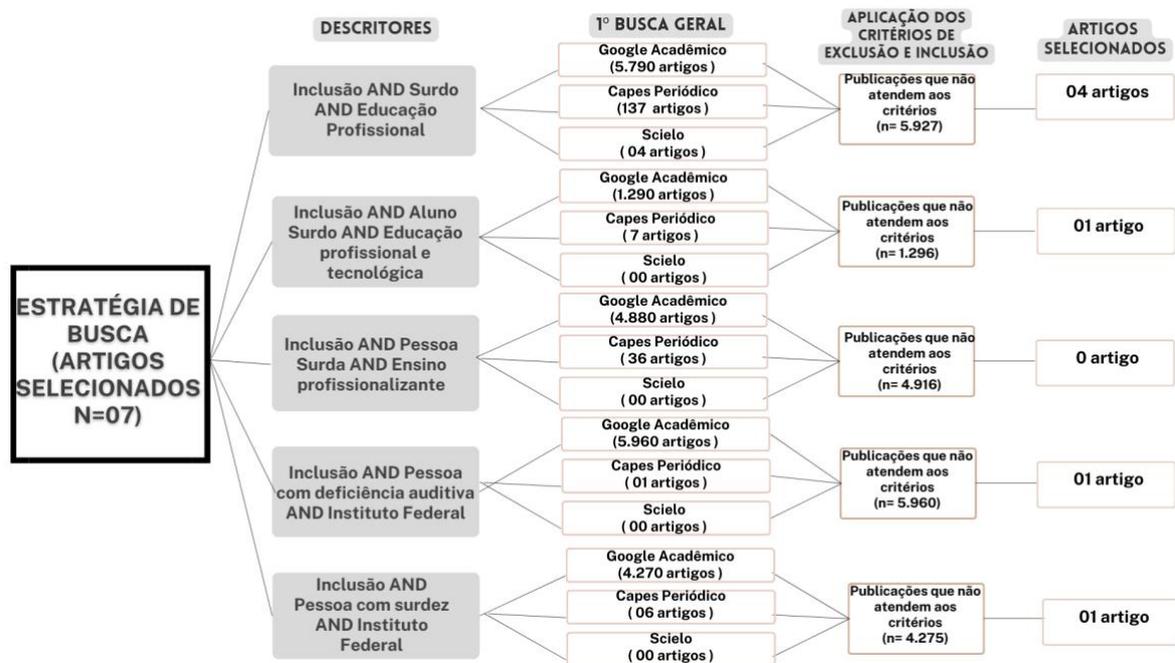
Foram definidos também alguns critérios de exclusão, a fim de eliminar os trabalhos que não se enquadrassem no formato de artigos, como teses, dissertações, livros, capítulos de livros, dentre outros. Além disso, foram descartadas as publicações encontradas em mais de uma base de dados (considerado apenas um artigo). Não foram incluídos artigos baseados em estudos teóricos e de revisão de literatura. Também foram desconsiderados os artigos que discutem a inclusão de surdos nas modalidades de educação infantil, fundamental e superior, considerando apenas a modalidade de educação profissional e tecnológica, oferecida nos IFs.

Para organizar as buscas e a análise das publicações, foi elaborado um mapa mental por meio da plataforma Canva (<https://www.canva.com/>). A seguir, realizou-se uma análise qualitativa dos dados, empregando-se a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), com a categorização dos temas identificados.

A Figura 1 apresenta de forma sintetizada os resultados da pesquisa. Após as buscas pelos descritores, foi encontrado um quantitativo expressivo de artigos. Porém, depois de aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas apenas as publicações que fizeram parte da amostra final (sete artigos).

A pesquisa e seleção dos materiais foram realizadas conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 1. Mapa mental.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

De acordo com as informações presentes na Figura 1, observa-se que a maioria dos artigos selecionados provém do banco de dados do Google Acadêmico, utilizando os descritores "inclusão AND surdo AND educação profissional". Além disso, é possível depreender que na plataforma Scielo apenas as publicações com os mesmos descritores acima foram identificadas. Não foram encontrados artigos relevantes utilizando outros descritores nessa base de dados. Destaca-se ainda que, ao empregar os descritores "inclusão AND pessoa surda AND ensino



profissionalizante", não foi identificado nas três bases de dados nenhum artigo que atendesse aos critérios estabelecidos.

Após a aplicação das etapas para seleção das publicações, foram identificados inicialmente 14 artigos que atendiam aos critérios iniciais. Posteriormente, aplicados os critérios de inclusão e exclusão, constatou-se que quatro desses artigos não se adequaram aos requisitos da pesquisa, uma vez que suas metodologias não estavam alinhadas aos critérios estabelecidos. Dos 10 artigos restantes, realizou-se a leitura integral deles, culminando na seleção de sete artigos considerados mais relevantes, os quais estavam alinhados com os objetivos delineados para esta pesquisa.

Esses artigos foram analisados integralmente e contribuíram para os resultados e discussões apresentados neste trabalho. Para explorar essas discussões de forma mais abrangente, foi escolhida uma abordagem sistemática e integrativa. Isso incluiu a análise dos artigos publicados, que retratam uma visão geral sobre a inclusão dos estudantes surdos nos IFs, bem como os desafios decorrentes deste processo formativo.

As publicações selecionadas foram organizadas de acordo com o ano de publicação, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Organização dos artigos analisados na pesquisa

Autor(es)	Título	Revista de Publicação	Ano
FIGLIUZZI, C.; SANTOS, W.; GUIMARÃES, K.;	Inclusão do aluno surdo na educação profissional: a importância da interação entre o TILS e os demais atuantes no processo de ensino do curso técnico da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim -ES	Revista Estação Científica - Juiz de Fora, nº 15, janeiro – junho / 2016	2016
SILVA, M.; OLIVEIRA, H.;	Formação profissional integrada ao ensino médio: um estudo de caso com estudante surdo	Revista Educação Especial, http://dx.doi.org/10.5902/1984686X39507 .	2020
TELES, R.; MELO, Y.; RIBEIRO, R.; TELES, L.; SANTOS, M.; SILVA, E.;	A inclusão de estudantes surdos no Campus São Luís - Monte Castelo do IFMA: buscando compreender evasão, retenção e êxito desse público	<i>Brazilian Journal of Development</i> 113113 ISSN: 2525-8761 - DOI:10.34117/bjdv7n12-204	2021
FREITAS, C.; SILVA, C.;	A inclusão de alunos surdos em um Instituto Federal: pontos e contrapontos.	Revista Prática Docente, v. 6, n. 1, e021,	2021
MENESES, S.; GALASSO, B.;	O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe	Revista Educação Especial, http://dx.doi.org/10.5902/1984686X49648	2022
MENEZES, M.; COSTA, L.; SILVA, G.; FIORE, A.;	Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: resultado de uma pesquisa diagnóstica	<i>Research, Society and Development</i> , v. 11, n. 4, e14311427007.	2022
BORDIGNON, Vinícius VIEIRA, Leonardo Cardozo	Inclusão na educação profissional e tecnológica: as experiências de um estudante surdo no curso técnico em Mecânica.	Thema, v. 22, n. 2, p. 463-484.	2023

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).



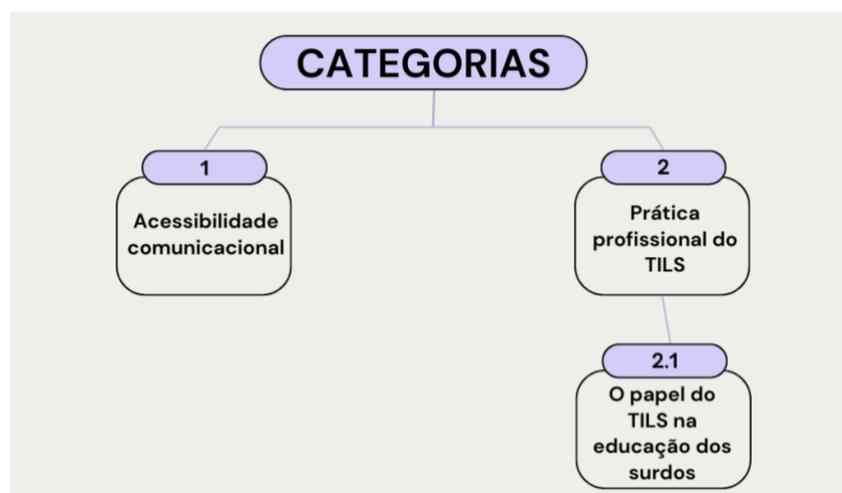
Conforme Tabela 1, do total de artigos que compõem essa amostra, quatro foram encontrados na base de dados do Google Acadêmico, dois na Capes Periódicos e um na base de dados da Scielo. Após análise, verificou-se que esses artigos foram publicados em diferentes revistas científicas, sendo que dois foram publicados na Revista Educação Especial e os demais, em outras revistas variadas.

Os artigos selecionados foram publicados no período de 2016 a 2023. Observou-se que, nos anos de 2017 a 2019, não foi encontrada nenhuma publicação com os referidos descritores utilizados. Já no ano de 2021 e 2022, houve a prevalência do maior número de publicações, totalizando assim 57% da amostra geral, ou seja, quatro artigos.

A análise das publicações possibilitou uma visão mais abrangente sobre dois aspectos essenciais para a inclusão dos estudantes surdos nos IFs. Os artigos analisados destacaram, com maior prevalência, a acessibilidade comunicacional e a prática profissional do TILS no contexto dos IFs.

Conforme a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), após análise do material de referência, as informações foram categorizadas de forma sistemática. Segundo a autora, essa estratégia é essencial para possibilitar que as informações sejam organizadas em eixos centrais em torno da temática principal que se busca discutir. As categorias selecionadas foram: acessibilidade comunicacional e prática profissional do TILS.

Figura 2 – Fluxograma das categorias selecionadas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Conforme a Figura 2, as categorias foram agrupadas com foco nos principais temas discutidos pelos autores das pesquisas selecionadas. Além disso, essa temática é de grande relevância para compreender os desafios e as possibilidades inerentes ao processo de inclusão dos estudantes surdos nos IFs. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa.

2 - RESULTADOS E DISCUSSÃO



Na categoria de acessibilidade comunicacional, discute-se a relevância da comunicação e interação dos estudantes surdos com os professores, colegas ouvintes, TILS e demais profissionais da educação. Além disso, destaca-se a importância do uso e difusão da língua de sinais para assegurar a acessibilidade comunicacional nestes ambientes educacionais e a aprendizagem efetiva para os indivíduos surdos.

Segundo Figliuzzi (2016), a comunicação é um processo fundamental para o aprendizado e o desenvolvimento humano. No caso das pessoas surdas, essa comunicação em sala de aula nem sempre ocorre de forma eficaz, devido às diferenças linguísticas e culturais envolvidas. A Libras, língua natural dos surdos brasileiros, é uma língua visual-motora com estrutura gramatical própria, reconhecida pela Lei n.º 10.436/2002, e utilizada para comunicação entre surdos e ouvintes (BRASIL, 2002). Nesse sentido, a autora ressalta que é essencial que tanto docentes quanto colegas de classe possuam, ao menos, um conhecimento básico de Libras, facilitando a interação e promovendo uma comunicação mais efetiva em sala de aula.

Diante disso, Menezes (2022) reforça a importância de se promover oficinas e workshops de Libras, com o intuito de incentivar a comunicação em sala de aula e possibilitar o diálogo entre docentes, estudantes surdos e ouvintes. Freitas e Silva (2021) complementam que esse convívio entre estudantes com diferentes necessidades específicas no ambiente escolar contribui para a formação de uma consciência inclusiva entre os indivíduos, além de garantir o desenvolvimento de um caráter social, o respeito e a valorização das diferenças.

Meneses e Galasso (2022) argumentam que, para proporcionar acessibilidade comunicacional, além da oferta de curso de Libras para ouvintes, existem outros aspectos determinantes para o sucesso na formação do surdo. Dentre eles, destaca-se o nível de fluência/conhecimento em Libras que o próprio estudante surdo possui. Segundo os autores, grande parte desse público ingressa nas instituições de ensino com baixa fluência em sua língua natural. Em outros casos, a aquisição dessa língua sequer foi consolidada, e esses estudantes acabam se comunicando por meio de mímicas ou sinais caseiros, que são acenos ou gestos feitos com as mãos, sem que haja organização ou sistematicidade.

Sobre esse aspecto, Bordignon e Vieira (2023) argumentam que, para minimizar esse desafio, é importante implementar ações e estratégias específicas para facilitar a aquisição da Libras pelo estudante surdo. Além disso, criar oportunidades para que essas pessoas possam interagir com outros usuários fluentes na língua de sinais, com o intuito de acelerar, consideravelmente, o desenvolvimento dessa habilidade linguística.

Conforme observado por Silva e Oliveira (2020), garantir a acessibilidade comunicacional aos estudantes surdos no contexto escolar é fundamental para o desenvolvimento educacional, emocional e social desses indivíduos. Freitas e Silva (2021) concordam com essa afirmação e complementam que proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e comunicativo promove o sentimento de pertencimento e empoderamento a esse público de estudantes. Com isso, terão a oportunidade de participar ativamente do próprio processo de construção do conhecimento e alcançar o potencial cognitivo e intelectual, assim como os demais ouvintes.

Bordignon (2023) argumenta que a comunicação entre o professor e os estudantes surdos é muito necessária, pois é a partir dessa troca que o profissional tem um feedback sobre as dificuldades de aprendizagem e a metodologia que melhor se adequa à necessidade desses estudantes. Sobre esse aspecto, Menezes (2022) esclarece que a limitação na comunicação e o



desconhecimento da Libras acaba distanciando o professor e reforçando a relação de dependência do TILS para toda e qualquer interação com o estudante surdo.

Além disso, Silva e Oliveira (2020) argumentam que o desconhecimento a respeito da língua de sinais e a incompreensão sobre o papel do TILS acabam gerando no professor uma sensação de desconforto e dúvida com relação à qualidade da interpretação que está sendo realizada. Meneses e Galasso (2022) concordam que os docentes precisam ter uma interação mais face a face com o estudante surdo e não apenas com o TILS, pois isso possibilita um planejamento mais adequado das aulas, a resolução de dúvidas e realização de atividades interativas. Todos esses aspectos visam à garantia da oferta de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Com base na discussão anterior, Menezes (2022) complementa que, quando não há um interesse por parte dos docentes para buscar uma capacitação e formação continuada a respeito da surdez e da Libras, diversos impactos negativos na aprendizagem dos estudantes surdos podem ocorrer. O primeiro ponto está relacionado com a desmotivação do próprio aluno surdo, que se sente muitas vezes frustrado. Essa frustração pode ocorrer porque o estudante não consegue se comunicar com os professores e colegas ou tem dificuldade de acompanhar o ritmo das aulas devido à complexidade do conhecimento técnico. Essa desmotivação pode contribuir para que o estudante tenha um baixo rendimento e dificuldade de aprendizagem, além de aumentar o risco de evasão escolar (MENEZES, 2022).

Nesse sentido, Freitas e Silva (2021) destacam que é imprescindível que o docente tenha, no mínimo, um entendimento básico sobre os aspectos da Libras e da cultura Surda. Desse modo, será possível interagir com o estudante surdo de forma mais eficiente, construindo, assim, uma relação afetiva que irá contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira mais satisfatória.

Menezes e Galasso (2022) ressaltam que a dificuldade de comunicação e a singularidade linguística dos estudantes surdos não podem ser uma barreira para a realização do seu percurso formativo, tampouco condicionar as atividades pedagógicas a uma mera reprodução e homogeneização das aprendizagens. Menezes (2022) complementa que é fundamental buscar uma formação mais digna e humanizada para esse público, a fim de proporcioná-los a justiça social e eliminar as barreiras comunicacionais que impedem os estudantes surdos de alcançar uma educação adequada.

Dessa forma, conclui-se que, ainda que haja um planejamento adequado e estratégias eficazes para atender às necessidades específicas dos estudantes surdos, a ausência da acessibilidade comunicacional compromete a consolidação da aprendizagem. Bordignon (2023) salienta que, para o estudante surdo, a interação comunicativa com seus pares desempenha um papel de grande relevância no processo de construção do conhecimento e de garantia da inclusão no ambiente escolar. Assim, torna-se evidente que a promoção da aprendizagem dos indivíduos surdos requer a priorização do processo comunicativo e a ampliação das interações nesse contexto educacional.

2.1 PRÁTICA PROFISSIONAL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS)

Nesta categoria, será abordada a prática profissional do TILS e como desempenham um papel vital na educação dos surdos. De acordo com Teles (2021), a atuação desses profissionais em



sala de aula e em outras atividades educacionais é de grande relevância para garantir a acessibilidade comunicacional entre os docentes, estudantes surdos e colegas ouvintes. Além disso, contribuem para a superação das barreiras linguísticas, garantindo que os surdos tenham acesso às informações, ao currículo e à oportunidade de participar ativamente das atividades educacionais.

Meneses e Galasso (2022) mencionam que os TILS enfrentam diversos desafios cotidianos para desempenhar o seu papel. Os autores afirmam que esse fato torna-se ainda mais complexo quando se trata da atuação no âmbito da educação profissional, que exige qualificações e conhecimentos ainda mais especializados. Nesse sentido, Silva e Oliveira (2020) complementam que um dos maiores desafios dos TILS está relacionado à utilização de metodologias por parte dos docentes, que priorizam uma educação voltada para o público ouvinte. Além disso, esclarece que a falta de acesso prévio aos materiais que serão utilizados pelos professores e o excesso de carga horária em sala de aula no acompanhamento dos estudantes surdos representam obstáculos significativos na atuação desses profissionais nos IFs.

Sobre esse aspecto, Bordignon e Vieira (2023) argumentam que a maioria dos TILS que atuam na educação profissional relatam como algo desafiador a escassez de vocabulário em Libras para interpretação dos conteúdos das áreas técnicas. Os autores esclarecem que essa carência no vocabulário está relacionada à diferença na proporção existente da quantidade de sinais em Libras e das palavras da língua portuguesa. Conforme o último dicionário da Língua de Sinais do Brasil, “A Libras em Suas Mãos”, publicado em 2017 por Fernando César Capovilla [et al.], registrou-se um compilado de 14.500 sinais. Já o dicionário mais atualizado da língua portuguesa conta em média com 300 mil palavras. Essa diferença mostra que muitos termos utilizados na língua portuguesa não têm tradução oficial para Libras, o que dificulta de forma significativa o aprendizado dos surdos e contribui para a exclusão desse grupo no contexto formativo. Freitas e Silva (2021) argumentam que esse fato compromete a aprendizagem dos estudantes surdos e limita o acesso a um conhecimento mais específico e aprofundado nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, Bordignon e Vieira (2023) sugerem que é necessário fazer um trabalho de conscientização com os docentes, principalmente das disciplinas da área técnica, para poderem ter conhecimento sobre essa dificuldade enfrentada pelos TILS e estudantes surdos. Desse modo, poderão contribuir disponibilizando os materiais e atividades avaliativas de forma antecipada e fazendo um levantamento dos principais termos e conceitos que serão utilizados em suas disciplinas durante o percurso formativo.

2.2 O PAPEL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS) NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

No contexto da inclusão educacional para os estudantes surdos, o papel do TILS é de suma relevância. Sua principal atuação está baseada na mediação da comunicação entre a língua oral e a língua de sinais, possibilitando a interação entre surdos e ouvintes em diferentes contextos. De acordo com Silva e Oliveira (2020), a acessibilidade comunicacional proporcionada pelo TILS é essencial para que os indivíduos surdos participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, assegurando uma formação efetiva e de qualidade a esse público. Nesse sentido, Menezes (2022) complementa que é imprescindível que o TILS detenha conhecimento e



compreensão aprofundada sobre a Libras e a cultura Surda, além de demonstrar sensibilidade para atender às necessidades específicas desse grupo de forma adequada.

A atuação do TILS na educação é garantida pela Lei n.º 12.319/2010, que regulamenta a profissão dos Tradutores e Guia-Intérpretes da Libras, estabelecendo os requisitos para o exercício da função, bem como o desempenho e a ética profissional em sua prática cotidiana. Recentemente, foi promulgada a Lei n.º 14.704 de 2023, conhecida como a Lei dos TILS, que representa um avanço significativo na inclusão das pessoas com deficiência auditiva. Essa lei altera a Lei n.º 12.319/2010 e visa garantir o acesso à informação, à comunicação e aos serviços públicos, ampliando a obrigatoriedade de tradução e interpretação em Libras. Além disso, visa melhorar as condições de trabalho dos profissionais da área e estabelece o Conselho Nacional dos TILS e Guia-Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (CTI-BLS) (BRASIL, 2010; BRASIL, 2023).

De igual modo, a LBI estabelece a obrigatoriedade da oferta de serviços de tradução e interpretação de Libras em diversos contextos, como instituições de ensino, órgãos públicos e eventos culturais. Essas legislações fundamentais asseguram o direito à acessibilidade comunicacional para os indivíduos surdos, promovendo a efetivação dos princípios de inclusão e igualdade de oportunidades. Nesse contexto, Teles (2021) argumenta que o TILS desempenha um papel essencial como facilitador da inclusão e do acesso à informação, promovendo a igualdade de oportunidades e assegurando os direitos das pessoas surdas.

Além disso, Bordignon e Vieira (2023) destacam que a atuação desse profissional vai além da mera tradução de palavras, exigindo habilidades para mediar a comunicação em diversos contextos. No âmbito educacional, o TILS tem um papel fundamental ao facilitar o processo de aprendizagem, permitindo que os estudantes surdos acompanhem as aulas, participem das atividades e expressem-se livremente. Menezes (2022) reforça que o TILS é responsável por interpretar discursos, traduzir textos escritos, mediar conversas em grupo, atuar em eventos educacionais e atender a outras demandas nas quais o estudante surdo esteja envolvido.

Nesse sentido, Meneses e Galasso (2022) destacam a importância da implementação de ações que promovam a conscientização dos docentes quanto às atribuições dos TILS, visando esclarecer, de forma mais precisa, as áreas de competência desse profissional. Do mesmo modo, Silva e Oliveira (2020) concordam com essa perspectiva ao salientar que um dos principais desafios enfrentados pelo TILS no ambiente escolar é a distorção de seu papel, que muitas vezes é confundido com as responsabilidades do docente. Além disso, ocorre a delegação de tarefas que não estão dentro de sua esfera de atuação. Os autores relatam que essa situação acarreta não apenas frustração para o TILS, mas também conflitos interpessoais entre esse profissional e os docentes.

Sobre a atuação na educação profissional, Bordignon e Vieira (2023) salientam que os TILS assumem uma responsabilidade ainda maior. Devido à complexidade do ensino técnico e ao desconhecimento de termos específicos de cada área, os TILS precisam pensar em estratégias interpretativas para conseguirem transmitir o conteúdo de forma clara e efetiva. Porém, Teles (2021) adverte que não é de responsabilidade desse profissional a função de conduzir o conteúdo e de pensar em metodologias para o ensino dos estudantes surdos. Entretanto, Meneses e Galasso (2022) afirmam que alguns IFs ainda possuem um currículo engessado, desprovido de uma abordagem centrada na contemplação da diversidade e inclusão. Os autores esclarecem que, muitas vezes, os TILS são cobrados com relação à aprendizagem do estudante surdo e não veem outra saída senão desenvolver um trabalho paralelo ao do docente. O intuito



desse trabalho é transmitir o conteúdo e auxiliar esses indivíduos para realização das atividades e dúvidas cotidianas.

Todavia, de acordo com Silva e Oliveira (2020), é importante ressaltar que esse não é o papel do TILS e não é correta essa transferência de responsabilidade referente ao ensino do estudante surdo. Por isso, a importância das formações continuadas, para esclarecer aos docentes sobre essas questões e discutir sobre as atribuições de cada profissional neste processo de inclusão dos surdos.

Bordignon e Vieira (2023) concordam que a prática do TILS deve ser analisada com bastante rigor, pois além dos desafios que esse profissional enfrenta, ainda existem outros fatores que devem ser levados em consideração, pois impactam diretamente no resultado do seu trabalho. Esse profissional precisa ter uma atuação sensível e diferenciada, que leve em consideração os aspectos cognitivos, linguísticos e socioemocionais dos surdos. Meneses e Galasso (2022) acrescentam que, para garantir a qualidade do trabalho, os TILS devem apropriar-se de conhecimentos e estratégias específicas de tradução e interpretação. Desse modo, poderão realizar suas demandas de forma mais consciente e com qualidade, garantindo que a transmissão das informações ocorra de forma efetiva.

Bordignon e Vieira (2023) concluem que o TILS desempenha um papel fundamental com relação à superação da barreira de comunicação entre surdos e ouvintes, pois contribui para a minimização dos efeitos gerados pela “não partilha de uma língua com a comunidade acadêmica” (2023, p. 476).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de revisão integrativa teve por objetivo analisar a literatura acerca da inclusão dos estudantes surdos no contexto da educação profissional e tecnológica dos IFs. O foco principal deste estudo foi compreender os desafios e possibilidades relacionados à inclusão desses indivíduos, promovendo uma reflexão sobre os aspectos que requerem atenção no que diz respeito à oferta da educação profissional para esse público-alvo.

A análise realizada nesse estudo compreendeu a investigação de sete artigos relevantes para o contexto abordado. Essa metodologia possibilitou uma compreensão mais abrangente das proposições apresentadas por diferentes autores, que discutem a inclusão dos surdos nos IFs. As reflexões resultantes possibilitaram a identificação de algumas estratégias e mecanismos imprescindíveis para garantir uma inclusão de qualidade nos ambientes educacionais, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

As discussões foram agrupadas em duas categorias, cada uma abordando aspectos relevantes que demandam uma investigação mais aprofundada sobre cada tema. A análise dos resultados permitiu compreender a importância da acessibilidade comunicacional para a inclusão efetiva dos estudantes surdos. Essa acessibilidade é fundamentada no uso e na difusão da Libras, que contribui para a interação e comunicação entre surdos e ouvintes no contexto educacional.

Entretanto, diversos desafios impedem que a comunicação ocorra de maneira eficaz. O desconhecimento sobre a Libras e a cultura surda por parte dos docentes e demais profissionais da educação, bem como a carência de estratégias adequadas de interação, são um dos principais



fatores que interferem nessa comunicação. Esses desafios têm um impacto direto na aprendizagem dos estudantes surdos, comprometendo seu desenvolvimento e formação.

Com base nas discussões apresentadas, compreende-se que a oferta de uma formação continuada para os docentes e demais profissionais que atuam com estudantes surdos, seja por meio de cursos de Libras, seminários, workshops e outras ações para difusão da língua de sinais, é o primeiro passo para a quebra dessas barreiras da comunicação. Além disso, a elaboração de estratégias inclusivas em sala de aula é essencial para garantir a acessibilidade comunicacional e o sucesso na formação profissional dos estudantes surdos.

Com relação à prática profissional do TILS, para possibilitar uma atuação eficaz e garantir a qualidade do serviço prestado, é necessário assegurar acesso antecipado aos materiais didáticos e termos técnicos frequentemente utilizados nas disciplinas. Do mesmo modo, é fundamental que o TILS mantenha uma comunicação aberta e uma relação de confiança com o docente, visando aprimorar a prática pedagógica de ambos no que diz respeito à educação de estudantes surdos.

Na pesquisa em questão, um dos desafios destacados diz respeito à complexidade da tradução dos termos técnicos, os quais desempenham um papel fundamental e recorrente no contexto da educação profissional. Diante dessa questão, mesmo enfrentando a escassez de um vocabulário correspondente na Libras, torna-se essencial adotar medidas específicas para superar tal obstáculo. Nesse sentido, sugere-se a elaboração de glossários técnicos em Libras, contemplando os principais termos utilizados no ambiente educacional, além da utilização de recursos visuais como suporte na tradução de terminologia técnica complexa. Além disso, é fundamental que os TILS participem de cursos e treinamentos especializados, voltados para o aprimoramento e a constante atualização do vocabulário técnico pertinente à sua área de atuação profissional. Essas medidas propostas visam orientar o trabalho dos TILS, garantindo assim o acesso efetivo ao conhecimento por parte da comunidade surda.

Ademais, para a realização desta pesquisa, foram identificados alguns desafios e barreiras. Dentre essas lacunas, destaca-se a falta de investigações sobre o impacto causado pela Pandemia da Covid-19 no processo de formação dos estudantes surdos nos IFs. Embora esse fato tenha ocorrido no período de referência dessa pesquisa, percebeu-se a limitação de fontes de informações relevantes a respeito desse assunto. Deste modo, salienta-se a necessidade de investigação mais aprofundada sobre esse aspecto, pois ele não foi explorado em nenhum dos artigos de referência.

Assim, por meio das discussões realizadas, foi possível alcançar os objetivos propostos com este trabalho, a partir do apontamento de aspectos que estão intrinsecamente ligados à inclusão dos estudantes surdos, aos desafios e às possibilidades na educação profissional. Espera-se, portanto, que este estudo possa enriquecer o diálogo acerca da educação de surdos nos IFs, promovendo assim a oferta de uma educação mais equitativa e inclusiva para todos os envolvidos. Desse modo, espera-se que esse trabalho possa nortear o desenvolvimento de demais pesquisas nessa área e possibilite a ampliação e os conhecimentos sobre as discussões aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.



BORDIGNON, Vinícius Spanhol; VIEIRA, Leonardo Cardozo. Inclusão na **Educação Profissional e Tecnológica: as experiências de um estudante surdo no curso Técnico em Mecânica**. *Thema*, v. 22, n. 2, p. 463-484, 2023. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.V22.2023.463-484.3311>. Acesso em 26 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 09 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei 12.319/10 | Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso: 28 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14704-25-outubro-2023-794852-publicacaooriginal-169815-pl.html>. Acesso: 25 de abril de 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 29 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 27 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/2004/5296.htm>>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

CARVALHO, E. N. S. de & MONTE, R. R. F. do. "**A educação inclusiva de portadores de deficiências em escolas públicas do DF**". In GOYOS, C; ALMEIDA, M. A. & SOUZA, D. de (org.). *Temas em Educação Especial*. São Paulo, Editora da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 1995. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online->



68084/salto-para-o-futuro--educacao-especial---tendencias-atuais. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

CAPOVILLA, F. C. et al. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FREITAS, Cristiane Rodrigues de; SILVA, Cirlande Cabral da. **A inclusão de alunos surdos em um Instituto Federal: pontos e contrapontos.** Revista Prática Docente, v. 6, n. 1, e 021, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.23926/RPD.2021.v6.n1.e021.id976>. Acesso em 26 de agosto de 2023.

FIGLIUZZI, Renato Cesar; SANTOS, Washington Romão dos; GUIMARÃES, Kênia Cristina Tinelli. **Inclusão do Aluno Surdo na Educação Profissional: a importância da interação entre o intérprete de Libras e os demais atuantes no processo de ensino do Curso Técnico da Escola Estadual Leopoldino Rocha em Itapemirim-ES.** Estação Científica, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2252/1861>. Acesso em 23 de agosto de 2023.

GAMA, Aline Costalonga; SILVA, Josué Rego da; GUIMARÃES, Décio Nascimento; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **A acessibilidade comunicacional e as pessoas surdas na educação superior.** InterSciencePlace – International Scientific Journal, v. 17, n. 5, p. 1067-1087, 2022. Disponível em: <https://www.interscienceplace.org/index.php/isp/article/view/456/148>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

LACERDA, C. B. de. **Inclusão e educação de surdos: uma abordagem histórico-crítica.** In: SKLIAR, C. (Org.). Educação e surdez: construção de uma pedagogia. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 59-74.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

MENESES, Soraya Pacheco de; GALASSO, Bruno. **O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe.** Educação Especial, v. 44, n. 67, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313169978040/html/>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

MENEZES, M.; COSTA, L.; SILVA, G.; FIORE, A. **Inclusão de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica: Resultados de uma pesquisa diagnóstica.** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 4, e14311427007, 2022. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/27007/23763/317657#:~:text=Os%20resultados%20apontaram%20lacunas%20no,professores%20voltada%20%C3%A0%20inclus%C3%A3o%20escolar>. Acesso em 19 de agosto de 2023.



SILVA, Marimar; OLIVEIRA, Hagar de Lara Tiburcio de. **Formação Profissional Integrada ao Ensino Médio: um estudo de caso com estudantes surdo**. Revista Educação Especial, v. 33, p. 1-16, 2020. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X39507>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

TELES, Rogério de Mesquita; MELO, Yasmin Helena; RIBEIRO, Regina Lúcia; TELES, Lara Rúbia; SANTOS, Maria do Socorro Santos; SILVA, Elys Correia. **A inclusão de estudantes surdos no Campus São Luís - Monte Castelo do IFMA: buscando compreender evasão, retenção e êxito desse público**. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 12, p. 113113, 2021. ISSN: 2525-8761. DOI: 10.34117/bjdv7n12-204. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/40823>. Acesso em 22 de agosto de 2023.

Recebido em: 13 de maio 2024

Aceito em: 24 de outubro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

EXPLORANDO HORIZONTES: PERCEPÇÕES DOS CONCLUINTES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, A INSTITUIÇÃO E SEUS OBJETIVOS FUTUROS

Exploring horizons: Graduates' perceptions of the world of work, the institution and their future goals

Bernardo Almeida ROCHA

Universidade Federal de Ouro Preto
bernardob.rocha@hotmail.com

Raiani Sousa LOPES

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara
rs18@aluno.ifnmg.edu.br

Luiz Célio Souza ROCHA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara
luiz.rocha@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.587>

Resumo

Este estudo visa a compreender as percepções dos concluintes dos anos de 2022 e 2023 dos cursos de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Gerenciais do IFNMG - campus Almenara sobre o mundo do trabalho, a instituição e seus objetivos futuros. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, utilizando o método de *survey*. O questionário continha quatro blocos (perfil dos respondentes, situação profissional, avaliação da instituição/curso e avaliação pessoal) e foi disponibilizado aos concluintes via *Google Forms*. Essa pesquisa tem caráter censitário, pois buscou investigar todos os estudantes concluintes nos anos de 2022 e 2023. Como resultados, registra-se que os respondentes são



majoritariamente pardos, de baixa renda, residentes próximos à instituição e desejam sair da cidade após a conclusão do curso. Os respondentes de mais baixa renda do turno noturno são estudantes-trabalhadores, sendo que a grande recorrência de reprovações evidencia que a formação básica dos estudantes pode ter sido deficiente. Apesar das dificuldades, os alunos sentem-se bem preparados para o mercado de trabalho e avaliam positivamente a instituição. Conclui-se que a situação socioeconômica é um parâmetro decisivo para o acesso, o desempenho e a permanência dos estudantes na instituição, sendo que a ausência de boas oportunidades profissionais na região colabora para a migração da mão de obra qualificada para os grandes centros. Isso deixa claro que ações de permanência e êxito que englobem auxílios financeiros são fundamentais para a formação em nível superior para pessoas de baixa renda, principalmente em regiões com baixo dinamismo econômico. Além disso, a questão do preparo do docente para enfrentar os desafios impostos por essa situação também é algo bastante relevante e de fundamental importância para o acesso, desempenho e permanência dos estudantes. É importante ressaltar que as questões de permanência e êxito estudantil são complexas, heterogêneas e multifacetadas.

Palavras-chave: IFNMG. Egressos. Mundo do Trabalho. Ensino Superior. Educação Tecnológica.

Abstract

This study aims to understand the perceptions of 2022 and 2023 graduates of the Bachelor's Degree in Agricultural Engineering, Technology in Systems Analysis and Development, and Technology in Management Processes at IFNMG in Almenara campus, focusing on the world of work, in the institution, and its future goals. To this end, an applied research was carried out, with exploratory and descriptive objectives, using the survey method. For that, The questionnaire contained four blocks (respondent profile, professional situation, evaluation of the institution/course, and self-assessment) and it was available to graduates via Google Forms. This survey has a census nature, as it sought to investigate all students graduating in 2022 and 2023. As a result, the respondents are mostly brown, low-income, live near the institution, and wish to leave the city after completing the course. The lowest-income students in the night shift are working students, and the high frequency of failures shows that the students' basic education may be deficient. Despite the difficulties, the students feel well prepared for the job market and evaluate the institution positively. It can be concluded that the socioeconomic situation is a decisive parameter for students' access, performance and retention in the institution, and the lack of good professional opportunities in the region contributes to the migration of qualified workers to large centers. This makes it clear that retention and success actions that include financial aid are essential for higher education for low-income people, especially in regions with low economic dynamism. In addition, the issue of preparing teachers to face the challenges imposed by this situation is also highly relevant and of fundamental importance for students' access, performance and retention. It is important to emphasize that the issues of student retention and success are complex, heterogeneous and multifaceted.

Keywords: IFNMG. Graduates. World of Work. Higher Education. Technological Education.



INTRODUÇÃO

A consolidação da universidade brasileira é um fenômeno relativamente recente, tendo sua efetivação ocorrida há menos de um século (Neves; Martins, 2016). Esse contexto, em consonância com o perfil social da população brasileira nesse período, contribuiu para a criação de um cenário de notável elitização, em que o ensino superior se configurou como um espaço privilegiado para a reprodução das elites econômicas do país (Pereira; Correa da Silva, 2010).

Com o passar dos anos, o ensino superior brasileiro foi se reconfigurando. Em 2008, com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Estado institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Brasil, 2008). Os IFs centram em ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, ofertam curso técnico integrado e concomitante/subsequente ao ensino médio, cursos superiores e pós-graduação e, em geral, estão inseridos no interior das Unidades da Federação (Filho; Lima, 2022).

No que tange à pesquisa com egressos, há vários estudos que buscam compreender como os estudantes, após a conclusão do curso, veem suas expectativas pessoais no mundo do trabalho e também avaliam a instituição onde estudaram (Davidis; Nogueira; Leal, 2020; Gawryszewski, 2021; Lima; Andriola, 2018; Sampaio; Almeida, 2013; Teixeira *et al.*, 2014; Vieira; Tavares Silva; Gomes, 2011). Contudo, o campo carece de pesquisas que focam abordagens no nível superior nos IFs.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - campus Almenara está situado em uma região que abrange municípios carentes de políticas públicas em diversos setores, especialmente na área da educação (Filho; Lima, 2022), fazendo-se necessário, para além de implementar instituições de alto impacto educacional nos interiores do país, acompanhar os concluintes. Dessa forma, objetivou-se coletar dados dos concluintes dos anos de 2022 e 2023, dos cursos Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Gerenciais do IFNMG - campus Almenara com o intuito de compreender a percepção desses discentes em relação ao mundo do trabalho, à instituição e a seus objetivos futuros.

No que concerne às contribuições deste estudo, acredita-se que ele aprofunde a compreensão sobre a educação superior em regiões desfavorecidas do Brasil, especificamente no contexto dos IFs. Ao examinar os perfis e as percepções dos concluintes do IFNMG - campus Almenara, o trabalho revela como a educação superior pode influenciar as trajetórias profissionais e pessoais de estudantes em áreas carentes de políticas públicas, além de elencar as principais dificuldades encontradas por eles. Além disso, em um contexto mais amplo, os resultados deste estudo podem subsidiar políticas educacionais e de desenvolvimento regional, demonstrando a importância dos IFs na democratização do acesso ao ensino superior e no desenvolvimento de competências relevantes para o mundo do trabalho. Ao fornecer dados empíricos sobre as expectativas e experiências dos estudantes, o estudo também pode orientar iniciativas de melhoria na qualidade do ensino e na oferta de suporte acadêmico, assistência estudantil e profissional aos discentes.



1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No ano de 1808, foram estabelecidas as primeiras instituições de ensino superior no país (Martins, 2002), sendo que, ao longo da década de 1920, o debate sobre a criação de universidades não se limitava mais a questões estritamente políticas, como o grau de controle estatal, como ocorria no passado. Com isso, as discussões se voltavam para o conceito de universidade e suas funções na sociedade. Essas funções foram definidas não apenas como locais de ensino, mas também como espaços destinados a abrigar a ciência, os cientistas e a promoção da pesquisa. As universidades passaram a ser reconhecidas como mais do que simples instituições educacionais, tornando-se verdadeiros centros de conhecimento (Martins, 2002).

Sobre isso, Barroso *et al.* (2022) afirmam que o ensino superior não apenas influencia a comunidade educativa e a sociedade, mas também desempenha um papel crucial na qualificação acadêmica e na preparação profissional. Em grande medida, representa o avanço científico e a competitividade dos países.

Ao longo de sua história, a universidade no Brasil era considerada um espaço elitista, caracterizado pelo atendimento a uma parcela mínima da população, especialmente os estratos mais privilegiados. No entanto, a partir da década de 1950, o ensino superior passou por um processo de interiorização, acentuando-se com a criação de facilidades e a busca por uma clientela mais ampla. Uma das transformações significativas no ensino superior do século XX foi a mudança de foco, deixando de ser exclusivamente voltado para a elite e passando a destinar-se também ao atendimento da massa (Martins, 2002).

Contudo, na contemporaneidade, o acesso e a conclusão de um curso superior ainda são desafios, mesmo quando se considera a recente expansão desse nível de ensino no país (Nierotka; Bonamino; Carrasqueira, 2023). No início do século XXI, em aproximadamente uma década, políticas públicas foram implementadas para promover a expansão universitária. Essas iniciativas focaram na ampliação do acesso e da permanência, na diversificação de estudantes e na interiorização da Educação Superior pública. Exemplos dessas políticas incluem o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei de Cotas (Moro; Gisi, 2023; Nierotka; Bonamino; Carrasqueira, 2023; Santos Junior; Real, 2017; Zago; Paixão; Pereira, 2016). Dessa forma, conforme Sá (2022, p. 4), “tais iniciativas destinaram-se à inclusão, à superação do elitismo e da exclusão de grupos sociais alijados, tornando a graduação mais acessível”.

Entretanto, após as iniciativas para ampliar o acesso ao ensino superior no Brasil, Zago, Paixão e Pereira (2016) destacam a importância de abordar a permanência dos alunos nesse nível educacional. Eles afirmam que essa questão ainda é problemática, sendo um de seus indicadores o fenômeno da evasão. Essas mudanças, segundo os autores, contribuem para outras formas de exclusão, uma vez que, enquanto anteriormente a exclusão era predominantemente associada à restrição de acesso, hoje ela se manifesta internamente no sistema de ensino.

Nesse contexto, a evasão no ensino superior não só impacta os estudantes e as instituições, mas também acarreta repercussões negativas no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável, tanto em nível nacional quanto global. Sobre isso, Barroso *et al.* (2022, p. 8)



afirmam que “o ensino superior, pela sua capacidade de extensão à comunidade, assume um potencial privilegiado para apoiar o desenvolvimento individual e social”.

Indubitavelmente, a evasão é um desafio para as instituições de ensino, com estudos que buscam entender suas causas. A saída prematura de estudantes gera desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos, representando perdas de recursos no setor público e de receitas no setor privado, resultando em ociosidade de recursos (Silva *et al.*, 2022; Silva Filho *et al.*, 2007).

Dentro desse contexto de evasão, em 13 de novembro de 2023, foi sancionada a nova Lei de Cotas, Lei Nº 14.723, de 13 de Novembro de 2023, a qual no seu Art. 7º-A. afirma que “os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino” (Brasil, 2023). Essa mudança na Lei de Cotas, tem por objetivo, minimizar os impactos financeiros na vida e na família dos estudantes universitários e ampliar a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

Por conseguinte, após a implementação da Lei de Cotas e das políticas públicas governamentais voltadas para a expansão do Ensino Superior brasileiro, estudos demonstraram que não há diferença significativa no rendimento acadêmico e na evasão entre alunos cotistas e os de ampla concorrência (Andriola; Araújo, 2023, Martins, 2021). Nesse sentido, mesmo que a educação seja ainda um espaço elitizado, é crucial buscar a permanência da sociedade nesses locais de construção de saberes para combater as desigualdades.

Nos últimos quatro anos, o mundo enfrentou uma crise sanitária global devido à Covid-19, levando as instituições de ensino a se adaptarem a esse novo contexto. As instituições públicas, inicialmente, demonstraram certa resistência às mudanças impostas pela pandemia. A respeito disso, Castioni *et al.* (2021) salientam que os desafios que advêm do enfrentamento da pandemia da Covid-19 obrigaram as instituições educacionais a repensarem suas atividades e a sua relação com as diversas tecnologias de informação e de comunicação, a formação para uma nova cidadania digital e as suas próprias estratégias de governança. Isso ocasionou diversos problemas no ensino e também nas relações pessoais, pois o momento de graduar-se perpassa não só pelo ato de diplomar-se, mas também de construir relações interpessoais e relações com a comunidade (Marinho; Guazina; Zappe, 2023).

Assim, nesse processo evolutivo, a pandemia da Covid-19 suscitou reflexões sobre práticas educacionais, destacando não apenas o aprendizado formal, mas também o fortalecimento de laços sociais e o engajamento comunitário. A melhoria contínua do ensino superior no Brasil vai além do acesso, buscando uma experiência educacional mais inclusiva e alinhada com as demandas atuais.

1.2. CONCLUINTE E O MUNDO DO TRABALHO

Desde a década de 1980, muitas pesquisas com concluintes ampliaram seu foco, indo além dos resultados acadêmicos para investigar as competências adquiridas pelos graduados durante a faculdade. Essas pesquisas buscam compreender o impacto que as instituições tiveram no desenvolvimento de habilidades críticas de pensamento, assim como habilidades interpessoais e profissionais entre seus concluintes (Cabrera; Weerts; Zulick, 2005). No Brasil, os estudos sobre ex-alunos permanecem esporádicos e subutilizados (Paul, 2015).



Quanto à importância dessas investigações, Teixeira *et al.* (2014, p. 68) afirmam que “a opinião do egresso é uma importante ferramenta de acompanhamento da trajetória profissional do aluno, das competências adquiridas durante a graduação, além da atuação no mercado de trabalho”. Nesse contexto, as universidades são reconhecidas como locais eficazes na produção do conhecimento científico, de capacitação de mão de obra e adaptação às demandas tecnológicas (Oliveira *et al.*, 2013).

Assim, num âmbito educacional, Goergen (2020) afirma que educar significa, de um lado, preparar de forma adequada e realista os jovens para a atuação no mercado de trabalho, ou seja, a educação escolar e universitária tende a ser direcionada para metas quantitativas, utilitárias e produtivistas, sem foco na formação humana, subjetiva e cidadã, mas visando à instrução de indivíduos adequados às demandas do mercado (Goergen, 2020).

Por conseguinte, Helal (2007) chama a atenção para a maneira pela qual a organização educacional, direcionada à formação de mão de obra para o sistema capitalista, se apresenta como meritocrática. Segundo o autor, a sociedade moderna vê a educação como um meio de igualar oportunidades sociais, mas é crucial entender seu papel como agente de socialização. Explorar os meios institucionais dessa socialização oferece uma abordagem profunda para compreender a legitimação das estruturas econômicas e políticas, fornecendo base para intervenções efetivas nas transformações percebidas.

Nesse ponto, faz-se importante apresentar o conceito de trabalho. Para Marx (2015, p. 326), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza”. Para o autor, o homem utiliza suas forças naturais (braços, pernas, mãos e cabeça) visando a se apropriar da matéria de uma forma útil para sua vida. Dessa forma, ao modificar a natureza, o homem modifica a si mesmo (Marx, 2015). Segundo Friedmann (1973), o homem é um animal social que se ocupa essencialmente do trabalho, sendo que o trabalho é uma ação específica da espécie humana. Assim, Friedmann (1973, p. 22) argumenta que

convém desconfiar das definições metafísicas ou apenas gerais do trabalho, destacadas da História, da Sociologia e da Etnografia, sem referência à variedade de suas formas concretas segundo as sociedades, as culturas, as civilizações, sem reflexão suficiente sobre a maneira pela qual o trabalho é vivido e sentido pelos que o efetuam.

Friedmann (1973) ainda destaca a importância da utilidade como característica fundamental do trabalho. Para o autor, principalmente para economistas de viés liberal, o trabalho se distingue, essencialmente, pela utilidade, pelo valor que cria. Marx (2015) concorda que, para o trabalhador incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo em valores de uso para que sirvam para satisfazer necessidades. Entretanto, o autor pondera que “a produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle” (Marx, 2015, p. 326).

Aqui, destaca-se Weber (2007), quando o autor defende que a cultura pode condicionar a economia, já que o racionalismo econômico depende da disposição dos indivíduos em seguir formas de conduta prático-rationais na vida. É importante salientar que a economia sempre existiu nas sociedades primitivas. Entretanto, antes do capitalismo moderno ser implementado, a economia não era controlada pelo mercado, sendo que os lucros obtidos nas trocas nunca haviam desempenhado um papel importante na economia (Polanyi, 2021). A esse respeito, Polanyi (2021, p. 99) argumenta que, “embora a instituição do mercado exista desde o final da Idade da Pedra, seu papel sempre foi secundário na vida econômica”.



Segundo Polanyi (2021), o termo economia de mercado nos remete a um sistema de mercados autorregulados, o que significa uma economia dirigida por preços de mercado. Dessa forma, para que o homem fosse introduzido em um mercado autorregulado, ele deveria ser tratado como mercadoria, estando sujeito à lei da oferta e da procura. Criou-se, assim, um mercado de trabalho, em que a oferta e a procura do “produto” eram reguladas pelo nível dos salários. Essa abordagem, na visão de Polanyi (2021, p. 368), não passa de uma “visão distorcida da vida e da sociedade”. Essa visão distorcida levou a um modelo de desenvolvimento que, segundo Deluiz (2001), é focado exclusivamente na economia de mercado, sem se preocupar com os indivíduos, as comunidades e as sociedades. Portanto, segundo Dowbor (1998), torna-se difícil equacionar o bem-estar da economia com o bem-estar humano.

Enquanto que no século XIX tentou-se estabelecer um sistema econômico autorregulado (Polanyi, 2021), a partir do início do século XX, principalmente graças ao binômio taylorismo/fordismo, o termo “trabalho” passou a significar “trabalho industrial organizado cientificamente” (De Masi, 2022, p. 169). A produção em massa focada no taylorismo/fordismo pressupunha uma organização industrial de capital intensivo, localizada em grandes complexos industriais, dependente do petróleo e que tinha a divisão do trabalho e a fragmentação do saber como modelo de gestão da mão de obra (Deluiz, 2001).

Não obstante, para Deluiz (2001), o sistema de desenvolvimento taylorista/fordista era mais do que um modo de organização do trabalho, pois alinhava-se a uma política econômica de intervenção do Estado com a presença de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), o que possibilitou o surgimento de uma grande estrutura sindical e os marcos da social-democracia. Entretanto, a crise dos anos 1970 causou grandes transformações no mundo do trabalho, fazendo com que as empresas se reestruturassem em busca de redução de custos e aumento de produtividade a partir do uso intensivo de novas tecnologias. Com a reestruturação produtiva do capital, o proletariado industrial, herdeiro da fase taylorista/fordista, vem diminuindo (Antunes, 2003). Além disso, a partir dos anos 1990, o processo de internacionalização do capital se intensificou, carregando consigo políticas de perfil neoliberal que trazem em seu bojo a defesa do Estado mínimo, a desregulamentação das economias nacionais e o desmonte das políticas garantidoras do *Welfare State* (Deluiz, 2001). Assim, com a crescente desestruturação do *Welfare State* e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho desregulamentadas e informais (Antunes, 2003).

Deluiz (2001) chama a atenção para um paradoxo existente no atual mundo do trabalho: de um lado há a ampliação do desemprego, do trabalho informal e do trabalho precarizado e, de outro, a criação de um trabalho revalorizado, que exige um trabalhador polivalente e multiqualificado, capaz de exercer atividades, cada vez mais, complexas e intelectualizadas em detrimento de atividades manuais. Esse último ponto coaduna-se ao defendido anteriormente por Friedmann (1973, p. 21) de que “No século XX, o homem que trabalha não é sempre, e o é cada vez menos, no sentido clássico do termo, o *homo faber*”. As atividades do setor terciário da economia, muito relevantes ao mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas, não se equiparam todas aos comportamentos do *homo faber* (homem artífice, em tradução literal).

Concebe salientar que vive-se em um mundo digitalizado e tecnológico, no qual as transformações tecnológicas se aceleram, revolucionando as forças produtivas. Novas técnicas são incorporadas intensamente aos processos produtivos, produtos e mercadorias, resultando na dispensa de grandes contingentes de trabalho. Isso amplia a superpopulação relativa, criando



massas de trabalhadores(as) descartáveis e supérfluos para as necessidades médias de geração de valor (Raichelis, 2022). Essa realidade destaca a importância de monitorar os concluintes e suas interações com o mundo do trabalho, pois esse panorama macro precisa estar alinhado com as expectativas deles para o futuro e com o ambiente externo às instituições.

A respeito disso, Caldeira (2004) chama a atenção para como, na cultura da competitividade predominante, a responsabilidade maior recai sobre o indivíduo, o sujeito competente e inteligente, na gestão de sua própria carreira profissional. Diante disso, torna-se obscura a dimensão social e coletiva do profissionalismo, sendo que Caldeira (2004) salienta que o papel do governo e da sociedade em geral está em prover os recursos e oportunidades às pessoas.

No Brasil, um país em desenvolvimento, enfrenta-se um desafio crucial nas condições de empregabilidade devido às transformações sociais, especialmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho. Isso levanta dúvidas sobre a capacidade das instituições formadoras de mão de obra qualificada em lidar com o mercado competitivo e realmente promover a empregabilidade (Sampaio; Almeida, 2013; Vieira; Tavares Silva; Gomes, 2011). Dentro desse contexto, Camargo e Reis (2005) afirmam que o desemprego no Brasil tem maior incidência entre os jovens, fenômeno também observado em vários países. Paradoxalmente, a composição etária da força de trabalho apresenta mais jovens entre os qualificados e semiquilificados. Essas diferenças demográficas impactam o desemprego relativo e agregado, evidenciando que a taxa de desemprego para jovens de 18 a 23 anos é 2,5 vezes superior à dos demais trabalhadores.

Assim, fica evidente o desafio imposto às Instituições de Ensino Superior (IES). Contudo, Vieira, Tavares Silva e Gomes (2011) deixam claro que a qualificação profissional tornou-se essencial para que o trabalhador atenda às demandas do atual modelo econômico e mantenha seu emprego. Em um cenário de competitividade e avanço tecnológico, a necessidade por profissionais capacitados é, cada vez mais, importante.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Quanto à natureza, esta pesquisa classifica-se como aplicada. Conforme Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa aplicada tem um benefício prático, cujos resultados podem ser aplicados ou usados imediatamente para resolver problemas presentes na realidade. Gil (2021) complementa que a pesquisa aplicada tem por finalidade a obtenção de conhecimentos para aplicação em circunstâncias específicas.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2021), a pesquisa exploratória é mais flexível em relação ao planejamento e visa a observar e compreender aspectos pertencentes ao fato estudado, proporcionando maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Com esse foco, a pesquisa também apresenta uma dimensão descritiva, pois busca descrever características de cidadãos ou fenômenos definidos (GIL, 2021), que, nesse caso, são os concluintes do IFNMG – campus Almenara.

O método utilizado neste trabalho é o qualitativo. A pesquisa qualitativa reconhece uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo, que não pode ser traduzido em números. Nesse tipo de pesquisa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais (Turrioni; Mello, 2012). Nesse ponto, faz-se importante destacar que, apesar de os resultados apresentarem dados



numéricos dos respondentes, eles são utilizados com caráter exploratório e descritivo, pois não há o emprego de ferramentas estatísticas para a análise dos dados.

Para a coleta de informações, utilizou-se o método de *survey*. Segundo Fonseca (2002), o *survey* é uma técnica de pesquisa que visa a obter dados sobre as opiniões e características de um grupo de pessoas, utilizando um questionário como instrumento. O questionário em questão foi aplicado de maneira on-line, via *Google Forms*, nos anos de 2022 e 2023. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, com ou sem a presença do entrevistador. O questionário continha quatro blocos: perfil dos respondentes, situação profissional, avaliação da instituição/curso e avaliação pessoal. As questões possuíam múltiplas opções de resposta e, a cada pergunta, havia a possibilidade de o respondente deixar alguma observação sobre a pergunta respondida. Em nenhuma pergunta foi utilizada escala numérica do tipo *Likert* e as perguntas possuíam diferentes quantidades de opções de resposta.

Esta pesquisa tem caráter censitário, pois buscou-se investigar todos os estudantes concluintes nos anos de 2022 e 2023. Segundo Gil (2021), há um censo quando um levantamento objetiva recolher informações de todos os indivíduos do universo pesquisado. Na Tabela 1, é possível visualizar a quantidade por curso, ano e total entre os concluintes respondentes nos anos de 2022 e 2023, além de sua representatividade em relação ao total.

TABELA 1. Quantidade de respondentes por curso, ano e total

Curso	Ano				Total
	2022	Percentual	2023	Percentual	
Bacharelado em Engenharia Agrônômica	14	100,0%	11	91,7%	25
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento	7	87,5%	5	100,0%	12
Tecnologia em Processos Gerenciais	22	100,0%	9	81,8%	31
Total	43	97,7%	25	89,3%	68

Fonte: Os autores (2024)

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1. PERFIL DOS DISCENTES

Inicialmente, é essencial obter uma compreensão do perfil dos estudantes que estão prestes a concluir seus estudos no IFNMG - campus Almenara. Para tanto, apresentam-se os dados referentes aos perfis dos discentes nos anos de 2022 e 2023, bem como uma comparação entre os dois períodos. Importante enfatizar que o curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica ocorre no turno diurno e os cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Gerenciais são cursos noturnos.

No que diz respeito aos respondentes do curso Bacharelado em Engenharia Agrônômica, observa-se que, de maneira geral, possuem idade entre 21 e 30 anos, sendo predominantemente do sexo masculino e autodeclarados pardos. Residem em Almenara, sendo, em sua maioria,



originários da cidade. Em relação à possibilidade de mudança de cidade após a conclusão do curso, a maioria não havia decidido em ambos os anos. Nota-se uma mudança no perfil de gênero entre os anos de 2022 e 2023, com um aumento no número de respondentes do sexo feminino no último ano.

Quanto ao perfil dos respondentes do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, constata-se que, de maneira geral, são adultos entre 21 e 30 anos, predominantemente do sexo masculino e autodeclarados pardos. Residem em Almenara e, em sua maioria, são originários da cidade. No entanto, houve uma mudança étnica, com a maioria dos respondentes autodeclarados brancos em 2023. Quanto à intenção de mudança de cidade após a conclusão do curso, a maioria expressou essa pretensão nos dois anos analisados.

Ao considerar o perfil dos respondentes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, nota-se que a maioria é adulta na faixa etária de 21 a 30 anos, predominantemente do sexo masculino e autodeclarados pardos, residindo em Almenara e originários da cidade. No entanto, ocorreu uma mudança na predominância de gênero em 2023, com um aumento significativo no número de respondentes do sexo feminino. Quanto à intenção de mudar de cidade após a conclusão do curso, houve uma diferença notável entre os anos, com uma maior proporção de respondentes expressando essa intenção em 2023 em comparação com 2022.

Sobre os dados acima, observa-se que todos estão, em grande maioria, na faixa etária entre 21 a 30 anos, idade esperada para o público alvo dos cursos ofertados, além de a maioria também residir e ser de Almenara, cidade onde está lotado o campus, o que demonstra o impacto da absorção de estudantes da região em questão e da ampliação do acesso a esses espaços universitários, o que demonstra como a interiorização das IES é útil e cumpre com seu papel social, conforme afirma Moro e Gisi (2023), Nierotka, Bonamino e Carrasqueira (2023), Santos Junior e Real (2017) e Zago, Paixão e Pereira (2016).

Outra questão observada é que os estudantes responderam que pretendem mudar de cidade ao final do curso, o que pode indicar uma leve tendência em virtude das questões econômicas da região. Como apontado por Filho e Lima (2022), a cidade de Almenara está localizada em uma região com alto índice de vulnerabilidade social, o que ocasiona uma tendência de evasão de “cérebros”, tendo em vista que tais estudantes almejam melhores condições de vida, serviço e, conseqüentemente, de remuneração.

3.2. SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Os dados subseqüentes abordam a situação profissional dos alunos nos cursos de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Gerenciais nos anos de 2022 e 2023, no IFNMG - campus Almenara. Os quadros 1, 2 e 3 exibem os resultados relacionados à situação profissional dos participantes no momento da coleta de dados.

QUADRO 1. Situação Profissional: Bacharelado em Engenharia Agrônômica

Ano	Estágio no Momento da Pesquisa	Contribuição Reconhecida do Estágio	Trabalha	Renda	Satisfação com o
-----	--------------------------------	-------------------------------------	----------	-------	------------------



					Trabalho Atual
2022	Maioria (85,7%) não estava realizando estágio	Unânime reconhecimento da contribuição do estágio	Maioria não trabalhava (57,1%), dedicando-se às atividades acadêmicas	50% recebiam até 1 salário-mínimo, 50% recebiam acima de 4 salários-mínimos	Todos estavam satisfeitos com o trabalho atual
2023	Maioria (81,8%) não estava realizando estágio	Unânime reconhecimento da contribuição do estágio	Maioria não trabalhava (63,6%), 44,4% devido à dedicação integral às atividades acadêmicas, 55,6% por falta de oportunidade de trabalho nas cidades de residência	50% recebiam até 2 salários-mínimos	50% estavam satisfeitos com o trabalho atual

Fonte: Os autores (2024)

Os dados revelam mudanças significativas no perfil dos concluintes do curso de Engenharia Agrônômica ao longo de um ano, destacando uma transição na razão pela qual os estudantes não estavam trabalhando, com uma parcela significativa indicando a falta de oportunidades de trabalho em 2023. Sobre isso, mesmo que esses estudantes ainda estejam em formação, prestes a concluir o curso, essa realidade assola de forma crônica a maioria dos jovens brasileiros. Sampaio e Almeida (2013) e Vieira, Tavares Silva e Gomes (2011) afirmam que, no Brasil, um país em desenvolvimento, enfrenta-se um desafio crucial nas condições de empregabilidade devido às transformações sociais, especialmente nas mudanças no mundo do trabalho e salientam que a formação de nível superior se torna ainda mais importante dentro desse contexto de fragilidade para encontrar qualquer labor.

Por conseguinte, sobremaneira houve uma variação na distribuição de renda, sugerindo uma possível estabilização ou redução na renda dos estudantes em 2023 em comparação com o ano anterior, possivelmente relacionada à falta de oportunidades de trabalho ou mudanças nas condições econômicas locais. Quanto à satisfação com o trabalho atual, houve uma queda em 2023, o que pode indicar insatisfação com os empregos disponíveis, enfatizando a importância de políticas e programas para melhorar as oportunidades de emprego e o bem-estar dos estudantes (Zago; Paixão; Pereira, 2016).

QUADRO 2. Situação Profissional: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Ano	Estágio no Momento da Pesquisa	Contribuição Reconhecida do Estágio	Trabalha	Renda	Satisfação com o Trabalho Atual
2022	Maioria (71,4%) não estava realizando estágio	Unânime reconhecimento da contribuição do estágio	Maioria (57,1%) não trabalhava, principalmente devido à falta de oportunidade na cidade	Todos recebiam até 2 salários-mínimos	Todos estavam parcialmente satisfeitos com o trabalho atual
2023	Maioria (60%) não estava realizando estágio	Apenas 50% reconheciam a contribuição do estágio	Maioria (60%) não trabalhava, principalmente devido à falta de oportunidade na cidade	Todos recebiam até 3 salários-mínimos	Todos estavam satisfeitos com o trabalho atual

Fonte: Os autores (2024)



Sobre a situação dos concluintes do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, observa-se que, em 2022, a maioria dos estudantes não estava realizando estágio, mas reconhecia unanimemente a contribuição dessa prática. A maioria também não estava trabalhando, principalmente devido à falta de oportunidades na cidade, e a renda era de até 2 salários-mínimos. Em contrapartida, em 2023, embora a maioria ainda não estivesse realizando estágio, apenas metade reconhecia sua contribuição. A situação de emprego permaneceu semelhante, com a maioria não trabalhando devido à escassez de oportunidades na cidade, mas houve um aumento na faixa de renda, com todos recebendo até 3 salários-mínimos. Entre os que trabalhavam houve uma melhora na percepção de satisfação com o trabalho, sendo que a avaliação passou de parcialmente satisfeitos para satisfeitos, entre os anos de 2022 e 2023.

QUADRO 3. Situação Profissional: Tecnologia em Processos Gerenciais

Ano	Estágio no Momento da Pesquisa	Contribuição Reconhecida do Estágio	Trabalha	Renda	Satisfação com o Trabalho Atual
2022	Maioria (77,3%) não estava realizando estágio	Maioria (80%) reconheceu a contribuição do estágio	Maioria (54,4%) já trabalhava	Maioria recebia até 2 salários-mínimos	Maioria (57,1%) estava parcialmente satisfeita com o trabalho atual
2023	Maioria (77,8%) não estava realizando estágio	Todos reconhecem a contribuição do estágio	Maioria (55,6%) já trabalhava, 33,3% não trabalhavam	Maioria recebia até 1 salário-mínimo	Metade estava totalmente satisfeita com o trabalho atual

Fonte: Os autores (2024).

Por fim, sobre os concluintes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, evidencia-se que em ambos os anos, a maioria dos estudantes não estava realizando estágio, mas reconhecia a contribuição dessa experiência. Em 2022, a maioria já trabalhava, enquanto em 2023, apesar da maioria ainda estar empregada, houve um aumento significativo na proporção de estudantes que não estavam trabalhando. Em termos de renda, em 2022, a maioria dos estudantes recebia até 2 salários-mínimos, enquanto em 2023, a maioria recebia até 1 salário-mínimo. Por conseguinte, em 2023, metade dos estudantes estava totalmente satisfeita com o trabalho atual, indicando uma mudança positiva na percepção em comparação com 2022, em que a maioria estava apenas parcialmente satisfeita.

Segundo o INEP (1999, p. 23), “o fator socioeconômico é o que determina mais fortemente o desempenho escolar dos estudantes”. No caso específico do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, essa situação parece ser agravada. Por ser um curso noturno, atende, principalmente, o estudante-trabalhador. Conforme citam Vargas e Paula (2013, p.465),

outra ordem de carência deve ser observada: a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por contingente expressivo do alunado. Entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização. Essa situação, em verdade, traduz a evidência das incompatibilidades entre estudo e trabalho, ou seja, a possibilidade ou não de uma escolaridade longa, segundo a relação do estudante com o trabalho.



Percebe-se que essas análises evidenciam nuances importantes nas trajetórias acadêmicas e profissionais dos estudantes, permitindo uma compreensão mais aprofundada da dinâmica entre formação acadêmica, estágio e inserção no mercado de trabalho, destacando potenciais áreas de aprimoramento nas políticas educacionais e de empregabilidade.

Observa-se que em todos os documentos normativos, coloca-se a formação do estudante como ponto central de análise para a implementação das atividades acadêmicas. Todavia, um Projeto Pedagógico de Curso não pode ser composto apenas de ideias, devendo respeitar a vivência dos sujeitos ao considerar outros saberes não acadêmicos. Coadunando-se a essa afirmação, Freire (1983, p. 53) afirma que "a educação como prática da liberdade é, sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes". Assim, Freire (1983) busca mostrar que é possível aos estudantes/educandos assumirem um papel cognoscente, de modo a respeitar e valorizar seus valores e suas experiências.

3.3. AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO/CURSO

A avaliação da instituição e do curso é de suma importância para a evolução do IFNMG e para aprimoramentos na qualidade do ensino oferecido (Davidis; Nogueira; Leal, 2020; Gawryszewski, 2021; Lima; Andriola, 2018; Sampaio; Almeida, 2013; Teixeira *et al.*, 2014; Vieira; Tavares Silva; Gomes, 2011). Em 2022, os discentes dos cursos de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Gerenciais expressaram, aproximadamente, em sua maioria que escolheram a instituição devido à oferta do curso desejado, à proximidade de suas cidades e pela reputação de ser uma instituição pública e de qualidade. Adicionalmente, todos os respondentes indicaram que recomendariam a instituição para outros. A maioria dos estudantes sentiam-se preparados para atuar em suas áreas de estudo, destacando que o conhecimento adquirido contribuiu positivamente em suas vidas, atendendo às expectativas. A indicação do curso para outras pessoas foi majoritária.

No ano de 2023, os discentes mantiveram padrões semelhantes em suas avaliações. Para o Bacharelado em Engenharia Agrônoma, quase metade dos respondentes escolheu o IFNMG por ser na mesma cidade, e quase um terço optou por ter o curso desejado. Além disso, todos expressaram intenção de recomendar a instituição para outras pessoas. A maioria sentia-se preparada para a atuação profissional, destacando a relevância do conhecimento adquirido em suas vidas e a satisfação com o atendimento de suas expectativas no curso.

Os concluintes do curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, em sua maioria, escolheram o IFNMG pela reputação de ser uma instituição pública e de qualidade, enquanto 40% consideraram a localização na cidade dos respondentes. As respostas dos discentes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais assemelharam-se às dos outros cursos, indicando uma consistência nas percepções em relação à instituição.

Observa-se que o IFNMG – campus Almenara é bem avaliado pelo seu corpo discente. Barroso *et al.* (2022) afirmam que o ensino superior não apenas influencia a comunidade educativa e a sociedade, mas também desempenha um papel crucial na qualificação acadêmica e na preparação profissional, representando, em grande medida, o avanço científico e a competitividade dos países. A percepção de preparação para atuar na área do curso é



predominante, indicando que os estudantes se sentem capacitados e confiantes. O impacto do conhecimento adquirido destaca a relevância das experiências acadêmicas para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, a avaliação positiva da instituição pelos estudantes, mesmo diante de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, é corroborada por outros estudos. Por exemplo, Calbino *et al.* (2020) também encontraram que, apesar dos desafios enfrentados pelos egressos, especialmente devido ao ensino remoto, a instituição foi avaliada de forma satisfatória. Isso ressalta a importância das experiências acadêmicas proporcionadas pelo IFNMG – campus Almenara para o desenvolvimento dos seus estudantes.

3.4. AVALIAÇÃO PESSOAL

A autoavaliação é essencial para compreender a visão dos estudantes sobre desempenho acadêmico, metas futuras e impacto de fatores externos, incluindo atividades não presenciais durante a pandemia da Covid-19.

Desse modo, no ano de 2022, metade dos respondentes do curso Bacharelado em Engenharia Agrônômica declarou seu desempenho como "Razoável" e a maioria se avaliou como bom aluno. A maioria também tinha, pelo menos, uma dependência/reprovação e tinha por objetivo atuar no mercado de trabalho em empresas privadas, abrir um negócio próprio ou fazer concurso público após a conclusão do curso atual. A maioria dos respondentes pretendia manter contato com o IFNMG após se formar. Por fim, a maioria dos discentes respondeu que a realização de atividades não presenciais, durante o período de isolamento em decorrência da pandemia da Covid-19, afetou seu desempenho durante o curso. Já no ano de 2023, mais da metade dos discentes declarou o próprio desempenho como "Bom" e avaliou-se como bom aluno. A respeito das outras questões, as respostas permaneceram as mesmas, sem grandes variações para mais ou para menos a respeito das questões levantadas.

Agora, sobre a avaliação pessoal dos respondentes do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, nos anos de 2022 e 2023, a maioria dos discentes declarou seu desempenho como "Bom" e avaliou-se como bom aluno. Além disso, a maioria tinha, pelo menos, uma dependência/reprovação e tinha por objetivo atuar no mercado de trabalho em empresas privadas, abrir um negócio próprio ou fazer pós-graduação (especialização) após a conclusão do curso atual. A maioria dos respondentes pretendia manter contato com o IFNMG após se formar. Por fim, a maioria dos discentes respondeu que a realização de atividades não presenciais, durante o período de isolamento em decorrência da pandemia da Covid-19, afetou seu desempenho durante o curso.

Ademais, a respeito da avaliação pessoal dos respondentes do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais, no ano de 2022, metade dos discentes declarou seu desempenho como "Excelente", enquanto 45,5% declararam seu desempenho como "Bom", ao contrário dos respondentes de 2023 que, em sua maioria, declarou o desempenho como "Bom". A maioria não tinha dependência/reprovação entre os concluintes de 2022, e entre os concluintes de 2023 a maioria tinha pelo menos uma dependência/reprovação. Em ambos os anos os discentes tinham por objetivo fazer concurso público, fazer pós-graduação (especialização e mestrado) ou abrir seu próprio negócio. A maioria dos respondentes pretendia manter contato com o IFNMG após se formar. Por fim, a maioria dos discentes respondeu que a realização de



atividades não presenciais, durante o período de isolamento em decorrência da pandemia da Covid-19, afetou seu desempenho durante o curso.

Sobre o impacto da pandemia da Covid-19, em todos os cursos, observou-se que os estudantes foram afetados no processo de aprendizagem. Marinho, Guazina e Zappe (2023) ressaltam que essa situação pode ter dificultado a aplicação prática das teorias aprendidas durante as aulas remotas, resultando em insegurança ao ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Calbino *et al.* (2020) também evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos egressos com o ensino remoto e, como consequência, os desafios na entrada no mercado de trabalho.

Percebe-se, pelas respostas dos concluintes, que a maioria já havia reprovado em algum componente curricular. Aliado à questão socioeconômica anteriormente mencionada, há alguns fatores que dificultam o êxito dos estudantes no ensino superior e que podem levar à evasão. Já em 2012, a evasão foi identificada como um problema nos IFs em uma auditoria que foi realizada entre os anos de 2011 a 2012 (TCU, 2012). Para Costa e Marinho (2018, p. 302), a expansão dos IFs “levou o ensino técnico aonde não chegava, e atendeu a quem nunca foi atendido, porém não chegou com a forma adequada nem atendeu como se esperava”. Dentro desse contexto, as principais causas da evasão são a baixa qualidade da educação básica brasileira, a baixa qualidade do ensino médio, a questão econômica com a limitação das políticas de financiamento dos estudantes, escolha precoce da especialidade profissional, a dificuldade de mobilidade estudantil, a falta de cobrança para o combate da evasão e o despreparo dos docentes (LOBO, 2012).

A partir do apresentado por Lobo (2012), fica claro que as causas da evasão são variadas e multifacetadas, exigindo soluções igualmente complexas. Nesse sentido, dentro da instituição que serviu de lócus para a presente pesquisa, existem algumas ações institucionais de permanência e êxito dos estudantes, relacionadas aos fatores socioeconômicos e de déficit de aprendizagem, como, por exemplo: 1. Disciplinas de nivelamento para os ingressantes dos cursos superiores; 2. Programa de monitoria para os discentes; 3. Programa de auxílios financeiros para os estudantes; e 4. Fornecimento de lanche gratuito para os estudantes do ensino superior. Apesar de minimizar a evasão na instituição, as ações mencionadas ainda estão aquém de solucionar completamente o problema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma análise exploratória e descritiva de dados obtidos junto aos discentes concluintes dos cursos superiores oferecidos pelo IFNMG – campus Almenara, referente aos anos de 2022 e 2023.

O estudo comprova a importância da interiorização do ensino superior no Brasil e da expansão de acesso a cursos superiores que, sem a presença física de instituições públicas, tornaria a formação das pessoas inseridas em regiões mais distantes dos grandes centros bastante difícil. Apesar disso, a falta de oportunidades profissionais faz com que os sujeitos tenham manifestado o interesse em mudar de cidade ao finalizar a formação, o que prejudica bastante o objetivo de desenvolvimento em uma região já carente de mão de obra qualificada.



Apesar de o lócus da pesquisa favorecer uma uniformidade dos sujeitos participantes (jovens, pardos e de baixa renda), algumas especificidades dos cursos analisados acaba por permitir uma maior diversidade de respostas e de condições abordadas. Com relação à situação profissional, o curso diurno apresenta pessoas que, em sua maioria, se dedicam exclusivamente às atividades acadêmicas. Já com relação aos dois cursos oferecidos no turno noturno, aquele que apresentava os sujeitos com a menor renda média, apresentava um maior percentual de estudantes-trabalhadores, deixando claro que a situação econômica afeta profundamente a relação dos indivíduos com a formação acadêmica.

Ressalta-se que vários fatores podem afetar a escolha da instituição e do curso por um indivíduo, porém ficou claro que a acessibilidade é um fator determinante, uma vez que a localização na cidade ou próxima à cidade do respondente foi apresentada como um dos principais fatores, muitas vezes acima da própria reputação da instituição ou do curso desejado.

Com relação ao desempenho, a grande recorrência de reprovações evidencia que a formação básica dos estudantes pode ter sido deficiente, sendo impactada, inclusive pelas condições socioeconômicas dos respondentes. Além disso, existe a condição específica da pandemia da Covid-19, que afetou de maneira relevante o desempenho dos discentes ao longo do curso. Apesar dessas adversidades, os respondentes se sentem bem formados e preparados para atuarem no mercado de trabalho, avaliando muito bem a instituição e almejando prosseguir com a formação acadêmica em nível de pós-graduação.

Conclui-se, desse modo, que a situação socioeconômica é um parâmetro decisivo para o acesso, o desempenho e a permanência dos estudantes na instituição, sendo que a ausência de boas oportunidades profissionais na região colabora para a migração da mão de obra qualificada para os grandes centros. Isso deixa claro que ações de permanência e êxito que englobem auxílios financeiros são fundamentais para a formação em nível superior para pessoas de baixa renda, principalmente em regiões com baixo dinamismo econômico. Além disso, a questão do preparo do docente, para enfrentar os desafios impostos por essa situação, também é algo bastante relevante e de fundamental importância para o acesso, desempenho e permanência dos estudantes. É importante ressaltar que as questões de permanência e êxito estudantil são complexas, heterogêneas e multifacetadas. Nesse sentido, ao apresentar a questão econômica como relevante para o desempenho do estudante, parte-se de uma constatação lógica, a qual é fornecida pelos dados apresentados na presente pesquisa, coadunando-se a resultados prévios apresentados na literatura, não se buscando, portanto, estereotipar discentes em condição de vulnerabilidade econômica nem os colocar em situação de inferioridade frente aos demais.

Como sugestão, estudos futuros poderiam abordar a condição profissional e socioeconômica dos indivíduos após a conclusão do curso, além de mensurar o impacto da instituição para a economia local e regional. Por fim, como limitação do estudo, observa-se que os resultados aqui apresentados não podem ser generalizados e representam um recorte, bastante limitado, dentro da gama de possíveis situações encontradas nas mais diversas instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil, o qual é um país extenso e bastante plural, tanto em termos culturais quanto econômicos.



REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Impactos da Lei de Cotas em uma instituição Federal de Ensino Superior (IFES): estudo sobre a evasão discente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023020, 2023. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100030>.

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200004>.

BARROSO, P. C. F.; OLIVEIRA, Í. M.; NORONHA-SOUSA, D.; NORONHA, A.; MATEUS, C. C.; VÁZQUEZ-JUSTO, E.; COSTA-LOBO, C. Fatores de evasão no ensino superior: uma revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e228736, 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-35392022228736>.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm.

BRASIL. **LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm.

CABRERA, A. F.; WEERTS, D. J.; ZULICK, B. J. Making an impact with alumni surveys. **New Directions for Institutional Research**, v. 2005, n. 126, p. 5–17, jun. 2005. <https://doi.org/10.1002/ir.144>.

CALBINO, D.; CASTRO, P. D. S.; GONÇALVES, E. R.; SABINO, G. T. Avaliação dos egressos de engenharias: um estudo a partir da inserção e desafios no mercado das primeiras turmas da UFSJ (2013-2017). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 477–500, ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200013>.

CALDEIRA, E. O Indivíduo na Cultura Produtiva: repensando a dimensão ética/educativa no contexto do trabalho. **Educação**, v. 27, n. 1, 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/374>.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, set. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402005000300003>.

CASTIONI, R.; MELO, A. A. S. D.; NASCIMENTO, P. M.; RAMOS, D. L. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial.



Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 29, n. 111, p. 399–419, jun. 2021.
<https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002903108>.

COSTA, P. L. A.; MARINHO, R. J. A. IFs: educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada. Novos e velhos desafios. *In*: FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

DAVIDIS, N. da L.; NOGUEIRA, J. M.; LEAL, C. P. Ensino Técnico, Mercado de Trabalho e Incremento de Renda: evidências dos egressos do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília. **Educação em Foco**, v. 23, n. 41, p. 357–375, 18 dez. 2020.
<https://doi.org/10.24934/eef.v23i41.4582>.

DE MASI, D. **O trabalho no século XXI: fadiga, ócio e criatividade na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

DELUIZ, N. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. **Formação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7-17, 2001.

DOWBOR, L. **A Reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FILHO, E. R. D. O.; LIMA, J. B. M. P. Campus Almenara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - educação e desenvolvimento. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 4, n. 1, p. 175–187, 26 maio 2022. <https://doi.org/10.46636/recital.v4i1.163>.

FONSECA, J. J. S. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FRIEDMANN, G. O objetivo da Sociologia do Trabalho. *In*: FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. Vol. 1. São Paulo: Cultrix, 1973.

GAWRYSZEWSKI, B. A formação profissional e o mundo do trabalho pela ótica de estudantes de cursos técnicos de nível médio. **Educação em Revista**, v. 37, p. e231575, 2021.
<https://doi.org/10.1590/0102-4698231575>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOERGEN, P. L. Educação e democracia no contexto do capitalismo neoliberal contemporâneo. **Educação**, v. 43, n. 2, p. e36221, 26 nov. 2020.
<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.2.36221>.

HELAL, D. H. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 2, p. 386–408, 2007.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **O perfil do aluno brasileiro: um estudo a partir dos dados do SAEB 97 / INEP**. Brasília: INEP, 1999.



- LIMA, L. A.; ANDRIOLA, W. B. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 104–125, abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772018000100007>.
- LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos**, v. 25, p. 14, 2012.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARINHO, J. D. R.; GUAZINA, F. M. N.; ZAPPE, J. G. Experiências de ser estudante universitário em tempos de pandemia: mudanças, adaptações e perspectivas compartilhadas. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e267797, 2023. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349267797por>.
- MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, v. 17, n. suppl 3, p. 04–06, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.
- MARTINS, A. L. O desempenho acadêmico e as ações afirmativas no Ensino Médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 1, p. 151–175, 24 set. 2021. <https://doi.org/10.36524/profept.v5i1.751>.
- MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MORO, G. A. D.; GISI, M. L. FIES, PROUNI e REUNI: caminhos inacabados para a democratização do acesso à educação superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023012, 2023. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100017>.
- NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no brasil: uma visão abrangente. **Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- NIEROTKA, R. L.; BONAMINO, A. M. C. D.; CARRASQUEIRA, K. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362022003003107>.
- OLIVEIRA, A. P. de M.; SOUZA, V. C.; SOUSA, J. V. de; TAVARES, É. P. G. Políticas de avaliação e regulação da educação superior brasileira: percepções de coordenadores de



licenciaturas no Distrito Federal. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 03, p. 629–655, dez. 2013.

PAUL, J.-J. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, v. 28, n. 74, p. 309–326, ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005>.

PEREIRA, T. I.; CORREA DA SILVA, L. F. S. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 10, 24 dez. 2010. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.16316>.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RAICHELIS, R. Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo? **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 5–16, set. 2022. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.277>.

SÁ, T. A. D. O. Políticas de democratização do ensino superior e a reprodução de desigualdades sociais: estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e248527, 2022. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248248527por>.

SAMPAIO, R. L.; ALMEIDA, A. R. S. Teoria e prática na formação técnica: um estudo de caso com os egressos do Instituto Federal da Bahia. **Revista e-Curriculum**, v. 11, n. 2, p. 624–643, 31 ago. 2013.

SANTOS JUNIOR, J. D. S.; REAL, G. C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 385–402, ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200007>.

SILVA FILHO, R. L. L. E.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. D. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641–659, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>.

SILVA, D. B. D.; FERRE, A. A. D. O.; GUIMARÃES, P. D. S.; LIMA, R. D.; ESPINDOLA, I. B. Evasão no ensino superior público do Brasil: estudo de caso da Universidade de São Paulo. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 248–259, ago. 2022. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772022000200003>.

TEIXEIRA, D. E.; RIBEIRO, L. C. D. S.; CASSIANO, K. M.; MASUDA, M. O.; BENCHIMOL, M. Perfil e destino ocupacional de egressos graduados em Ciências Biológicas nas modalidades a distância e presencial. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 16, n. 1, p. 67–84, abr. 2014. <https://doi.org/10.1590/1983-21172014160105>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. TC



026.062/2011-9. Relator: Ministro José Jorge. Modalidade: Auditoria Operacional – Fiscalização de Orientação Centralizada. Brasília, jun. 2012.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção**. Itajubá: Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, 2012.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, p. 459-485, 2013.

VIEIRA, M. D. S. O. C.; TAVARES SILVA, J. M.; GOMES, D. C. O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) para a qualificação e empregabilidade: um estudo dos egressos do curso de Informática do IFRN em Currais Novos/RN. **HOLOS**, v. 1, p. 168, 10 mar. 2011. <https://doi.org/10.15628/holos.2011.514>.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, v. 19, n. 27, p. 145–169, 23 jul. 2016. <https://doi.org/10.24934/eef.v19i27.1334>.

Recebido em: 26 de julho 2024

Aceito em: 12 de outubro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

REIS DE ZABUMBA EM CURRAL DE VARAS-BA: NOTAS ETNOGRÁFICAS DE UMA MANIFESTAÇÃO CULTURAL

Reis de Zabumba in Curral de Varas, Bahia: ethnographic notes of a cultural phenomenon

Aloísio José dos SANTOS

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT IFNMG)
aloisioeaf@yahoo.com.br

Alex Lara MARTINS

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT IFNMG)
alex.lara@ifmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.554>

Resumo

O Reisado é uma manifestação artística, popular, cultural e religiosa, presente em várias regiões do país. Apesar disso, o Reisado carece de valorização e proteção enquanto patrimônio histórico-cultural. Este artigo realiza uma análise descritiva de elementos materiais (práticas, dança, música, letras) e simbólicos (rituais, imagens, linguagem) da folia de Reis na comunidade rural de Curral de Varas, distrito de Guanambi-BA. Essa análise é precedida de uma discussão teórica sobre a herança cultural e histórica do Reisado. Para a pesquisa de campo, houve a imersão de longo prazo do pesquisador, pertencente a um grupo de Reis, na comunidade estudada. Espera-se que a preservação da folia de Reis possa contribuir para a formação dos indivíduos em seu processo de socialização.

Palavras-chave: Reisado. Hibridização cultural. Patrimônio imaterial.

Abstract

Reisado is an artistic, popular, cultural, and religious manifestation, present in various regions of the country. Despite this, Reisado lacks appreciation and protection as part of our historical



and cultural heritage. This article conducts a descriptive analysis of both the material (practices, dance, music, lyrics) and symbolic (rituals, images, language) elements of the folia de Reis in the rural community of Curral de Varas, a district of Guanambi-BA. A theoretical discussion of the cultural and historical heritage of Reisado precedes the analysis. The field research involved the long-term immersion of the researcher, who belongs to a Reis group, within the community studied. It is expected that the preservation of the folia de Reis can contribute to the formation of individuals in their socialization process.

Keywords: Reisado. Cultural hybridization. Intangible heritage.

INTRODUÇÃO

O Reisado¹ é uma manifestação artística, popular, religiosa e cultural. Ele é artístico porque em sua realização estão presentes a dança, a música e o verso; é popular porque se realiza coletivamente com pessoas de diferentes classes sociais, gêneros e etnias, que dramatizam, brincam e festejam juntas; é religiosa porque faz uso de alegorias da religião católica, mais especificamente retratando a visita dos Reis Magos a Jesus por ocasião de seu nascimento. Além disso, é cultural porque a sua prática se transmite entre as gerações forjando identidades, reproduzindo símbolos e é considerado como um patrimônio cultural imaterial. Segundo Carvalho e Meneguello (2020), os conceitos de patrimônio e cultura popular tem vínculos profundos fundados sob a tríade povo, identidade e nação.

A problemática enfrentada relaciona-se à percepção de que a comunidade de Curral das Varas tem perdido interesse pelas diversas manifestações populares, tradicionais e culturais, como o Reisado. Em parte, esse desinteresse é resultado tanto da indiferença das instituições de ensino em relação a essas práticas, que são pouco curricularizadas, quanto da própria transformação cultural, que extingue ou modifica costumes, tradições e práticas, processo denominado por Le Goff (1990) de “perturbações” da memória e das identidades coletivas. A memória e o esquecimento são instrumentos de poder entre classes e grupos dominantes. Embora o Reisado ainda seja uma importante manifestação popular de caráter religioso, as apresentações de reiseiros vem perdendo espaço para forças insurgentes, por exemplo, a ascensão de outras religiões e a disseminação da indústria cultural.

A avaliação etnográfica dessas manifestações subalternas, pode ser um instrumento importante para essa disputa. Por isso, como forma de resistir politicamente ao esquecimento dessa manifestação popular, propõe-se realizar uma análise descritiva de elementos materiais (práticas, dança, música, letras) e simbólicos (rituais, imagens, linguagem) da folia de Reis na comunidade rural de Curral de Varas, distrito de Guanambi-BA. Essa análise é precedida de uma discussão teórica sobre a herança cultural e as memórias de um grupo étnico-cultural identificado com o Reisado. Este artigo constitui o resultado parcial da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

¹ Optou-se por utilizar a maiúscula em palavras referentes à manifestação religiosa, tais como Reis, Reisado ou em nomes próprios, como Magos, mantendo em minúsculo os substantivos da locução adjetivada, tais como folia, festa, grupo e terno de Reis.



1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

O Reisado é uma manifestação artística, popular, cultural e religiosa bastante presente no estado da Bahia. Faz parte das tradições de vários municípios da região Centro-Sul do estado, e da microrregião de Guanambi. As tradições populares e manifestações culturais, como o Reisado, Vai de virá e Boi-bumbá fazem parte do processo de formação dos guanambienses.

O Município de Guanambi está localizado no Território de Identidade Sertão Produtivo no Sudoeste Baiano, com uma população de 87.817 (IBGE, 2023). No último censo publicado, 62,7% da população se autodeclarou negra (IBGE, 2012) e cerca de 90% manifestaram aderir a uma religião cristã.

Também há festivais de Reisado nas cidades de Caetité, Igaporã e Pindaí, e em dezenas de comunidades rurais. Nesse território, Guanambi é o município que se destaca por ser o principal centro econômico, financeiro e comercial. Guanambi é subdividido em três distritos: Morrinhos, Mutãs e Ceraíma, que juntos formam 21 ternos de Reis, dos quais 16 continuam ativos e atraem bastante público em suas apresentações. O distrito de Morrinhos abriga a maior quantidade dos grupos e é onde se realiza, há trinta anos consecutivos, um festival com a participação de ternos de toda região.

O Reisado pode ter outras denominações, em diferentes regiões do país, tais como “terno de Reis, pastorais do Senhor Menino, folia de Reis, pastoris, bailes pastoris e companhia de Reis” (KODAMA, 2009, p. 120). Em Curral de Varas costuma-se denominá-lo “Reisado de zabumba”, em referência às batidas típicas de instrumentos de couro dos tambores. Segundo relatos orais, essa tradição remonta há mais de 100 anos, possuindo elementos simbólicos particulares que incorporam aspectos da cultura regional. Alguns desses elementos estão na materialidade de danças e músicas ritmadas por instrumentos de origem africana. Não se trata, necessariamente, de um rito da religiosidade afro-brasileira, visto que apenas 11 residentes em Guanambi manifestaram aderir a uma religião de matriz afro-brasileira, a umbanda ou o candomblé (IBGE, 2010). Apesar disso, o Reisado de zabumba combina e sintetiza múltiplas culturas, nesse caso, revelando a hibridização entre as tradições pela forma como é celebrada na região.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi construído a partir do que se entende como pesquisa participante, cujo ponto de origem situa-se em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade estrutural e dinâmica, em que os sujeitos sociais estão contextualizados em sua dimensão histórica (BRANDÃO; BORGES, 2007). Trata-se de uma pesquisa de campo motivada pela imersão a longo prazo do pesquisador (pertencente a um grupo de Reis) na comunidade estudada. Nesse sentido, partiu-se da análise descritiva da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do Reisado, em suas diferentes dimensões simbólicas e interações materiais. Trata-se, por isso, de uma pesquisa etnográfica qualitativa realizada pelo pesquisador participante da manifestação cultural do Reisado, em que se buscou observar, descrever e analisar o seu sistema de significados e práticas (ANGROSINO, 2009). Mais propriamente, a pesquisa etnográfica proposta insere-se no âmbito dos estudos culturais, que “examina como a vida das pessoas é moldada por estruturas repassadas historicamente”,



determinando “como os significados hegemônicos são produzidos, distribuídos e consumidos” (ANGROSINO, 2009, p. 28). A pesquisa observou pressupostos éticos em relação à confidencialidade, privacidade e dignidade dos participantes, obtendo o parecer de autorização CEP/CONEP n. 6.467.909. Em resumo, os procedimentos metodológicos seguiram os seguintes passos:

- a) a pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é a realização de levantamento histórico dos significados hegemônicos, de busca por fragmentos memorialísticos e dos modos de organização dos rituais religiosos e de formação cultural dos ternos de Reis.
- b) a pesquisa de campo, caracterizada pela necessidade de realização de observações *in loco* como integrante a longo prazo de um terno de Reis. O objetivo é de descrever a vivência dos participantes nas atividades (do giro, da música, dos versos, dos instrumentos, da dança e de seus movimentos) e de reconhecer os símbolos, as percepções e crenças que o Reisado pode despertar nos sujeitos participantes, conforme as orientações metodológicas etnográficas (ANGROSINO, 2009).

3 HIBRIDISMO CULTURAL E REISADO DE ZABUMBA

Os estudos culturais assumem uma amplitude na contemporaneidade que este artigo não é capaz de enfrentar. Por isso, o recorte teórico teve como critério estabelecer certo diálogo entre o entendimento de cultura como campo promotor de identidades e coesão social (CERTEAU, 1995) e como campo de lutas políticas e sociais pela hegemonia simbólica (BOURDIEU, 2007). Esse diálogo é importante para assumirmos um posicionamento antropológico sobre o conceito de cultura popular por meio das relações entre aprendizado e apropriação cultural (BRANDÃO, 2020).

A metáfora empregada por Certeau (1995), de acordo com a qual a cultura é o ar que torna uma sociedade respirável, denota a capacidade da cultura em permitir a comunicação e a criatividade, fornecendo referências comuns e outras vias possíveis de comunhão e consenso social. Nessa perspectiva, a compreensão de cultura transcende os aspectos artísticos e religiosos de uma comunidade, pois trata-se de tudo o que representa a identidade de indivíduos em uma coletividade. Através da cultura é possível construir convenções e acordos entre os antagonistas, mesmo que eles se consolidem por meio de violências simbólicas. Em uma visão mais ampla do que a de Certeau (1995), para o qual essas convenções promovem o equilíbrio social, os preceitos éticos, morais e regras de conduta e convivência, Bourdieu (2007) afirma que cada campo da cultura é um espaço de luta por apropriação do capital simbólico, de legitimação e distinção.

Nesse contexto teórico, duas questões sobrevêm: a primeira é que os produtos da cultura são classificados (entre belo e feio, distinto e vulgar, culto e popular etc.) conforme as condições econômicas e sociais pressupostas, de modo a se reproduzir o sistema de percepções e apreciações das classes dominantes. Isso significa que a adaptação, a ressignificação ou a apropriação de elementos da cultura popular são capitais simbólicos de justificação ideológica das desigualdades sociais (BOURDIEU, 2007).

Resulta desse processo uma relativa desvalorização ou perturbação da memória e dos saberes populares (LE GOFF, 1990), especialmente pelas novas gerações. Para lidarmos com essa questão, é necessário deixar claro que o Reisado marca a identidade de uma comunidade ao mesmo tempo em que se mantém como ponto de resistência simbólica, seja em relação à



hegemonia do catolicismo, religião predominante em Guanambi (IBGE, 2010), seja em relação à massificação dos objetos de cultura promovida pelo capitalismo. Nesse sentido, concordamos com Canclini (1990) ao afirmar que a análise de Bourdieu é insuficiente para tratar do desenvolvimento de algumas manifestações culturais populares, que não se submetem totalmente à lógica utilitarista, especialmente aquelas nascidas em contextos de modernidade tardia como em parte da América Latina.

De acordo com Brandão (2020), nas cidades de maior porte com características urbanas existe uma tendência de priorizar acontecimentos individuais, pessoais, ritos de passagem como aniversário, formatura, novo emprego, festas cívicas e profanas, com maior grau de impessoalidade. Já em cidades e comunidades rurais, periféricas ou tradicionais os festejos locais, religiosos ou acontecimentos que criam ou fortalecem vínculos são priorizados, como velórios, novenas, festas de padroeiro, casamentos. Para as famílias urbanas os ritos e cerimônias tendem a ter uma relação ao “eu” familiar, enquanto para as famílias do campo eles estão relacionados ao “nós” local. Tem-se, no primeiro caso, as comemorações da crisma, dos 15 anos, da primeira comunhão, do aniversário, da formatura ou a vitória do time de coração; no segundo caso, há as festas dos santos padroeiros, o batizado, o casamento, o velório e o novo chafariz da cidade. Essa diferença de escopo pode ser notada nas relações sociais em torno da folia de Reis, uma festa religiosa que mescla elementos cristãos com traços das culturas africanas e indígenas. As festas de Reis marcam o fim e o início do tempo comunitário do catolicismo santorial ou popular.

A segunda questão refere-se às novas dinâmicas sociais, implicadas pelo processo de globalização. Embora a folia de Reis seja de origem ibérica, as festas chegaram ao Brasil durante o período de colonização, foram incorporadas ao folclore brasileiro e remodeladas na contemporaneidade, revelando a complexidade das interações entre heranças culturais no Brasil, com a fusão de elementos multirreligiosos, musicais e coreográficos (FERNANDES, 2015). Canclini (1990, p. 264) denomina esse processo de “hibridização cultural”, isto é, a “a desagregação e mistura dos acervos que organizavam os sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros”. Essas três características estão presentes no Reisado de zabumba.

Segundo Fernandes (2015), a folia é uma das formas tomadas pelas procissões, cortejos em que fiéis e sacerdotes católicos seguiam em fila recitando orações. Há, aqui, uma perspectiva de aproximação das expressões de fé e experiências de um povo ou comunidade. Inspirados na prática jesuíta, na qual a ludicidade era utilizada para realizar o trabalho de catequização, os fiéis da Igreja Católica passaram a fazer uso das práticas teatrais e da musicalidade para realizar o seu trabalho de evangelização, o que foi se mesclando, por contraste ou semelhança, ao considerado profano, secular ou irregular em relação aos dogmas da Santa Sé. Por isso, Cascudo (2005, p. 402) afirma que a folia brasileira tem um aspecto precatório: “é uma espécie de confraria, meio sagrada, meio profana, instituída para implorar a proteção divina” em troca de “esmolos”.

O Reisado de zabumba de Curral de Varas originou-se de uma comunidade de negros que, conforme relatos orais, aprenderam as danças e as músicas com seus ancestrais. Relaciona-se ao catolicismo santorial e devocional, relativamente autônomo à direção institucional da Igreja, com símbolos, analogias e imagens inspiradas na passagem bíblica em que Jesus recém-nascido foi visitado por três Reis de territórios distantes. Além disso, a pedra angular do catolicismo santorial corresponde ao processo de hibridização cultural entre religiosidades de povos africanos, por exemplo, o culto aos inquices, voduns e orixás, e entre essas divindades e as do



culto europeu, em redes de mixagem, sincretismo, apropriação e desapropriação de nomes, significantes e significados (NEDER, 2013).

Por meio dessa dinâmica complexa entre culturas, os saberes e as práticas transmitidas moldaram a memória, a história e a cultura da comunidade. Não se sabe ao certo o tempo de início ou a localidade exata das primeiras rodas de Reis realizadas no município, talvez porque a preservação do culto exigisse mais a oralidade fosse do que o registro escrito. O registro mais antigo dessa manifestação encontra-se no diário de viagem do engenheiro Teodoro Sampaio, que ao passar pela região, em 1880, escreveu: “demoramos quatro dias em Caetité, durante as festas de Reis, a colher informações cerca da região e dos municípios circunvizinhos, a dispor as coisas para o procedimento da viagem em direção à Chapada Diamantina” (SAMPAIO, 1905, p. 108).

Conforme a tradição católica, os reis Magos (Gaspar, Belchior e Baltazar) foram visitar o menino Jesus levando ouro, incenso e mirra como presentes. Contudo, nos festejos de Curral de Varas, os reiseiros não levam os presentes, e sim recebem prendas, como dinheiro ou donativos para a festa de janeiro. As doações simulam, de forma invertida, os presentes ofertados pelos Reis Magos, pois se acredita que essa ação traga prosperidade aos lares de quem realiza a oferta. A prática de oferecer dinheiro ou um animal como dádiva tem raízes que remontam a antigas tradições de generosidade, prosperidade e proteção, ou, ainda, à lógica comunitária de “dar, receber e retribuir” (MAUSS, 2004).

Na comunidade, a oferta não tem o sentido precário ou mercadológico da troca, mas o de manter vivo o contrato social enraizado na religiosidade, seja como uma forma de reconhecer e valorizar a dedicação dos integrantes do Reisado na organização da festa, seja como uma forma de comungar simbolicamente dos benefícios espirituais e religiosos da manifestação. Assume-se, nesse contrato, direitos e deveres mútuos. O Reisado reúne fatos sociais como cerimônias e rituais coletivos performáticos, com a função de salvaguardar as práticas ancestrais e culturais das comunidades, bem como articulá-las para que possam combinar, assimilar e acomodar as informações dinâmicas e das sociedades contemporâneas (KODAMA, 2009). Cada região insere elementos propícios a sua cultura, como as cantigas, as danças, os instrumentos, as vestimentas, as orações e as rezas de ladainhas, misturando o sagrado da fé religiosa e o profano, com cores e ritmos próprios.

Esse processo de hibridização cultural ofereceu novas características e significados à manifestação religiosa, resultando em uma diversidade de formas e contextos da folia de Reis. Na região de Guanambi, por exemplo, houve a absorção de aspectos das culturas de origem africana e afro-brasileira, por exemplo, nos instrumentos musicais e nos movimentos rítmicos. Gomes (2012) afirma que a folia nessa região possui uma origem comum às manifestações populares em devoção a Santo Antônio (santo casamenteiro e padroeiro do município de Guanambi): as cantigas de roda, as rezas de ladainha, o Vai de Virá, a Marujada e os Reisados são traços de singularidade do modo de vida e da cultura dos sertões nordestinos.

O Reisado de zabumba é uma das manifestações culturais mais fortes no município de Guanambi. A seguir, apresentamos uma descrição de elementos materiais e simbólicos que compõem essa manifestação, bem como os processos e a dinâmica dessa celebração, conforme orientações metodológicas da etnografia (ANGROSINO, 2007).



4 REGISTRO ETNOGRÁFICO DO REISADO DE ZABUMBA

Os reiseiros de Curral de Varas visitam as casas da comunidade seguindo os rituais aprendidos de seus antepassados, tais como:

- a) chegar em silêncio à porta da casa escolhida, em geral, por solicitação do anfitrião ou por definição do grupo;
- b) manter erguida a bandeira à frente, cantando o Reis de chegada para pedir a permissão para adentrar a residência;
- c) dentro da casa, aproximar-se do presépio ou da lapinha e cantar o Reis da lapinha ou reis do nascimento;
- d) cantar o agradecimento, preparando a marcha para a saída;
- e) ou performar contradanças para animar o movimento;
- f) rumar em direção a outra casa, cantar e dramatizar mais uma vez a história.

No tempo em que são recebidos pelos moradores, são servidos café, bolo, farofa e a pinga. Nem toda casa tem a tradição de montar o presépio, seja por questões financeiras ou por falta de habilidade e disposição. Nesses casos, realiza-se o ritual prostrando em frente ao quadro de um santo pendurado na parede, um oratório ou em frente à própria bandeira.

Logo após a quaresma há as festividades de “Reis temporão”, apresentações fora do período natalino, para as festas em homenagem a outros santos. O Reisado é um marcador importante da temporalidade de Curral de Varas: ele finaliza e inicia o ciclo de datas religiosas do calendário, inserindo-se, em maior ou menor grau, nos ritos dedicados a outros santos. O enredo das apresentações temporãs varia de acordo com o local e a época. Geralmente, nesse tipo de apresentação não se canta o Reis da lapinha, pois não é o período natalino, a não ser que o morador insista. O “Reis temporão” também serve para ensaiar e ajustar as apresentações, o repertório, as danças e outras criações do grupo, como as contradanças e as cantigas de roda. Nesse caso, toda a plateia participa, dançando e jogando versos com temas diversos, ligados não apenas à religião, mas também ao amor, à região e a assuntos cômicos. As músicas e danças profanas também podem ser apresentadas na casa dos moradores, após o rito sagrado (ações listadas entre a chegada e o agradecimento).

As festividades do Reisado ocorrem entre o Natal e o dia de Reis. A formação dos ternos varia entre nove e doze foliões: até oito em cada apresentação e mais quatro que se revezam, conforme o cansaço dos demais. O grupo é composto por moradores da comunidade e convidados, a maioria agricultores. Tradicionalmente, os ternos eram exclusivamente masculinos, pois se dizia que a exigência de longas jornadas a pé, cantorias e apresentações noturnas em diferentes casas, eram papéis mais adequados para homens. Apesar da predominância masculina, atualmente é possível encontrar grupos que incluem mulheres.

O terno de Reis de Curral de Varas é formado por um bandeirista, dois gaiteiros (primeira e segunda entonação da escala musical), um zabumbeiro, um caixeiro e um pandeirista além de outros instrumentistas que tocam chocalho e corrichas de arame e bambu, totalizando nove integrantes. Cantores e instrumentistas se revezam ao longo do percurso. No caso desse terno, os membros tem a mesma importância, pois todos exercem praticamente todas as funções. A estrutura hierárquica é mais horizontalizada do que em outros lugares, ou mais comunitária, na



medida em que não existe, a rigor, a figura determinada do mestre reiseiro, embora se mantenha o respeito pelos mais experientes.

A maioria dos instrumentos é construída na própria comunidade. A vestimenta dos ternos não possui luxo nem aparatos: combinam uma camisa gola polo, todas da mesma cor, com o nome do terno estampado, chapéu ou boné patrocinado por empresas, políticos ou pelos próprios reiseiros. Em alguns ternos da região, o mestre usa uma toalha no pescoço para se destacar.

No distrito de Morrinhos, o giro – a travessia do grupo pelas casas dos devotos – ocorre tranquilamente, pois em quase toda casa há um reiseiro. Em sua maioria, são pessoas adultas ou idosas, remanescentes de ternos desativados ou até mesmo foliões ainda ativos que pertencem a outros grupos e que não estão se apresentando. Costumeiramente reiseiros de outros ternos são convidados para reforçar o grupo. Por isso, é raro se fazer o giro com as mesmas pessoas.

Durante o dia é possível acompanhar ternos fazendo se apresentando nas casas do distrito. Cada reiseiro domina e executa, praticamente, todos os instrumentos musicais. A maioria integrantes pratica suas habilidades musicais fora do ambiente do Reisado. Alguns formam duplas sertanejas, tocam sanfona, teclado e violão, instrumentos que não fazem parte do Reisado nessa região. Aqui os instrumentos de apoio são os de couro, como o zabumba, o pandeiro e a caixa, além dos reco-reco de arame e de madeira, do chocalho e de um par de gaitas. Com menos frequência, toca-se o triângulo e, raramente, usa-se a sanfona e a viola.

A estrutura rítmica das músicas entoadas pelos reiseiros varia de acordo com a combinação e o entrosamento entre o gaiteiro e o folião que puxa o canto. Alguns preferem toadas mais rápidas, outros, lentas e arrastadas. A gaita (flauta longitudinal) é o instrumento de referência para o tom da cantoria. A partir do som da gaita, entram em cena a caixa e a zabumba, que acertam o tempo da música, seguidos dos outros instrumentos que preenchem os espaços vazios e fecham a harmonia.

4.1 O GIRO E A FESTA

No período de 1º a 6 de janeiro, os foliões do Reisado realizam uma longa jornada pela região, “o giro”. Em Cural de Varas, a organização da trajetória do giro é decidida em reunião com todos os membros do terno, dias antes da saída. O giro nem sempre segue o roteiro definido, pois muitos foliões não “aguentam o tranco” de ficar muito tempo sem dormir. Depois de decidido o giro e a hora de saída, marca-se o encontro na casa de um dos foliões para o início da jornada. No giro antigo, os reiseiros saíam à noite para a casa do festeiro, figura comum em folias de outras regiões do país, mas em Cural de Varas ele não existe mais. Hoje o percurso é definido pelo grupo.

Até a véspera do dia de Reis, o terno passa dias e noites visitando as casas dos devotos, distribuindo bênçãos para familiares, amigos e vizinhos, que em troca oferecem prendas, isto é, dádivas em louvor aos Santos Reis como forma de assegurar a sua proteção. A troca não possui o caráter o pecuniário de compra e venda. Ser generoso implica em proteção e prosperidade, girando o ciclo contratual entre a cessão e a retribuição, em termos negativos, a renúncia e a indenização.

Na história bíblica, narrada pelo evangelista Mateus, o giro dos Reis Magos foi guiado por uma estrela brilhante firmada acima da manjedoura. Em Cural de Varas, o primeiro giro também



ocorre à noite e os foliões guiam-se pelas luzes acesas nas varandas das casas a serem visitadas, sinal de boas-vindas ou abertura para o sistema de trocas. Ao chegar do oriente, os três sábios procuram o rei Herodes que lhes informa o percurso até Belém, com a intenções dúbias de perseguir a criança-messias. Por isso, pode-se interpretar o giro como sendo a dramatização da ida dos Reis ao encontro de Jesus, quanto a de seu retorno para o oriente. Eles são avisados por um anjo das pretensões maléficas de Herodes. Para enganá-lo, tomam um curso diferente, e se sacrificam despojando-se das vestes luxuosas e pedindo esmolas pelo caminho. Por analogia, os Reis são vistos como protetores dos lares sagrados. A polaridade contratual dar-receber é melhor entendida, portanto, na forma do ciclo dar-receber-retribuir, em que os participantes atuam concomitantemente. Tanto os Reis e seus substitutos simbólicos no giro quanto Jesus e os moradores das casas perfazem o ciclo, transmitindo a memória passada a partir das dinâmicas do presente (LE GOFF, 1990).

Em pontos estratégicos, prepara-se o almoço, a janta e lanches para os foliões. É um trajeto longo, de aproximadamente 12km. Antigamente, todo o deslocamento era feito a pé, exigindo grande dispêndio de energia, ainda mais porque os foliões carregam seus instrumentos por toda a jornada. Nos últimos anos, o grupo fez o giro de moto e carro. Além disso, o giro percorre menos casas, pois os foliões estão envelhecendo e os jovens se interessam cada vez menos pelo Reisado. Vale mencionar a ascensão de religiosidades cristãs não católicas na região (PESTANA, 2021).

Após a peregrinação, o terno se aproxima de sua sede, onde é realizada a ladainha. Os reiseiros fazem sua última apresentação, encostam os instrumentos, e vão descansar para reiniciarem à noite finalizando o ritual. Enquanto uns descansam, outra turma prepara a latada, o presépio e a matança dos animais oferecidos pelos moradores das casas visitadas. Geralmente, as mulheres casadas cuidam do cozimento dos alimentos, as solteiras, da arrumação do presépio e da casa, e a rapaziada, do terreiro e da latada, espaço onde a festa é realizada.

No dia de Reis os foliões saem de uma casa vizinha, em direção à casa que sediará a festa, em marcha atrás da bandeira. Observa-se grande mudança no ambiente dessa casa: uma latada da haste da piteira (*Agave americana* – piteira azul), coberta com palhas de licurí bem amarradas com caroá para que o vento forte da região não a derrube. As rezadeiras ajeitam a frente do presépio, forram um pano no chão para as crianças e algumas delas sentarem, ascendem as velas e aguardam a chegada dos reiseiros, que se movimentam na redondeza. É a última vez que a cerimônia será realizada. Então, os reiseiros iniciam o ritual cantando o Reis de chegada. O morador recebe a bandeira e a coloca ao lado de seu presépio. Os reiseiros entram na latada, espaço onde a festa é realizada, aproximam-se e se prostram em frente ao presépio, saudando-o. Em seguida, cantam o Reis do nascimento. No fim, todos colocam seus instrumentos ao pé do presépio e dão espaço para as rezadeiras, que arrumam as cadeira e os bancos em frente ao presépio, convidam a todos para sentarem e começam a ladainha. Por fim, os reiseiros fazem algumas apresentações e cantam o agradecimento, liberados então para performarem músicas e danças profanas. Todos retornam para o salão e não há hora certa para a festa acabar.

4.2 A BANDEIRA

A bandeira do Reisado (Figura 2) é um elemento simbólico dessa manifestação cultural popular que encabeça o giro. Ela carrega o sentido da sacralidade (KODAMA, 2009) e materializa a legitimidade do grupo para retribuir em bênçãos cantadas as dádivas recebidas. Estão atrás da



bandeira uma “bandaria”, uma “banda”, um “bando” (CASCUDO, 2005). O fundamento desse elemento está relacionado com a representação dos Reis Magos, guiando o giro dos foliões. Ao contrário do que ocorre comumente em outros ternos de Reis, não há a figura do alferes ou bandeirista. Em Curral de Varas, os foliões revezam tanto os instrumentos quanto o hastear da bandeira. Ela possui, muitas vezes, cores específicas enfeitada com fitas coloridas, estrelas e figuras alusivas ao nascimento de Jesus, trazendo o nome da comunidade em destaque. Nessa folia, as cores predominantes da bandeira são o verde e o branco que simbolizam a esperança, a renovação, a fertilidade e a natureza, e está relacionado à vida e ao crescimento, à harmonia e ao equilíbrio. No giro, a bandeira é recebida pelo morador ou moradora e posicionada ao lado do presépio. Em geral, não há reverência à bandeira durante as danças, como ocorre em outros ternos.

Figura 1: Bandeira do terno de Reis da comunidade de Curral de Varas



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Antigamente, uma pessoa da comunidade solicitava a bandeira do Reis para realizar a festa e, a partir daquele momento, ela passava a ser o festeiro de santos Reis. Então, tudo partia de sua morada: o encontro dos reiseiros, a saída para o giro e a entrega de dádivas. Hoje em dia não há a figura do festeiro, nem quem peça a bandeira, cuja responsabilidade circula entre os foliões anualmente.

O significado da bandeira do Reisado varia de acordo com a região e a tradição específica de cada grupo (KODAMA, 2009). No entanto, de forma geral, a bandeira do Reisado possui algumas expressões simbólicas:

- a) A visita dos três reis ao recém-nascido Jesus, conforme a tradição cristã, significa a boa-nova, a passagem do antigo ao novo, o reinício do ciclo.
- b) A proteção espiritual para a “banda”, que possui legitimidade para conjurar as energias negativas e trazer bênçãos para os devotos.



- c) A celebração, a alegria e a festividade que acompanham essa manifestação cultural, manifestas nas cores primárias: o azul, o vermelho e o amarelo (combinando com os instrumentos e as vestimentas).

4.3 OS INSTRUMENTOS

Figura 2: Zabumba, instrumento do Reisado

a) Zabumba



b) Caixa



c) Gaitas



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

4.3.1 Zabumba

Zabumba é nome dado a um dos instrumentos de percussão utilizados para as apresentações dos grupos de Reisado na região de Guanambi (Figura 3a). O termo é também usado para



denominar o estilo do Reisado na região. Esse Instrumento é muito conhecido em todo nordeste, sendo utilizado nos trios de forro, junto ao triangulo e a sanfona. De acordo com Câmara Cascudo (2005, p. 925), “o zabumba é o instrumento popular, predileto, inseparável dos nossos sambas, batuques, maracatus, pastoris e zés-pereiras e constituindo como que a nota predominante, característica, daqueles divertimentos populares”.

O zabumba utilizado nos ternos da região de Guanambi é um instrumento artesanal, feito pelos próprios foliões, com dimensões variadas, de acordo com a bitola do tronco da árvore encontrada. Na fabricação do instrumento, usa-se tanto a madeira quanto a sua casca, que é retirada com cuidado para não quebrar. Trata-se de um objeto cilíndrico, oco com pele de carneiro nas extremidades, travados com aro da própria madeira e acochadas, com cordas para afinações praticamente idênticas. Afina-se o instrumento acochando as cordas e colocando-o no sol durante o dia. No período da noite, a temperatura diminui e os reiseiros costumam colocá-lo próximo ao fogo de lenha para segurar a afinação.

Esse instrumento é tocado em pé, batendo-se em uma das peles com uma baqueta, chamada pelos foliões de “mão de bumba”. Na outra extremidade, usa-se uma vareta para uma batida-resposta. Os sons baixos e graves da primeira batida, alternados com os altos e agudos da resposta marcam o ritmo das músicas.

4.3.2 Caixa

A caixa é o instrumento musical percussivo utilizado pelos ternos de Reis da região. Feito artesanalmente de forma semelhante ao zabumba, porém, de proporções menores. Também é constituída de duas peles, sendo uma delas usada como resposta. Pode ser confeccionada de madeira ou tubo de PVC (Figura 3b). É o instrumento que oferece a harmonia ao ritmo das músicas do Reisado com seu som peculiar vibrado por missangas em um barbante na pele de resposta ou molas de arame bem fininha. Toca-se a caixa em pé, com duas baquetas na pele superior.

4.3.3 As gaitas

O termo gaita é usado para nomear um instrumento de sopro, a flauta longitudinal (Figura 3c). Fabricada antigamente com taquara de bambu, e hoje com tubo de PVC 20mm, madeira ou metal, em tamanho que varia de 35 a 45 centímetros. Conta com 06 furos na parte anterior e um na parte posterior, com um corte em bisel em uma das extremidades, na qual se encaixa um birro de madeira ou cera de abelha com uma abertura para passagem de ar do sopro, e uma janela retangular na parte superior.

É um instrumento de embocadura livre. Em Cural de Varas, dois foliões tocam gaitas simultaneamente, ambas com a mesma afinação (sol maior). O gaiteiro que faz a primeira voz é o responsável pela toada principal e os floreados durante a execução da melodia. A segunda gaita toca em contraponto à melodia principal.

4.3.4 Outros instrumentos



Os músicos do Reisado de zabumba tocam, ainda, o chocalho, o reco-reco e o pandeiro. O chocalho é um instrumento de percussão constituído por uma estrutura de madeira com pequenas peças metálicas presas, que produzem um som característico. Quando o chocalho é agitado, as peças metálicas se chocam, criando um som vibrante e estridente. Esse instrumento ajuda na marcação do ritmo da música, contribuindo para a cadência.

O reco-reco também é utilizado em outras manifestações culturais e folclóricas. Ele consiste em um tubo oco de madeira ou metal, com ranhuras em sua superfície, que são raspadas de cima a baixo com um bastão para produzir um som de fricção. O terno de Curral de Varas usa dois reco-recos, um de madeira e outro de metal. O reco-reco de madeira é feito de bambu, e possui ranhuras ao longo do seu corpo. O som resultante é geralmente mais suave e quente. O reco-reco de metal é construído com um tubo ou haste metálica, também com ranhuras ou molas de fios de aço ao longo do seu corpo. Quando friccionado, o metal produz um som mais agudo e ressonante.

O pandeiro é um instrumento musical de percussão muito popular no Brasil e amplamente utilizado no Reisado. Ele é feito de um tambor circular com pele esticada em um dos lados, geralmente de couro, com pequenos pratos metálicos fixados na borda do instrumento. No reisado, o pandeiro é tocado pelos integrantes do grupo que acompanham as danças, cantos e músicas típicas, marcando o ritmo das viradas das apresentações, para as danças e as coreografias dos foliões. Ele é um instrumento versátil, que permite uma grande variedade de sons e efeitos sonoros, dependendo da forma como é tocado. Pode ser sacudido, batido com as mãos, e até mesmo utilizado para quebrar o ritmo e improvisar as contradanças.

4.4 OS VERSOS E A MÚSICA

As músicas no Reisado são parte fundamental da tradição. Geralmente, cantadas em forma de versos, acompanhadas por zabumba, gaitas, pandeiro e outros instrumentos de percussão, possuem letras que contam histórias religiosas, folclóricas ou populares. Apesar da temática sagrada, os versos cantados durante o giro possuem tom informal, como se os ensinamentos fossem ditos numa conversa entre os reiseiros e os moradores.

Em Curral de Varas, como em outras localidades, a cantoria é ritmada em versos de sete sílabas tônicas, as chamadas redondilhas maiores, muito utilizadas pelo cancionista popular, cordelistas, repentistas e trovadores. O esquema rítmico de versos alternados assume, em geral, a forma XAXAXBXB, em que os versos X não rimam entre si, mas dão fluência para uma narrativa longa. As estrofes possuem um padrão de 8 versos, embora alguns versos e estrofes sejam irregulares. Cada estrofe narra uma cena, trata de um assunto, explica uma situação ou deduz um ensinamento. As locuções reiteradas e comuns nos versos das folias de Reis, como “Deus lhe dê uma boa noite”, “Senhor dono da casa” e “Ora viva e ora viva”, são recursos estilísticos mnemônicos e rítmicos, além de ajudarem a estruturação de novas estrofes e assuntos.

Os reiseiros cantam, obrigatoriamente, o Reis de chegada, o Reis da lapinha ou nascimento, o agradecimento e a marcha de saída, músicas sacras que compõem o primeiro plano da folia. Depois do Reis da lapinha, podem alterar a figura e o motivo das canções, apresentando músicas ditas profanas, que todos podem cantar e dançar. Elas podem ser chamadas de cantigas de roda.



A seguir, destacamos as letras de canções do Reisado tais como apresentadas por Santos e Santos (2019, p. 90-92).

4.4.1 Reis da chegada (cantado pelo terno de Reis de Curral de Varas)

Figura 3: Partitura do Reis da chegada.



Fonte: SANTOS; SANTOS (2019, p. 90)

Deus lhe dê uma boa noite,
noite de muita alegria.
Deus lhe dê colar de ouro,
e bom amparo para família.
Deus lhe dê uma boa noite,
alegremente cantando.
São despedidas de festa,
boa entrada de ano.

Senhor dono da casa,
Santo Reis aqui chegou.
Vem trazer muita alegria,
visitando o morador.
E também, senhora Dona,
não repara isso não.
Nós cantamos o Santo Reis,
é chegada a ocasião.

E também os seus filhinhos,
já é tarde pra ficar.
Vamos cantar o Santo Reis,
para Deus nos ajudar.
Só não canto as paredes,
por não ter entendimento.
Vou cantar grandes e pequenos,
que está na parte de dentro.

E também, senhora Dona,
não se calça mais chinela.
Sapatinho de veludo,
meia de seda amarela.
E também, senhora Dona,
cordão de ouro fino.
Delicado no pescoço,
esplendor da mãe divina.



Santo Reis pede esmola,
mas não é de precisão.
Só pra ver quem é devoto,
e o adora de coração.

São José e Nossa Senhora,
quando foi para Belém,
Eles foram cantar o Reis,
para nós cantar também.
São José e Nossa Senhora
foram os primeiros reiseiros.
Que saiu cantando Reis,
no dia primeiro de janeiro.

Senhor dono da casa,
vem pegar nossa bandeira.
Nós não podemos entra sem ela,
ela é nossa companheira.
Abençoada foi a mão
que na bandeira pegou.
Segurou com as duas mãos,
segurou e deu valor.

Ora viva e ora viva,
viva o nosso Santo Reis.
Para ficar bem cantado,
vamos dar viva outra vez.
Ora viva e ora viva,
linda estrela do Oriente.
Viva o nosso Santo Reis,
viva Deus primeiramente.
Ora viva e ora viva,
filho de bom coração.
Viva o dono dessa casa,
com toda sua geração.

Esses versos descrevem a visita do grupo aos moradores, que reestabelecem entre si o contrato tácito – a obrigação de dar, receber e retribuir – invocando a cena original em que José e Maria recebem os visitantes. Canta-se o possível contrato: pede-se o louvor e uma “esmola” aos devotos, em troca da prosperidade, da riqueza e da alegria. Algumas vezes, essas trocas assumem o valor de uma promessa, enunciada antes da festa. A referência a objetos como colar, cordão de ouro e sapatinho de veludo denota o desejo de prosperidade e bênçãos para a família que está sendo visitada. O aceite é representado pelo acolhimento da bandeira pelos moradores, que a colocam ao lado do presépio.



4.4.2 Reis da lapinha (cantado pelo terno de Reis de Cural de Varas)

Figura 4: Partitura do Reis da lapinha.



Fonte: SANTOS; SANTOS (2019, p. 91).

Deus salve casa santa
onde Deus fez a morada.
Onde mora o cálice bento
e a hóstia consagrada.
E a hóstia consagrada
vamos todos adorar.
25 de dezembro,
grande noite de Natal.
25 de dezembro,
meia noite deu sinal.

Jesus já era nascido,
grande noite de Natal
Grande noite de Natal,
hora que Jesus nasceu
O vento do ar parou
e a terra toda tremeu.
Pois na noite de Natal
não se deita em colchão.

Foi nascido Deus Menino
entre as folhinhas do chão.
O nascimento de Cristo,
seu companheiro que foi.
Foi a sua companhia
um carneiro, um galo e um boi.
A hora que o boi berrou,
o carneiro berrou também.

O galo também cantou:
Cristo nasceu em Belém.
O galo crista de serra,
o pássaro que Deus escolheu.
Foi ele que deu a nova
que Jesus Cristo nasceu.

Os três reis, quando souberam
que nasceu o rei Messias,



montados seus camelos
viajaram noite e dia.
De longas terras vieram,
por uma estrela guiados.
À procura de uma criança,
criança santificada.

Os três reis, que ali chegaram,
todos três com um só destino.
E pra chegar à lapinha
para adorar Deus menino.
Simeão chegou depressa
e acendeu o candeeiro.
E a chegada dos três reis
montado nos seus camelos.

A lapinha era pequena,
não cabiam todos três.
Entraram de um a um,
cada um na sua vez.
Acharam Jesus deitado e
Nossa Senhora encostada.
A Virgem da Conceição
e Maria imaculada.

Oh! que altar tão bonito,
como estar bem enfeitado.
Parecendo o céu aberto,
quando está bem estrelado.
Em Belém nasceu um cravo,
ramalhete de Nazaré.
Ramalhete da trindade,
Jesus Maria e José.

A vaquinha, quando soube
que Jesus Cristo nasceu,
À Virgem da Conceição
seu leitinho ofereceu.
As barcas que veio de longe
que também veio visitar.
Os anjos desceram do céu
e mandou nós ajoelhar.

O anjo desceu e disse:
ajoelha, folião.
Vamos louvar Deus Menino
com o joelho no chão.
As barcas que veio de longe
que também veio visitar.
O anjo desceu do céu
e mandou nós levantar.



Alevanta, folião,
que Jesus já levantou.
O anjo desceu do céu:
esse é o nosso salvador.
Ora viva e ora viva,
estrela do Oriente.
Viva o nosso Santo Reis,
viva Deus primeiramente.

Ora viva e ora viva,
viva de bom coração.
Viva o dono dessa casa
com toda sua geração.
Encontrei Nossa Senhora
rezando Salve Rainha.
Viva o dono dessa casa,
viva a dona da lapinha.

Damos viva Deus Menino,
na lapinha de Belém.
Jesus, Maria e José
para todos sempre amém.

Esses versos fazem referência ao cancionário popular motivado pelas festas de Reis, a canção Cálx Bento fornece o motivo inicial dos versos, que são cantados assim que o grupo de Reis adentra a residência e o morador posiciona a bandeira ao lado do presépio ou lapinha, para onde todos se viram. Os versos descrevem os acontecimentos entre o nascimento de Jesus Cristo e a chegada dos Reis Magos. A boa nova é celebrada por elementos naturais (o vento, a terra), sobrenaturais (anjo), pelos animais da manjedoura (galo, carneiro, vaca), pelos personagens bíblicos (José, Maria, os Magos) e pelo ouvinte (o folião). Não se trata apenas de contar uma narrativa, nem de explicá-la, mas também de revelar um mistério da fé. A boa nova anuncia o salvador da humanidade. Há aqui um componente litúrgico de completude: todo ser que existiu, todo ser existente e toda geração futura deve louvar o messias.

Essa liturgia é encarnada, na medida em que os versos coordenam os movimentos dos devotos e a organização do ritual, por exemplo, pedindo ao folião que se ajoelhe e se levante. Algumas pessoas da plateia, especialmente os mais devotos, também participam dessa coreografia minimalista, pois, de resto, os Reis são cantados e não dançados.

4.4.3 Reis de agradecimento (cantado pelo terno de Reis de Curral de Varas)

Figura 5: Partitura do Reis de agradecimento.



Fonte: SANTOS; SANTOS (2019, p. 92)



Senhores donos da casa,
Santo Reis já vai embora.
Ele leva seu recado,
direitinho até na glória.
Deus lhe pague pelo Reis,
Deus lhe dê muitos aumentos.
Como a missa na igreja,
e o santíssimo sacramento.

Senhores dono da casa,
não repara isso não.
Nós cantamos Santo Reis,
foi chegada a ocasião.
Deus lhe pague pelo Reis,
Deus lhe dê buquê de flor.
Como a missa na igreja,
certa noite resplendor.

Santo Reis já vai embora,
sua casa vai deixando.
Vai deixando muita saudade,
pra voltar no outro ano.
Senhor dono da casa,
generoso e homem nobre.
A gente pede, ele chega,
com boa sombra lhe cobre.

Só não cantei as paredes,
por não ter entendimento.
Cantei grandes e pequenos,
que está na parte de dentro.
Companheiro de folia,
vem pegar nossa bandeira.
Não podemos andar sem ela,
ela é nossa companheira.

Já cantei, já recantei,
vou tornar a encantar.
Se eu não cantei direito,
você vai me perdoar.
Ora viva e ora viva,
viva de bom coração.
Viva o dono dessa casa,
com toda sua geração.

Esses versos descrevem a despedida do grupo de cantadores após a visita à casa. Eles agradecem pela hospitalidade e desejam bênçãos e prosperidade para o dono da casa e sua família. Se os versos das canções anteriores retomavam o mito do nascimento, religando (*religare*) o passado mítico ao presente vivido, o Reis de agradecimento aponta para o que há de vir: a saudade, o ano seguinte, as bênçãos que ficam, as próximas gerações, a continuidade da tradição etc.



Indica-se que o ciclo contratual não se rompe com o fim das festividades, ao contrário, inicia-se o tempo das retribuições e indenizações.

Além disso, a música e a tradição dos cantadores de Reis são formas de manifestar certa moralidade: a nobreza de caráter liga-se à generosidade e à humildade, valores que devem fazer parte do cotidiano dos moradores. Nesse contrato moral, os reiseiros garantem a transmissão das solicitações e também mostram humildade ao pedir perdão pelos erros durante a apresentação. Desculpar-se “por qualquer coisa” ao sair de uma casa ainda é prática comum das visitas em muitas regiões do país.

4.5 O MOVIMENTO DAS CONTRADANÇAS

A dança no Reisado é uma expressão artística que combina movimentos coreografados, passos ritmados e gestos simbólicos. O terno de Reis de zabumba se apresenta com oito foliões e o bandeirista, ao som do Reis de chegada, do Reis da lapinha e do Reis de agradecimento. Nesse momento sagrado, os foliões tocam os instrumentos e cantam sem dançar, posicionados defronte o presépio. Em geral, danças são permitidas após a cantoria dos Reis e a ladainha.

A dança é uma expressão artística multifacetada que combina narrativa, integração social, entretenimento e preservação de identidade. Ela cria um ambiente festivo e animado, proporcionando entretenimento para os participantes e espectadores. Os movimentos são ensinados entre as gerações, mantendo-se vivos os costumes, os rituais e as práticas ancestrais.

Durante as contradanças, momento dito profano da festa, os foliões cantam e variam entre as seguintes contradanças:

- a) o oito de contas, em que se dança percorrendo, em fila, o formato do oito;
- b) a cerca de varas, em que os dançantes trançam entre si, tal como eram feitas as cercas de varas no passado;
- c) o xote, em que os foliões dançam um forró simplificado, cadenciando dois passos para um lado e dois para o outro;
- d) o vai não vai, dançado aos pares, com gestos de ida e volta, uma vez no lado esquerdo e outra do lado direito, sequência que se repete por duas vezes, até que um dos companheiros gira em direção a outro par;
- e) o variado, uma apresentação teatral em que os reiseiros simulam pessoas desequilibradas procurando algo do cotidiano onde não há nada. Um dos integrantes para de tocar e simula uma alucinação com seu instrumento, como se estivesse “variando” (confusão mental);
- f) e o manduri, uma representação teatralizada de invasores de terra lidando com um fazendeiro bravo. O grupo realiza esse movimento apenas nos ensaios.

Embora tenham modos distintos de dançar, as apresentações e os movimentos são, na maior parte, improvisados, em que um dos integrantes inicia uma sequência roteirizada de movimentos a ser rematada pelos demais integrantes. Há também as cantigas de roda profanas em que tanto os foliões quanto a plateia podem entrar na roda e jogar versos.

Segundo Santos (2020), as cantigas de roda são cantadas, primeiramente, ao som da gaita seguido pela alternância entre um refrão e uma estrofe.



Cravo Branco

(cantada pelo terno de Reis de Curral de Varas)

Na Bahia tem saia de babado,
por causa do cravo branco eu perdi a namorada.

É de quem eu lembro, é do meu amor,
por causa de cravo branco, lírio roxo apaixonou.

É de quem eu lembro, é do meu amor,
por causa de cravo branco, lírio roxo apaixonou.

Você diz que vai, vai, eu também queria ir,
você diz que não vai mais, eu também já resolvi.

É de quem eu lembro, é do meu amor,
por causa de cravo branco, lírio roxo apaixonou.

É de quem eu lembro, é do meu amor,
por causa de cravo branco, lírio roxo apaixonou.

As contradanças e as cantigas de roda são elementos coreografados e os participantes se movem em pares, em grupos ou em círculo, seguindo passos específicos ritmados pelo som das músicas tradicionais. Após as contradanças e as cantigas de roda, o gaiteiro puxa novamente o agradecimento e segue a marcha de saída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolhermos o Reisado de zabumba da comunidade rural de Curral de Varas como objeto de estudo, tínhamos a certeza de que iríamos encontrar desafios. O fato de o pesquisador ser membro da comunidade do Reisado poderia enviesar a percepção sobre os elementos que o constituem, exigindo, assim, uma atenção redobrada para não negligenciá-los nem exagerá-los e, conseqüentemente, perder a riqueza dos detalhes que o contexto proporciona.

Este artigo constata que a folia de Reis é uma manifestação popular presente nas populações com ascendência africana, apesar de suas fontes europeias, que se efetivou como uma prática de povos camponeses e recebeu influências dos ritos africanos, algo característico da hibridização na formação cultural brasileira. Utilizou-se procedimentos da pesquisa etnográfica, embora não se tenha aprofundado na complexa relação entre essas influências multiculturais. Apesar dessa deficiência, o estudo reconheceu que os Reisados se adaptam e conformam traços culturais locais, mantendo uma base estrutural: a temática religiosa, que retrata a jornada dos Reis Magos em busca do menino Jesus.

Realizou-se uma descrição analítica das cantigas de roda, das danças, dos instrumentos e da musicalidade da manifestação. A folia de Reis não só faz parte da história e herança cultural nordestina, como também funciona como uma atividade de fortalecimento de vínculos e de resistência, garantindo que os saberes populares, as crenças e a história não sejam esquecidas ou extintas com o passar dos tempos ou com as interferências culturais da contemporaneidade vinculadas à indústria cultural.



As variações de nomes, a inclusão ou a exclusão de instrumentos, as características dos versos, a presença ou não de mulheres na prática da folia de reis, nas diferentes regiões do país, indicam a vitalidade dessa manifestação em seus componentes orgânicos: o que dá vida à folia de Reis são seus traços literários, musicais e de expressão corporal.

A formação do sujeito a partir de elementos do Reisado, pode ser entendida como um processo de construção identitária que envolve dados culturais, sociais e simbólicos. Assim, a participação na folia de Reis pode proporcionar ao indivíduo a vivência de valores como solidariedade, cooperação, religiosidade e pertencimento a uma comunidade. As relações de troca, a interação com os demais integrantes da folia, a transmissão de valores e modos de vida, a execução dos cantos e danças tradicionais, a visita às casas e a celebração dos rituais compõem um mesmo espaço de socialização que contribui para a formação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v.6, p. 51-62. jan./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662> Acesso em: 26 jan. 2023.

CALIL, Gilberto. **Folias e Reisados do Brasil**. Editora Expressão Popular, 2010.

CANCLINI, Néston García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10 ed. São Paulo: Ediouro, 2005.

CARVALHO, Aline Vieira de; MENEGUELLO, Cristina. **Dicionário Temático: debates contemporâneos – Patrimônio Cultural – Brasil, Dicionários**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2020.

FERNANDES, Elieuzza Bispo. **Reisados: o legado cultural para a sociedade canabravense**. 2015. 58 f. Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos e Diversidade Cultural) – UnB, Brasília, DF, 2015.

GOMES, Maísa Messias. **Cultura popular no Alto Sertão baiano: a tradição do Vai de Virá em Guanambi – Bahia**. 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA, Salvador-BA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 abr. 2024.

KODAMA, Kátia Maria Roberto de Oliveira. **Iconografia como processo comunicacional da Folia de Reis: o avatar das culturas subalternas**. 299 p. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 181-312.

NEDER, Adriana. Folia de reis em Minas Gerais: entre símbolos católicos e ambiguidades africanas. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 15, n. 18, 2013, p. 33-55.

PESTANA, Matheus. As religiões no Brasil. **Religião e Poder** [Recurso eletrônico], 24 ago. 2021. Disponível em <https://religioepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religoes-no-brasil/> Acesso em 28 abr. 2024.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem** (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905.

SANTOS, Aloísio José dos; SANTOS, Vilma Carvalho da Silva; SILVA, Josias Benevides; ACEDO, D. J. S. **Memórias e História de um Povo do Território de Identidade do Sertão Produtivo: O Caso da Comunidade de Curral de Varas**. Guanambi: UNIFG, 2019, v. 500, p. 156.

SANTOS, Aloísio José dos; SANTOS, Vilma Carvalho da Silva. **Reisado em Cordel: as andanças dos ternos de reis na região de Guanambi**. Guanambi: Gráfica A4, 2021.

SANTOS, Vilma Carvalho. Cantigas de roda da folia de reis da região de Guanambi: um resgate das memórias. **Revista ComCiência**, v. 7, n. 9, p. 28-32, 2022.

Recebido em: 10 de maio 2024

Aceito em: 22 de novembro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

IF OBSCURO: IRONIA E HUMOR COMO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA EXPRESSAR O MAL-ESTAR ESTUDANTIL

IF OBSCURO: irony and humor as discursive strategies to express student discomfort

Lillian Gonçalves de MELO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

lillian.melo@ifnmg.edu.br

Alex Lara MARTINS

Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Betim

alex.lara@ifmg.edu.br

Edson Antunes QUARESMA JÚNIOR

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

edson.antunes@ifnmg.edu.br

Fabiana Pereira da SILVA

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

eofabps@yahoo.com.br

Karina Félix BOTELHO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

anirak.javot@gmail.com

Valdice Corrêa Ramos ANDRADE

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFNMG)

vcra@aluno.ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.564>



Resumo

Este estudo investigou as postagens e enunciados presentes na página IF Obscuro, da rede social Instagram, com o intuito de mostrar como, por meio da ironia e humor, os estudantes demonstram posicionamentos críticos e os sofrimentos vivenciados. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, cujo corpus foi analisado sob o viés de uma metodologia multimodal. Os dados analisados demonstraram enunciados recorrentes no cenário estudantil/acadêmico, sendo recorrentes questionamentos sobre os métodos de ensino e aprendizagem, os mecanismos de avaliação, a carência de espaços para discussão e consideração das pressões em que os jovens são acometidos nos contextos institucionais de ensino. A ironia e o humor foram presentes nos enunciados investigados, sendo o exagero, comparação e metáforas principais estratégias para construção de sentido. Destaca-se também que a exigência familiar e os ideais do neoliberalismo, para que os estudantes sejam produtivos, eficientes e competitivos, são recorrentes, carecendo de reflexões sobre a formação humana e cidadã. Assim, ao final do estudo, identificou-se a necessidade de as instituições de ensino ampliarem os espaços de discussão para que os estudantes e familiares participem do planejamento e haja reflexões para que os sofrimentos dos estudantes seja uma temática mais recorrente, contribuindo, dessa maneira, com a mitigação dessa problemática ampliada no cenário educacional brasileiro.

Palavras chaves: Estratégias discursivas. Vida estudantil. Pressão social. Ironia. Humor.

Abstract

This study investigated the posts and statements present on the IF Obscuro page, on the social network Instagram, with the aim of showing how, through irony and humor, students demonstrate critical positions and the suffering experienced. To this end, qualitative research was carried out, the corpus of which was analyzed using a multimodal methodology. The data analyzed demonstrated recurring statements in the student/academic scenario, with recurring questions about teaching and learning methods, evaluation mechanisms, the lack of spaces for discussion and consideration of the pressures that young people are placed under in institutional teaching contexts. Irony and humor were present in the statements investigated, with exaggeration, comparison and metaphors being the main strategies for constructing meaning. It is also noteworthy that family demands and the ideals of neoliberalism, for students to be productive, efficient and competitive, are recurrent, lacking reflections on human and civic education. Thus, at the end of the study, the need for educational institutions to expand spaces for discussion was identified so that students and families participate in planning and there are reflections so that students' suffering becomes a more recurring theme, thus contributing to with the mitigation of this expanded problem in the Brazilian educational scenario.

Keywords: Discursive strategies. Student life. Social pressure. Irony. Humor.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a saúde mental dos discentes tornou-se um tema preocupante. De acordo com informações contidas no site da UNICEF, "quase um em cada seis meninas e meninos entre 10 e 19 anos de idade no Brasil vive com algum transtorno mental, parcela mais exposta ao risco de automutilações, depressão e suicídio" (UNICEF, 2022).



Diversos fatores influenciam no bem-estar emocional dos estudantes, pois todas as transformações, no período adolescência, trazem certa vulnerabilidade, não só social, mas, principalmente, emocional e psíquica, associadas à pressão para obter boas notas, passar em exames e ingressar em instituições de ensino superior de prestígio, competição entre os pares, preocupação quanto ao futuro, dentre outras expectativas oriundas dos familiares, professores e dos próprios estudantes.

Simultaneamente a este contexto de pressões externas e internas vividas pelos estudantes diariamente, observa-se uma conexão constante e digital entre os jovens, moldada pelas formas de comunicação e expressão virtualizada. É neste espaço que os adolescentes tendem a se sentir mais “protegidos” pelo anonimato ou pela distância física, permitindo que expressem seus pensamentos de forma humorada.

Dessa forma, jovens e adolescentes, chamados nativos digitais, estabelecem comunidades on-line para interagir e manter-se informados sobre o que consideram importante. O crescimento exponencial das redes sociais, nos últimos anos, deu abertura a manifestações, pensamentos e sentimentos que, antigamente, ficavam aprisionados ou se expressavam de outra forma, impulsionando, inclusive, discursos de ódio e influenciando opiniões.

Nesse contexto, a criação de perfis e páginas destinadas a retratar estresses cotidianos de uma forma humorística, criativa, ácida e sarcástica ganharam espaço, como é o caso do perfil do Instagram denominado IF Obscuro, que adota como autodescrição “Estudante não é gente”, “Estudar é arte, surtar faz parte!!” e “Memes sobre a vida de estudante”.

Criado e mantido por grupos de alunos dos Institutos Federais, que se utilizam da rede de relacionamento Instagram para fazerem desabafos, provocações, piadas e memes, sendo recorrente como pano de fundo, suas próprias vivências, revelando-se como narradores de si mesmos. Segundo os registros da própria plataforma do Instagram, o perfil IF Obscuro está ativo desde o ano 2015 e tem mais de 484 mil seguidores. O perfil é gerido de forma anônima, por múltiplos administradores, e as postagens são feitas diariamente, totalizando 5608 publicações até 13 de dezembro de 2024.

Destaca-se que não é incomum escutarmos que “toda brincadeira tem um fundo de verdade”, haja vista que, por meio de brincadeiras e piadas é possível que se encontre, indiretamente, caminhos capazes de burlar a própria censura em dizer algo que de outra maneira talvez não seria dito. Embora o humor possa ser uma maneira eficaz de lidar com o estresse e a dor emocional, é importante salientar que esse mecanismo para lidar com o sofrimento não significa que a dificuldade expressa – em forma de piada – não deva ser levada à sério. O humor pode ser a sinalização da busca pelo apoio, porque os enunciados no IF Obscuro podem revelar muito mais que meras brincadeiras, podendo indiciar, também, um “pedido de socorro”.

Diversas são as razões que impulsionam os estudantes a se sentirem mais confortáveis para expressarem suas opiniões e conflitos nas redes sociais, dentre elas, destaca-se o anonimato que permite que os sujeitos se expressem sem a pressão social face a face. Esse distanciamento entre os interlocutores reduz a inibição, facilitando a liberdade de expressar opiniões e sentimentos em comunidades virtuais com algum grau de compartilhamento de valores. À medida que os alunos não precisam se expor completamente, eles conseguem construir uma conexão social quando compartilham experiências dolorosas de uma maneira humorística, o que colabora para uma aproximação com essa comunidade. No perfil investigado (IF Obscuro), quando alguém faz uma piada sobre seu próprio sofrimento, outras pessoas podem se identificar e sentir que



não estão sozinhas em suas lutas diárias, criando, assim, uma sensação de conexão e solidariedade.

Esse cenário virtual de produção discursiva, que veicula humor e ironia para encenar a realidade estudantil, é o objeto de investigação neste estudo. O interesse pela pesquisa surgiu durante as discussões realizadas no componente curricular “Organização dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica” em que, a partir de abordagens sobre o cenário educacional pós-pandêmico, os índices de sofrimento e adoecimento estudantil aumentaram consideravelmente (Unicef, 2022), sendo as redes sociais ambientes que os estudantes utilizam como desabafo e interações. Cabe ressaltar que o referido componente curricular pertence ao Programa de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Desse modo, devido ao amplo alcance das redes sociais e o fato de serem consideradas espaços para que os sujeitos, principalmente, jovens, possam se expressar e interagir. Assim, o presente trabalho busca analisar, sob o viés discursivo, o humor e a ironia que perpassam o mal-estar estudantil expressos no perfil IF Obscuro, na rede social - Instagram.

NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO

O neoliberalismo configura-se como uma racionalidade econômica, política e normativa que permeia todas as esferas sociais, submetendo-as à lógica do capital. Do ponto de vista histórico, essa ideologia contribuiu, significativamente, para a alienação social, moldando formas de viver, pensar e sentir. Instituições escolares, por exemplo, muitas vezes reproduzem e legitimam essas relações de poder, transmitindo habilidades e valores necessários para os sujeitos integrarem uma função na cadeia produtiva.

A organização curricular, a definição de conteúdos, disciplinas e métodos avaliativos, ao ordenarem as relações de poder no ambiente escolar, transmitem e legitimam saberes e práticas que podem contribuir para um projeto de nação excludente e reprodutor de desigualdades (BOURDIEU; PASSERON, 2009). Nesses projetos educacionais, identificam-se processos de intervenção, enquadramento social e design psicológico que se baseiam em “princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida” (SAFATLE, 2022, p. 30).

Nesse contexto, a escola assume a função de disseminadora da racionalidade neoliberal, promovendo um simbolismo cultural que enfatiza a autogestão e a competição individual no mercado de trabalho como meios de ascensão econômica, porque destaca a ideia de que os indivíduos são gestores de si mesmos e competem no mercado de trabalho para melhorarem suas condições econômicas. Dardot e Laval (2016) apontam a “teoria do capital humano”, desenvolvida por Theodore Schultz, a partir da década de 1950, como o fundamento teórico que molda a educação como um mecanismo de submissão dos indivíduos aos valores mercantis. Instituições como a Unesco e o Banco Mundial, que adotam essa teoria como parâmetro para avaliar a qualidade educacional, estabelecem uma relação causal entre a formação educacional, a renda e o bem-estar individual, bem como entre os níveis de escolaridade e o desenvolvimento econômico nacional. Segundo essa perspectiva, investimentos em qualificação profissional e desenvolvimento de habilidades alinhadas às demandas do mercado de trabalho são considerados cruciais para o aumento da produtividade e da riqueza. Conforme Schultz (1973, p. 53),



[...] a característica distintiva do capital humano é a de que ele é parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfação futura, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido [...] por intermédio de um investimento no próprio indivíduo.

Conforme os ideais desse autor, o capital humano destaca-se por expressar uma característica intrinsecamente humana, qual seja a busca por uma fonte de renda para a satisfação futura. Em sociedades livres, ele não é apenas um ativo comercializável, mas adquirido e aprimorado a partir de investimentos oriundos de si e para si mesmo. Dessa forma, esse investimento seria essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Quais são os custos psíquicos para os indivíduos cuja existência depende do sucesso no “livre mercado”?

Safatle (2021) aponta a necessidade de reflexões diante da centralidade do sofrimento sob a lógica do pensamento neoliberal, tendo em vista que os ideais desse sistema exaltam a competitividade individual e a eficiência, ocasionando um ambiente propício à angústia, ansiedade e depressão. Como neste trabalho visamos analisar como esses sentimentos do universo jovem (estudantes dos Institutos Federais) são construídos na página do IF Obscuro, na rede social Instagram, destaca-se que, nesse contexto, também há esses ideais para terem as melhores notas, ingressar em universidades que, muitas vezes, a escolha profissional deve-se em decorrência do salário e, não necessariamente, pela aptidão para atuação profissional. Além disso, destacam-se, também, as imposições oriundas do ambiente familiar ou das perspectivas dos veículos de controle social que impõem algumas profissões como destaques para a prosperidade profissional.

Em relação ao neoliberalismo, Safatle (2021) critica a tendência do neoliberalismo em medicalizar o sofrimento psíquico. Essa proposta acaba transformando esse problema como uma questão individual, cujos métodos de resolução ocorrem mediados por medicamentos e sessões de terapias. Nesse viés, as causas do sofrimento acabam sendo ignoradas, o que perpetua a continuidade da desigualdade social e carência de políticas públicas para resolver essa problemática. Destaca-se que, segundo dados da OMS, o quantitativo de indivíduos que sofrem com depressão e ansiedade no Brasil, desde o período da pandemia, tem aumentado consideravelmente, principalmente, entre jovens, fator que impulsiona a medicação e, conseqüentemente, gera reações adversas e, quando não realizadas conforme orientações médicas, acarretam altos riscos à vida.

Como possibilidades para o combate a esse sofrimento psíquico, Safatle (2021) propõe a construção de alternativas ao neoliberalismo, baseadas na solidariedade, na cooperação e na valorização do bem-estar individual e coletivo. Desse modo, ao identificarmos essas formas de expressão do sofrimento, por meio de ironias e humor, torna-se necessário traçar ações que visem exigir do Estado maior investimento em políticas públicas de bem-estar social e promover, nas instituições de formação, reflexões que objetivem a construção de pensamentos críticos e ações de repúdio às formas de opressão impostas sob o viés do neoliberalismo vigente.



REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO PARA A GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

Na contemporaneidade, as comunidades virtuais se tornaram essenciais para o estabelecimento de vínculos sociais, identidade e significados. As redes sociais possibilitam que os alunos materializem suas experiências a partir de registros digitais que também expressam anseios e desilusões. Estes espaços podem ser compreendidos como uma representação muito próxima da realidade dos jovens, pois descrevem a essência social, econômica e política das quais eles se sentem como participantes, além de contribuir para a formação dos seus aspectos culturais. Paulo Freire (2019) afirma que:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando - a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 2019, p. 60).

Conforme as reflexões de Freire (2019), é importante oportunizar um ambiente de ensino que problematize e questione a realidade a qual os sujeitos estão inseridos. Assim, haverá momentos formativos que visem a construção de intervenções transformadoras e que não oprimam os grupos sociais. Na página do IF Obscuro, no Instagram, são recorrentes os momentos em que os estudantes externalizam suas preocupações e dificuldades, com muito humor e memes. Não se devei visibilizar essas postagens, mas utilizá-las como um mecanismo de alerta a sentimentos que precisam ser discutidos e amparados, tendo em vista que a depressão, ansiedade, *bullying* e outros problemas emocionais são recorrentes no contexto hodierno.

Byung-Chul Han, em sua obra “A Sociedade do Cansaço” (2010), promove uma análise profunda sobre a dinâmica contemporânea, oferecendo uma lente de análise perspicaz para compreendermos os efeitos do cansaço na contemporaneidade, como uma sociedade marcada pela exaustão e pelo cansaço por perseguir a alta produtividade. Conforme Han (2010, p. 6), “o que torna doente, na realidade, não é o excesso de responsabilidade e iniciativa, mas o imperativo do desempenho como um novo mandato da sociedade pós-moderna do trabalho.”

O autor utiliza uma metáfora intrigante ao abordar a sociedade neural, na qual o cansaço não é apenas uma consequência da fadiga física, mas uma resposta do corpo ao excesso de positividade em uma era em que a pressão por produtividade, sucesso e felicidade constante cria uma atmosfera de busca incessante por estímulos positivos, obsessão pela realização pessoal e pela incapacidade de lidar com experiências negativas.

Han (2010) aborda que essa sociedade da produtividade define o cansaço dessa era como algo solitário e individualizante, comparando-o ao "cansaço dividido em dois", descrito por Peter Handke, em que cada indivíduo se afasta do outro, preso em sua própria exaustão extrema. Esse cansaço, segundo Han (2010), torna as pessoas incapazes de se comunicar e ver o mundo com clareza. Estando preso em seu próprio "eu", o indivíduo está isolado, incapaz de expressar seu cansaço ao outro. Essa falta de comunicação (como um fogo) consome a capacidade de falar e, assim, essa solidão é, em si, uma forma de violência. O cansaço, dessa forma, se torna um olhar frio e distante, que desfigura o outro e a si mesmo. Esses fatores mostram a relevância de investigar a mídia digital IF Obscuro, presente no Instagram, e saber como a ironia e o humor



- muitas vezes em forma de meme - podem expressar esses sentimentos solitários e individualizantes dos jovens a partir das temáticas que envolvem o ambiente escolar.

A pressão escolar e acadêmica, a pressão interna de que o futuro dependerá do seu desempenho, aliada às expectativas sociais e à competição constante, geram um ambiente propício para o surgimento de problemas psicoemocionais. A necessidade de se destacar em uma sociedade que valoriza a positividade constante pode impulsionar os estudantes a um estado de esgotamento físico e mental, além da identificação de uma incapacidade pessoal quando não consegue atingir as expectativas esperadas.

O foco excessivo na busca por resultados, em que a ênfase está na conquista de notas elevadas em detrimento do desenvolvimento integral do indivíduo, pode resultar em ansiedade, depressão e uma relação distorcida com o conhecimento, transformando a educação em mais um fator de exaustão.

IRONIA E HUMOR: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Sob o viés dos estudos da Análise do Discurso Francesa, nesta seção abordaremos reflexões sobre o processo de construção de sentido desenvolvido em gêneros discursivos, adotando a ironia e o humor como estratégias discursivas. Para Orlandi (2016), os gêneros discursivos funcionam como ferramentas para a produção e circulação de sentidos em diferentes contextos sociais. Destaca-se que essa construção não ocorre de forma neutra, tendo em vista que é influenciada por diferentes formações discursivas e ideológicas. Compreende-se que as formações discursivas são conjuntos de regras e normas que orientam a produção de enunciados em um determinado campo de conhecimento ou prática social, como, por exemplo, o discurso jurídico, discurso médico e, no caso em estudo, o discurso estudantil e escolar (ORLANDI, 2007).

Ideologia, segundo a autora, é um sistema de ideias e valores que permeia a vida social e se manifesta na linguagem de diversas formas. Nas postagens analisadas neste trabalho, a partir de postagens que simulam vivências do cotidiano dos estudantes, são inscritas diversas vozes sociais e impulsionam interações em que os sentidos são constantemente tecidos nessa esfera social. É possível inter-relacionar essas reflexões também aos estudos de Bakhtin (2009), quando o autor afirma que os gêneros discursivos não se limitam a meras categorias gramaticais ou formas textuais, porque representam formas sociais da linguagem, moldadas pelas dinâmicas da interação humana em diferentes esferas da vida social.

Nesse ambiente discursivo de construção de sentidos é que iremos investigar as estratégias discursivas construídas a partir da ironia e humor. Sob esse viés, destacam-se os estudos de Bakhtin (2010) que concebem a ironia como um "diálogo mascarado", em que o enunciador expressa uma ideia através da negação de seu oposto, criando um efeito de distanciamento e crítica. Cabe ressaltar que essa negação, no entanto, não é literal, mas transmitida em um tom de zombaria ou sarcasmo, revelando a discordância do enunciador com a ideia original.

Para Orlandi (1999), a ironia atua como um mecanismo discursivo que se articula com diferentes formações discursivas e pode ser utilizada para questionar, subverter ou reconfigurar as normas e valores presentes em um determinado campo discursivo. Desse modo, por meio da



ironia, é possível questionar valores e opiniões dominantes, expondo suas contradições e hipocrisias, e convidar o leitor a uma reflexão crítica sobre o mundo que o cerca.

Em relação ao humor, Bakhtin (2010) relaciona-o à ironia carnavalesca, que se caracteriza pelo riso e pela festa. Esse humor subverte a ordem imposta e desafia as normas sociais, criando um espaço de liberdade e transgressão ao que é imposto socialmente. Assim, por meio do riso, é possível convidar o leitor a se livrar das amarras da seriedade e a celebrar a vida em sua plenitude, mesmo em seus aspectos mais sombrios e contraditórios.

No campo discursivo, convém abordar também os estudos de Ducrot (1977), pautados no conceito de polifonia, que confirma a presença de múltiplas "vozes" em um único enunciado. Para o autor, essa multiplicidade é fundamental para a compreensão da ironia e do humor, pois permite desvendar as camadas de significado presentes na comunicação. Na ironia, por exemplo, Ducrot (1977) identifica a presença de duas vozes: a voz literal, que expressa o sentido aparente do enunciado, e a voz irônica, que subjaz à voz literal e revela o real significado pretendido pelo locutor. Essa dissonância entre as vozes cria o efeito irônico, então, o que se diz não coincide com o que se quer dizer.

Ducrot (1977) concebe o humor como um jogo de vozes que visa romper com a seriedade e criar um efeito de comicidade. Esse jogo se manifesta através de diversas técnicas, como a paródia, a hipérbole, o absurdo e o equívoco. Ao utilizar o humor, o locutor busca provocar o riso no interlocutor, criando um espaço de descontração e leveza. O riso, nesse contexto, funciona como um mecanismo de catarse, permitindo ao indivíduo lidar com dificuldades, frustrações e situações difíceis de forma mais leve e positiva.

Assim, compreende-se a dimensão dialógica da ironia e do humor, tendo em vista que essas manifestações surgem em uma dimensão discursiva, a partir da interação entre diferentes "vozes" sociais que questionam valores dominantes e revelam/denunciam diferenças sociais. Na seção de análise dos dados, iremos abordar como essas estratégias discursivas são construídas, por meio da ironia e do humor, para revelar/denunciar sofrimentos/frustrações no âmbito estudantil e denunciar atitudes que esses sujeitos questionam.

METODOLOGIA

Por meio de uma pesquisa explicativa, neste estudo será adotada uma metodologia multimodal em decorrência do corpus de análise do presente estudo ser postagens na página IF Obscuro da rede social Instagram. Sabe-se que essas postagens são permeadas de diversos signos que compõem a construção de sentido, tais como: cenário, linguagem verbal, não verbal, som, animações, além dos comentários dos demais sujeitos (em sua maioria estudantes) que proporcionam uma interação com partilhas de experiências e posicionamentos argumentativos.

A metodologia multimodal, segundo os estudos de Laburú e Silva (2011), é uma abordagem inovadora e abrangente para a investigação científica, transcendendo os limites da pesquisa tradicional e integrando diversos modos de comunicação e representação. A escolha por esse tipo de metodologia justifica-se em decorrência do corpus de análise deste estudo, que são postagens na página IF Obscuro, da rede social - Instagram, pois são postagens cuja construção de sentido é projetada a partir de uma multiplicidade de signos linguísticos, visuais, auditivos, cinestésicos e espaciais em que a ironia e o humor se fazem presentes.



Devido à amplitude das publicações (até o dia 01/05/2024 - são 4802), neste estudo iremos analisar uma amostra de enunciados e postagens do ano de 2024, o critério de inclusão foram postagens que abarquem a diversidade de temáticas presentes na página, dentre elas: apresentações de trabalhos, vida social, saúde mental, provas (avaliações), greve e identidade estudantil.

As postagens selecionadas foram analisadas pelo método qualitativo, a partir dos estudos da linguagem, de modo a estabelecer diálogos entre a construção da ironia e do humor como estratégias discursivas para expressarem os sofrimentos e comportamentos sociais que assolam o dia a dia estudantil.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: IRONIA E HUMOR COMO ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Devido à pluralidade de postagens em constante atualização na página do Instagram – IF Obscuro, foram escolhidas postagens mais recentes, publicadas no período de abril e maio do ano de 2024. Iniciaremos a discussão a partir do enunciado de abertura da página, observe a imagem abaixo:

Imagem 1 - Abertura da página do IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

No enunciado inicial - “Estudante não é gente” - a ironia é construída a partir de uma falsa negação, pois sabemos que são seres humanos, com direitos e responsabilidades. Destaca-se que o enunciado utiliza a ironia para expressar o sofrimento físico e mental dos estudantes, envolvendo a sobrecarga de tarefas, esforços, avaliações, trabalhos, frustrações que permeiam esse sujeito e, conseqüentemente, avaliam que esse espaço formativo (escola/universidade) não o considera como humano. Esse fator também insere o humor no enunciado, a partir da negação exagerada dessa realidade, que faz o estudante se avaliar como não pertencente ao universo “gente”.

De forma semelhante, há um post na página cujo enunciado é “Toda humilhação é pouca para o estudante”, sendo a ironia construída com o intuito de contradizer o valor e a dignidade inerentes a cada indivíduo, incluindo os estudantes. Sugere-se, nesse enunciado, que os estudantes são, de alguma forma, menos merecedores de respeito e consideração, o que implica

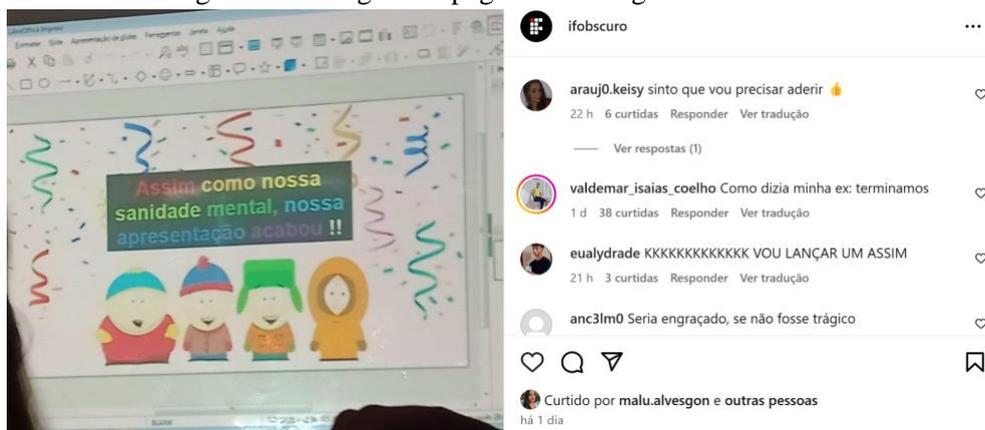
que são de alguma forma imunes aos efeitos negativos da humilhação, o que nos permite estabelecer diálogos desse enunciado com o anterior “Estudante não é gente”.

A ironia decorre do contraste entre a imagem idealizada dos estudantes como aspirantes a intelectuais e a realidade das suas lutas e vulnerabilidades. Em relação ao humor, esse exagero “de que toda a humilhação é pouca” atribui o riso para a infinidade de desafios do contexto estudantil, desde excesso de trabalho e prazos reduzidos para entrega, até privação de sono e pressões financeiras. Esses fatores de estresse podem ocasionar momentos de frustração, constrangimento e até dúvidas, permitindo que os alunos riem de si mesmos e de seus infortúnios. Há a construção de um sentimento de compreensão compartilhado e camaradagem entre os alunos, que podem se identificar com a sensação de serem oprimidos e subestimados.

Em relação ao enunciado “Estudar é arte, surtar faz parte”, nota-se uma intertextualidade com o pensamento “Estudar é a arte dos que procuram a sabedoria!” do professor Alberto Cambolo Ngonga Baião “Bebeckson”. Entretanto, no universo do IF Obscuro, a denúncia do sofrimento estudantil é desconstruir a ideia de estudar como um processo de aprendizado do conhecimento de modo estruturado, metódico, tranquilo a um universo oposto que é causado por um ritmo de turbulências emocionais, tais como ansiedade, estresse, a fim de mostrara realidade da experiência estudantil, que reforça o humor a partir da contradição de que “Estudar é arte, surtar faz parte”. É possível também identificar vozes sociais presentes nos enunciados citados que incitam dizeres recorrentes, na página do IF Obscuro, relacionados a prazos, expectativas, realidade, desespero e turbulências, permitindo que os estudantes riem de si mesmos e de suas lutas, reconhecendo que essas emoções são uma parte comum e identificável da jornada estudantil. Para Bakhtin (2009), toda palavra e todo enunciado surgem em um contexto de interação com outras vozes e perspectivas. Assim, o significado de uma palavra ou enunciado não é fixo e determinado, mas dinâmico e dependente do contexto em que é utilizado e das relações de poder entre os interlocutores.

Em relação às temáticas presentes na página do Instagram - IF Obscuro, percebeu-se a recorrência de postagens relacionadas ao tempo de estudos e preparação para apresentações de trabalhos. Observe o post a seguir:

Imagem 2 - Postagem da página do Instagram - IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

Na imagem 2, a postagem utiliza como imagens personagens da série animada - South Park - criada por Trey Parker e Matt Stone. A série é uma paródia satírica da cultura americana, com



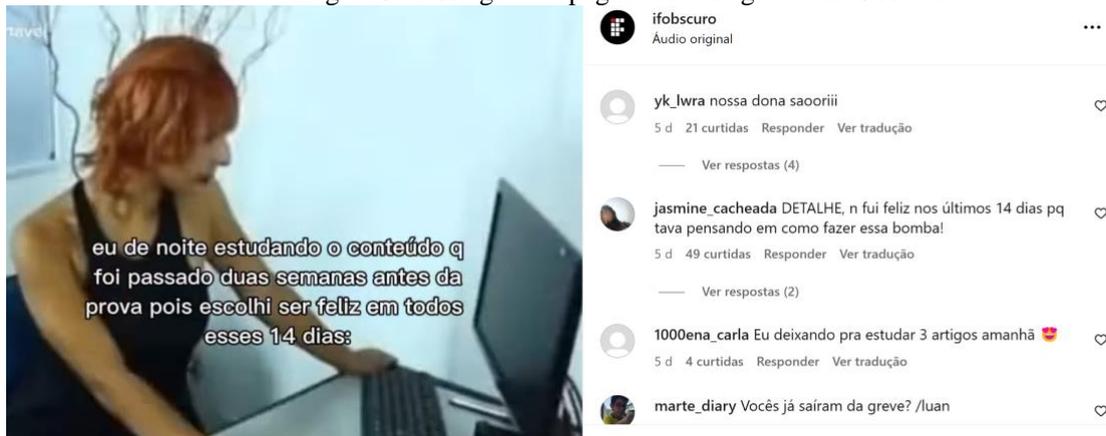
linguagem vulgar e representações controversas de temas sociais. Além disso, a ideia principal de South Park é satirizar a cultura americana e seus valores. O show faz isso através de um elenco de personagens que vivem na pequena cidade fictícia de South Park, Colorado. Os personagens (estudantes) são, frequentemente, estereótipos exagerados, e suas ações e comportamentos são frequentemente usados para criticar a sociedade americana. Ao contextualizar essa escolha dos personagens da série, destaca-se a intencionalidade de mostrar uma semelhança com o dia a dia conturbado dos personagens e as críticas ao cenário educacional e o desgaste mental brasileiro.

O humor do enunciado “ Assim como nossa saúde mental, nossa apresentação acabou” é incitado a partir da comparação inesperada entre saúde mental e uma apresentação. O sofrimento estudantil, principalmente, em relação à saúde mental, é um problema sério e complexo que precisa ser amplamente discutido no cenário educacional brasileiro. Ao comparar com a apresentação de trabalho (metodologia muito presente no dia a dia educacional) cria uma sensação de incongruência humorística. A ironia é expressa pelo fato de que o orador utiliza o enunciado para expressar um sentimento de frustração ou decepção e não como um sentimento de felicidade.

O enunciado também incita outras vozes sociais, pois há várias pessoas que enfrentam desafios para superar a timidez da apresentação oral, além de dificuldades na organização de trabalhos em grupo e conciliar a dedicação dessas atividades em grupo com as demais demandas estudantis ou acadêmicas. Ducrot (2009) propõe uma análise da ironia e do humor reconhecendo a importância da comparação como ferramenta para a construção desses mecanismos linguísticos. Para o autor, a ironia e o humor podem ser construídos através da comparação entre dois elementos, criando um efeito de contraste e discordância que gera o humor ou a crítica irônica. Dessa forma, há uma comparação para contrastar o significado literal do enunciado com um significado implícito, que é o oposto do significado literal. Essa contradição entre o significado literal e o significado implícito é o que gera o efeito irônico.

Em outra postagem, o enunciado “ Do aluno que vai lendo os resumos antes da prova no ônibus depois de ter virado a noite estudando ninguém tem pena” (postagem do dia 27/04/2024) mostra essa carência de discussões sobre essa realidade dos estudantes. O desabafo de falta de empatia da realidade estudantil antes da prova gera, inicialmente, a possibilidade de interpretação de que o estudante é despreparado e descompromissado e, conseqüentemente, estuda no dia da prova. No entanto, há outras interpretações possíveis, como a insegurança do estudante com uma diversidade de componentes curriculares para estudar, falta de tempo e pouca organização para lidar com uma diversidade de saberes. Há também a ironia e humor ao zombar da ansiedade e do estresse que os alunos costumam vivenciar na época das provas, cujo cenário estudantil precisa ampliar as discussões sobre isso. Observe o enunciado a seguir:

Imagem 3 - Postagem da página do Instagram - IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

Na imagem (3), a procrastinação - tendência também em discussão no cenário estudantil atual - adquire humor e ironia, enfatizados pelo trecho do enunciado “escolhi ser feliz todos esses dias”. Esse enunciado remonta a várias vozes sociais que atribuem ao universo estudantil as restrições à liberdade e felicidade ao terem que se dedicar aos estudos. Além disso, percebe-se uma retomada do sofrimento estudantil de mostrar as pressões que vive no dia a dia, na carência de liberdade e felicidade e pouca afinidade em equilibrar as exigências estudantis com qualidade de vida e usufruto de felicidade social.

Há também um outro post que diz “odeio quando as pessoas me dizem que preciso sair da minha zona de conforto, eu nem tenho uma zona de conforto, eu sempre estou desconfortável” (IF Obscuro, maio de 2024). Em teor de um desabafo, o enunciado expressa sentimentos de tensão cotidiana que assolam o dia a dia estudantil. Nos comentários das postagens, os estudantes participantes também afirmam que vivem no desconforto cotidianamente e que esse ciclo apenas seria possível após um emprego, salário fixo, casa própria, dentre outras possibilidades vinculadas ao ter e possuir. Freire (2019) critica a sociedade capitalista, em que a cultura do ter predomina, alienando os indivíduos e perpetuando as desigualdades. As pessoas são reduzidas a meros consumidores que, constantemente, buscam adquirir mais bens materiais para se sentirem valorizados, ao invés de desenvolver sua consciência crítica e seu potencial transformador da realidade.

Em consonância com os princípios de Paulo Freire, também se destacam as análises de Safatle (2021) que questionam o neoliberalismo, visto que ele transforma tudo em produtos comerciais, até mesmo a educação, a saúde e a cultura. Isso implica a compreensão de que o acesso a esses bens e serviços fica submetido às leis do mercado, tornando-os inacessíveis para muitas pessoas. A mercantilização da vida ainda acarreta uma considerável pressão social sobre os indivíduos para consumirem cada vez mais, mesmo que isso não resulte em felicidade ou bem-estar. Dessa forma, os indivíduos estão constantemente sob pressão para serem produtivos, eficientes e competitivos. Fator que culmina em exaustão física e mental, bem como a perda de significado da existência humana.

Além disso, o neoliberalismo fomenta uma cultura narcisista em que as pessoas se preocupam exclusivamente com sua própria imagem e sucesso, ignorando o bem-estar alheio. Isso promove um individualismo exacerbado, a falta de empatia e solidão, contribuindo para perpetuar a exclusão social. Segundo Safatle (2021), a única forma de transcender os desafios do



neoliberalismo é por meio da resistência social, através da mobilização popular por mudanças estruturais, pela criação de alternativas ao sistema neoliberal e pela busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Observe mais um post:

Imagem 4 - Postagem da página do Instagram - IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

Em relação às temáticas recorrentes na página do Instagram - IF Obscuro, são recorrentes as postagens relacionadas às provas e notas, práticas que causam extrema pressão e sofrimento aos estudantes. É muito recorrente nas postagens os estudantes abordarem sobre as dificuldades das avaliações e, principalmente, os desafios do ensino aprendizagem em matemática. Pela linguagem não verbal do post (imagem 4), o personagem está em um momento de muita pressão, representando um momento de extremo sofrimento vivenciado pelos estudantes. O enunciado "sou um prédio de muitos andares, mas não tenho escadas nem elevadores, o que sou?" A ironia está na comparação do prédio com um objeto que o estudante terá que adivinhar a partir das inferências nas características de possuírem múltiplos níveis, ausência de escadas ou elevadores, cuja resposta é o objeto-livro. No edifício, as escadas e os elevadores proporcionam os meios para a subida física, enquanto isso, no livro, a mente do leitor sobe através das palavras escritas e da imaginação. O humor é focado nessa comparação inesperada, cujos saberes desafiam as expectativas estudantis, convidando-os a pensar criticamente a partir da solução de um enigma. Esse enunciado ilustra e inscreve várias vozes sociais de estudantes que mostram um abismo entre o que é aprendido e o que é exigido nas avaliações. Para Han (2015), na sociedade contemporânea intitulada como a "sociedade do cansaço", os indivíduos são submetidos a uma pressão constante por desempenho e autorrealização. Essa pressão gera um estado de exaustão física e mental, levando ao sofrimento e à alienação. Destaca-se que, na postagem da imagem (4), esse sofrimento é evidente. Para o autor, o humor e a ironia são utilizados como uma ferramenta de crítica social que permite aos indivíduos questionarem as normas sociais, as estruturas de poder e as injustiças do sistema.

Em postagens também do mês de maio de 2024, há outros enunciados que dialogam muito com o sofrimento das avaliações, como, por exemplo, "Eu depois de sair da prova achando que eu ia arrasar, mas foi a prova que me arrasou", "Eu indo acessar as memórias do que eu estudei pra prova e não achando nada". Há um sofrimento e decepção recorrente entre a percepção de que não conseguiu atender às expectativas e que a avaliação não condiz com o que foi estudado. Trata-se também de uma crítica ao sistema educacional, à didática do docente, à organização e



comprometimento estudantil, bem como a necessidade de repensar se o ensino e aprendizagem antes da avaliação condiz com o que é abordado nela, a fim de combater o estereótipo de que a avaliação é sempre uma forma de punição aos estudantes.

Em relação a esse entrelaçamento entre os enunciados, Bakhtin (2009) aborda que a linguagem é um processo dinâmico e vivo, em constante transformação, em que enunciados se entrelaçam, se confrontam e se complementam em um diálogo incessante. Desse modo, essa multiplicidade de vozes, pelo viés bakhtiniano, é a essência da linguagem. Cada enunciado carrega consigo a marca de outros enunciados com os quais já dialogaram, seja em concordância ou discordância. A linguagem, portanto, não é um conjunto de palavras neutras, mas sim um campo de embates de ideias, presentes em diferentes perspectivas que se chocam e se moldam.

Cabe ressaltar também que as avaliações, ainda, são mecanismos de classificação escolar, assim como as exigências dos familiares para que os estudantes sempre tenham boas notas. Em relação a isso, há um post, na página do IF Obscuro, em que o professor envia uma mensagem avisando que todos ficaram de recuperação e que ninguém tirou mais de 2,5. Embora não seja obrigatória, a recuperação é um direito do aluno. Nos comentários dessa postagem, vários estudantes questionam como pode toda a turma ficar com uma nota tão abaixo da média, novamente, há questionamentos sobre o sistema educacional existente. Há também um post que encena a atitude da família diante das notas, observe:

Imagem 5 - Postagem da página do Instagram - IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

A pressão por boas notas é uma realidade vivenciada por muitos estudantes, especialmente aqueles que se deparam com expectativas familiares elevadas em relação ao seu desempenho escolar ou acadêmico. Essa pressão pode gerar diversos impactos negativos na vida dos jovens, afetando sua saúde mental, autoestima e motivação para os estudos. Muitas vezes, essas expectativas familiares por boas notas podem ter diversas origens, como a crença de que a educação é a chave para o sucesso profissional e social, o desejo de ver seus filhos ocupando posições de destaque na sociedade ou a própria experiência dos pais com a educação, que pode



ter sido marcada por cobranças e pressões. Han (2015) enfatiza que essa pressão por desempenho, ao invés de contribuir para que haja eficiência, gera ineficiência, tendo em vista que o indivíduo, esgotado física e mentalmente, perde a capacidade de se concentrar, de ser criativo e de realizar tarefas com qualidade. A pressão, desse modo, se torna um ciclo vicioso que leva à exaustão, à alienação e à frustração.

Segundo Han (2015), a pressão por performance também é a principal causa do sofrimento na sociedade contemporânea. No ambiente escolar, por exemplo, os indivíduos são constantemente pressionados a ser mais e a fazer mais, e nunca se sentem satisfeitos com suas conquistas. Essa insatisfação constante gera um sentimento de culpa, de inadequação e de vazio existencial. Assim, a busca por grandes resultados, muitas vezes, torna-se uma obsessão que ocasiona o sofrimento. O indivíduo, pressionado pela ambição e pelo desejo de sucesso, sacrifica sua saúde, seus relacionamentos e sua felicidade em busca de objetivos inalcançáveis. Essa busca incessante por grandes resultados gera ansiedade, depressão e outras doenças mentais.

Observe que os comentários dos estudantes encenam essa vivência, inclusive, destacam-se os enunciados “Para, deu gatilho” e “ O if deixa a gente do jeitinho que o hospício gosta” revelam a angústia e o sofrimento vivenciados por muitos jovens em decorrência da pressão por boas notas. O primeiro trecho indica que o tema das boas notas é extremamente sensível para o estudante, capaz de despertar emoções negativas como ansiedade, estresse e até mesmo crises de pânico. O vocábulo "gatilho" remete a traumas ou experiências passadas relacionadas à cobrança excessiva por resultados escolares/acadêmicos, que podem ter deixado marcas profundas no emocional do jovem. No segundo trecho, expressa-se a sensação de alienação e controle que o estudante sente em relação ao sistema educacional, simboliza as regras e exigências impostas pelos professores e pela instituição, que moldam o comportamento dos alunos de acordo com as expectativas dos familiares e da pressão social. A metáfora do "hospício" reforça a ideia de um ambiente opressor e sufocante, onde a individualidade e a liberdade de expressão são reprimidas em favor da padronização e do controle.

Ao observar essa linearidade discursiva, cabe ressaltar os estudos de Orlandi (2007), em que a autora destaca a importância do interdiscurso, que se refere à relação entre diferentes discursos que circulam na sociedade. O sentido de um discurso, portanto, não é construído de forma isolada, mas em diálogo com outros discursos, com os quais ele pode concordar, discordar ou se posicionar de forma neutra. Nos enunciados apresentados, referente às avaliações e notas, percebe-se que os sujeitos interagem com a publicação, concordam com essa assertiva de pressão, decepção e dificuldades estudantis. Observe o post abaixo:



Imagem 6 - Postagem da página do Instagram - IF Obscuro



Fonte: <https://www.instagram.com/ifobsкуро/>, 2024.

Os enunciados presentes na imagem (6) encenam o desabafo dos estudantes em serem pouco ouvidos, em perceber que o seu sofrimento é desconsiderado a partir das experiências das pessoas mais experientes, cujo contexto de estudos retrata outro momento do cenário escolar. Apesar do tom humorístico e irônico, usa-se o recurso da inversão de expectativas e sarcasmo para criticar a incompreensão frequente entre gerações, especialmente em relação ao cansaço dos estudantes no contexto atual. O trecho do enunciado “você é muito nova para estar tão cansada” expressa a frustração da pessoa que fala com a incompreensão da atual situação. Os jovens mostram a insatisfação da sua experiência de cansaço como se sua juventude fosse um impedimento para sentir fadiga. A resposta “tá bom lurdes você é muito velha para estar viva, mas cá estamos” utiliza-se da ironia para inverter a expectativa do interlocutor.

Ao invés de se defender, o sujeito discursivo (presente no enunciado) usa a mesma lógica para questionar a validade da experiência de cansaço dos mais velhos. A ironia fica ainda mais evidente pela escolha do nome “Lurdes”, que remete a uma figura materna ou avó, reforçando a ideia da inversão de papéis. Há também o exagero proposital que utiliza o sarcasmo para enfatizar a frustração da pessoa.

O objetivo não é atacar o sujeito em questão, mas demonstrar o absurdo da situação e a falta de empatia por parte de quem ignora o cansaço do outro. É possível também estabelecer um dialogismo com o enunciado inicial da página do Instagram do IF Obscuro “estudante não é gente”, pois incita as vozes que defendem que o sofrimento, por ser oriundo de jovens, não deveria acontecer. Em diálogo com os desabafos dos estudantes, cabe refletir sobre a necessidade de erradicar a prática da educação bancária, em que as dificuldades dos estudantes são vistas como problemas individuais a serem superados pelo próprio esforço, sem que a escola se proponha a compreendê-los e enfrentá-los de forma conjunta, juntamente com os discentes. Para Freire (2019), essa abordagem ignora a complexidade do processo de ensino-aprendizagem, que envolve diversos fatores além da mera assimilação de conteúdos, dentre eles, fatores socioeconômicos, psicológicos e pedagógicos. Dessa forma, é necessário impulsionar a educação problematizadora, em que o diálogo é fundamental para a construção



do conhecimento. Nessa perspectiva, a escola se torna um espaço de reflexão crítica sobre a realidade, pois professores e alunos se envolvem em um processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o objetivo foi analisar a ironia e o humor, sob o viés discursivo, no perfil IF Obscuro, na rede social Instagram, para mostrar o mal-estar vivenciado pelos estudantes dos Institutos Federais.

Utilizando-se de uma metodologia qualitativa, foram selecionadas algumas postagens e enunciados presentes nesse perfil. Foi possível identificar que há um quantitativo satisfatório de postagens diariamente, cujos enunciados dialogam com diversas situações pertencentes ao cenário estudantil e acadêmico. Dentre as temáticas identificadas, percebeu-se a recorrência de temáticas sobre a carência de espaços para discussão sobre o sofrimento estudantil, a fim de perceber as dificuldades, pressões familiares e sociais, além do quantitativo de demandas atribuídas aos estudantes sem considerar o bem-estar, o que ocasiona para o ambiente escolar/acadêmico um espaço de sofrimento e tensão. Destacou-se também, nos enunciados investigados, críticas referentes aos métodos de ensino e aprendizagem, principalmente em relação às avaliações, que são vistas como mecanismos de opressão e decepção, além de exigirem saberes que pouco dialogam com o aprendizado cotidiano dos estudantes.

A ironia e o humor estiveram presentes nos enunciados analisados, principalmente, por meio do exagero, comparações e metáforas, visando despertar a atenção do leitor para os sentidos a serem questionados e expressos pelos estudantes. Destaca-se, também, que, nas postagens, é possível inferir a necessidade urgente das instituições federais de ensino ampliarem os espaços de discussão sobre as realidades dos estudantes, visando traçar estratégias que otimizem a sobrecarga de tantos trabalhos, e dialoguem sobre os mecanismos de avaliação, principalmente, a prova e o equilíbrio entre o que é aprendido e o que é exigido nessas avaliações.

Além disso, destaca-se também a importância de expandir esse viés formativo – de uma escola democrática – com a participação da família, principalmente porque há uma recorrência da exigência e cobrança familiar aos estudantes que, permeados por esse cenário neoliberal da produção, consumo e competição, impulsiona o sofrimento e colabora para a formação de um sujeito opressor que, conseqüentemente, contribuirá para a ampliação da desigualdade social. Fator esse que desconstrói os valores formativos necessários para a formação de um sujeito crítico, participativo e transformador.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2009.



BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer: princípios da semântica linguística*. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo, Cultrix, 1977.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Pesquisa Social : teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e sociedade*. Campinas: Pontes, 1999.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 17-45.

SCHULTZ, Theodore. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

UNICEF, *Saúde mental de adolescentes 2022* disponível em - <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental-de-adolescentes>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

Recebido em: 12 de maio de 2024

Aceito em: 12 de dezembro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

AÇÕES EDUCATIVAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE PARASITOLOGIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SALINAS-MG

Educational activities and development of teaching materials on parasitology in a public school in the municipality of Salinas-MG

Maria Paula Machado SILVA

Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária - IOC/Fiocruz
mariapaulamachadosilva6@gmail.com

Jaciely Soares da SILVA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas
jacielysoares@gmail.com

Filipe Vieira Santos de ABREU

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas
filipe.vieira@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.463>

Resumo

A parasitologia investiga as interações entre parasitos e seus hospedeiros, incluindo as doenças que causam, como esquistossomose, ascaridíase, doença de Chagas e dengue, que continuam a impactar a saúde pública, especialmente no estado de Minas Gerais (MG). Fatores como a falta de saneamento e o desconhecimento sobre prevenção contribuem para a disseminação dessas doenças, afetando principalmente populações de baixa renda. Diante desse cenário, o ensino de parasitologia nas escolas é fundamental para conscientização e prevenção entre estudantes, embora desafios como os métodos tradicionais e a falta de materiais dificultem esse processo. Nessa perspectiva, este artigo objetiva apresentar parte de uma pesquisa realizada em 2021 e 2022 que resultou na confecção e doação de uma coleção biológica para uma escola da rede



estadual presente no município de Salinas/MG. As análises realizadas demonstraram um aumento no envolvimento e na curiosidade dos estudantes durante as aulas, e o recurso pedagógico possibilitou ampliar o processo de ensino sobre doenças parasitárias na escola.

Palavras-chave: Aprendizagem. Coleção biológica. Ensino de parasitologia.

Abstract

Parasitology investigates the interactions between parasites and their hosts, including the diseases they cause, such as schistosomiasis, ascariasis, Chagas disease, and dengue, which continue to impact public health, especially in the state of Minas Gerais (MG). Factors such as lack of sanitation and lack of knowledge about prevention contribute to the spread of these diseases, primarily affecting low-income populations. Therefore, teaching parasitology in schools is essential for awareness and prevention, although challenges such as traditional teaching methods and the lack of educational materials hinder this process. In this perspective, this article aims to present part of a research conducted in 2021 and 2022, which resulted in the creation and donation of a biological collection to a state school in the municipality of Salinas/MG. The analyses carried out demonstrated an increase in student involvement and curiosity during classes, and the pedagogical resource enhanced the teaching process about parasitic diseases at school.

Keywords: Learning. Biological collection. Teaching parasitology.

INTRODUÇÃO

A parasitologia é um campo da ciência destinado aos estudos de parasitos e sua relação com o organismo do seu hospedeiro, buscando, principalmente, compreender as doenças causadas e suas formas de controle e profilaxias. Existem inúmeras doenças parasitárias que acometem seres humanos, tais como esquistossomose, ascariíase, doença de Chagas e dengue, que ainda estão presentes no estado de Minas Gerais, local em que foi desenvolvida a pesquisa aqui apresentada.

Ainda na atualidade, as doenças parasitárias apresentam alta taxa de morbidade e mortalidade, atingindo, sobretudo, países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, incluindo o Brasil (COSTA *et al.*, 2017). Entre os motivos que contribuem para o aumento dessas doenças destacamos as deficiências no saneamento básico, alterações nas condições naturais do ambiente e mudanças climáticas. Tais fatores estão fortemente ligados ao alastramento dessas enfermidades, as quais acometem especialmente sociedades com baixo poder aquisitivo, tal como apresentado por Lima (2010) e Barcellos (2009) em suas pesquisas. Inclui-se a esses fatores a falta de conhecimento sobre a transmissão e a prevenção, haja vista que a ausência de informações inibe ou quase que impede o controle das doenças parasitárias (SILVA; MOTA, 2018).

Cientes desses estudos, partimos do pressuposto de que o ensino sobre a parasitologia nas escolas de educação básica pode colaborar para a redução da disseminação das doenças parasitárias. A escola se caracteriza como um importante campo de atuação e veículo para tal, pois cumpre o papel tanto de construção como de propagação do conhecimento, além de ser um espaço de incentivo para o estudante se prevenir contra parasitoses, o qual também contribui



com a divulgação do conhecimento adquirido para as pessoas do seu convívio (FREZZA *et al.*, 2015; SILVA; MOTA, 2018).

No entanto, Costa e colaboradores (2017), mesmo reconhecendo a escola como espaço para a discussão do tema, nos chama a atenção para uma reflexão acerca dos desafios que o campo educacional tem enfrentado no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. Muitas vezes, esse processo se esbarra no desânimo por parte dos estudantes devido à forma tradicional como as aulas ainda são ministradas, à desmotivação dos professores em utilizar novas metodologias de ensino e à falta de materiais didáticos adequados para estudos das disciplinas (COSTA *et al.*, 2017).

Em diálogo com os autores supracitados, estudos realizados no município de Salinas-MG mostraram que, apesar de ser papel da escola levar esse conhecimento para os estudantes, estes ainda apresentam dificuldades sobre o tema, o que se torna algo preocupante, já que, como dito anteriormente, o ensino sobre parasitologia é imprescindível para o controle de tais doenças (GUIMARÃES, 2013; SANTOS, 2017; SOUZA, 2016; XAVIER, 2015).

Cientes disso, entendemos que as aulas práticas no ensino de parasitologia podem se configurar como um relevante meio para a aproximação entre o aluno e o que está sendo estudado, de modo a romper com a errônea concepção dicotômica entre teoria e prática presente no processo de ensino e aprendizagem, além de despertar a curiosidade e o interesse do aluno (SOUZA; BRANDÃO, 2015). Segundo Xavier (2015), é de suma importância a utilização de atividades práticas durante as aulas de parasitologia, entretanto uma pequena parte dos professores a utilizam, devido, principalmente, à ausência de infraestrutura e materiais nas escolas, observação constatada durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Perante o exposto, este artigo é um recorte de parte de uma pesquisa que foi realizada durante os anos de 2021 e 2022 e apresentará a coleção biológica produzida durante a pesquisa e doada, juntamente com microscópios, a uma escola municipal de Salinas/MG para ser utilizada por professores como recurso pedagógico para o ensino de parasitologia. Cabe ressaltar que a coleção, desde a sua doação, tem sido constantemente utilizada pelos professores e estudantes em aulas e eventos científicos promovidos pela escola, como, por exemplo, em Feira de Ciências.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Até a década de 1950, as doenças parasitárias estavam entre as principais causas de mortes no Brasil. Entretanto, estudos mostram que, na década seguinte, houve um declínio significativo na taxa de mortalidade por essas enfermidades, isso devido às melhorias na infraestrutura e no acesso à saúde pela população. Desde então, o país vem conseguindo minimizar esse índice, embora as doenças parasitárias ainda apresentem consideráveis taxas de morbidade e mortalidade, mostrando-se como um importante problema de saúde pública (MUÑOZ; FERNANDES, 2013).

No estado de Minas Gerais, é possível encontrar um número considerável de pessoas acometidas por doenças parasitárias, área endêmica para algumas dessas enfermidades (SILVA; PÁDUA; ZÁIA, 2015). Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2011), dentre as doenças parasitárias mais comuns em Minas Gerais encontram-se: dengue, hepatites,



leishmanioses visceral e tegumentar, meningite, leptospirose, rubéola, malária, doença de Chagas e esquistossomose.

A dengue é uma doença ocasionada pela infecção de um vírus pertencente ao gênero *Flavivirus*, tendo como vetor o mosquito *Aedes aegypti*, um inseto díptero muito comum em áreas urbanas (MADUREIRA, 2015). Para esse agravo, Minas Gerais está entre os estados brasileiros em que mais ocorrem epidemias, apresentando anualmente elevados números de infectados (BRASIL, 2020a). Em 2016, foi registrada a maior quantidade de casos no estado, totalizando 529.022 casos prováveis, sendo superior a todos os estados brasileiros naquele ano (BRASIL, 2020a). Segundo o Boletim Epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2022), no ano de 2021, o estado notificou 14.248 casos confirmados para a dengue, com 6 óbitos registrados. É provável que esses números ainda estejam muito subestimados devido à pandemia da COVID-19, que sobrecarregou o Sistema de Saúde e desestimulou pessoas a procurarem o serviço de saúde para casos leves de outros agravos.

Com relação à doença de Chagas, ela tem como agente etiológico o protozoário *Trypanosoma cruzi*, que é transmitido ao ser humano através de insetos triatomíneos, como os pertencentes aos gêneros *Triatoma*, *Panstrongylus* e *Rhodnius*, os quais possuem maior importância epidemiológica (NEVES *et al.*, 2016). Essa enfermidade é endêmica no estado de Minas Gerais, com elevados números de mortes em comparação aos demais estados do Brasil (BRASIL, 2020b). De acordo com Pereira e colaboradores (2017), entre 1998 e 2007, a região Norte do estado de Minas Gerais obteve uma prevalência para a forma aguda da doença de Chagas superior em relação às demais regiões. Conforme os dados apresentados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), entre os anos de 2001 e 2006, um total de 84 pessoas foram diagnosticadas com a forma aguda da doença de Chagas, sendo as regiões Oeste e Norte com a maior incidência (PEREIRA *et al.*, 2017). Já entre os anos de 2007 e 2017, Minas Gerais foi o estado brasileiro que atingiu o maior índice de mortes pela doença de Chagas, com 12.902 óbitos registrados (BRASIL, 2020b).

Já a esquistossomose é causada, no Brasil, pelo trematódeo *Schistosoma mansoni* e apresenta caramujos do gênero *Biomphalaria* como hospedeiros, além do ser humano (NEVES *et al.*, 2016). Para esse agravo, Minas Gerais tem em seu território uma grande parte endêmica, sendo considerada a maior do país, estando mais concentrada nas regiões Norte e Nordeste do estado (BRASIL, 2011). Minas Gerais exibe uma alta quantidade de notificações anuais da doença, e no ano de 2011, registrou-se 16.104 casos confirmados, sendo o maior entre 2011 e 2021 (BRASIL, 2021). Felizmente, a positividade anual da esquistossomose vem demonstrando redução no estado, que apresentou 491 casos no ano de 2021 (BRASIL, 2021).

Quanto à ascaridíase, enfermidade causada pelo helminto *Ascaris lumbricoides*, há uma baixa quantidade de casos em todo o país, sendo uma enfermidade de notificação não compulsória pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2019). No entanto, ainda é possível encontrar escolares infectados com o parasito, incluindo os residentes no estado de Minas Gerais. No estudo de Katz (2018), dos 11.531 escolares que se apresentaram infectados para *A. lumbricoides*, 164 residiam no estado, número que representa 1,43% do total de infectados.

1.1 ENSINAR PARA PREVENIR



A educação em saúde é fortemente apontada como uma medida de prevenção e controle para as doenças parasitárias, sobretudo as destacadas anteriormente, como é sugerido por Neves e colaboradores (2016), Katz (2018) e Brasil (2019). Tal medida é centrada na importância de que ensinar sobre pontos importantes acerca dessas enfermidades, em especial as profilaxias, coopera para que as pessoas se conscientizem sobre como evitar infecções parasitárias e adotem medidas de precaução, o que resulta em uma melhora na qualidade de vida. No entanto, sabe-se que apenas a educação em saúde não irá controlar totalmente a disseminação dessas doenças, mas é uma profilaxia que, se associada a modificações na estrutura da sociedade, colabora de forma definitiva para uma redução desses agravos (SOUTO, 2013).

Apesar disso, a temática da saúde somente foi inserida oficialmente no currículo escolar no ano de 1971, por meio da Lei n° 5.692 (BRASIL, 1998a). A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 9394/96, a saúde se tornou um tema transversal nos currículos, devendo ser trabalhada de forma obrigatória nas escolas (BRASIL, 1998b). Para tal feito, a escola é tida como um eficiente meio para difundir esses conhecimentos para a população, já que tem a capacidade de alcançar uma enorme quantidade de pessoas, além de motivar mudanças de condutas e hábitos, devido à sua natureza educativa (MONTEIRO; BIZZO, 2015). Os PCN também apoiam esse papel da escola, defendendo que a ação “[...] favorece o processo de conscientização quanto ao direito à saúde e instrumentaliza para a intervenção individual e coletiva sobre os condicionantes do processo saúde/doença” (BRASIL, 1998a, p. 255). Assim como os PCN, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de trabalhar a saúde na escola e destaca essa função nas competências gerais da educação básica, afirmando que o estudante deve “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional [...]” (BRASIL, 2018, p. 10). Cabe ainda ressaltar que a BNCC (2018) preconiza para estudantes do 7° ano do Ensino Fundamental, entre as habilidades que deverão adquirir, a capacidade de

[i] Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde (BRASIL, 2018, p. 347).

Diante do apresentado, partimos do entendimento de que uma das formas para o controle da disseminação das doenças parasitárias seja a abordagem do assunto com os estudantes da educação básica, sendo esta uma medida eficaz e de custo reduzido, que pode levar a resultados expressivos e longevos, tal como já discutido e defendido por Grimes, Ronchi e Hirano (2013).

1.2 DIFICULDADES EM ENSINAR PARASITOLOGIA

Embora trabalhar parasitologia com os estudantes seja reconhecido como algo importante e até presente nos currículos escolares oficiais da educação básica brasileira, a ação efetiva muitas vezes se mostra um assunto subestimado nas escolas. Isso leva os estudantes a apresentarem pouco conhecimento sobre doenças parasitárias importantes para a saúde pública, como é mostrado nos trabalhos feitos por Guimarães (2013), Xavier (2015), Souza (2016) e Santos



(2017) sobre o ensino de parasitologia nas escolas do município de Salinas-MG. Tais autores apontam que os estudantes dispõem de um conhecimento insuficiente, o que se distancia do papel da escola como instrumento de difusão de conhecimentos sobre tais doenças e, conseqüentemente, ocasiona limitações para controle da disseminação dessas infecções.

Xavier (2015), em sua pesquisa, buscou analisar quais são os obstáculos apresentados pelos professores das instituições trabalhadas, que pertencem às redes federal, estadual e privada, e apresentou que 57% deles afirmaram possuir dificuldades com relação à falta de interesse dos estudantes sobre o tema, enquanto 43% apontaram a ausência de recursos didáticos. Além disso, quando questionados sobre as possíveis facilidades no ensino de parasitologia, 100% dos professores entrevistados declararam que o livro didático traz informações suficientes, mostrando que esse é um recurso pedagógico imprescindível para os docentes. Os resultados da pesquisa de Xavier (2015) evidenciaram a necessidade de os professores se apropriarem de novas metodologias ou mesmo recursos didáticos, já que um ensino fundamentado exclusivamente no modelo tradicional, com uso apenas de quadro e livros, contribui para uma defasagem no processo de ensino e aprendizagem, além de provocar desinteresse nos estudantes pelas aulas (COSTA *et al.*, 2017).

Entre as alternativas para despertar o interesse dos estudantes sobre o tema estão as aulas práticas, momento no qual o conteúdo sai do campo teórico, muitas vezes de forma abstrata, e adentra o espaço real. As aulas práticas são metodologias de ensino que estão sendo cada vez mais requisitadas para uso nas escolas (SOUZA; BRANDÃO, 2015), sendo aqui definidas como aquelas que permitem

[...] a relação direta do aluno com tarefas educativas e materiais físicos presentes, no qual ele terá a oportunidade de ter contato com a manipulação de materiais, com laboratório e experiências ou mesmo ambientes externos à escola, assim ele terá que observar, efetuar os procedimentos necessários e obter resultados e conclusões (BARTZIK; ZANDER, 2016, p. 31).

Essa metodologia propicia não só o contato do estudante com o objeto estudado, como também auxilia na complementação do que foi ensinado e aprendido em aulas teóricas, levando à associação entre teoria e prática (BARTZIK; ZANDER, 2016). Nesse sentido, as aulas práticas permitem ao professor e aos seus alunos irem além do que as aulas teóricas oferecem, assim, proporcionando aos alunos novas aprendizagens (ANDRADE; MASSABNI, 2011).

Na mesma pesquisa realizada por Xavier (2015), apenas 28% dos professores entrevistados em Salinas-MG revelaram utilizar atividades práticas de laboratório com os seus estudantes. Tal cenário pode ser justificado pelo fato de que “[...] segundo os professores, não há tempo suficiente para a organização do material, falta-lhes segurança para controlar a classe, conhecimentos para organização de experiências e também não dispõem de equipamentos e instalações adequadas” (KRASILCHIK, 2008, p. 87 *apud* XAVIER, 2015). Seguindo uma linha de raciocínio muito análoga à de Xavier (2015), Santos (2017), em sua pesquisa, questionou os docentes sobre o que poderia contribuir para um melhor ensino sobre parasitologia, e a maioria afirmou a necessidade do uso de aulas práticas com microscopia. Essas atividades são consideradas importantes para um ensino eficaz, no entanto, muitas instituições públicas do ensino básico apresentam limitações financeiras quanto à obtenção desses materiais, visto que são dispendiosos, ou seja, o ensino se esbarra em questões



relacionadas à falta de infraestrutura das escolas. Assim, como uma alternativa viável para superar a ausência de laboratórios nas instituições, tem-se como possível solução o emprego de coleções biológicas para aulas práticas em sala, entretanto, ainda existe a dificuldade em obtê-las, já que seria necessário o próprio professor produzir o material.

A partir de discussões teóricas e pesquisas já desenvolvidas sobre o ensino de parasitologia, percebe-se que uma possível solução para essa distância seria a estruturação de uma coleção didática na escola de forma a potencializar o ensino do conteúdo. Pensando nisso, a pesquisa aqui descrita surgiu com o intuito de propor caminhos alternativos para sanar e/ou amenizar as dificuldades apresentadas pelos professores no ensino de parasitologia. Nesse propósito, o objetivo final do trabalho foi a elaboração de uma coleção biológica e a disponibilização desta e de microscópios para uma escola pública do município de Salinas-MG, de modo a contribuir com ferramentas metodológicas para o processo de ensino e aprendizagem, colaborando para torná-lo mais eficiente.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no município de Salinas, que se encontra na mesorregião Norte de Minas, no estado de Minas Gerais. O estudo abrangeu alunos de duas turmas de ciências do 7º ano do ensino fundamental de uma escola da rede estadual do município. Justifica-se realizar esse estudo com tais turmas por estarem no período em que as doenças parasitárias são previstas para serem trabalhadas em sala de aula (BRASIL, 2018).

A pesquisa contou com várias etapas, entre elas destacam-se:

Primeira etapa: Estudo e aprofundamento do referencial teórico sobre o tema parasitologia. Essa etapa foi fundamental para garantir uma base sólida de conhecimentos sobre parasitologia, permitindo compreender a complexidade dos organismos, suas interações e impactos na saúde pública. O aprofundamento teórico também auxiliou na identificação de práticas pedagógicas adequadas e na articulação entre teoria e prática, assegurando um ensino mais eficaz e embasado.

Segunda etapa: Análise, seleção e definição da coleção biológica como recurso pedagógico para o ensino de parasitologia. A análise e seleção cuidadosa da coleção biológica foram essenciais para que os recursos escolhidos fossem relevantes e representativos das doenças estudadas. Essa definição permitiu alinhar os materiais pedagógicos às necessidades curriculares, promovendo um aprendizado contextualizado e significativo, além de garantir que a coleção seja adequada para a faixa etária e o nível de conhecimento do público-alvo.

Terceira etapa: Produção da coleção biológica. A produção da coleção biológica consistiu em reunir e organizar os exemplares a serem utilizados, possibilitando a criação de um recurso didático palpável e acessível. Essa etapa foi crucial para viabilizar atividades práticas que estimulem a curiosidade e o interesse dos estudantes, o que favorece a aprendizagem ativa, proporciona experiências diretas com os conteúdos abordados e facilita a compreensão dos conceitos teóricos.

Cabe ressaltar que, para a produção da coleção biológica, foram feitas solicitações de doação de exemplares por laboratórios de pesquisa presentes nas instituições Fundação Oswaldo Cruz, em Minas Gerais (Fiocruz Minas), e Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Salinas. As doações incluíram: formas evolutivas de *S. mansoni* e caramujos



hospedeiros das espécies *Biomphalaria glabrata*, *Biomphalaria straminea* e *Biomphalaria tenagophila*; triatomíneos pertencentes às espécies *Triatoma sordida*, *Triatoma infestans*, *Panstrongylus megistus* e *Rhodnius milesi*; formas evolutivas de *Ae. aegypti* e exemplares de *Ascaris suum*. Optou-se pela utilização desta espécie em substituição a *A. lumbricoides*, uma vez que é menos dificultoso obtê-la, além de ambas as espécies possuírem grande semelhança morfológica.

Entre os meses de outubro e novembro do ano de 2021, foram realizadas quatro aulas expositivas dialogadas na escola durante os horários da disciplina de ciências. Tais aulas abordaram as doenças aqui enfatizadas, expondo pontos relevantes, como agente etiológico, vetores, meios de transmissão, sintomas e profilaxias. Além disso, após cada conteúdo acerca das doenças, foram mostrados aos estudantes os espécimes relacionados ao agravo discutido presentes na coleção biológica didática elaborada. Nessa etapa, para além do conteúdo ministrado, os estudantes puderam ter contato visual com os espécimes, podendo revistar o conteúdo exposto. Assim, foi possível observar e analisar a interação dos estudantes e a curiosidade deles sobre o tema. É importante ressaltar que em todos os momentos o professor regente esteve presente.

Ao final da apresentação, foi doada a coleção biológica para a escola participante, assim como cedidos três microscópios e, posteriormente, o docente regente das turmas foi instruído sobre como realizar a conservação e a manutenção dos exemplares doados, a fim de auxiliar a escola a manter os espécimes a longo prazo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores durante as aulas de parasitologia, as quais já foram relatadas em momentos anteriores, é importante que os docentes se apropriem de diferentes práticas de ensino, ainda que sejam mínimas, visando à participação ativa dos alunos (XAVIER, 2015). O uso de coleções biológicas para aulas práticas tem sido amplamente reconhecido e discutido pela comunidade científica, inclusive ao abordar doenças parasitárias. Tendo isso em vista, foi produzida a coleção biológica com os espécimes relacionados à esquistossomose, ascaridíase, doença de Chagas e dengue.

A coleção biológica, composta por quatro filis e dez espécies diferentes de vetores e parasitos, é um recurso pedagógico fundamental para o ensino de parasitologia. Ela possibilita a visualização prática dos organismos estudados, facilitando a compreensão de suas características e ciclos de vida. Além disso, promove o engajamento dos estudantes ao proporcionar experiências concretas, estimulando a curiosidade e o interesse pelo tema. Essa abordagem prática enriquece o aprendizado e contribui para a formação de uma visão crítica sobre a relação entre parasitos, vetores e saúde pública.

Como proposto, as ações educativas se sucederam através da metodologia expositiva dialogada, a qual tem como princípio a “[...] exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo” (HARTMANN; MARONN; SANTOS, 2019, p. 1). Ministrando aulas através dessa metodologia, principalmente quando relacionadas à educação em saúde, permite que o ensino seja mais eficaz, uma vez que, segundo as mesmas autoras, nesse método trabalha-se o senso comum aliado ao conhecimento



derivado da ciência, sendo uma associação que favorece o processo de aprendizagem dos alunos.

Durante a apresentação da coleção biológica e aplicação associada ao conteúdo teórico, muitos estudantes se mostraram interessados quanto aos conhecimentos divulgados sobre cada uma das doenças parasitárias. Nesse contexto, suscitou-se alguns questionamentos a fim de provocar a participação ativa dos discentes: se conheciam os vetores e/ou agentes etiológicos das doenças trabalhadas, bem como as formas de transmissão e prevenção que conheciam ou imaginariam ser importantes para os agravos em estudo de acordo com o ciclo do agente causador da doença. Algumas perguntas foram respondidas pela maioria da turma, enquanto outras por pouquíssimos alunos, o que pode ter ocorrido devido à timidez ou ao receio de errar a resposta.

Nesse sentido, destaca-se a importância da aula expositiva dialogada em oposição ao ensino tradicional, no qual o professor apenas expõe o conteúdo e os alunos atuam como meros receptores, agindo de forma passiva durante as aulas, o que resulta em ausência de diálogos entre professor-aluno (LOPES, 2012). Essa metodologia tradicional é revelada no trabalho de Costa e colaboradores (2017) como ineficiente para o ensino de parasitologia, visto que os alunos não conseguem compreender adequadamente o conteúdo.

A cada doença parasitária trabalhada com os estudantes foram expostos, em momentos de aula prática, os exemplares da coleção biológica elaborada que apresentavam relação com o agravo discutido. Como mencionado anteriormente, as formas evolutivas de *S. mansoni* foram mostradas através dos microscópios cedidos à escola, com exceção do miracídio, devido à limitação do tempo de aula. Como a instituição não possui um local específico para a realização de práticas com o uso de microscópios, utilizou-se o espaço da biblioteca para este objetivo, o qual mostrou-se como o local mais propício na escola para realizar esse tipo de aula. Nota-se, contudo, a necessidade de destinação de um espaço perene para realização de aulas práticas na instituição. Espera-se que a doação dos microscópios e da coleção biológica sirvam de incentivo à criação desse espaço.

A todo momento, os estudantes demonstraram interesse na observação dos espécimes e alguns manifestaram empolgação para as próximas aulas. Foi possível perceber que o emprego de recursos alternativos no ensino proporciona maior motivação e interesse nos alunos pelas aulas, uma vez que os métodos tradicionais são considerados por muitos alunos como enfadonhos, desagradáveis e pouco produtivos (OLIVEIRA, 2021). Conforme aponta Lira Júnior (2013), as coleções biológicas são potenciais materiais didáticos para o ensino de ciências, permitindo a observação, a classificação, os registros e as inferências acerca dos organismos. Tais materiais permitem que as aulas se tornem mais dinâmicas, de modo a facilitar o desenvolvimento da aprendizagem do estudante (MIRANDA, 2017).

A exposição dos exemplares despertou a curiosidade dos alunos, surgindo variados questionamentos, sendo mais frequentes nesse momento do que durante a discussão teórica sobre as doenças parasitárias. Tal fato também foi observado no trabalho de Miranda (2017), no qual também utilizou uma coleção biológica sobre parasitologia com estudantes do ensino fundamental. A autora ressalta que o material biológico estimulou o interesse dos alunos em adquirir mais conhecimentos sobre os organismos observados, pois durante o momento em que eles foram apresentados surgiram perguntas, revelando que os alunos se sentiram mais envolvidos na aula.

Com esse recurso didático, os alunos têm a oportunidade de estudar aspectos importantes que somente o material impresso, como os livros, não propicia (SOUZA *et al.*, 2014). Sabe-se que



os livros didáticos ainda são tidos como os principais meios de ensino, entretanto, apenas o seu uso não é suficiente para desenvolver a aprendizagem dos alunos no ensino de parasitologia (XAVIER, 2015; COSTA *et al.*, 2017). Nessa perspectiva, é imprescindível que os docentes se apropriem de outros materiais didáticos para a exposição dos conteúdos (LIMA, 2021), como as coleções biológicas.

Outro fato verificado foi que parte dos estudantes afirmaram já ter visto alguns dos espécimes observados, como os triatomíneos, os caramujos e as fases evolutivas dos mosquitos da dengue, revelando que são organismos presentes em seu cotidiano. Nesse sentido, evidencia-se a importância da obtenção de conhecimentos sobre tais doenças parasitárias, a fim de que os estudantes sejam capazes de realizarem medidas que os possibilitem a promoção e o cuidado da própria saúde (COSTA *et al.*, 2017). Ressalta-se que, embora as coleções biológicas demonstrem ser importantes recursos alternativos para o ensino de parasitologia, a sua utilização não substitui as aulas que exponham o conteúdo teórico, tampouco são definidas como soluções milagrosas para as dificuldades de aprendizado (OLIVEIRA, 2021), mas o seu emprego pode proporcionar maiores benefícios ao ensino e à aprendizagem.

Importante mencionar que ao final da execução das ações educativas, o docente regente das turmas recebeu orientações acerca da manutenção da coleção biológica doada, foi informado sobre a troca dos líquidos utilizados para conservar os espécimes e como evitar a deterioração dos insetos fixados em alfinetes entomológicos.

Com relação à avaliação das ações educativas pelo docente regente, ele aprovou a utilização da coleção biológica como recurso didático para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes nos conteúdos de parasitologia, sobretudo pela maior proximidade que o recurso estabelece com os assuntos abordados. Segundo Marandino, Rodrigues e Souza (2014), os organismos observados nas coleções biológicas possibilitam a concretização de conhecimentos, o que, no ensino de parasitologia, é fundamental para as medidas de controle, sobretudo em razão de o contato com os vetores permitir uma melhor identificação, que apenas a observação de imagens não oferece.

O docente também ressaltou que a participação dos estudantes se deu de forma mais expressiva durante as aulas, destacando as reações de empolgação e curiosidade. As observações realizadas pelo professor confirmam o fato de que as coleções biológicas são recursos que facilitam o processo de ensino e aprendizagem, visto que incentivam a participação e a atenção dos estudantes durante as aulas, fatores que são fundamentais para que os discentes adquiram conhecimentos sobre os assuntos tratados.

Uma questão importante levantada pelo docente é a dificuldade de armazenar a coleção biológica, uma vez que a escola não tem um local destinado para aulas práticas de ciências. Tal problema está relacionado à ausência de laboratório na instituição, assim como relatado anteriormente. Esse cenário está presente em diversas escolas do país, prova disso é que, até o ano de 2017, aproximadamente 70% dos alunos do ensino básico frequentavam escolas públicas e privadas ausentes de laboratórios de ciências (CASTRO, 2017). Assim, para o armazenamento do material, é necessário fazer uso de outros ambientes da escola, como biblioteca ou sala com armários do professor, espaços que passam a ser utilizados pelo docente para guardar a coleção doada. Como dito anteriormente, esperamos que a existência dos equipamentos e da coleção sirva de argumento para a destinação de um espaço para ser utilizado como laboratório, a fim de sanar essa limitação.



Ademais, o docente alegou que utilizará o recurso didático doado em suas aulas de parasitologia, bem como apontou a possibilidade de outros docentes da instituição também se apropriarem do material nas aulas. É comum os professores reclamarem de dificuldades quanto à ausência de tempo hábil para elaborar e utilizar materiais alternativos no ensino de parasitologia, sobretudo devido a esse conteúdo estar presente apenas nas disciplinas de ciências e biologia (SANTOS, 2017; GUIMARÃES, 2013). Assim, no trabalho de Guimarães (2013), os professores defendem que a execução de projetos e parcerias com outras instituições pode favorecer o trabalho com as doenças parasitárias, pois não sobrecarrega os professores e gera maior envolvimento dos alunos. Portanto, com a realização dessa pesquisa, pôde-se proporcionar aos professores da escola alvo a oportunidade de diversificarem a sua prática de ensino durante as aulas de parasitologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as ações educativas com o uso da coleção biológica, notou-se que houve um envolvimento considerável durante as aulas expositivas dialogadas, em que se verificou maior interação. A mesma observação foi feita pelo docente regente das turmas, o qual salientou a curiosidade dos alunos, principalmente quando a coleção biológica foi apresentada. Além disso, ele reconheceu a importância do uso das coleções biológicas no ensino de parasitologia, tanto para a aprendizagem dos alunos quanto para o envolvimento deles durante as aulas. Dessa forma, percebe-se o quão importante é o emprego de coleções biológicas no ensino, visto que demonstram ser recursos motivadores para a participação ativa dos estudantes durante a ministração das aulas, contribuindo positivamente para a obtenção de conhecimentos sobre os conteúdos.

Por fim, a doação da coleção biológica à escola permite que os professores de ciências e biologia tenham a oportunidade de utilizá-la durante a ministração de conteúdos que abordem esquistossomose, doença de Chagas, ascaridíase e dengue. Assim, é importante que os exemplares biológicos sejam conservados para futuras aulas práticas, bem como outros espécimes sejam adquiridos ou produzidos abordando outras doenças parasitárias, expandindo a disponibilidade dos exemplares na escola. Consideramos relevante que tais iniciativas sejam realizadas não só pelo docente regente das turmas, mas também pelos demais docentes da escola, bem como pelas instituições de ensino presentes no município, promovendo uma integração entre os docentes e as instituições e ampliando as possibilidades de obtenção de exemplares biológicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. F.; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciência & Educação**, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 835-854, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vYTLzSk4LJFt9gvDQqztQvw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.



- BARCELLOS, C. *et al.* Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 285-304, 2009. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v18n3/v18n3a11.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BARTZIK, F.; ZANDER, L. D. A importância das aulas práticas de ciências no ensino fundamental. **Rev Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2016v4n8p31/11268>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais Saúde**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, v. 10.4, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1998b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema nacional de vigilância em saúde: relatório de situação Minas Gerais**. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 39 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_nacional_vigilancia_saude_mg_5ed.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. 595 p. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 751 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **Dengue: notificações registradas no sistema de informação de agravos de notificação**. 2020a. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/denguebr.def>. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico: doença de Chagas**. Brasília: Ministério da Saúde, n. 51, p. 1-43, 2020b. Disponível em: <http://chagas.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/11/Boletim-epidemiologico-2020.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Controle da Esquistossomose**. 2021. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinan/pce/cnv/pcebr.def>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 06 jan. 2023.

CASTRO, F. **Escassez de laboratórios de ciências nas escolas brasileiras limita interesse dos alunos pela física**. 2017. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/05/08/escassez-de-laboratorios-de-ciencias-nas-escolas-brasileiras-limita-interesse-dos-alunos-pela-fisica>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COSTA, I. G. *et al.* Intervenções educativas sobre parasitologia no ensino fundamental: a necessidade de inserir novas metodologias. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 18, mai. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/tec/article/view/1280>. Acesso em: 03 fev. 2021.

FREZZA, T. F. *et al.* Alunos do ensino médio de escolas da rede pública de Campinas-SP atuando como produtores de conhecimento sobre parasitoses: Uma experiência do laboratório de helmintologia (UNICAMP) no programa “Ciência e arte nas férias”. **Rev Conexão**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 128-39, 2015. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/7449/4659>. Acesso em: 23 nov. 2021.

GRIMES, C.; RONCHI, D. L.; HIRANO, Z. M. B. Prática pedagógica diferenciada nos processos de ensinar e de aprender em parasitologia. **Ensino, Saúde e Ambiente**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 89-100, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2013.v6i1.a21007>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GUIMARÃES, R. D. O ensino de parasitologia nas escolas estaduais como ferramenta para a promoção da saúde na cidade de Salinas-MG. 2013. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2013.

HARTMANN, A. C.; MARONN, T. G.; SANTOS, E. G. A importância da aula expositiva dialogada no ensino de ciências e biologia. In: Encontro de Debates sobre Trabalho, Educação e Currículo Integrado, 2., Ijuí, 2019. **Anais...** Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/article/view/11554>. Acesso em: 08 mar. 2022.

KATZ, N. **Inquérito Nacional de Prevalência da Esquistossomose mansoni e Geohelmintos**. Belo Horizonte: CPqRR, 2018. 90 p.



LIMA, A. M. A. *et al.* Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1457-1464, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700057>. Acesso em: 23 nov. 2021.

LIMA, C. D. de. **O ensino de parasitologia nos livros didáticos de biologia: um estudo sobre o conteúdo das doenças parasitárias**. 2021. 70 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Tocantins, 2021.

LIRA JÚNIOR, L. A. **O estudo da entomologia para o desenvolvimento do raciocínio científico: uma proposta de material pedagógico**. 2013. 28 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LOPES, T. O. **Aula expositiva dialogada e aula simulada: comparação entre estratégias de ensino na graduação em Enfermagem**. 2012. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MADUREIRA, A. M. A. S. **Doenças Emergentes e Reemergentes na Saúde Coletiva. Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde**. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas gerais, 2015. 139 p.

MARANDINO, M.; RODRIGUES, J.; SOUZA, M. P. C. de. Coleções como estratégia didática para a formação de professores na pedagogia e na licenciatura de ciências biológicas. **Rev de Ensino de Biologia**, Niterói, v. 7, p. 5754- 5765, 2014. Disponível em: https://sbenbio.org.br/publicacoes/anais/V_Enebio/V_Enebio_completo.pdf. Acesso em: 12 mar. 2022.

MARINHO, W. R. C.; EGIDIO, J. A. F. Análise do conhecimento de estudantes da educação básica sobre dengue. **Educationis**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 57-63, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2021.002.0007>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MIRANDA, G. B. de. **Coleção parasitológica: uma ferramenta para o ensino de ciências e biologia**. 2017. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

MONTEIRO, P. H. N.; BIZZO, N. A saúde na escola: análise dos documentos de referência nos quarenta anos de obrigatoriedade dos programas de saúde, 1971-2011. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 411-427, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014005000028>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MUÑOZ, L. A. S.; FERNANDES, A. P. M. **As doenças infecciosas e parasitárias e seus condicionantes socioambientais**. Licenciatura em Ciências: USP/Univesp, v. 1, n. 1, 2013. 16 p.



NEVES, D. P. *et al.* **Parasitologia humana**. 13. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2016. 559 p.

OLIVEIRA, K. F. T. **Metodologias alternativas no ensino de ciências e biologia: uma análise bibliográfica**. 2021. 51 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Instituto Federal Goiano, 2021.

PEREIRA, C. M. L. *et al.* Perfil clínico e epidemiológico da doença de chagas aguda no estado de Minas Gerais. **Rev. de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 15, n. 52, p. 49-54, abr./jun. 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4523/pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, L. M. **Análise da abordagem e conhecimento do tema parasitoses causadas por protozoários em escolas públicas do município de Salinas-MG**. 2017. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Boletim Epidemiológico de Monitoramento dos casos de Dengue, Chikungunya e Zika (12/01)**. 2022. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/16198-boletim-epidemiologico-de-monitoramento-dos-casos-de-dengue-chikungunya-e-zika-12-01>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SILVA, F. B.; MOTA, M. D. A. A parasitologia no âmbito escolar: uma abordagem preventiva em uma escola de ensino médio na cidade do Pilar – AL. In: Encontro Nacional das Licenciaturas, 7., Fortaleza, 2018. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. p. 1-12. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/51280>. Acesso em: 03 fev. 2021.

SILVA, J. P.; PÁDUA, N. P.; ZAIA, J. E. Mapeamento das principais parasitoses de notificação compulsória estado de minas gerais. **Educação ambiental em ação**, [S.l.], v. 14, n. 54, p. 1-9, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304461492_Mapeamento_das_principais_parasitoses_de_notificacao_compulsoria_no_estado_de_Minus_Gerais. Acesso em: 03 mar. 2021.

SOUTO, A. R. **Prevenindo doenças infecciosas e parasitárias em escolas de educação infantil da cidade de Cuité - PB**. 2013. 65 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

SOUZA, L. W.; BRANDÃO, H. C. A. D. N. T. M. **Aulas práticas e sua importância no ensino de ciências e biologia**. 2015. 22 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14723>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SOUZA, R. S. *et al.* O uso de modelos biológicos no aprendizado. **Extramuros**, Petrolina, v. 3, n. 1, p. 265-268, 2014. Disponível em:



<http://periodicos2.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/viewArticle/680>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SOUZA, S. C. de. **Conhecimento e metodologia de ensino: aprendizagem sobre helmintoses em escolas de rede pública e particular de Salinas, MG**. 2016. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2016.

XAVIER, A. S. **O estudo de parasitologia no ensino médio das escolas de Salinas-MG**. 2015. 68 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2015.

Recebido em: 27 de setembro 2023

Aceito em: 24 de outubro 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA SOBRE GAMIFICAÇÃO NA INTERDISCIPLINARIDADE COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA

*SYSTEMATIC REVIEW OF LITERATURE ON GAMIFICATION IN
INTERDISCIPLINARITY AS A PEDAGOGICAL POSSIBILITY*

Shirlei Santos CARDOSO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
shirleicardoso3@gmail.com

Paula Teixeira NAKAMOTO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
paula@iftm.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.475>

Resumo

A influência das tecnologias na educação vem crescendo muito, dentre as quais se destaca a Gamificação na Interdisciplinaridade como uma possibilidade pedagógica, pela capacidade de engajar pessoas na busca de conhecimentos. Para entender como essa possibilidade pedagógica vem sendo empregada no cenário educacional e nos resultados obtidos, este trabalho realiza uma revisão sistemática de literatura em artigos, dissertações e teses, encontradas nas bases de dados científicas, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, entre os anos de 2017 a 2021. Por intermédio da análise das obras obtidas, este estudo sinaliza um panorama das pesquisas que vem sendo realizadas sobre a Gamificação na Interdisciplinaridade como uma possibilidade pedagógica no ensino, em todo o Brasil. Aborda áreas do conhecimento, ferramentas, técnicas empregadas, vantagens e desvantagens de sua usabilidade nas aulas. Com base nos resultados encontrados, constata-se uma melhora no processo de ensino-aprendizagem, no qual o conhecimento interdisciplinar se



destaca nos trabalhos analisados e engaja o estudante, motivando-o a aprendizagens mais significativas, corroborando com os resultados encontrados em pesquisas iniciais neste segmento.

Palavras-chave: Gamificação. Interdisciplinaridade. Ensino. Tecnologia. Formação Continuada.

Abstract

The influence of technologies in education has been growing, among which Gamification and Interdisciplinarity stands out as a pedagogical possibility, due to its ability to engage people in the search for knowledge. In order to understand how this pedagogical possibility has been used in the educational scenario and the results obtained, this work carries out a systematic literature review in articles, dissertations and theses, found in the scientific databases, Capes Catalog of Theses and Dissertations, Google Scholar and CAPES Periodicals Portal, between the years 2017 to 2021. Through the analysis of the works obtained, this study signals an overview of the research that has been carried out on Gamification and Interdisciplinarity as a pedagogical possibility in teaching, throughout Brazil. It addresses the areas of knowledge, the tools, techniques used, advantages and disadvantages of its usability in classes. Based on the found results, an improvement in the teaching-learning process is observed, in which interdisciplinary knowledge stands out in the works analyzed and engages the student, motivating them to more significant learning, corroborating the results found in initial research in this segment.

Keywords: Gamification. Interdisciplinarity. Teaching. Technology. Continuing Training.

INTRODUÇÃO

Para compreender a realidade posta na atualidade, precisamos estudar as tecnologias digitais disponíveis para o processo de ensino e de aprendizagem, visto que essas tecnologias vieram para ficar no universo educacional. Moran (2021) faz uma abordagem na necessidade de se pensar em contextos mais híbridos, conectados, com melhores combinações possíveis na integração de metodologias, espaços e tempos, pois a tecnologia digital é primordial para englobar todas as áreas, serviços e pessoas, oferecendo experiências diversas e enriquecedoras de aprendizagens, parcerias e pesquisas.

Assim sendo, a ação docente torna-se mais desafiadora e deve centrar-se em metodologias digitais, na busca de mediar o processo ensino-aprendizagem, dentre as quais podemos destacar, a gamificação na interdisciplinaridade.

A terminologia da palavra Gamificação foi usada pela primeira vez, de acordo com Medina (2013), pelo pesquisador britânico Nick Pelling. (Alves, Minho e Diniz, 2014, p. 77). Conforme defende Possolli *et al.* (2020, p. 5), “a definição mais encontrada em diversos artigos caracteriza a Gamificação como estratégia de aprendizagem que aplica elementos e técnicas de jogos em contextos de não jogos”.



A Gamificação faz parte da lógica dos games disponível como recurso pedagógico para o desenvolvimento do trabalho docente nas instituições de ensino, assim como para outras áreas que se preocupam em prestar um serviço mais atrativo para a sociedade. É uma estratégia pedagógica para o ensino de novas práticas educativas, abrindo um leque de possibilidades e desafios.

Vianna *et al.* (2013) explica que a gamificação como “corresponde ao uso de mecanismos de jogos orientados ao objetivo de resolver problemas práticos ou de despertar engajamento entre público específico” (Vianna *et al.*, 2013, p.1).

Desse modo, entender o percurso conceitual da gamificação para atingir esse objetivo no campo educacional é essencial, visto que, para Fadel *et al.* (2014), a gamificação compõe uma mecânica de jogos em espaços de não jogos, estabelecendo tempos de ensinos e de aprendizagens por meio do entretenimento, desafio e prazer. Nesse contexto, os jogos apresentam-se como atrativos motivadores para o ser humano e vêm sendo usados nas mais variadas finalidades, instigando o crescimento da gamificação.

Este artigo apresenta uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) e tem como escopo, pesquisar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, usando a Gamificação na interdisciplinaridade como possibilidade pedagógica.

O objetivo do estudo é identificar relatos de autores, buscando ampliar discussões sobre o fenômeno investigado, bem como provocar novas indagações aos leitores, compreendendo aspectos relacionados aos desafios contemporâneos na formação prática crítica-reflexiva do professor, como mediador do conhecimento voltado para o ensino tecnológico em relação à temática abordada.

Para atingirmos o proposto, esta pesquisa procurou responder aos seguintes questionamentos: (1) Quais áreas do conhecimento utilizam a gamificação na interdisciplinaridade como apoio pedagógico? (2) Quais ferramentas e técnicas são empregadas ao se utilizar a gamificação na interdisciplinaridade nas aulas? (3) Quais vantagens e desvantagens são relatadas ao utilizar a gamificação na interdisciplinaridade?

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a qual é o método para síntese de estudos científicos com propriedades adequadas, sendo uma revisão metodologicamente rigorosa dos resultados da investigação, que favorece a evidência para um problema a ser pesquisado, oportunizando ideias inovadoras ao proporcionar o reconhecimento de lacunas a serem avaliadas por estudos primários adicionais. (Brereton *et al.*, 2007).

Nesse sentido, os procedimentos para a realização desta RSL são os propostos por Kitchenham (2004). Essas fases são compostas por estágios, sendo: identificação da necessidade de revisão e desenvolvimento de um protocolo de revisão, associados à fase de planejamento da revisão; identificação de pesquisas, seleção dos estudos primários, avaliação da qualidade do estudo, extração dos dados e síntese dos dados, os quais compõem a fase de condução da revisão e o relato da avaliação, que é uma fase única. É importante reconhecer que muitos desses estágios são interativos e consiste em dar publicidade aos resultados encontrados na pesquisa.



Kitchenham (2004) ainda descreve que a revisão sistemática da literatura sistemática é composta por três fases: planejamento da revisão, condução da revisão e relato da revisão.

Corroborando com Kitchenham (2004), a constituição dos dados compilados seguiu o estudo e organização, conforme as cinco fases expostas no diagrama de execução disposto na figura 01.

Figura 01 - Diagrama da organização e execução do estudo.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Na investigação, a metodologia conduz conhecimentos, auxiliando e orientando o pesquisador na busca de informações, dando-lhe a possibilidade de resolver as problemáticas propostas. (Ciribelli, 2003).

Protocolo de revisão sistemática

Esse protocolo foi adaptado com base nas definições elencadas por Kitchenham (2004), mediante algumas adaptações inerentes as necessidades percebidas nesta pesquisa, com as atividades desenvolvidas descritas a seguir.

Termos utilizados

Este estudo adotou em sua estratégia de busca os seguintes termos: “gamificação e interdisciplinaridade” (que deveriam estar presentes nos títulos, resumos, introduções e conclusões), pesquisado em trabalhos publicados no Brasil.

Fontes de dados

Catálogo de Teses e Dissertações da Capes – (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>), Google Acadêmico – (<https://scholar.google.com.br/>) e Portal de Periódicos da CAPES – (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>).



Na busca, foi possível retornar um total de 197 estudos, sendo 03 duplicados, portanto, 194 estudos. Desses 194 estudos, foi realizada uma leitura nos títulos, resumos, introduções e conclusões, ficando 36 documentos que foram submetidos a uma análise profunda e criteriosa dentro da contextualização do padrão de busca, obtendo, portanto, um total final de 17 estudos acadêmicos, que foram lidos na íntegra, por estarem em consonância com os objetivos da RSL.

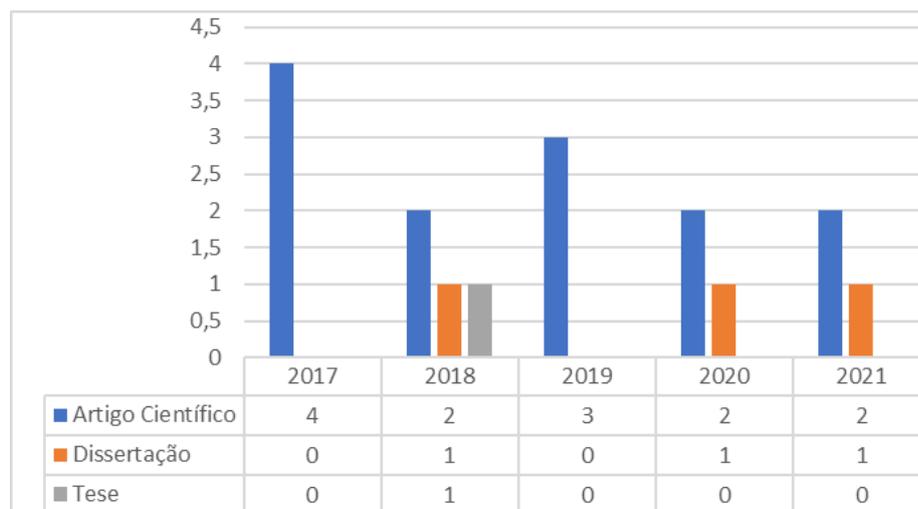
A pesquisa nas bases de dados ocorreu entre os meses de fevereiro, março e abril de 2022, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão foram pesquisas aplicadas ao ensino no Brasil, que apresentassem abordagens práticas aplicadas, nas quais as discussões de resultados e as aplicações práticas fossem com classes inteiras ou com voluntários que estavam cursando algum curso no Brasil, desde que o número de participantes não fosse inferior a 5.

Já os critérios de exclusão foram pesquisas publicadas fora da periodicidade, que não abordassem a gamificação na interdisciplinaridade no campo educacional e que não estivessem publicadas em português.

Com a amostra produzida entre os anos de 2017 a 2021, identificou-se trabalhos com eventuais mudanças de perfil ao longo dos cinco anos, como representado no gráfico 01:

Gráfico 01 – Periodicidade e quantidade de estudos acadêmicos selecionados para a RSL.



Fonte: Autoria própria, 2024.

Esse recorte foi importante para reunir conclusões de outras pesquisas científicas dando relevância ao estudo na atualidade educacional em relação a gamificação na interdisciplinaridade.

Verificou-se que, em relação à quantidade de trabalhos desenvolvidos, no ano de 2017 não foi encontrada nenhuma tese ou dissertação sobre a temática abordada, porém foi o ano que mais houve pesquisa na categoria artigo científico, com quatro publicações. Em 2018, a temática foi estudada em três categorias de trabalho: uma tese, uma dissertação e dois artigos científicos.



Podemos perceber a presença de publicações nos cinco anos consecutivos com a categoria de trabalho artigo científico nos anos de 2019, com três publicações, 2020 e 2021, com duas, e uma dissertação.

Referente à ausência de trabalhos selecionados no ano de 2019, assim como em 2017, 2020 e 2021, na categoria tese, acredita-se que o motivo seja por demandar muito tempo para publicação. Sendo assim, pode-se inferir que, mesmo havendo produções científicas, elas se encontram em processo de avaliação por seus pares.

Utilizou-se, para a sequência de busca nos trabalhos pesquisados, uma planilha no *Excel*, contendo o número de textos acadêmicos, assunto, tópico citação, comentários, nome do autor, último sobrenome do autor, título da obra, número da edição, cidade, editora ano, data de acesso, número da página e link. Com essa planilha, foi possível a organização e um planejamento melhor da RSL, oportunizando um suporte didático primordial às autoras.

A ferramenta de design gráfico on-line, Canva, trouxe uma precisão dos dados compilados, para criar as figuras 01 e 02, assim como o WordCloud, para criar a figura 03. A busca permitiu aprofundar os conhecimentos acerca do tema escolhido.

Seguindo a compreensão de Lakatos e Marconi (2007, p. 44.), no desenvolvimento dessa etapa, foram levados em consideração alguns fatores como “a existência de obras pertinentes ao assunto em número suficiente para o estudo global do tema”.

Nesse contexto, os estudos analisados da tabela 01, seguem uma sequência de trabalho (T) de T1 a T17.

Tabela 01 - Estudos analisados na RSL.

Trabalho	Autor (a)/Ano	Título
T1	Benedito & Marques (2021)	A Aplicação de Game Interdisciplinar no Ensino Jurídico: Uma Experiência Concreta em Sala de Aula
T2	Santos (2021)	A gamificação e o Ensino de Sociologia: elementos para uma Reflexão
T3	Zandomênicó (2017)	A Relação da Gamificação com a aprendizagem Criativa
T4	Souza, Cherene, Tinoco, Cunha, Nascimento, Carvalho (2020)	O uso da gamificação no ensino de ciências humanas e ciências naturais: uma prática com uma abordagem em neurociências na formação pedagógica
T5	Costa, Monteiro, Castro, Júnior & Sales (2019)	Estratégias para a elaboração de um plano de atividade gamificado
T6	Martins & Giraffa(2018)	Possibilidades de ressignificações nas práticas pedagógicas emergentes da gamificação
T7	Quinaud & Baldessar (2017)	A educação no século XXI: gamificação aprendizagem com criatividade



T8	Batistello (2018)	Saberes interdisciplinares em arquitetura e urbanismo: um modelo gamificado como incentivador do processo projetual
T9	Figueiredo, Lima, Filho(2019)	Intervenção em Turmas de Jovens e Adultos numa Escola da Rede Pública do Recife, Multidisciplinaridade e Uso da Ferramenta Blockly Games: Um Relato de Experiência
T10	Madureira,Sá,Júnior,Lima, Lessa,Junior, Silva, Oliveira(2020)	Aprendizagem Colaborativa no Ensino Médio por meio de Gamificação: Um Relato de Experiência
T11	Silva, Spanhol, Souza (2019)	Gamificação, Interdisciplinaridade e Aprendizagem Criativa na Educação a Distância
T12	Mesacasa, Dias (2017)	Gamificação e Interdisciplinaridade: uma Nova Perspectiva Metodológica para o Ensino na Área de Moda
T13	Matos, Matos (2017)	O uso da Gamificação no projeto “Português Divertido”, uma proposta de interdisciplinaridade
T14	Junior, Figueiredo, Monteiro, Cysneiros (2018)	Realidade virtual, Gamificação e Interdisciplinaridade, os norteadores para inovar a Aula de História e de Geografia - Uma experiência vivenciada no Colégio CBV
T15	Rocha (2020)	O jogo da memória digital como ferramenta de aprendizagem interdisciplinar
T16	Barreto (2021)	O Processo de Ensino Aprendizagem através da Gamificação na Formação de acadêmicos das Ciências da Natureza no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)
T17	Santos (2018)	Gamificação como estratégia pedagógica: Uma experiência lúdico-educacional
Total: 17 Trabalhos 44 autores		17 Títulos

Fonte: Autoria própria, 2024.

Áreas do conhecimento

Variadas áreas do conhecimento vêm utilizando a gamificação na interdisciplinaridade para apoiar as práticas pedagógica, ficando evidente a heterogeneidade, como citados a seguir.

No Direito Internacional, Família e Sucessões; Sociologia, Economia, Programação, Filosofia, História e elementos típicos de livros de ficção e fantasia; Área de Mídia e conhecimento, Construção de Conhecimento das Ciências Naturais, Construção do Conhecimento em Ciências Sociais e Formação Profissional III; em alguns trabalhos todas as disciplinas do curso; em



outros a simulação escolhida é voltada para o ensino de física; assim como em todas as práticas de alguns cursos.

Na área de negócios, marketing, psicologia, design, entre outras, o que confirma sua base interdisciplinar não apenas no contexto educacional, mas, em todas as áreas do curso de arquitetura e urbanismo, visando a um completo entendimento das temáticas.????

Em Matemática, Educação Ambiental e Programação, foi identificada a gamificação em, aulas de informática e demais áreas de conhecimento do 1º ano de um curso integrado ao Ensino Médio, diferentes áreas de pesquisa, como na História da Moda, Processos Criativos, Composição de Imagem de Moda e Projeto Interdisciplinar I. ???

Áreas técnicas de informática, como Algoritmos e Lógica de Programação, Banco de Dados, Desenvolvimento Web, Desenvolvimento de Projetos para a criação de aplicativos Web com o Português, História e Geografia e nas áreas de conhecimento do 8º ano EFAF ???. Ciências da Natureza com sequências didáticas interdisciplinares; Projetos de extensão para formação de professores em metodologias ativas, especificamente, a metodologia Gamificação. ???

Essas áreas encontraram possibilidades para trabalhar a Gamificação na Interdisciplinaridade no ensino, e os T7, T11 e T17, desenvolveram-se em projetos e pesquisas relacionadas.

Ferramentas e Técnicas empregadas

As ferramentas e técnicas são usadas para a aplicação da gamificação de forma interdisciplinar, sejam elas comerciais ou gratuitas, sendo que boa parte delas são ferramentas de fácil acesso, portanto disponíveis ao uso no contexto educacional para potencializar o ensino.

Os estudos do T1 apresentaram a dinâmica das cartas de baralho confeccionadas pelas professoras em sala de aula, como representação visual do tema proposto. No T2, o autor dispôs em suas aulas a criação de jogos eletrônicos e não-eletrônicos de jogos de tabuleiro. O T3 não apresentou nenhuma ferramenta por ser uma pesquisa de tipo bibliográfica.

A plataforma SurveyMonkey foi utilizada para observação e questionários on-line no T4, utilizando, para a conexão dos objetivos de aprendizagens das disciplinas, um eixo integrador bioma Mata Atlântica. No T5, usou-se o repositório de simulação PHET *Interactive simulations*, uma simulação da plataforma identificada como Forças e Movimento.

A formação continuada do T6, denominada Ciclo de formação docente, organizou-se em três momentos: Palestra, Oficina e Seminário Integrador. Não se apresentou uma ferramenta específica no T7 e sim achados de uma RSL sobre a temática, constatando que a gamificação na educação utiliza cenários e ferramentas lúdicas com a finalidade de engajar o indivíduo em uma experiência completa.

As ferramentas ativas de aprendizagens mostradas no T8 foram o *Kahoot*, *Poll Everywhere*, *Socrative*, *Quizlet*, *Classcraft*, *ClassDojo*, *BLUERabbit* e o *Learn Playground*. O T8 apresentou um modelo gamificado aplicado como metodologia ativa, para estimular a integração de saberes no ensino projetual, um *game design document*, executado para cada intervenção, sendo necessária a organização de um framework a partir do canva, ressaltando e estruturando tudo o que deveria fazer parte do jogo.



Foi utilizado no T9 o jogo *Bird*, do *Blockly Games*. O jogo adaptado foi aplicado aos estudantes de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No T10, a turma foi dividida em grupos, ficando responsáveis pela elaboração dos jogos em formato de quis, utilizando uma ferramenta de editor de apresentação google e a linguagem de programação *Scratch*.

O T11 abordou a temática por meio de uma pesquisa exploratória-descritiva e bibliográfica, destacando a relevância da gamificação enquanto ferramenta importante que viabilizada adequadamente pela mídia. Torna-se capaz de promover, ao mesmo tempo, experiências, aprendizagens significativas e aquisição de conhecimento (Silva, Spanhol & Sousa, 2019, p.5).

A sistemática da gamificação no T12 segue um formato de desafio composto por três fases a serem cumpridas: o mapa mental, o painel iconográfico, a elaboração de bancos de imagens.

No desenvolvimento do T13 foi utilizada a linguagem de marcação de texto HTML 5 (*Hypertext Language Markup*) em conjunto com as folhas de estilo CSS (*Cascading Style Sheets*) e com a linguagem de programação *JAVA Script*, o Banco de Dados *MySQL* além do aplicativo *MS-Project* para o acompanhamento das atividades do Projeto Português Divertido. Essas aplicações, desenvolvidas pelos alunos de cada equipe no projeto, foram hospedadas no servidor do IF Goiano - Campus Morrinhos.

Em relação ao uso de artefatos tecnológicos baseados em jogos e imagens compatíveis com a realidade virtual no T14, foi proposto aos estudantes a realização de uma imersão digital na Feira de Caruaru, através dos óculos de realidade virtual elaborados pelos próprios estudantes. Usou-se também a sala *windows*, passeio virtual, aplicação dos jogos e aplicações.

No T15 foi desenvolvido um jogo da memória digital num processo interdisciplinar. Os participantes do T16 planejaram a gamificação das sequências didáticas interdisciplinares construídas pelos professores e construíram jogos, aplicando essas construções aos estudantes do 6º e 8º ano do Ensino Fundamental nos finais, socializando suas impressões em uma roda de conversa. No T17, foram realizadas oficinas documentando os processos de formação de professores e *feedbacks* de suas ações com os estudantes, por meio de diários, filmagens e análises.

Vantagens e Desvantagens da Gamificação na Interdisciplinaridade

No contexto do comportamento dos seres humanos, o Behaviorismo, o cognitivismo e o construtivismo apresentam-se na aprendizagem sucessivamente e utiliza sua concepção em espaços instrucionais. Essa tríade teórica, contudo, foi desenvolvida em uma conjuntura de impactos tecnológicos na aprendizagem muito diferente da atualidade, reorganizando a forma que vivemos, comunicamos e aprendemos. A aprendizagem sustenta a noção de que o conhecimento é um objetivo (ou um estado) que pode ser alcançado (se já não for inato) ou por meio do raciocínio ou das experiências. A inclusão da tecnologia e do fazer conexões com as atividades de aprendizagens começam a mover as teorias da aprendizagem para a idade digital (SIEMENS, 2004).

Destarte, as principais vantagens e desvantagens encontradas no estudo estão apresentadas na figura 02, a seguir, sendo perceptiva a inclusão da tecnologia e do fazer conexões com as atividades de aprendizagens com a adoção da metodologia gamificação na interdisciplinaridade no contexto escolar em todos os níveis da educação.



Figura 02 - Vantagens e desvantagens encontradas nos 17 estudos analisados.



Fonte: Autoria própria, 2024.



De acordo com as autoras Benedito e Marques (2021, p. 87), a metodologia gamificação interdisciplinar com o auxílio das imagens, favorece uma alteração na busca do conhecimento, coloca o estudante como protagonista no processo de ensino e aprendizagem, tira o professor da condição de transmissor do conteúdo. Considera-se a experiência positiva tanto para o ensino presencial quanto para o ensino remoto.

Para Santos (2021), “o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tais como a capacidade de trabalho em equipe, o pensamento crítico, a criatividade e a comunicação de ideias e pontos de vista” são possíveis quando se trabalha com a gamificação em um contexto interdisciplinar (Santos, 2021, p.154).

Algumas habilidades ficam evidentes no trabalho da autora Souza *et al.* (2020), como o pensamento e a cognição estimulando a “memória e a atenção, preceitos da neurociência cognitiva”, que propõe formação continuada aos professores, para atuarem interdisciplinarmente no ensino das Ciências Humanas e Naturais (Souza *et al.*, 2020, p. 49).

Do mesmo modo, Costa *et al.* (2019) consideram o aprender fazendo e, para tal, a autonomia do professor amparado pela simulação virtual possibilita criações e representações mentais.

A experiência do ciclo formativo das autoras Martins & Giraffa (2018) foi “significativa para os sujeitos entrevistados, de forma a conduzi-los a reflexões críticas e auto reflexões aprofundadas” as práticas pedagógicas aprimoradas aos processos de ensino e aprendizagem (Martins & Giraffa, 2018, p. 22).

Os autores Quinaud & Baldessar (2017) acreditam que a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade vinculadas aos jogos auxiliam na criação e resoluções de situações problemas, autocríticas e independências de professores, guiando a gamificação e a interconexão das áreas do conhecimento criando um cenário para o estudante começar a construir sua proatividade criativa (Quinaud; Baldessar, 2017, p. 223).

Corroborando essa mesma vertente, a autora Batistello (2018) diz que é provável “a aplicação desta mesma gamificação com compartilhamentos entre áreas do conhecimento, de períodos aproximados, que tendem a ter resultados interdisciplinares [...]” (Batistello, 2018, p. 313). A autora ainda afirma que a gamificação pode ser viável para a estimulação dos acadêmicos e aos professores a despertar para uma reflexão na ação, conduzindo a interdisciplinaridade como pensamento crítico e construtivo.

Madureira *et al.* (2020) traz a gamificação como possibilidade de ferramenta para a prática da aprendizagem colaborativa, por meio da motivação dos estudantes proporcionando a construção do conhecimento em um espaço criativo (Madureira *et al.*, 2020, p. 510).

A gamificação para Silva, Spanhol & Souza (2019) se mostra relevante como uma aprendizagem criativa no contexto do Ensino a Distância-EAD e evidencia a necessidade de se ter a interdisciplinaridade em seu preceito, sendo necessária a presença de equipes técnicas e professores capacitados em procederem corretamente todos os processos convenientes à criação, desenvolvimento e avaliação dos projetos (Silva, Spanhol e Souza, 2019, p. 8).

As autoras Mesacasa e Dias (2017) abordam a visão da geração dos estudantes em relação às atividades educacionais arcaicas e entediantes, e traz a gamificação como experiência inovadora no projeto interdisciplinar no ensino na área da moda (Mesacasa e Dias, 2017, p. 7).



Nesse contexto, para Matos e Matos (2017), a troca de experiências na transposição de conhecimento da área do conhecimento da Língua Portuguesa, por meio da gamificação desenvolvida pelos próprios estudantes, fica mais descomplicada e distingue do tradicionalismo no ensino (Matos e Matos, 2017, P. 567).

O resultado do experimento dos autores Figueiredo, Lima & Filho (2019) traz 100% dos estudantes da amostra selecionada respondendo um questionário de satisfação e apresentou 81,25% de estudantes com aprendizado matemático, através do jogo, em que 87,5% aprenderam lógica, 93% aprenderam noções de meio ambiente (reciclagem), porém 75% desses estudantes não acreditam ter aprendido programação (Figueiredo, Lima & Filho, 2019, p. 5).

À vista disso, as autoras constataram que a gamificação na interdisciplinaridade altera o padrão de participação e de comportamento dos estudantes, promovendo um estímulo ao compartilhamento de informações e potencializa a curiosidade, desenvolvendo a cibercultura tal como a fluência digital, o pensamento crítico, a empolgação e o interesse no aprender.

RESULTADOS APONTADOS

Nos trabalhos analisados, vimos que a gamificação em um contexto interdisciplinar apresenta-se no estudo como um recurso motivacional em que o estudante assume um papel de protagonista e possibilita os professores rever suas práxis educacionais. É apontado também que o envolvimento propicia a interatividade, o engajamento e ressignifica o ato de ensinar do professor e de aprender do estudante, favorecendo a busca do conhecimento.

A temática em estudo é realmente vista como um método facilitador e construtor do senso crítico e raciocínio lógico do estudante, um ensino imagético como contribuição no processo de formação e reformulação de conceitos no cenário educacional.

A obtenção de feedbacks imediatos, competitividade, bônus, trabalho em equipe, liderança e repetitividade presentes nos jogos educacionais despertam o comprometimento e trazem satisfação ao estudante nas atividades escolares. A diversão envolvida no processo de ensinar e a novidade de aprender um tema, por meio de uma atividade lúdica, desperta o protagonismo desses estudantes em seu processo de formação, desenvolvendo habilidades de pensamento e cognição que podem estimular a memória e a atenção, preceitos da neurociência cognitiva.

Pesquisadores como Yue e Jing (2015) dizem que não se pode negar os benefícios da gamificação na área educacional, porém notificam que são poucos os recursos que suportam a qualidade da educação, assim como as formas de resultados de aprendizagem alcançadas por essa possibilidade.

Destarte, a gamificação na interdisciplinaridade favorece a colaboração, possibilita a interdisciplinaridade e, por meio da motivação, os professores contribuem no processo educativo de seus estudantes, incentivando-os à criação de atividades gamificadas, abrindo possibilidades para a interdisciplinaridade no ensino, propiciando a interatividade, o engajamento nas aulas e promovendo assim a aquisição de conhecimentos mais significativos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pesquisamos como a Gamificação na interdisciplinaridade está sendo utilizada como metodologia pedagógica no ensino brasileiro. Sua introdução como possibilidade pedagógica, nas práticas educacionais, ainda vem sendo estudada em um movimento que se tornou mais vigoroso a partir de 2017. Os estudos mostram que essa metodologia busca a aprendizagem significativa e o potencial de gamificar as aulas, orienta e motiva os estudantes, fazendo com que se engajem.

O estudo mostrou que projetos interdisciplinares proporcionam o diálogo entre diferentes áreas e seus conceitos, com o objetivo de integrar os conhecimentos distintos e dar sentido a cada um deles.

O processo de ensino e de aprendizagem gamificado interdisciplinarmente é centrado na construção de saberes transformadores, no qual a autonomia, a cooperação, a diversão e o engajamento do estudante são balizados nos diferentes conteúdos/áreas do conhecimento conectados entre si, construindo um sentido lógico, crítico e reflexivo, vinculado à realidade desse estudante.

Quando se usa a metodologia da gamificação na interdisciplinaridade, as habilidades socioemocionais - capacidade de trabalho em equipe, pensamento crítico, criatividade, comunicação de ideias e pontos de vista - são mais eficazes e relevantes.

A necessidade de outras metodologias, como, por exemplo, aprendizagem baseada em problemas, instrução por pares, aprendizagem baseada em projetos entre outras, para acompanhar a gamificação na interdisciplinaridade, se fez presente, pois, na aprendizagem, precisa de engajamento e motivação.

Destarte, são necessários novos estudos para a perfeita compreensão da gamificação na interdisciplinaridade. Sua empregabilidade no ensino deve continuar e deve-se oportunizar aos professores formações continuadas sobre a temática, para extraírem o máximo proveito dessa metodologia de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. G. MINHO, M. R. S.; DINIZ, M.V. C. **Gamificação: diálogos com a educação.** In: FADEL, L. M. et al. (org.) Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 74-97, 2014.

BARRETO, Marcelo Alves. **O processo de ensino aprendizagem através da gamificação na formação de acadêmicos das Ciências da Natureza no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).** 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana, Uruguaiana, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/6618> Acesso em: 19 mar. 2022



BATISTELLO, Paula. **Saberes interdisciplinares em arquitetura e urbanismo: um modelo gamificado como incentivador do processo projetual**. 353 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191939> Acesso em: 23 fev. 2022

BENEDITO, Luiza Machado Farhat; MARQUES, Ana Carolina Marinho. A APLICAÇÃO DE GAME INTERDISCIPLINAR NO ENSINO JURÍDICO: UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA EM SALA DE AULA. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 7, n. 2, p. 75-91, 2021. Disponível em <https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/8307> Acesso em: 23 fev. 2022

BRERETON, Pearl et al. Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. **Journal of systems and software**, v. 80, n. 4, p. 571-583, 2007.

CIRIBELLI, M. J. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

COSTA, Darkson Fernandes da et al. Estratégias para a elaboração de um plano de atividade gamificado. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 11, p. 50, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662202018/html/> Acesso em: 23 fev. 2022

FADEL, Luciane; ULBRICHT, Vânia Ribas. **Educação Gamificada: valorizando os aspectos sociais**. In: FADEL, Luciane; ULBRICHT; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio, organizadores. Gamificação na Educação. - São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. 300p. ISBN: 978-85-66832-13-6 (PDF) 978-85-66832-12-9 (ePub). Disponível em https://docs.wixstatic.com/ugd/143639_bc905418dc92488ba0910561daa9afac.pdf Acesso em 11 set. 2022.

FIGUEIREDO, Marcela Portela S de; LIMA, Elidiene Gomes de Oliveira; FILHO, Gilberto Amado de Azevedo Cysneiros . Intervenção em Turmas de Jovens e Adultos numa Escola da Rede Pública do Recife, Multidisciplinaridade e Uso da Ferramenta Blockly Games: Um Relato de Experiência. In: **Anais do IV Congresso sobre Tecnologias na Educação**. SBC, 2019. p. 561-567. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/ctrl/article/view/8932> Acesso em: 23 fev. 2022

JUNIOR, Jaime C de Souza. FIGUEIREDO, Marcela Portela S. de ; MONTEIRO, Yasmin. Realidade Virtual, Gamificação e Interdisciplinaridade, os norteadores para inovar a aula de História e de Geografia-Uma Experiência Vivenciada no Colégio CBV, In: **V Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**. Tema: "Experiências educadoras: sujeitos, formações e práticas", Recife. 17 a 20 de outubro de 2018. p. 1-12. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA19_ID11211_18092018120959.pdf Acesso em: 23 fev. 2022

KITCHENHAM, Barbara. Procedures for performing systematic reviews. **Keele, UK, Keele University**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.



LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2ª edição – São Paulo: ATLAS, 2007.

MADUREIRA, Jamille Silva et al. Aprendizagem Colaborativa no Ensino Médio por meio de Gamificação: Um Relato de Experiência. In: **Anais do XXXI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. SBC, 2020. p. 501-510. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbie/article/view/12806> Acesso em: 23 fev. 2022

MARTINS, Cristina; GIRAFFA, Lucia Maria Martins. Possibilidades de ressignificações nas práticas pedagógicas emergentes da gamificação. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 20, n. 1, p. 5-26, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8645976> Acesso em: 23 fev. 2022

MATOS, Josiane Silvéria Calaça; MATOS, Fernando Barbosa. O uso da Gamificação no projeto “Português Divertido”, uma proposta de interdisciplinaridade. In: **II Congresso sobre Tecnologias na Educação (Ctrl+ E)**. 2017. Disponível em: http://ceur-ws.org/Vol-1877/CtrlE2017_AR_07_49.pdf Acesso em: 23 fev. 2022

MEDINA, Bruno [et al.]. **Gamification, Inc.: como reinventar empresas a partir de Jogos**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.

MESACASA, Andréia; DIAS, Camila Carmona. Gamificação e Interdisciplinaridade: Uma nova perspectiva metodológica para o Ensino na Área de Moda. In: **Congresso Internacional de Ambientes Hipermídia para Aprendizagem**. CINAHPA, vol. 3 num. 11 - Junho 2017. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/16ergodesign/0001.pdf> Acesso em: 23 fev. 2022

MORAN, José. Reinventando as formas de ensinar e de aprender. **Educação Transformadora**. São Paulo, v. 2, 2021.

POSSOLLI, G. E.; MARCHIORATO, A. L. NASCIMENTO, G. L. GAMIFICAÇÃO COMO RECURSO EDUCACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Educação & Tecnologia**, [S.l.], v. 23, n. 3, fev. 2020. ISSN 2317-7756. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revistaet/article/view/783>. Acesso em: 07 maio 2021.

QUINAUD, Adriana Landim; BALDESSAR, Maria José. A educação no século XXI: gamificação aprendizagem com criatividade. **Temática**. João Pessoa, v. 13, n. 11, p. 215-228, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/37267> Acesso em: 23 fev. 2022

ROCHA, André de Souza. **O jogo da memória digital como ferramenta de aprendizagem interdisciplinar**. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Básica) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da



Silveira. 2020. Disponível em: http://www.ppgeb.cap.uerj.br/wp-content/uploads/2021/02/4-dissertacao_andre-revisao-concluida.pdf Acesso em: 19 mar. 2022

SANTOS, Augusto Calefo dos. **Gamificação como estratégia pedagógica: uma experiência lúdico-educacional**. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6962524 Acesso em: 17 abr. 2022

SANTOS, C. A gamificação e o Ensino de Sociologia: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 229, p. 145-154, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54898> Acesso em: 23 fev. 2022

SIEMENS, George. **Conectivismo: uma teoria de aprendizagem para a idade digital**, 2004.

SILVA, Robson Santos da; SPANHOL, Fernando José; SOUZA, Márcio Vieira de. Gamificação, Interdisciplinaridade e Aprendizagem Criativa na Educação a Distância. *In: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, Florianópolis/SC Junho/2019. Anais da Universidade Federal de Santa Catarina*. 2019. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2019/anais/trabalhos/31009.pdf> Acesso em: 23 fev. 2022

SOUZA, Layla Fernanda Pereira de Oliveira et al. O uso da gamificação no ensino de ciências humanas e ciências naturais: uma prática com uma abordagem em neurociências na formação pedagógica. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 28, p. 49-50, 2020. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/2159/1927 acesso em: 23 fev. 2022

VIANNA, Ysmar; VIANNA, Maurício; MEDINA, Bruno; TANAKA, Samara. **Gamification, Inc.:** como reinventar empresas a partir de jogos. MJV Press: Rio de Janeiro, 2013.

YUE, Wong Seng; JING, Tee Wee. Survey Analysis: The Effectiveness of Game-Based Learning (GBL) *In Tertiary Education Environment*. **International Conference on IT Convergence and Security (ICITS)** 08 de outubro de 2015. Disponível em <http://ieeexplore.ieee.org/document/7293022/?reload=true> Acesso em 11 set. 2022.

ZANDOMÊNICO, Regina. A relação da gamificação com a aprendizagem criativa. **Trama: indústria criativa em revista ISSN 2447-7516**, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/trama/article/viewFile/4434/RZ> Acesso em: Acesso em: 23 fev. 2022



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os autores e autoras dos dezessete trabalhos científicos analisados, pelo suporte teórico para o desenvolvimento da Revisão Sistemática de Literatura.

Recebido em: 14 de outubro de 2023

Aceito em: 21 de agosto de 2024

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

TEMPOS PANDÊMICOS SOB O OLHAR DE DOCENTES E GESTORES: DIFICULDADES E DESAFIOS VIVENCIADOS

Pandemic Times Through the Eyes of Teachers and Administrators: Difficulties and Challenges Experienced

Augusta Boa Sorte Oliveira KLÉBIS

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - augustaklebis@gmail.com

Yoshie Ussami Ferrari LEITE

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - yoshie.leite@unesp.br

Simone Conceição Pereira DEÁK

Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - sideak@gmail.com

Maurício César AIROLDE

Secretaria Municipal de Educação - Presidente Prudente/SP - mairoldede13@gmail.com

Tamara LIMA

Instituto Federal de São Paulo, Presidente Epitácio - tamara.lima@ifsp.edu.br

Joane Vilela PINTO

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - jv.pinto@unesp.br

Leny Rodrigues Martins TEIXEIRA

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - lenyrmteixeira@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.581>

Resumo

A pandemia de coronavírus impôs uma nova rotina escolar com a exigência da incorporação de novas tecnologias e do ensino remoto. Foi um período no qual a precariedade educacional se acentuou e as desigualdades sociais se intensificaram ainda mais. Assim, esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo comparativo entre professores e gestores que atuam na



educação básica, no município de Presidente Prudente-SP, sobre dificuldades e desafios vivenciados na travessia da pandemia e suas preocupações com o retorno às aulas presenciais. Para tanto, um questionário on-line, desenvolvido por meio da ferramenta Formulários Google, possibilitou a coleta dos dados necessários à realização da pesquisa. A análise demonstrou que docentes e gestores tiveram sua saúde física e mental afetada, além dos desafios sofridos devido à sobrecarga de trabalho, às defasagens formativas, à precariedade dos recursos tecnológicos e ao descaso do poder público com as condições materiais de alunos e docentes, bem como de infraestrutura das escolas. Ressalta, ainda, a importância de dar visibilidade a tais desafios, uma vez que precisam ser assumidos pelas políticas públicas para que tenhamos uma escola pública com maior equidade social.

Palavras-chave: Ensino remoto. Professores. Gestores. Desafios educacionais. Educação Básica.

Abstract

The coronavirus pandemic imposed a new school routine with the demand to incorporate new technologies and remote learning. It was a period during which educational inadequacies became more pronounced, and social inequalities intensified even further. Thus, this research aimed to conduct a comparative study between teachers and administrators working in basic education, in the city of Presidente Prudente-SP, on the difficulties and challenges experienced during the pandemic and teachers and school administrators concern about the return to in-person classes. For this purpose, an online questionnaire, developed using the tool Google Forms tool, enabled the collection of the necessary data for the research. The analysis showed that both teachers and administrators had their physical and mental health affected, in addition to facing challenges due to work overload, educational gaps, the inadequacy of technological resources, and the neglect of public authorities regarding the material conditions of students and teachers, as well as the school infrastructure. This article also focus on the importance of highlighting the problems and difficulties experienced by teachers and administrators, which need to be considered by public policies to achieve a more socially equitable public school system.

Keywords: Remote learning. Teachers. School administrators. Educational challenges. Basic Education.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos, hoje, uma crise educacional, agravada, ainda mais, com a pandemia da Covid-19, que trouxe ao cenário nacional inúmeras consequências de ordem social e econômica, com repercussão no atual contexto pós-pandêmico. Não podemos minimizar, acima de tudo, os impactos causados por essa pandemia na vida das pessoas, das famílias e em todo o cenário brasileiro com o número de mortes que ultrapassa a triste marca de 700 mil vidas interrompidas, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2023).

A necessidade de isolamento e distanciamento social, como medida de combate à disseminação do coronavírus, exigiu que as escolas interrompessem as aulas presenciais. Essa nova realidade impôs desafios às instituições escolares, especialmente às de educação básica, uma vez que seus gestores, professores e estudantes, de uma hora para outra, se viram diante de uma nova



dinâmica na rotina escolar. A implantação do ensino remoto emergencial obrigava os professores e estudantes a utilizarem as tecnologias digitais nas aulas virtuais. Isso aconteceu em todos os níveis de ensino, incluindo a educação infantil.

Diante dessa mudança na rotina escolar, tornaram-se mais explícitos os desafios da educação já existentes, muitos dos quais causados pelas desigualdades socioeconômicas, incluindo as digitais. Essa situação era ainda mais visível em estudantes das escolas públicas. Além disso, em relação ao uso das tecnologias digitais, evidencia-se a falta de formação dos docentes, tanto inicial como continuada, em especial com o surgimento da cultura digital nas últimas décadas.

Portanto, não foi fácil para docentes e gestores, em tempos de pandemia, lidarem com todas essas mazelas e assumirem a tarefa de desenvolver o ensino remoto, em um contexto no qual não fazia parte das estratégias das escolas públicas a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem. Entre os desafios, impõe-se a necessidade de se pensar uma formação docente que esteja muito além de treinamentos e oficinas, de modo a possibilitar “ambiências formativas como espaços fecundos para reflexões críticas acerca das tecnologias móveis na educação” (Lucena; Santos; Mota, 2020, p. 329). Nesse sentido, Batista e Gonzales (2016, p. 2167) reconhecem a importância de os gestores compreenderem que “inovar com o uso de tecnologias da informação e comunicação na educação não se reduz a introduzir essas ferramentas, mas pressupõe refletir sobre como elas podem ser dinamizadas para transformar qualitativamente as práticas correntes”.

Imbernón (2010) destaca que o uso das novas tecnologias de informação exige muitas mudanças para que possa realmente significar uma transformação e melhora na educação. Com relação a tais mudanças, o autor afirma que “muitas estão nas mãos dos próprios professores, que terão que redesenhar seu papel e sua responsabilidade na escola atual. Mas outras tantas escapam de seu controle e se inscrevem na esfera da direção da escola, da administração e da própria sociedade” (IMBERNÓN, 2010, p. 36). Isso implica, sobretudo, em pensar criticamente sobre as políticas de formação docente com relação à inclusão das novas tecnologias digitais, tanto na formação inicial como continuada de professores e gestores.

Com a pandemia, os problemas educacionais se intensificaram ainda mais, pois, aliada à precariedade da formação docente, um grande contingente de alunos, notadamente das escolas públicas, não dispunha dos recursos tecnológicos necessários ao ensino remoto, incluindo boas condições de acesso à internet. Nesse sentido, Oliveira Júnior *et al.* (2023) ressaltam essa desigualdade social ao afirmarem que “os contrastes sociais são estampados entre o público e o privado, já que a maioria dos alunos matriculados nas unidades públicas de ensino teve disponível somente o telefone celular” (OLIVEIRA JÚNIOR *et al.*, 2023, p. 199-200). Para os autores, evidencia-se a relação entre o acesso à internet de qualidade e renda como fator de exclusão de estudantes cujas famílias possuem baixo poder aquisitivo.

Há ainda que se considerar que, muitas vezes, as famílias não apresentavam condições de acompanhar a aprendizagem dos filhos e dar o apoio necessário em relação ao uso dos equipamentos tecnológicos, ou pela escassez de tempo, uma vez que a jornada de trabalho fora de casa os impedia, ou mesmo pelo desconhecimento de como lidar com as mídias digitais em um contexto pedagógico.

Obviamente, teve um peso relevante nos impactos causados pela pandemia o fato de o Brasil ser um país profundamente desigual, com grande número de crianças, jovens e adultos em situação de alta vulnerabilidade social e econômica, bem como a precariedade na área da saúde e a emergência de uma crise sanitária sem precedentes. Como se não bastasse, a crise culminou



com um chefe da nação¹ que tornou ainda mais caótico o cenário pandêmico após se posicionar, veementemente, contra todas as medidas preventivas apontadas pela comunidade científica, com atitudes, no mínimo, irresponsáveis e de desprezo à vida humana².

Esse contexto se acirra ainda mais com o descompasso das políticas regionais e locais, “sem uma articulação mais geral de governo, houve muita disparidade entre estados e municípios nas tomadas de decisões políticas relativas à saúde pública, com certo desencontro de ações, o que não deixou de causar agravantes para a situação geral social e educacional” (GATTI, 2020, p. 31).

Ademais, concordamos com Magalhães e Ramos (2021) quando criticam a omissão do poder público em conduzir as estratégias da educação no período pandêmico, uma vez que o governo, nas esferas federal, estadual e municipal, acabou transferindo para as famílias a responsabilidade do provimento dos recursos tecnológicos necessários à implantação do ensino remoto. Da mesma forma, os autores ressaltam que “os professores também arcaram com esses custos e, mais ainda, com o ônus pela capacitação necessária à operação de novas ferramentas e modos de se promover o ensino por meio de tecnologias disponíveis” (MAGALHÃES; RAMOS, 2021, p. 255).

Passados quase dois anos de isolamento social e ensino remoto, em outubro de 2021, os alunos da rede estadual de São Paulo retornaram às aulas presenciais, ainda seguindo algumas medidas protetivas. Já no sistema municipal de Presidente Prudente-SP esse retorno ocorreu de forma gradual a partir de agosto de 2021, sendo que atingiu 100% em fevereiro de 2022, segundo resolução da Secretaria Municipal de Educação (Seduc), com o estabelecimento dos protocolos de saúde - uso de álcool gel e máscaras, distanciamento social, dentre outros (PRESIDENTE PRUDENTE, 2022).

Mediante os fatos expostos, este artigo teve como foco os desafios educacionais e dificuldades decorrentes da implantação do ensino remoto nas escolas de educação básica. Definimos como objetivo realizar uma análise comparativa sobre as dificuldades sentidas durante a travessia da pandemia e os desafios frente ao retorno às aulas presenciais, reveladas por professores e gestores que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino do município de Presidente Prudente, São Paulo.

1 O PERCURSO METODOLÓGICO

O artigo traz o recorte de uma pesquisa mais ampla, de abordagem qualitativa, realizada pelo Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e espaço escolar (Gpfope) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente/SP. O referido grupo teve como proposta possibilitar a participação de todos os professores e gestores (diretores e orientadores pedagógicos) que

¹ Jair Messias Bolsonaro eleito presidente no mandato de 2019-2022, atualmente filiado ao PL.

² Algumas Fontes: <<https://oglobo.globo.com/saude/revista-cientifica-nature-afirma-que-bolsonaro-provocou-uma-crise-epica-de-saude-publica-1-2499100>> <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-16/inacao-e-desinformacao-do-governo-bolsonaro-agravam-a-pandemia-no-brasil.htm>> <<https://www.estadao.com.br/saude/bolsonaro-volta-a-defender-queda-da-obrigatoriedade-do-uso-de-mascaras-contr-a-covid-19/?srsId=AfmBOoppudvRGkbB2h3UD9QqMYCh7eU6hS8etikFEf5eLwR6XbsEMy1r>>



atuam na educação infantil e no ensino fundamental (séries iniciais) do sistema municipal de Presidente Prudente/SP. Para tanto, encaminhou à Secretaria Municipal de Educação, em 26 de maio de 2021, a documentação que solicitava autorização para a realização da pesquisa, tendo como anexos o projeto completo, o questionário que seria aplicado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário *online*, por meio da plataforma Formulários Google, sendo um específico para os professores e outro para gestores. Seu objetivo central foi analisar diferentes aspectos do trabalho de professores e gestores no contexto da pandemia, considerando os muitos desafios que se impuseram neste período. Para tanto, ambos os formulários da pesquisa eram compostos por questões objetivas e questões abertas, nas quais os participantes poderiam expressar, de forma mais livre, seus sentimentos, dificuldades, expectativas e desafios vivenciados com o ensino remoto.

O questionário dirigido aos professores contemplava 77 questões, sendo 60 fechadas e 17 abertas, organizadas em 11 blocos: informações pessoais; condições de saúde; formação e atuação profissional; recursos didático-pedagógicos disponíveis e utilizados no ensino remoto; recursos tecnológicos disponíveis e utilizados no ensino remoto; planejamento das atividades para o ensino remoto; alterações ocorridas em razão do ensino remoto; percepção dos docentes acerca das condições oferecidas e disponíveis aos alunos para o ensino remoto; aspectos do processo avaliativo durante o período pandêmico; condições formativas para o trabalho remoto; expectativas para o retorno às aulas presenciais.

Já o questionário aos gestores era formado por 61 perguntas divididas em seis blocos: informações pessoais, condições de saúde, formação e atuação profissional, recursos tecnológicos disponíveis e condições de trabalho remoto, planejamento e desenvolvimento do trabalho remoto e condições para o retorno das aulas presenciais.

Os referidos formulários foram respondidos por 483 professores e 66 gestores, no período de 19 de julho de 2021 a 23 de setembro de 2021. A sistematização e análise dos dados obtidos pela equipe de pesquisadores envolvida nesse estudo gerou a publicação de um livro (LIMA *et al.*, 2022), além do relatório de pesquisa final (LEITE, 2023). Ambos se constituíram referências significativas na elaboração deste artigo.

Em seu desenvolvimento, este artigo, apresenta uma análise comparativa das respostas dos professores e dos gestores, participantes da pesquisa, com o intuito de verificar os pontos congruentes e divergentes, ou até mesmo complementares desses dois segmentos atuantes na escola, sobre as dificuldades e desafios educacionais na travessia da pandemia. Ressaltamos que na busca em periódicos no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando as palavras-chave “pandemia”, “educação básica”, “ensino remoto” e “desafios”, foram encontrados 79 artigos de periódicos diversos. No entanto, nenhum apresentava pesquisa realizada com professores e gestores, que tivessem por objetivo comparar os impasses desses dois segmentos durante a pandemia.

Com relação aos dois questionários aplicados, foram selecionadas as questões que possuíam elementos que permitiram a análise comparativa proposta como objetivo do presente artigo. Tais questões foram agrupadas por eixos e categorias para a realização da análise pretendida. Assim, as categorias foram organizadas em torno de cinco eixos: “Condições de saúde de professores e gestores”; “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”; “Interação escola/família na pandemia”; “Dificuldades para a realização do ensino remoto”; “Desafios frente ao retorno às aulas presenciais”.



Ressaltamos ainda que a pesquisa optou pelo anonimato dos participantes, cujas falas, identificadas neste artigo como Gestor ou Professor, estão acompanhadas do número correspondente que constou no respectivo questionário aplicado.

2 BREVE PERFIL DOS PROFESSORES E GESTORES COLABORADORES DA PESQUISA

No que se refere ao perfil dos colaboradores, buscamos informações pessoais, desde o local de trabalho, sua função, gênero, faixa etária e estado civil. Entre os professores participantes, os dados da pesquisa revelaram que 96,7% atuam apenas no Sistema Municipal de Educação de Presidente Prudente (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), sendo que uma pequena parcela de 3,3%, acumula cargo na Rede Estadual de Educação, atuando nos anos finais do ensino fundamental. Constatou-se também que a grande maioria dos professores (98,3%) é do gênero feminino. Tal fato era esperado e, segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos 657 mil docentes que atuam na educação infantil brasileira, 96,3% pertencem ao sexo feminino e 3,7% ao sexo masculino. Da mesma forma, comprova a presença maciça de mulheres nas séries iniciais do Ensino fundamental, uma vez que entre os 763.048 docentes deste nível 87,8% são do sexo feminino e apenas 12,2% do sexo masculino (BRASIL, INEP, 2023). É importante ressaltar, conforme afirma Vianna (2013, p.164), que “não se trata apenas da presença do sexo feminino, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero”, não sendo, portanto, apenas uma questão de escolha profissional.

Quanto à faixa etária, a pesquisa apresentou um número expressivo de docentes (38,4%) entre 32 a 41 anos, sendo que os professores mais jovens, entre 22 e 26 anos, são uma minoria de apenas 7,3%. Grande parte dos professores (68,9%) é casada ou vive em união estável e com 63,3% dos respondentes residem de 3 a 4 pessoas. Em relação à formação profissional, observou-se que 91,4% possuem licenciatura plena em pedagogia, 13,5% dos professores, além da pedagogia, cursaram mais uma graduação e apenas 2,5% concluíram o Magistério, em nível médio. Constatamos ainda, entre os professores, que 2,5% são mestres e 0,2% são doutores .

Em relação aos gestores, os dados da pesquisa demonstraram que todos (100%) atuam no sistema municipal de ensino de Presidente Prudente, sendo que a maioria (82,8%) em escolas administradas pelo município. Mais da metade (57,1%) ocupa a função de orientador pedagógico e 42,9% são diretores. Da mesma forma, como ocorre com os docentes, em escala a nacional e estadual, na gestão das escolas do referido sistema municipal de ensino, majoritariamente, atuam mulheres (95,5%), sendo que 66,7% são casadas. Quanto à faixa etária, os dados denotam a distribuição dos diretores e orientadores em dois grandes grupos: aqueles que se encontram na faixa etária acima de 42 anos, perfazendo um total de 64,4%, e os que apresentam idade abaixo de 41 anos (35,6%). Podemos dizer que o grupo é, em grande parte, formado por profissionais com mais idade e experiência profissional. Todos eles possuem Licenciatura plena em Pedagogia, 19,7% concluíram uma segunda graduação e 1,5%, o Mestrado em Educação.

Nas seções seguintes buscamos fazer uma análise comparativa sobre o que nos revelaram professores e gestores acerca das dificuldades no período pandêmico e os desafios com o retorno às aulas presenciais, considerando os eixos: “Condições de saúde de professores e



gestores”; “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”; “Interação escola/família na pandemia”; “Dificuldades para a realização do ensino remoto” e os “Desafios frente ao retorno às aulas presenciais”.

3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DE PROFESSORES E GESTORES

Nesse primeiro eixo são apresentados os impactos da pandemia sobre a saúde mental e emocional de professores e gestores, bem como os impactos sobre a saúde física deles.

Durante o período pandêmico, tanto os professores quanto os gestores, colaboradores da pesquisa, foram muito afetados, em especial com relação à saúde mental e emocional. Isto pôde ser constatado ao declararem que passaram por episódios de estresse e/ou ansiedade em razão da pandemia de Covid-19. Entre os docentes, 87,4% responderam afirmativamente, ressaltando ainda o quanto foi estressante o retorno às aulas, como no relato a seguir: “Estresse no trabalho, pois a realidade é totalmente diferente, pós-retorno, de tudo que já vimos. Não temos precedentes e ao mesmo tempo sinto que estão buscando em nosso desempenho padrões de comportamento como se tudo já estivesse voltado ao normal” (Professor 477). Da mesma forma, com um percentual pouco menor, 78,5% dos gestores também se queixaram de problemas de estresse e ansiedade: “Estamos vivendo um momento de muita pressão por parte do Ministério Público e Seduc para o retorno das aulas presenciais. Isso afeta diretamente nosso psicológico e nosso emocional” (Gestor 27).

Também passaram por abalo emocional muito grande devido a perdas familiares, conforme mencionaram 38,3% dos professores e 32,3% dos gestores: “Perdi meu esposo, ele não sobreviveu à Covid-19, estou arrasada, destruída” (Professor 127). Sofreram ainda pelo medo de morrer ou de que ocorressem perdas, conforme exemplifica o excerto: “O maior impacto foi emocional. O medo de perder algum ente querido ou de falecer em decorrência da Covid-19 foi muito intenso no início. Tenho três filhas e meu maior medo era falecer e deixá-las desamparadas” (Gestor 24).

Em outra questão que objetivou saber se sofreram alterações nos padrões de sono, 78% dos professores e 67,2% dos gestores declararam que tiveram problemas de insônia. São muitas as queixas como a dos excertos a seguir:

A falta de rotina durante a pandemia teve grande impacto na ansiedade, que se refletiram no meu sono, especialmente. (Gestor 23).

A alteração da forma de trabalho para teletrabalho fez com que eu me sentisse mais cansada do que o normal, pois como tenho criança pequena, acabo realizando várias das minhas obrigações diárias da escola somente no momento em que meu filho está dormindo, por isso geralmente durmo muito tarde e acordo muito cedo. Essa diminuição da quantidade de horas dormidas diárias acaba desgastando muito. (Professor 278).

De fato, o período pandêmico exacerbou ainda mais os sentimentos de frustração, estresse e desânimo, que afetam professores e gestores no exercício da função. Conforme assevera Guimarães (2021), não se trata de um fenômeno novo, o denominado “mal-estar docente”, caracterizado por elevados índices de estresse e ansiedade que acometem os professores, ~~em~~ ~~especial~~, devido às condições de trabalho adversas e à desvalorização da profissão. “No entanto, ele foi agravado pela sobrecarga de trabalho e pelo sentimento de incapacidade no uso



obrigatório dos novos recursos tecnológicos impostos pela pandemia, aumentando ainda mais a frustração frente às políticas de precarização” (GUIMARÃES, 2021, p.72).

Quanto à saúde física, convém ressaltar que 20,7% dos professores respondentes foram infectadas pelo vírus da Covid e, em porcentagem pouco menor, 18,2% dos gestores também contraíram o vírus. Trata-se, segundo Pinto (2022), de um percentual superior ao número de contaminados na capital paulista que foi de 16%, de acordo com inquérito sorológico publicado pela Agência Brasil em 25/02/2021.

Houve ainda um percentual expressivo de 73,8% dos professores que afirmou ter passado por problemas alimentares e, em porcentagem menor, 62,5% dos gestores confirmaram a presença de alterações alimentares nesse período, apontando aumento de peso, náuseas e gastrite. Os dois grupos também relataram cansaço, esgotamento físico e aumento da pressão arterial, conforme constatamos no exemplo a seguir:

Com a pandemia e conseqüentemente o isolamento social, perdi o contato físico com meus alunos, minha vida financeira entrou em declínio, engordei 35 kg. Tudo isso acarretou diversos problemas de saúde, alguns ainda sem diagnóstico (Professor 158)

Portanto, não podemos desconsiderar que a imposição do ensino remoto por meio de tecnologias digitais, com as quais a maioria não estava familiarizada, contribuiu para intensificação do adoecimento físico e mental (ANDES, 2020). Além disso, a sobrecarga de trabalho ocorreu em “condições subjetivas desfavoráveis”, uma vez que impôs aos docentes terem que conciliar o ensino remoto com os “afazeres domésticos e demandas familiares” (ANDES, 2020, p. 12)

Vimos uma proximidade muito grande, em termos percentuais, entre docentes e gestores, ao se referirem sobre os reveses que passaram com o trabalho remoto, no período pandêmico, com impactos negativos tanto na saúde física quanto mental. Nem todos esses problemas são frutos apenas da pandemia e muitos já se encontravam instalados, gerados pela falta de políticas públicas comprometidas com a valorização docente em todos os sentidos, inclusive tendo um olhar sensível para a preservação da saúde física e mental de professores e gestores, com a destinação de recursos financeiros que visassem um atendimento de qualidade.

4 FORMAÇÃO ESPECÍFICA E CONDIÇÕES PARA O TRABALHO COM O ENSINO REMOTO

No eixo, “Formação específica e condições para o trabalho com o ensino remoto”, definimos as seguintes categorias: a) Formação específica para o ensino remoto; b) Recursos materiais para o ensino remoto; c) Condições e recursos materiais dos alunos para o ensino remoto; d) Orientações para o trabalho com o Ensino Remoto.

4.1 FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ENSINO REMOTO

Constatamos que 54,5% dos docentes tiveram formação específica de forma independente, mas também ofertada pela escola; já 18,5% declararam que tiveram formação apenas ofertada pela escola. Sob outra perspectiva, somando-se esses dois percentuais, temos 73,4% que receberam formação por meio da escola, embora também a tivessem buscado de forma independente.



Observamos que 19,1% declararam que tiveram formação apenas porque buscaram de forma independente da escola e um percentual bem menor (7,5%) afirmou não ter tido formação alguma para o trabalho remoto.

Quanto aos gestores, 72,3% responderam afirmativamente sobre a oferta de formação para o ensino remoto pela Seduc. Vimos que tiveram um percentual bem semelhante aos docentes que declararam ter recebido essa formação na escola, por meio dos gestores.

Por outro lado, com um percentual um pouco maior que os docentes, 27,7% dos gestores que afirmaram não ter recebido formação específica, foram buscá-la por iniciativa própria: pelas redes sociais, pesquisa na internet ou pela troca de informações entre colegas. É importante destacar que todos receberam ou tiveram a preocupação em buscar formação para o ensino remoto, diferentemente do que ocorreu 7,5% dos docentes que declaram não ter passado por formação.

Convém destacar que os gestores mesmo tendo informado que a Seduc ofertou formação e orientações para o trabalho remoto, teceram algumas críticas, como podemos observar no excerto a seguir:

A Seduc tem realizado formações e orientações relacionadas ao trabalho docente, mas poucas coisas que são realmente utilizadas no dia a dia. Por exemplo, não houve formações consistentes sobre o uso da sala virtual, Google Meet. Em 2020 houve muitas lives, que eram cansativas e pouco contribuíam para a realização do trabalho diário. (Gestor 75)

Apesar das formações ainda restam muitas dúvidas, tem casos específicos que precisam de atendimento diferenciado e isso nem sempre é possível. A internet da escola é péssima e não temos equipamentos adequados e eficientes para o trabalho e ainda falta formação para o uso da tecnologia. (Gestor 128).

Há que se considerar que quando questionados se a Seduc realizou algum levantamento sobre quais eram as condições de trabalho remoto para os docentes desenvolverem sua ação com os alunos, tivemos 83,1% dos gestores que afirmaram a inexistência desse levantamento. Apenas um grupo (16,9%) respondeu que a Seduc demonstrou preocupação em conhecer a realidade das condições para os docentes desenvolverem seu trabalho por meio do ensino remoto. Todavia, não se pode negar que a formação docente para atuar no ensino remoto não poderia ser pensada desvinculada das condições que os professores tinham para esse trabalho, uma vez que o risco de não atender às demandas necessárias tornou-se muito maior.

Diante dessa realidade fragilizada, o gestor teve um papel imprescindível para enfrentar os desafios formativos, expostos com maior evidência, durante a crise pandêmica. Dessa forma, segundo Peres (2020), ele teve que administrar, além dos anseios e incertezas, o seu próprio despreparo e o despreparo dos docentes, bem como a inexistência ou precariedade de recursos tecnológicos com relação aos docentes, aos alunos e suas famílias. Os gestores ainda tiveram que lidar com o excesso de novas atribuições e atender a uma série de demandas burocráticas dos órgãos superiores com prazos exíguos.

Acrescenta-se a todos esses impasses a inconsistência do discurso sobre a importância do desenvolvimento da necessária autonomia da gestão escolar em uma “organização que privilegia a estrutura burocrática em detrimento de outras questões primordiais, onde o poder de decisão cabe aos técnicos/representantes das secretarias de educação, embasados em orientações superiores hierárquicas contraditórias” (GUEDES; ROSA; ANJOS, 2021, p.142).



Na realidade, os gestores se encontram em uma arena de interesses, na maioria das vezes contraditórios, tendo que agir para responder exigências do poder público/secretaria de educação, que chegam de forma arbitrária, em detrimento aos interesses e demandas de alunos e professores (SILVA; OLIVEIRA, 2022). Nesse sentido, Saviani e Galvão (2021) criticam a falta de abertura para a instauração de diálogos e debates, por meio dos quais poderiam surgir alternativas pensadas coletivamente e que apontassem para a busca de “medidas qualificadoras da educação em tempos de pandemia” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p.44).

4.2 RECURSOS MATERIAIS PARA O ENSINO REMOTO

Professores e gestores, em um primeiro momento, assinalaram entre 12 opções os recursos que tinham disponíveis em suas residências para o trabalho remoto que teriam que realizar. Na comparação dos dados vimos que as opções de usar o celular, computador/notebook, praticamente empataram entre os dois segmentos. Assim 92,4% dos gestores e 97,3% dos professores assinalaram o celular; a opção *notebook* foi assinalada por 92,4% dos gestores, e *notebook* ou computador por 92,3% dos professores.

Outras opções que comparecem apenas para os professores são: internet com 96,5%; fone de ouvido com 67,4%; livros com 66%; impressora com 55,1% e materiais didáticos oferecidos pela rede/sistema com 31,1%. Há que se considerar que cabia aos professores a responsabilidade pela administração das aulas na modalidade remota, necessitando terem disponíveis, minimamente, alguns recursos e materiais didáticos para que isso fosse possível, além do tempo para o planejamento e preparo das aulas. Nessa perspectiva, Palú (2020, p. 97) ressalta que com o ensino remoto

o trabalho dos professores e professoras duplicou ou até mesmo triplicou, pois além da participação na formação para trabalhar em todas essas novas ferramentas, passaram a ter que alimentar plataformas on-line, fazer a conferência dessas atividades, dar a devolutiva para os alunos, atender pais, alunos e equipes escolares via aplicativos[...]. Tudo isso a partir de sua própria casa, utilizando seus próprios recursos.

Professores e gestores também foram questionados, de forma objetiva, como os materiais para o ensino remoto foram adquiridos. Com uma porcentagem significativa, 86,9% dos professores assinalaram ter utilizado de recursos próprios para a compra dos equipamentos tecnológicos; já 13,9% declararam que utilizaram dinheiro próprio e também os recursos disponibilizados na escola. Em um percentual menor, 75,8% dos gestores afirmaram que os materiais foram adquiridos com dinheiro próprio e 21,6% utilizaram seus recursos para a compra, mas também fizeram uso dos aparelhos disponibilizados na escola. Se somados os índices, tanto de um segmento quanto de outro, teremos em torno de 100% que dispuseram de recursos próprios.

Dessa forma, é pertinente a crítica de Guedes, Rosa e Anjos (2021) sobre o fato de os professores, assim como os gestores, terem sido obrigados, na crise pandêmica, a “dispor de equipamentos pessoais e arcar com despesas adicionais necessárias para realizar o próprio trabalho em domicílio, sem nenhuma contrapartida do Estado” (GUEDES; ROSA; ANJOS, 2021, p. 139). Essa constatação ficou evidenciada quando nenhum dos respondentes assinalou que houve incentivo, por parte de poder público municipal, para a aquisição dos recursos tecnológicos necessários.



4.3 CONDIÇÕES E RECURSOS MATERIAIS DOS ALUNOS PARA O ENSINO REMOTO

Independentemente do surgimento da pandemia, várias pesquisas confirmam que um número considerável de alunos de escola pública e seus familiares sofrem as consequências de um contexto de profunda desigualdade social que naturaliza a exclusão cultural, econômica e tecnológica, bem como o direito a uma educação de qualidade conforme demonstram os estudos de: Palú (2020); Bessa (2021); Magalhães e Ramos (2021); Silva e Ciavatta (2022).

Diante desse contexto brasileiro tão socialmente desigual, conhecer as reais condições dos estudantes para o acesso ao ensino remoto, com qualidade, deveria ser uma preocupação do poder público local, inclusive para o planejamento das ações e estratégias necessárias. Nesse sentido, os docentes e gestores foram questionados se houve algum levantamento prévio sobre os recursos com os quais os estudantes contavam.

No entanto, foi visível a discrepância nas respostas dadas entre um e outro segmento. Tivemos 81,8% dos docentes que afirmaram que a pesquisa foi realizada e apenas 18,2% declararam que não houve esse levantamento. Mesmo não representando a maioria, este último índice é preocupante, pois cabe questionar como desenvolver um trabalho, minimamente satisfatório, sem que todos os envolvidos tenham conhecimento das reais condições enfrentadas por seus alunos para o ensino remoto.

Por outro lado, os gestores apresentaram um índice bem maior que os docentes com 53,8% que afirmaram não ter havido, por parte da Seduc, a preocupação em saber as condições dos alunos para o trabalho remoto, enquanto, 46,2% confirmaram a realização do levantamento. Talvez a discrepância de respostas entre gestores e docentes esteja no fato de que, na questão dirigida aos professores, a participação da Seduc não foi incluída, tendo sido considerado por eles apenas o levantamento de condições dos alunos realizado pela escola e por iniciativa dos gestores.

Acrescente-se, ainda, um dado muito preocupante, quando 28,1% dos docentes afirmaram que a inexistência ou má qualidade dos recursos tecnológicos impediram a realização das atividades remotas por mais da metade dos alunos. Não se pode negar, portanto, que os índices apresentados pelos respondentes demonstram o descaso dos órgãos superiores locais com a educação e a inclusão social, ao ter fechado os olhos para a realidade de exclusão digital de grande parte dos estudantes da escola pública, intensificada ainda mais com a pandemia. Cabe aqui um questionamento: como uma secretaria de educação pensou em organizar o ensino remoto sem conhecer quais as condições e recursos tecnológicos os estudantes dispunham em suas casas para essa modalidade de ensino?

4.4 ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO COM O ENSINO REMOTO

Quanto às orientações recebidas para o trabalho com ensino remoto, observou-se que as questões dirigidas aos professores estavam relacionadas às direções recebidas pela equipe gestora da escola e as questões dos gestores eram referentes às orientações da Seduc. A primeira questão era aberta e os professores e gestores deveriam relatar o tipo de orientações que receberam.



Tivemos um total de 83,6% dos docentes que responderam a essa questão e 16,3% que deixaram em branco. Dentre os respondentes, 21,2% afirmaram ter recebido orientações didáticas para o planejamento das atividades: “A gestão acompanha e orienta a elaboração das atividades, realiza apontamentos e melhoramentos nos planejamentos semanais” (Professor 324).

Afirmaram também em 14,4 % de suas respostas que foram orientados pela equipe gestora a organizar atividades de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o Currículo Municipal e o Plano de Ensino: “Orientações para elaborar atividades com base no currículo municipal, livros didáticos e plano de ensino” (Professor 02).

Em 12,9% de suas respostas, os professores apontaram ter recebido orientações da equipe gestora sobre o uso de ferramentas tecnológicas e procedimentos para as aulas remotas: “Formação e orientações com relação o uso da plataforma virtual utilizando *Google Classroom*, *Google Meet*. Organização das atividades remotas (objetivos, estratégias)” (Professor 226). Já 12,4% dos respondentes destacaram as orientações sobre como organizar atividades que estivessem de acordo com a realidade dos alunos e suas famílias, como nos mostra o excerto a seguir:

Somos orientadas a elaborar atividades que estimulem a criatividade, imaginação, linguagem verbal, interação entre as crianças e adultos do seu meio familiar. Enfim, através delas damos continuidade ao que é trabalhado na escola, sempre levando em conta a realidade de cada família, suas dificuldades, recursos materiais etc. (Professor 30).

Em porcentagens menores, 4,9% declararam que as orientações se referiram ao fortalecimento dos vínculos escola e família; 4,7% afirmaram ter recebido todo o amparo e suporte necessários e 3,8% se referiram a orientações sobre a necessidade de respeitar a fase de desenvolvimento do aluno.

De modo geral, em suas falas, os docentes explicitaram que receberam da equipe gestora orientações pertinentes e necessárias ao desenvolvimento do ensino remoto. Os dados revelam ainda o compromisso e esforço dos gestores em atender as demandas e dificuldades dos docentes em relação às atividades de ensino e aprendizagem dos alunos.

No tocante aos gestores, todos responderam à questão. Contudo, com um percentual bem menor que os docentes, 67,6% afirmaram ter recebido, por parte da Seduc, orientações para o trabalho com o ensino remoto; já 30,3% declararam que receberam orientação às vezes e 3% disseram não ter recebido nenhuma orientação. Cabe aqui observar a porcentagem significativa de gestores que ressaltaram que as orientações recebidas não ocorreram com a frequência desejada.

Os gestores que afirmaram ter recebido orientações da Seduc especificaram quais foram elas. Assim, 32,8% se referiram a orientações sobre suporte técnico para utilização de recursos, ferramentas digitais, realização de aulas síncronas e tutoriais; 29,7% mencionaram orientações sobre a realização do trabalho remoto e tipos de atividades a serem postadas. Diferentemente dos docentes, as orientações recebidas pela Seduc tinham mais um cunho técnico, em detrimento do didático pedagógico, e que podemos observar no exemplo: “Sempre por meio de resoluções ou comunicados foram orientando sobre a plataforma digital as atividades a serem postadas, a quantidade de atividades e também orientando sobre o uso das ferramentas digitais, como uso do *Google Meet*, gravação de vídeos etc.” (Gestor 31).

Com relação aos 30,3% dos gestores que mencionaram ter recebido orientações da Seduc apenas “às vezes”, as justificativas se referiam à forma como foram repassadas e a sua efetiva



utilidade, conforme observamos nas falas: “As orientações, a meu ver, sempre chegaram atrasadas e de forma mal elaboradas” (Gestor 41). Ou ainda: “Respondi ‘às vezes’ na questão anterior porque senti falta de uma formação mais efetiva, tanto no início do trabalho, quanto no decorrer do processo. Me senti insegura em vários momentos diante de informações desencontradas” (Gestor 33).

Podemos concluir que a Seduc poderia ter se esforçado mais em relação às orientações sobre o ensino remoto, visando o atendimento das demandas e necessidades de docentes e gestores.

5 INTERAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Vimos que professores e gestores enfrentaram muitas dificuldades e fizeram uso de diversas estratégias para manter o contato com os alunos e sua família. Dentre as estratégias utilizadas, as tecnologias digitais tiveram um destaque relevante pela necessidade do distanciamento social. Contudo, muitas famílias não possuíam os recursos tecnológicos adequados e necessários para que tal interação ocorresse, somando-se ainda a dificuldade para lidar com as ferramentas digitais e a disponibilidade de tempo devido à jornada de trabalho dos pais e responsáveis.

Silva e Ciavatta (2022) ressaltam que a privação tecnológica, consequência de uma estrutura social desigual, no contexto da pandemia, atingiu de forma contundente a população mais pobre, sendo fator que impactou a exclusão escolar de crianças e jovens. Para os autores, eram poucos os alunos das escolas públicas que “tinham acesso aos equipamentos digitais e à internet de qualidade, que poderiam facilitar o contato entre a escola e família” (SILVA; CIAVATTA, 2022, p. 2500).

Uma ferramenta muito utilizada para promover a interação entre os alunos e apontada por 97,5% dos professores, foi o Ambiente Virtual de Aprendizagem por meio da plataforma Google Sala de Aula. O uso de aplicativos como Whatsapp foi o segundo recurso mais utilizado (93,6%), provavelmente por ser uma opção mais acessível e de rápido retorno. Já as aulas online utilizando as ferramentas Google Meet e Zoom foram mencionadas por 84,1% dos docentes e 67,7% afirmaram que fizeram uso de ligações telefônicas.

Quanto aos gestores, no que diz respeito aos recursos para estabelecer comunicação com as famílias, 100% dos respondentes destacaram que utilizaram principalmente as mensagens por aplicativos e 96,9% apontaram os ambientes virtuais de Aprendizagem, com índices bem próximos aos dos docentes. Em índice maior, comparecem as ligações telefônicas com 95,4%, compreensível pelo fato de que os gestores têm acesso, facilmente, a esse recurso na escola.

Mesmo utilizando várias estratégias, 68,1% dos professores declararam que enfrentaram dificuldades para contatar alunos e responsáveis. Por outro lado, em porcentagem menor, 31,9% afirmaram que não tiveram dificuldades. Os professores que afirmaram ter encontrado dificuldades explicitaram os problemas para o contato com alunos e responsáveis. Constatamos em 45,4% de suas respostas o fato de os pais não responderem às mensagens de aplicativos ou mesmo não atenderem às ligações: “Muitas vezes o responsável não atende o telefonema, a chamada de vídeo, nem responde às mensagens, simplesmente nos ignora” (Professor 9); ou ainda: “As famílias não comparecem quando são convocadas, não respondem mensagens do *WhatsApp* e não atendem ligação da escola” (Professor 55).



Ainda nessa questão, 16,9% dos professores apontaram como dificuldades na interação com as famílias a falta de retorno/devolutiva das atividades, o horário de trabalho dos pais, a dificuldade das famílias em buscar as atividades impressas na escola, a não participação nas aulas *online*, o fato de, por motivos diversos, não acessarem o *Google Classroom*.

Nas respostas dos professores percebemos que o problema em estabelecer contato com alunos e familiares não ocorreu apenas pela dificuldade em lidar com as aulas remotas e os recursos tecnológicos, mas também em virtude de suas reais condições de vida. A pandemia impôs uma alternativa de ensino e aprendizagem não acessível nas mesmas condições a todos e, assim, considerando a nossa realidade, se reafirma a importância do ensino presencial, que não era possível naquele momento.

6 DIFICULDADES DOS DOCENTES E GESTORES PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO REMOTO

Ao serem questionados sobre as dificuldades que enfrentaram para realizar o trabalho no ambiente doméstico, 35,1% dos professores apresentaram os obstáculos que sentiram relacionados ao envolvimento da família (falta de tempo, falta de interesse, de recursos e de devolutiva): “O maior desafio é conscientizar as famílias da importância de se realizar as atividades, e a importância de se ter o vínculo escolar.” (Professor 48); “A falta de recurso da família: não tem acesso à internet, celular incompatível, falta de tempo do adulto para acompanhar a criança” (Professor 368).

Para 20% dos professores a dificuldade maior estava na falta de participação regular dos alunos e em verificar se a aprendizagem ocorreu; outros 13,1% apresentaram como dificuldade a adequação das atividades e conteúdos de forma remota, considerando o tempo, nível de aluno, recursos e o modo acessível aos pais. Os professores explicitaram essa angústia em algumas de suas falas: “As dificuldades são muitas, mas a principal é que pelas devolutivas enviadas não consigo acompanhar, de fato, o desenvolvimento das crianças, nem sempre tenho certeza se as atividades de fato estão colaborando para seu desenvolvimento” (Professor 68); “A maior dificuldade é conseguir que todos os alunos estejam participando ativamente das atividades remotas (seja na plataforma ou impressa) e aulas síncronas” (Professor 272).

A falta de recursos tecnológicos, problemas de manuseio das tecnologias foram relatados por 10,8% dos docentes; distanciamento e falta de interação social, bem como a dificuldade na mediação do ensino remoto compareceram em 5,4% das respostas. Também tivemos 3,3% que se queixaram da sobrecarga de trabalho e dificuldade em conciliá-lo com a vida doméstica, incluindo gastos financeiros.

Já entre os gestores, em 17,8% de suas respostas evidenciaram os recursos tecnológicos insuficientes e infraestrutura precária como a principal dificuldade para o desenvolvimento dos trabalhos na escola, conforme denotam em suas falas: “Falta de recursos para melhorar as condições de infraestrutura da escola” (Gestor 27); e ainda “Internet precária, oscila sinal de conexão numa chamada de vídeo, ou numa videoconferência. Isso torna a comunicação mais escassa” (Gestor 55).

Em segundo lugar, de acordo com 16,7% dos gestores, a pressão e ineficiência da Seduc foi o problema que mais dificultou os trabalhos na escola, conforme o relato a seguir:



Relaciona-se aos órgãos superiores que não convivem diariamente em ambiente escolar; existe uma demanda muito grande de exigências (relatórios, documentos, orientações, formações fora de contexto); em especial, uma demanda exaustiva de serviço para os professores, cuja única ligação com esses órgãos superiores, são os gestores, a quem cabe apenas cumprir aquilo que é posto pelos superiores (Gestor 48).

A falta de cooperação das famílias também foi apontada por 15,6% dos gestores como uma das principais dificuldades enfrentadas na pandemia. Em porcentagem um pouco maior que os docentes, a sobrecarga do trabalho imposta aos gestores, que se intensificou ainda mais com a pandemia, esteve presente em 12,2% das respostas, assim como as dificuldades geradas pelo distanciamento social que também foram citadas por 12,2%. Outras dificuldades como falta de funcionários e o despreparo para novas demandas compareceram como preocupação para 7,9% dos gestores.

É importante notar que, para os gestores, os maiores desafios estavam nas questões que comprometiam os recursos materiais e infraestrutura para que a escola desenvolvesse suas ações de forma satisfatória. Assim, com relação às dificuldades sentidas, as gestoras apontaram o descaso e falta de planejamento do poder público, visto que se referem a aspectos que competem ao governo municipal, tais como recursos tecnológicos defasados e insuficientes, infraestrutura precária das escolas, pressão e ineficiência da Seduc, falta de funcionários e seu despreparo. A Seduc e os órgãos superiores não desempenharam o papel esperado para que as escolas tivessem condições de enfrentar e superar os desafios e as dificuldades que se apresentaram.

Observamos ainda que os docentes, ao contrário dos gestores, tiveram um olhar mais voltado para as questões pedagógicas, uma vez que, ao relatarem suas dificuldades, apresentaram uma porcentagem significativa relacionada à preocupação com o envolvimento da família na aprendizagem dos alunos, com a participação dos alunos nas plataformas digitais, com verificação da aprendizagem e adequação dos conteúdos.

No tocante à queixa sobre a falta de cooperação das famílias que comparece em primeiro lugar na lista de dificuldades dos professores e em terceiro lugar na lista dos gestores, concordamos com Guedes, Rosa e Anjos (2001, p. 139) ao ressaltarem que não cabe, uma vez mais, culpabilizar a família pelos problemas e fragilidades do ensino remoto. Há que se considerar o peso de determinados fatores presentes no cotidiano das famílias como a falta de “disponibilidade de tempo, conhecimentos pedagógicos mínimos, equipamentos suficientes para disponibilizarem aos filhos, e capacidade psicológica e equilíbrio emocional para manter a motivação dos educandos, quando em casa falta até a alimentação para o sustento”.

7 DESAFIOS PARA PROFESSORES E GESTORES FRENTE AO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Os professores e gestores explicitaram em suas falas os vários e diversos desafios com o retorno às aulas presenciais, após quase dois anos de distanciamento social e ensino remoto. Bessa (2021, p. 185), em pesquisa realizada durante a pandemia, com professores da educação infantil das séries iniciais do ensino fundamental, afirma que, embora o ensino remoto tenha sido uma alternativa necessária para conter a crise pandêmica, a forma como foi implantado trouxe consequências desastrosas, mais especificamente, para os alunos das escolas públicas, suas famílias e equipes das escolas, dentre as quais: “a evasão escolar, ansiedade e desmotivação



dos estudantes e seus responsáveis, preocupações dos professores em manter seus empregos, cumprir os dias letivos, cumprir com êxito os conteúdos prescritos no currículo, bem como ofertar um ensino de qualidade”.

Em nossa pesquisa, com relação aos desafios da escola com o retorno às aulas presenciais, professores e gestores apresentaram índices bem semelhantes: 25,9% das respostas dadas pelos gestores e 26,4% das respostas dos professores manifestaram a preocupação com as dificuldades em manter o distanciamento social com os alunos. É compreensível que essa dificuldade tenha ocupado o primeiro lugar entre as citadas pelos dois segmentos, uma vez que o número expressivo de alunos nas salas de aula dificultava o cumprimento desse protocolo, necessário para conter o vírus da Covid-19. A mesma dificuldade se repetia nos horários de entrada e saída dos períodos, bem como nos intervalos das aulas, quando os alunos precisavam se acomodar no refeitório para o momento da merenda escolar.

Outro desafio da escola observado por 18,6% dos professores e 15,4% dos gestores diz respeito à falta de funcionários no atendimento às novas demandas. Isso porque precisariam da atuação desses profissionais na organização da entrada e saída dos alunos, nos cuidados durante o intervalo, visando sempre o cumprimento dos protocolos sanitários, além da limpeza e higienização de todos os ambientes da escola para combater a disseminação do vírus.

Também com percentuais bem próximos, a falta de recursos materiais compareceu em 10,2% das respostas dos professores e em 9,1% das respostas dos gestores. Nessa mesma direção, a inadequação na estrutura física da escola foi mencionada por 9,5% dos docentes e 9,1% dos gestores. Assim, tanto os recursos materiais quanto a estrutura física da escola se configuram como itens importantes para que, com o retorno às aulas presenciais, fossem cumpridos os protocolos de prevenção à Covid-19, bem como as condições favoráveis para o desenvolvimento do ensino. No entanto, os professores relataram que nas escolas se depararam com a “Falta de ambiente adequado e ventilado. Falta de internet e equipamentos para todos os professores” (Professor 255); se queixaram também das “salas de aula sem janelas, com baixa ventilação, abafadas e quentes (já era problema sem pandemia. Agora só piorou a situação)” (Professor 367); e ainda “com a falta de materiais individuais para alunos (jogos pedagógicos, lápis de cor, borracha)” (Professor 398).

O medo, a insegurança e ansiedade diante do quadro pandêmico foram citados por 7,2% dos professores e lidar com questões emocionais de professores, estudantes e familiares se constituiu como desafio para 11,8% dos gestores. Observou-se que os desafios em relação à aprendizagem do aluno foram relatados em 11,8% das respostas dos gestores, sendo que a adaptação à nova rotina escolar, de forma a conciliar os diferentes níveis de aprendizagem comparece em 9,2% das respostas dos professores.

Convém ainda destacar a preocupação dos gestores com os desafios em relação à previsão de recursos financeiros necessários para a adequação física e material das escolas. Nesse sentido, vimos que mais da metade dos gestores (53,2%) respondeu que havia a previsão de recursos, porém insuficientes. Esse percentual se amplia ainda mais se acrescentarmos os 12,9% de gestores que apenas declararam que tais recursos eram insuficientes ou precários, perfazendo uma porcentagem bastante preocupante de 61,2% dos gestores, levando-nos a inferir que a previsão dos recursos não era coerente com as necessidades e demandas das escolas.

Entre os professores e gestores, os desafios em relação ao retorno às aulas presenciais foram marcados pelo medo, insegurança e ansiedade diante do quadro pandêmico, da precariedade de recursos e da sobrecarga de trabalho ocasionada pelo ensino híbrido, já que o retorno ocorreu



de forma escalonada e gradual, exigindo mais tempo para a organização e planejamento de suas aulas. Segundo Bessa (2021), a grande maioria dos professores teve a carga horária de trabalho aumentada, sem ter um horário definido para início e término, além do grande desgaste emocional e psíquico provocado pelo medo da morte, sua ou de algum familiar. Não obstante a todos esses problemas, Palú (2020, p. 101) afirma que, “por outro lado, a pandemia também traz para o debate questões importantes, como a importância da escola pública e dos professores na sociedade atual.” Portanto, é preciso refletir e debater sobre quais lições aprendemos com a pandemia, quais problemas educacionais ela trouxe à tona e que, não podem mais ser colocados embaixo do tapete, sob pena de a escola pública não avançar como um espaço de apropriação do conhecimento, de interação e inclusão social e de fortalecimento dos processos democráticos.

Vários aspectos deveriam envolver o retorno às aulas presenciais dentre os quais o cuidado em “não cair no risco de tomar decisões por razões de modismo, de custo ou lucros” (GATTI, 202, p. 35). A autora ainda ressalta ser preponderante o planejamento flexível e local, que considere as necessidades da escola, privilegiando formatos participativos que propiciem atitudes de compartilhamento e escuta.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, buscamos trazer para discussão as dificuldades e desafios educacionais que gestores e professores vivenciaram e vivenciam no cotidiano da escola e que se agudizaram ainda mais durante a crise pandêmica da Covid-19, com a exigência do distanciamento social e implantação do ensino remoto. Para tanto, procuramos por meio de uma análise comparativa identificar os pontos comuns, divergentes ou complementares que permeiam o olhar de professores e gestores sobre os impasses vivenciados na travessia da pandemia.

Foram muitos e de uma diversidade considerável os desafios e dificuldades presentes nas falas dos docentes e gestores participantes da pesquisa. Falas que, obrigatoriamente, nos levam a refletir sobre políticas e ações que sejam capazes de superar os impasses educacionais, intensificados ainda mais pelos impactos que a crise pandêmica deixou. Desafios que, segundo Giroux e Proasi (2020), não podem ser desvinculados dos anos de negligência de governos neoliberais que negaram a importância da saúde pública e do bem-estar comum. Também não podem ser dissociados das crises da desigualdade social, dos valores democráticos, da educação e da degradação ambiental.

Vimos que nada foi fácil, pois não houve tempo para adaptação à nova realidade, e os professores e gestores se utilizaram, muitas vezes, de mecanismos de improvisação diante da precariedade de recursos, assim como tiveram que correr atrás do preparo exigido, em função da mudança abrupta com a instituição do ensino remoto no período pandêmico. Convém lembrar que, tanto professores quanto gestores, em grande parte, tiveram que arcar com os custos dos recursos tecnológicos utilizados para o trabalho no ambiente doméstico, além da recorrente sobrecarga de trabalho pelo acúmulo de funções.

Docentes e gestores tiveram a saúde impactada devido à tensão constante com a imprevisibilidade do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais sem a garantia de cumprimento das medidas sanitárias para contenção da Covid-19. Dessa forma, o medo, a



insegurança, a ansiedade, a insatisfação, o sentimento de impotência e a depressão passaram a fazer parte do cotidiano dos docentes e gestores.

Evidenciou-se ainda nas falas dos docentes e gestores a falta de cooperação da família que se configurou como um dos principais desafios a ser superado, necessitando passar por um processo de discussão e reflexão, com toda a equipe escolar para que a parceria escola-família, ao considerar também os limites de ação das famílias envolvidas, possa avançar.

Não podemos deixar de destacar outros desafios importantes levantados por docentes e gestores, como o descaso do poder público em garantir os recursos tecnológicos e infraestrutura necessária ao atendimento das demandas atuais, aliado à falta de funcionários, com sérias implicações para a organização da rotina escolar. Ademais, a Seduc não demonstrou interesse sobre as reais condições das escolas, dos gestores, dos docentes e dos alunos para o desenvolvimento, minimamente satisfatório, do ensino remoto. Tais dados expressam o quanto o trabalho dos gestores tem sido dificultado pelo descaso, falta de apoio e falta de planejamento de ações dos órgãos superiores.

Convém ressaltar que a análise das respostas dos gestores e professores acerca da imposição do ensino remoto, a despeito de todas as adversidades vivenciadas nesse período, explicitou um esforço coletivo, por parte da equipe escolar, pautado pelo compromisso com os alunos, no sentido de buscar superar ou minimizar as diversas barreiras que afetaram, de forma intempestiva, o processo de ensino aprendizagem. Especialmente, demonstraram uma postura determinante para evitar a evasão de alunos e a não participação nas aulas remotas.

Em suas respostas, os professores e gestores apresentaram elementos significativos para refletirmos sobre o que aprendemos com a pandemia, que futuro queremos para nossas escolas, que tipo de sociedade vislumbramos para as novas gerações, como superar tanta desigualdade social e desrespeito à vida humana. Sobretudo, corroborando Klébis e Ferreira Filho (2022), será preciso muito cuidado para que nosso olhar diante das mazelas vivenciadas nessa pandemia não se torne míope e nos impeça de enxergar que os alunos e suas famílias, assim como professores e gestores, são vítimas desse sistema capitalista perverso e desigual, portanto, apontar um ou outro como o culpado não é a saída, uma vez que corremos o risco de não encontrarmos as verdadeiras possibilidades de luta por uma educação de melhor qualidade para todos, em especial aos que frequentam a escola pública.

REFERÊNCIAS

- ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior . Ensino remoto em substituição ao presencial? Tô fora! **InformAndes**. Informativo n. 106, jul 2020. Disponível em;
https://www.andes.org.br/img/midias/750baf505abe750a87729de257316e06_1596736630.pdf
Acesso em: 10 set 2023.
- BATISTA, Fátima da S.; GONZALES, Wânia R. C. O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) e as escolas de referência gestão. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 1, n. 4, p. 2159-2173, 2016. <https://doi.org/10.21723/riaee.v11.n4.8316>
- BESSA, Sônia . Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica. **Rev. Devir Educação**, Edição Especial, 183-205. 2021 Disponível em:



<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/410/225> . Acesso em: 21 ago.2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, Inep, 2023, 82 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2023, março 28). **Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19**. Brasília, Ministério da Saúde, 28 mar 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19> Acesso em: 25 jul 2023.

GATTI, Bernadete. A possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v.34, n.100, p. 29-42, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>

GIROUX, Henry; PROASI, Laura. (2020). La Pandemia de Covid-19 está exponiendo la plaga del Neoliberalismo. *Praxis Educativa*, v. 24, n. 2, p. 1-13, 2020.

<https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2020-240202>

GUEDES, Marilde. Q.; ROSA, Eliara. M.; ANJOS, Ana P. S. do P. Gestão Escolar: novos desafios e perspectivas frente à pandemia. **Rev. Humanidades & Inovação**, v.8 , n.61, p.130-144, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4106> . Acesso em: 20 ago 2023

GUIMARÃES, Lislaine M. da S. **O ensino remoto emergencial e o mal-estar docente**: uma análise dos seus impactos sobre as condições de trabalho dos professores de sociologia no Estado do Paraná diante da pandemia de Covid-19. 2021. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/71453/R%20-%20D%20-%20LISLAINE%20MARA%20DA%20SILVA%20GUIMARAES.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 jul 2023.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KLÉBIS, Augusta B. S. O.; FERREIRA FILHO, João. Percepção das professoras acerca das condições de acesso e realização das atividades remotas pelos estudantes. In: LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M. (Orgs). **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022, p. 127-138.

LEITE, Yoshie Usami F. (Coord). **Ensino Remoto e os desafios da Gestão Escolar em Tempos de Pandemia**. (Relatório Final de Pesquisa), Unesp, 2023.

LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M.(Orgs) . **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022.



LUCENA, Simone; SANTOS, Sandra V. C. A.; MOTA, Gersivalda M. da. Formação Continuada de Professores com as Tecnologias Móveis Digitais. **Educação em Foco**, v. 25, n. 2, p. 315-338, jan/abr 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/30440> . Acesso em: 15 ago 2023.

MAGALHÃES, Jonas E. P.; RAMOS, Marise N. Saberes e conhecimentos na educação pós-pandemia: uma construção necessária. **Rev. Org & Demo**, v.22, n.2, p. 245-268, jul/dez 2021. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n2.p245-268>

OLIVEIRA JÚNIOR, Israel de; RIBEIRO, Marcelo S. S.; PEREIRA, Anderson de J.; SANTOS, Kezia A. dos. Educação pública, acesso às tecnologias digitais e ao ensino remoto na pandemia da Covid-19. **Rev. Geografares**, v. 3, n.36, p. 189-215, jul/dez 2023.

<https://doi.org/10.47456/geo.v3i36.40047>

PALÚ, Janete. A crise do capitalismo, a pandemia e a educação pública brasileira: reflexões e percepções. In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton A.; MAYER, Leandro (Orgs). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020, p. 87-106.

PERES, Maria R. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Rev. Administração Educacional**, v. 11, n.1, p. 20-31, jan/jun 2020.

<https://doi.org/10.51359/2359-1382.2020.246089>

PINTO, Joane V. Condição de saúde das professoras. In: LIMA, Tamara; LEITE, Yoshie Ussami F.; PINTO, Joane V.; TEIXEIRA, Leny Rodrigues M. (Orgs). **Ensino remoto e os desafios da docência em tempos de pandemia**. Curitiba: Appris, 2022, p. 45-58.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Resolução 02 de 09 de fevereiro de 2022**. Estabelece diretrizes e organiza o atendimento presencial e as providências correlatas quanto às questões sanitárias e epidemiológicas na Rede Pública Municipal de Ensino. Presidente Prudente: Secretaria Municipal de Educação, 2022. Disponível em:

<https://gdoe.nyc3.digitaloceanspaces.com/diarios/presidenteprudente/6203a47bb298c.pdf>

Acesso em: 20 jun 2023

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana C. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Covid-19: trabalho e saúde docente. **Rev. Universidade e Sociedade**, Andes-SN, v. XXXI, n. 67, p. 36-49, 2021. Disponível em:

https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf . Acesso em: 22 ago 2023.

SILVA, Flávia G. da; CIAVATTA, Maria. A Escola em tempos de Pandemia: Desamparo, fome e privação tecnológica. **Rev. Ibero Americana de Estudos em Educação**, v 17, n.4, p. 2494-2512, out/dez 2022. <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.16730>

SILVA, Reginaldo do S. M.; OLIVEIRA, Ney C. M. de. Gestão Escolar e Pandemia da Covid 19: a atuação do gestor escolar na reorganização da escola básica na Amazônia paraense. **Conjecturas**, v.22, n. 4, p. 30–51, 2022. <https://doi.org/10.53660/CONJ-672-712>

VIANNA, Claudia P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia C. (Org.), **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013, p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>



Recebido em: 15 de junho 2024

Aceito em: 11 de novembro 2024